



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

VALÉRIA COSTA ALDECI DE OLIVEIRA

DE MARISQUEIRAS A OPERÁRIAS: experiências de trabalho e gênero nos
territórios pesqueiros de Goiana/PE.

JOÃO PESSOA – PB
2017

VALÉRIA COSTA ALDECI DE OLIVEIRA

DE MARISQUEIRAS A OPERÁRIAS: experiências de trabalho e gênero nos territórios pesqueiros de Goiana/PE.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.
Linha de Pesquisa: Trabalho e Políticas Públicas.

Orientador: Prof.^o Dr. Roberto Vêras de Oliveira.

Catálogo na publicação
Setor de Catalogação e Classificação

O48m Oliveira, Valéria Costa Aldeci de.
De marisqueiras a operárias: experiências de trabalho e gênero nos territórios
pesqueiros de Goiana/PE. / Valéria Costa Aldeci de Oliveira. — João Pessoa,
2017.
209 f. : il.

Orientador: Roberto Vêras de Oliveira.
Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA

1 - Sociologia. 2. Experiência gênero e trabalho. 3. Territórios pesqueiros -
Goiana/PE. 4. Marisqueira e quilombolas. 5. Desenvolvimento - Goiana/PE. I.
Título.

UFPB/BC

CDU -

FOLHA DE AVALIAÇÃO

A tese intitulada *De marisqueiras a operárias: experiências de trabalho e gênero nos territórios pesqueiros de Goiana/PE*, de autoria de Valéria Costa Aldeci de Oliveira, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira, apresentada em sessão pública ao programa pós-graduação em sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de doutora em sociologia, foi aprovada em 15/12/2017, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

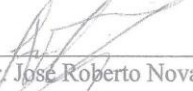


Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira
Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP
Orientador (PPGS-UFPB)

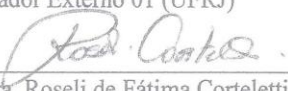


Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros
Doutorado em Sociologia pela Boston University Estados Unidos - BU
Examinador Interno 01 (PPGS -UFPB)

Prof. Dra. Tereza Correia Queiroz
Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Examinador Interno 02 (PPGS-UFPB)



Prof. Dr. José Roberto Novais
Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Examinador Externo 01 (UFRJ)



Prof. Dra. Roseli de Fátima Corteletti
Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Examinador Externo 03 (UFCG)



Prof. Dr. Mario Henrique Guedes Ladosky
Doutorado em Sociologia pela universidade São Paulo – USP
Examinador Externo 04 (UFCG)

AGRADECIMENTOS

A ideia de leveza não saía da minha mente ao iniciar essa tese. Precisava realizar um trabalho científico, mas que me desse prazer e que tivesse um sentido para mim[...]. Necessitava de uma linguagem científica clara, objetiva e nessa atmosfera precisei da ajuda de muitos:

Do poder superior, que possibilitou realizar esse trabalho com alegria.

Agradeço aos meus familiares: ao meu querido companheiro Cláudio Emílio, às minhas filhas Marília, Lara e Luciana, sentido maior das nossas vidas e fonte de inspiração para tudo que realizamos.

A minha mãezinha querida Maria José Aldeci e meu pai José Aldeci, que já partiu, mas está muito vivo em tudo que eu faço.

Ao professor Roberto Vêras de Oliveira, orientador, pela sintonia intelectual, o que contribuiu muito para a harmonia no processo de construção conjunta desse trabalho.

Agradeço a todos os companheiros dos grupos de pesquisa LAEPT e TEDDEP pelos momentos de aprendizado, nas diversas reuniões e seminários realizados.

E principalmente as companheiras dos territórios pesqueiros pelo acolhimento e amizade, nos quais foram decisivos para viabilidade da pesquisa. Em especial à Dadá, sua mãe dona Zilda e neta Ana Karolina Venceslau, Ângela Fonseca de Baldo do Rio, e dona Luzia de Tejucupapo.

Muito obrigada a todos!

*Não encontro nas águas de rio toda a mágoa que um dia
lavei; as lutas que lá eu deixei.
Mariscos incrustados como laminas de punhal, não troco
o teu espinho, pelo gigante de braços modernos....
O pranto que corre macio, nem se compara ao do tempo
que já se foi.
Prefiro o céu, a um teto de concreto, ao sol, do que ao
certo, prefiro o constante remar, desses movimentos que
florescem.*

Valéria Oliveira (2017)

RESUMO

A análise das transformações nas relações de trabalho e nas relações sociais de gênero nos territórios tradicionais e pesqueiros de Goiana Pernambuco é o objeto dessa tese. Almeja-se conhecer os modos de vida e de trabalho nos tempos antigos para contrastá-los com os dias atuais, uma vez que, na atualidade, o território de Goiana tem recebido grandes empresas, entre elas o grupo Fiat/Jeep/Chrysler, que por meio das sistemistas, tais como a LEAR Corporation, contratou mulheres marisqueiras para o trabalho de costura dos bancos automotivos. Desse modo, visa-se conhecer de que modo se processam as transformações e as permanências nas relações de gênero e de trabalho dessas mulheres, que passaram de um trabalho tradicional, na maré, e toda a sociabilidade a ele relacionada, para uma relação de trabalho na fábrica, com repercussões no tempo, no espaço e na sociabilidade, típicas de uma rotina fabril. Para a realização da pesquisa recorreremos às entrevistas aprofundadas, à história oral, enquanto uma metodologia interdisciplinar, assim como a observação participante por meio da presença sistemática nos territórios investigados. Foram promovidas entrevistas com idosas dos povoados pesqueiros com o objetivo de resgatar a memória sobre as formas de trabalho e de vida nos tempos antigos para comparar com dias atuais, em que as transformações no mundo do trabalho e no âmbito da família alteram as relações sociais de gênero. Igualmente realizaram-se entrevistas com lideranças comunitárias e com as operárias das fábricas oriundas dos povoados pesqueiros de Goiana, São Lourenço, Tejucupapo e Baldo do Rio. Os resultados da pesquisa apontam para reações distintas das famílias ao novo desenvolvimentismo da região, contribuindo para os olhares, além das modificações sócioprodutivas, os valores familiares ancorados na tradição. Portanto, apresentamos as multifacetadas situações das marisqueiras que se tornaram operárias. Por vezes, alteram-se os projetos de família, pois os desejos individuais ganham relevância; por outro lado, padrões tradicionais de família, com papéis previamente definidos do que se atribui serviço de mulher e serviço de homem, realçam a permanência das desigualdades de gênero no âmbito do trabalho, tanto na fábrica quanto na pesca, bem como no âmbito da família. Por outro lado, é visível que a inserção de algumas mulheres das comunidades investigadas nos movimentos sociais (movimentos dos pescadores, movimentos das mulheres quilombolas) provocam mudanças significativas no processo de autonomia nas relações sociais de gênero, transformando padrões de subalternidade em uma postura ativa na preservação dos recursos naturais (rios, marés, mangues), bem como no âmbito privado, conquistando maior participação dos familiares na execução das tarefas domésticas, em face da necessidade da participação na esfera pública. Contudo, reconhece-se que, seja no trabalho da pesca, seja no trabalho nas fábricas da região, as mulheres da maré lutam, de um modo mais geral, por uma vida melhor, visto que lhes foram renegados direitos básicos de cidadania nessas povoações, tais como: saúde, educação, água, esgotamento sanitário, trabalho digno e, sobretudo, uma maior igualdade nas relações de gênero e na divisão sexual do trabalho, condição indispensável para o desenvolvimento humano da região de Goiana/PE.

Palavras-chave: Trabalho. Gênero. Experiências. Territórios Pesqueiros.

ABSTRACT

The analysis of the transformations in the labor relations and in the social relations of gender in the traditional and fishing territories of Goiana Pernambuco is the object of this thesis. It is hoped to know the ways of life and work in ancient times to contrast them with the present day, since at present the territory of Goiana has received large companies, among them the group Fiat / Jeep / Chrysler, that through the such as LEAR Corporation has hired women shellfishers for the sewing work of automotive banks. In this way, it is aimed to know how the transformations and permanences in the gender and work relations of these women, that have passed from a traditional work, in the tide, and all the sociability related to it, to a working relationship in the factory, with repercussions on time, space and sociability, typical of a factory routine. To carry out the research, we used in-depth interviews, oral history, as an interdisciplinary methodology, as well as participant observation through the systematic presence in the territories investigated. Interviews were conducted with elderly women from fishing villages with the purpose of recovering the memory about the forms of work and life in ancient times to compare with current days, in which changes in the world of work and within the family alter the social relations of genre. Likewise, interviews were conducted with community leaders and workers from factories in the fishing villages of Goiana, São Lourenço, Tejucupapo and Baldo do Rio. The results of the survey point to different reactions of families to the region's new developmentalism, besides the socio-productive modifications, the family values anchored in the tradition. Therefore, we present the multifaceted situations of shellfish farmers who became workers. Family projects are sometimes altered, as individual desires gain relevance; on the other hand, traditional family patterns with previously defined roles of women's service and men's service emphasize the persistence of gender inequalities in work, both in the factory and in fishing, as well as within the family. On the other hand, it is clear that the insertion of some women from the communities investigated in the social movements (movements of the fishermen, quilombola women's movements) causes significant changes in the autonomy process in the social relations of gender, transforming patterns of subalternity into an active stance in preservation of the natural resources (rivers, tides, mangroves), as well as in the private sphere, gaining greater participation of the family in the execution of the domestic tasks, due to the necessity of participation in the public sphere. However, it is recognized that, whether in the work of fishing or in the work in the factories of the region, women of the tide fight, in a more general way for a better life, since they have been denied basic rights of citizenship in these villages, such as health, education, water, sanitation, decent work and, above all, greater equality in gender relations and the sexual division of labor, an indispensable condition for human development in the region of Goiana / PE.

Keywords: Work. Gender. Experiences. Fishing Territories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Fábrica de tecidos de Goiânia fundada em 1983	43
Foto 2 – Antiga vila operária da fábrica de tecidos da cidade de Goiânia	43
Foto 3 – Estátua de Clara Camarão, um dos símbolos da batalha das Heroínas de Tejucupapo	48
Foto 4 – Luzia, presidente da associação das heroínas de Tejucupapo	49
Foto 5 – Igreja Católica de Tejucupapo	50
Foto 6 – Palaca na entrada de Tejucupapo	51
Foto 7 – Encenação da batalha das heroínas de Tejucupapo	54
Foto 8 – Platéia do teatro da batalha das heroínas de Tejucupapo	55
Foto 9 – Tipos de residências no território de Tejucupapo	56
Foto 10 – Dona Pequena relatando sobre “os tempos antigos” em São Lourenço	58
Foto 11 – Rua do Altinho no Quilombo de São Lourenço	63
Foto 12 – No interior da povoação de São Lourenço não há pavimentação e as moradias de palha foram substituídas por alvenaria no final do século XX	64
Foto 13 – Dona Zilda de São Lourenço, falando sobre os modos de vida no passado	71
Foto 14 – No centro da foto, Dona Zilda e Dadá, cultuando a tradição religiosa	72
Foto 15 – Multirão da família de Edjane para descascar marisco na povoação de São Lourenço	81
Foto 16 – Trabalho de catar sururu na povoação de São Lourenço	83
Foto 17 – Marisqueira da povoação de São Lourenço e seus filhos na atividade da pesca	85
Foto 18 – Casal pescando sururu na povoação de São Lourenço	86
Foto 19 – Rio Goiana em Baldo do Rio	115
Foto 20 – Ângela Fonseca, líder dos pescadores e dos quilombolas de Baldo do Rio contando sobre a poluição no Rio Goiana	116
Foto 21 – Edjane, líder das marisqueiras de São Lourenço	123
Foto 22 – FIAT/JEEP – Goiana em construção	153
Foto 23 – LEAR Corporation em Goiana	154
Foto 24 – Qualificação das mulheres no Quilombo de São Lourenço	156
Foto 25 – Processo de trabalho na LEAR	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de homens e mulheres que não frequentam a escola em Goiana/PE109

Gráfico 2 – Número de Mulheres na População Total (Urbana e Rural) e na PEA (Urbana e Rural) no Município de Goiana-PE(1991-2010)
..... 111

Gráfico 3 – Inserção no mercado de trabalho formal das mulheres em Goiana/PE - 2016 ..112

Gráfico 4 – Ano x cor ou raça x condição de atividade na semana de referência em Goiana/PE113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das idosas dos territórios pesqueiros entrevistadas na pesquisa	29
Quadro 2 – Divisão do espaço na povoação de São Lourenço sob a ótica de gênero	67
Quadro 3 – Termos da comparação entre o modo de vida nos “tempos antigos” e o modo de vida pós inserção da fábrica	88
Quadro 4 – Goiana e entorno: distribuição percentual da população ocupada por grau de instrução	109
Quadro 5 – Transformações e as permanências nas relações sociais de gênero	144
Quadro 6 – Temporalidade distintas	160
Quadro 7 – Espacialidades e condições de trabalho	160
Quadro 8 – Perfil das operárias entrevistadas na pesquisa	163
Quadro 9 – Processo de trabalho na LEAR	178

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 NOS TEMPOS ANTIGOS – A ECONOMIA MORAL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS DE GOIÂNIA/PE	25
1.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO.....	
1.2 O município de Goiana: origens, desenvolvimento econômico, trabalho e gênero	31
1.1.2 Breve histórico sobre as primeiras fábricas da região de Goiana e os primórdios da modernização capitalista na cidade	41
1.1.3 A comunidade pesqueira de Tejucupapo: a terra das heroínas e a identidade de gênero.....	46
1.1.4 A povoação de São Lourenço: memórias de condição de vida, do trabalho e das relações de gênero.....	57
1.3 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	89
2 O TEMPO PRESENTE – RESISTÊNCIAS E CONFORMAÇÕES AO DESEN – VOLVIMENTO DE GOIANA: MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E AS REPERCUSSÕES PARA AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO.....	91
2.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO.....	
2.2 DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?	94
2.3 O CENÁRIO DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO NO NORDESTE E OS REBATIMENTOS PARA OS TERRITÓRIOS PESQUEIROS.....	97
2.4 DESENVOLVIMENTO DE GOIANA E RELAÇÕES DE GÊNERO SOB O SIGNO DAS MARISQUEIRAS E QUILOMBOLAS: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES DE LUTA	114
2.5. CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	115
3 AS METAMORFOSES NAS EXPERIÊNCIAS DE GÊNERO E TRABALHO NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS DE GOIANA/PE.....	127
3.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO.....	
3.2 SITUANDO BREVEMENTE AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO E TRABALHO: AS LUTAS FEMINISTAS E OS ESTUDOS ACADÊMICOS	128
3.2.1 Transformações no âmbito da família e nas relações sociais de gênero	135

3.3	AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: TEMPO E GÊNERO ..	144
3.4	A FÁBRICA DE AUTOMÓVEIS JEEP/CHRYSLER/FIAT E SUA CADEIA PRODUTIVA: O CASO DA LEAR CORPORATION	151
3.5	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	152
4	DE UMA VIDA NA MARÉ PARA UMA VIDA OPERÁRIA	162
4.1	INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO	
4.2	PERFIL DAS OPERÁRIAS ENTREVISTADAS	162
4.3	A QUALIFICAÇÃO DAS MULHERES DA MARÉ EM COSTUREIRAS: EXPECTATIVAS E RESISTÊNCIAS AO TRABALHO FABRIL	166
4.3.1	O curso de costura: a questão não é só “saber costurar”	166
4.3.2	A viagem ao México	170
4.3.3	O temido teste do parafuso	173
4.4	A DISCIPLINA NECESSÁRIA: AJUSTAMENTO DA SUBJETIVIDADE AO TRABALHO FABRIL	175
4.5	OS SENTIDOS SOBRE AS MUDANÇAS EM RELAÇÃO AO ESPAÇO E AO TEMPO NA VIDA FAMILIAR, NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E NAS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS	181
4.5	O QUE MUDA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO	191
4.6	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	
5	CONCLUSÕES	196
	REFERÊNCIAS	202

INTRODUÇÃO

Ao visitarmos pela primeira vez a povoação de São Lourenço, um dos territórios pesqueiros de Goiana/PE, nos deparamos com a seguinte cena: uma mulher negra, esguia, de cócoras, debulhava mariscos em um tacho grande. Na primeira oportunidade, nos aproximamos com o assunto do nosso interesse, ou seja entender como um povoado que sobrevivia da pesca artesanal, tradicional, estava reagindo ao recrutamento das pescadoras para o trabalho fabril de confecção dos bancos de couro da Fiat/ Chrysler/Jeep. Indagamos à líder das marisqueiras o que achava do desenvolvimento e da chegada da fábrica da Fiat na região. A resposta foi áspera, em tom de desesperança:

Desenvolvimento para quem? Essa empresa, a Fiat, chegou e já obtiveram da Prefeitura todos os recursos com facilidade: isenção dos impostos e está levando toda a nossa água, enquanto nós, que trabalhamos com a pesca de marisco, não temos nem água para beneficiar o pescado. Veja só moça, estamos desacreditados, olhe o projeto que visava colocar a água na comunidade, feito pelo Pró rural, não deu certo, e sabe o por quê ? somente por que não arranjaram um projetista. Sabe aquele prédio ali em as mulheres estão fazendo o curso de costura dos bancos de couro da Fiat? nós mulheres, que ajudamos a construir, depois que fizemos o curso de pedreiro, e agora nem reunião da nossa associação de marisqueiras podemos fazer lá, porque a Prefeitura se apoderou para fazer os cursos de costura e outros cursos para as empresas da região. Eu mesmo não quero entrar em empresa nenhuma, eu quero é apoio para nossa atividade que é a pesca. (Liderança comunitária, São Lourenço, Agosto de 2015).

Após a conversa, decidimos conhecer o centro de treinamento do povoado, e lá nos deparamos com cerca de quarenta mulheres realizando o curso de costura. Ao perguntarmos qual era a expectativa delas, todas responderam ansiosamente que era o ingresso na LEAR, como costureira da fábrica. Encontramos predominantemente mulheres que trabalhavam na maré, mas, também, donas de casa, cabeleireiras, professoras do projeto Paulo Freire e estudantes.

Conversamos, também, com um das lideranças da povoação de São Lourenço que participou das lutas para que os cursos viessem para a localidade. Para ela, seria preciso dar outras perspectivas às mulheres que trabalhavam na maré, uma vez que o trabalho na pesca, em sua opinião, era duro, exaustivo e não proporcionava uma renda suficiente para uma vida melhor. Para essas mulheres, o ingresso no trabalho na fábrica fazia parte de um processo de luta por reconhecimento social.

De início, já evidenciamos que as mulheres dos povoados pesqueiros não possuíam uma perspectiva homogênea em relação ao “boom” de empresas que aportaram na região de Goiana e, de certo modo, tinham perspectivas conflitantes em relação ao processo de mudança e desenvolvimento da região. Partimos, então, para conhecer melhor essas mulheres. Queríamos analisar as transformações ocorridas no trabalho das comunidades pesqueiras sob a ótica de gênero. Como afirma Moore (1997, p.15) “todas as formas de mudança social implicam na reelaboração das relações de gênero em maior ou menor grau”. Desta forma, desejávamos conhecer o que restava de sociabilidade tradicional e em que medida essa forma de viver o trabalho e as relações de gênero estavam sendo alteradas com o ingresso das pescadoras nas fábricas.

Ressaltamos que a partir de 2003, com o início do governo de Lula no Brasil, o desenvolvimentismo é retomado enquanto discurso político, inserido em outras temáticas contemporâneas como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial e local, dentre outros. Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos governos de Lula e Dilma, presencia-se a chegada dos grandes projetos estruturantes no Nordeste brasileiro: o porto de SUAP, a instalação de indústrias no Polo de Goiana, tais como a Hemobrás e a FIAT, além de uma série de indústrias médias e pequenas que se instalaram na região da zona da mata de Pernambuco com estímulos governamentais.

No caso de Goiana, em Pernambuco, as empresas instaladas estão transformando o território em curto espaço de tempo, desestabilizando uma pequena região que ver-se às voltas com gigantescas demandas sociais, sem, muitas vezes, possuir estrutura para atendê-las: educação, saúde, assistência social, habitação, exploração sexual, trabalho infantil, dentre outras.

No polo de Goiana, diagnósticos realizados no território já apontam o efeito destrutivo do empreendimento sobre as comunidades tradicionais. No quilombo de São Lourenço, as mulheres que trabalham na pesca de marisco foram recrutadas, atualmente, para trabalhar, como costureiras, em firmas da cadeia produtiva da Fiat, sendo levadas a trabalhar na fábrica com esperança de melhorar de vida e de trabalho. Contudo, apesar do sonho e do desejo dessas mulheres em ingressar no mercado formal de trabalho na fábrica, os postos de trabalho acessíveis a elas se dão em empresas terceirizadas e em trabalhos atribuídos como eminentemente feminino e extensão do trabalho doméstico: o de costureira (RELATÓRIO DA HEMOBRÁS, 2013).

Em volta dessa questão delimitamos o objeto da pesquisa: analisar como se processam as transformações e as permanências nas relações de gênero e de trabalho das mulheres, que

passaram de um trabalho tradicional, na maré, e toda a sociabilidade a ele relacionada, para uma relação de trabalho na fábrica, com repercussões no tempo, no espaço e na sociabilidade, típicas de uma rotina fabril.

A partir dessa problemática mais geral, procuramos também outras questões de pesquisa que gravitam em torno da nossa questão central: Quais os valores de uma economia moral são ruídos com a inserção das marisqueiras na fábrica? Como as transformações e a modernização capitalista são experimentadas pelas mulheres dos territórios pesqueiros? Quais são as lutas e as suas resistências e, por outro lado, quais as acomodações ao novo desenvolvimentismo proposto para a região? Qual o sentido e o significado dado pelas entrevistadas às relações de gênero no tempo presente e quais as transformações e as persistências nas relações sociais de gênero nos territórios pesqueiros de Goiana?

Como hipótese central, sustentamos que a exploração e a dominação, nas relações de trabalho e de gênero do trabalho na pesca e na fábrica, eram distintas, mas persistiram sobremaneira nos dias atuais. As noções do tempo e do espaço eram diferentes entre aquelas mulheres que trabalhavam na pesca artesanal. Para as pescadoras, o tempo era regido pelos ciclos da natureza. Ela, a natureza, ditava as regras e os dias a se trabalhar, e o patrão impiedoso era o chicote da necessidade a empurrar as trabalhadoras da Maré para obter o sustento diário para os seus filhos por meio do pescado. Na fábrica, o trabalho é regido pelo nexos monetário: “tempo é dinheiro”.

Há uma nítida separação entre o trabalho e a vida das pessoas. A sociabilidade se modifica. Não mais as frouxas e despretensiosas conversas nas marés. É preciso se adaptar às metas - sempre crescentes - e à disciplina, exigida pelos supervisores e líderes, que não permitem muitas conversas na fábrica. Partimos do pressuposto que a exploração do trabalho produtivo e reprodutivo se reatualizam, nada obstante os evidentes avanços na luta por reconhecimento e por redistribuição das mulheres que vivem da maré.

Ao delimitar como objeto de estudo as transformações nas relações de trabalho e gênero em povoados tradicionais e pesqueiros, o leitor irá observar que a tese é permeada de inspirações antropológicas, sociológicas e históricas. O objetivo do estudo direcionou a escolha pelas disciplinas. Se, por um lado, fazia-se necessário a experiência antropológica com o propósito de investigar territórios tradicionais e pequenos, com o interesse pelos detalhes significativos, por outro lado, do ponto de vista dos estudos sobre trabalho e relações de gênero, foi necessário recorrer à sociologia. Também se fez imprescindível situar o contexto do território estudado, e como a região da zona da mata Pernambucana já foi largamente estudada em relação ao seu desenvolvimento socioprodutivo, recorreu-se à

sociologia rural e a sociologia do desenvolvimento, particularmente sobre o desenvolvimento do Nordeste Brasileiro.

No sentido de recuperar a memória do povoado de São Lourenço, lançamos mão de dois recursos metodológicos: buscamos a bibliografia produzida sobre a região Nordeste, sobre os modos de vida da Zona da Mata e, também, por meio da história oral, recuperamos a memória das comunidades pesqueiras, através das mulheres idosas e de lideranças comunitárias. Pela ótica de gênero, reconstituímos as formas de trabalho e as relações sociais de gênero dos “tempos antigos”, com o propósito de contrastá-las com os dias atuais.

A tradição como evidencia Diegues (2004, p. 23) “entendida não como algo imutável, mas como um processo histórico pela qual os elementos da chamada cultura moderna são continuamente reinterpretados e incorporados ao modo de vida”. Desse modo, a tradição na pesquisa é concebida como continuamente ressignificada e associada a formas sociológicas constituídas na contemporaneidade, que se mesclam e se reatualizam numa imbricação complexa entre tradição e modernidade. Essa abordagem da tradição possibilita analisar o modo como se expressa no espaço e no tempo presente, um amalgama entre a tradição e a modernidade, com entrecruzamentos matizados de colorações diversas: entre a subjetividade e a racionalidade, da vida privada e da vida pública, entre dominações e resistências.

A pesquisa empírica inicia-se no ano 2015, e segue nos anos subsequentes de 2016 e 2017. Quanto ao recurso metodológico, opta-se pela observação participante e a história oral. Passa-se então a frequentar ativamente os eventos e reuniões nas comunidades pesqueiras e na sede da cidade de Goiana: as festas religiosas, culturais, reuniões na colônia de pescadores, reunião dos conselhos de desenvolvimento rural e da reserva extrativista (Acaú / Goiana), visitas as áreas rurais de Goiana (todas essas visitas serviam para traçar um panorama geral da Cidade e do território).

Cabe ressaltar que o primeiro contato com o campo de pesquisa não foi muito animador. De uma conversa com marisqueiras sentadas em uma calçada, percebe-se um evidente descrédito em pesquisas e projetos vindos “de fora”. Uma delas questionava “eu não acredito mais em projeto vindo de fora, não temos nem água para beneficiar o marisco e essas pesquisas não ajudam em nada”. A reação inicial de resistência gerou uma dúvida sobre a viabilidade da pesquisa, inclusive em relação a pesquisas acadêmicas. Mais a adiante fomos recebida por uma liderança quilombola mais receptiva à pesquisa. A partir de então as portas foram se abrindo para nos receber e iniciarmos os primeiros contatos com as pessoas da localidade.

A aproximação com as famílias dos territórios pesqueiros deu-se paulatinamente, mas de modo consistente, na qual fomos formando vínculos afetivos com algumas famílias envolvidas na pesquisa. Certa ocasião foi possível pernoitar na casa de uma das líderes da comunidade da povoação de São Lourenço, e conhecer mais intensamente a sociabilidade desta comunidade pesqueira. Foram colhidas informações através de conversas informais com pessoas de várias gerações (mulheres, idosos, jovens) por meio dos eventos e reuniões da localidade. No início de 2015 foi dado início a pesquisa propriamente dita. Como é natural certo estranhamento da população em relação a uma pesquisadora de fora do cotidiano do local, resolvemos contratar a filha (universitária) da líder quilombola para nos acompanhar nas entrevistas e realizar os contatos com as idosas e operárias locais.

Para as entrevistas aprofundadas, recorreremos à história oral, enquanto uma metodologia interdisciplinar que permite reconstituir a memória dos processos de trabalho tradicionais das comunidades pesqueiras e aí situar como se davam as relações sociais de gênero, na medida em que pretendíamos contrastá-las com a lógica de trabalho na fábrica e quais eram as mudanças nas relações de gênero, com o ingresso das pescadoras nas indústrias da região.

Partimos da ideia de que a história oral possui uma finalidade social, pois, ao recuperar a memória das mulheres que viviam e trabalhavam na pesca artesanal e que, posteriormente, ingressaram nas fábricas da região, ensejou dar sentido e voz aos processos históricos vivenciados pelos silenciados pela historiografia tradicional (THOMPSON, 1989).

Assim, decidimos por registrar a memória das relações de gênero por meio das mulheres que viviam da maré e que se tornaram operárias. Não de uma mulher descontextualizada, mas inserida nas relações sociais de sexo e de gênero (SCOTT, 1995).

A trilha teórica e metodológica precisava dar conta desse processo de mudança, que ao mesmo tempo era objetivo, e se referia aos processos sociológicos mais amplos, concernentes ao processo estrutural de acumulação do capital, mas revelavam, por outro lado, aspectos subjetivos que envolviam as seguintes questões: os valores, as tradições, as afeições e a sociabilidade de populações tradicionais e pesqueiras. Para atender essa dupla dimensão, objetiva e subjetiva, dos processos de transformações em curso nas comunidades pesqueiras, recorreu-se à noção de experiência em Thompson.

Com efeito, a noção de experiência incorpora à tradição Marxista um conhecimento substantivo, em que considera os projetos humanos de compaixão, ambição, amor, orgulho, auto sacrifício, lealdade, traição e calúnia que, segundo Thompson, foram silenciados por

Marx, ou reduzidos ao circuito do capital. Enfim, recupera a importância das questões subjetivas no mesmo patamar das questões objetivas (THOMPSON, 1981).

Nesse caminho, como exemplifica Thompson, passa-se “a uma exploração aberta do mundo e de nós mesmos”, sem teorias fechadas, a priori. Nessa perspectiva, realizou-se uma exploração livre as descobertas e particularidades do campo de pesquisa, sem desconsiderar uma exigência de igual rigor teórico, mas dentro do dialogo entre conceitualização teórica e confrontação empírica (THOMPSON, 1981, p. 184).

Desse modo, apesar das referências teóricas e pesquisas relacionadas aos temas de trabalho e gênero permearem o processo de construção da tese, não partimos de fechamentos teóricos, a priori, visto que as revelações do campo empírico se confrontaram com esses referenciais, ora para contradizê-los, ora para confirmá-los no todo ou em parte.

No tocante ao campo de estudo- os territórios pesqueiros-, sabe-se que as relações de trabalho e econômicas da localidade estão baseadas na prática produtiva secular da pesca artesanal, e no tratamento do marisco, na qual todos os membros das famílias participam. As mulheres se inserem nesse trabalho incluindo-os nas suas atividades cotidianas e, muitas vezes, são acompanhadas pelos filhos e filhas que aprendem desde cedo essa atividade produtiva passada de geração a geração. A sociabilidade dos territórios investigados leva em conta a solidariedade e a ajuda do grupo, sendo comuns na localidade os mutirões, seja para a construção de moradias, seja para a colaboração no processo produtivo da pesca. Aliás, é corriqueiro nesses pequenos povoados ver grupos de mulheres e crianças debulhando os mariscos de um parente ou de um amigo.

Nesse sentido, a separação do trabalho e da vida cotidiana é uma das primeiras transformações que o trabalho operário impõe nas grandes indústrias e, desse modo, como afirma Thompson (1998, p. 258) “as racionalizações ou “modernizações” do mercado capitalista afrontam as normas da comunidade”. Por isso, também nos aproximamos da noção de economia moral de Thompson, mesmo num contexto diferente dos motins da fome da Inglaterra do século XVIII, analisados por Thompson na sua obra *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional* (THOMPSON, 1998, p. 258).

Sua análise é relevante para a nossa pesquisa na medida em que consideramos os costumes e os valores de um território, e, portanto, possibilitou-nos avaliar as resistências encontradas em localidades regidas por princípios econômicos, em parte, distintos da lógica capitalista. “Uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos da comunidade as quais, considerados em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres” (THOMPSON, 1998, p. 212).

Constata-se a pertinência da análise de Thompson ao evidenciar os confrontos existentes entre uma economia de mercado capitalista e uma economia moral dos pobres. Na economia moral, as relações sociais, a solidariedade e o direito à subsistência prevalecem em detrimento de uma lógica que visa unicamente à lucratividade.

Daí outra exigência teórica e empírica foi posta. Como pensar, ou quais influências intelectuais ajudariam a refletir sobre os céleres processos de transformação ocorridos nos territórios pesqueiros de Goiana. Para iluminar as análises, recorre-se à abordagem de Karl Polanyi (2000) no seu livro *A Grande Transformação*, no sentido de reconhecer um diálogo possível com sua obra, na medida em que se analisam os efeitos desarticuladores e desastrosos quando uma mudança social ocorre num ritmo muito acelerado, como os engendrados pela lógica capitalista, na qual impõem a separação entre vida e trabalho, e propõe controlar todas as demais esferas da vida humana.

No que se refere ao conceito de povos tradicionais e de processos de territorialização, buscamos a inspiração na obra de Litter (2002), na medida em que autor aponta a dimensão empírica e política do conceito. Sua ideia de tradicional possibilita um mecanismo analítico para observar como ocorreram os processos de territorialização dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, que lutaram e lutam pelo reconhecimento da existência de regimes de propriedade comum e ainda permanecem com o sentido de pertencimento a um lugar, caracterizado pela procura de uma afirmação cultural (cultura afrodescendente, indígena) e utilizando-se de práticas adaptativas sustentáveis (respeito aos recursos naturais). Desse modo, nos aproximamos da noção de processos de territorialização da antropologia. Por essa razão, a referência ao termo território, sem a pretensão de aprofundarmos os sentidos mais recentes do termo dados pela geografia, sociologia, dentre outras (LITTER, 2002, p. 5).

Mas qual a razão de enfocar a noção de gênero como eixo norteador para a análise dessas transformações ocorridas nos territórios pesqueiros de Goiana?

Em primeiro lugar, porque, partindo das reflexões de Moore (1997, p. 15), “todas as formas de mudança social implicam a reelaboração das relações gênero em maior ou menor grau. Isso porque as mudanças no sistema de produção implicam mudanças na divisão sexual do trabalho”.

Todavia, não queremos afirmar que as relações de gênero possam ser simplificadas em suas vinculações com a divisão sexual do trabalho. Não há uma correspondência direta entre as representações sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho. Como afirma Moore (1997, p.9) “a dificuldade em investigar desigualdades de gênero é que é preciso analisar não apenas

os contextos políticos e econômicos em que as relações de gênero são operativas, mas os sentidos culturais e simbólicos concordantes a respeito das diferenças de gênero”.

A partir da escolha de avaliar, por meio de histórias orais das mulheres, os sistemas de gênero e suas inter-relações com processos de trabalho e desenvolvimento, mister se fez adotar uma perspectiva que fosse possível explicar os processos de continuidade histórica e de descontinuidades, e que pudessem dar conta das persistentes desigualdades, mas, também, avaliar o sentido das transformações e experiências de gênero radicalmente diferentes, oriundos de significados distintos sobre as relações de gênero percebidos nas histórias singulares das entrevistadas na pesquisa (SCOTT, 1995, p. 5).

Portanto, ao recorrermos ao passado das relações de gênero, torna-se possível ligar essa história precedente com experiências atuais, sempre por meio do sentido que as pesquisadas atribuem a essas relações. Como afirma SCOTT, por meio de um sistema de significados as sociedades representam o gênero, “sem sentido, não tem experiência e sem processo de significação, não tem sentido” (SCOTT, 1995, p.4).

Desse modo, ao enfocarmos as relações sociais de gênero relacionadas ao trabalho podemos avaliar as transformações na divisão sexual do trabalho e os sentidos a respeito das relações de Gênero pelas mulheres de distintas gerações. Portanto, resgatamos, por meio da oralidade, as formas tradicionais de trabalho: na pesca, o trabalho nas matas, nas plantações de subsistência, e as sociabilidades decorrentes desse modo de viver e de se reproduzir que, por sua vez, informam questões relacionadas ao trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, em razão de focar não somente o âmbito público e formal das mudanças, mas seu aspecto privado e subjetivo. Ao contrastá-los com o trabalho na fábrica, podemos avaliar às desigualdades de gênero e, concomitantemente, identificar as persistências e as transformações relativas aos processos de dominação, a partir desse ingresso das mulheres dos territórios pesqueiros, como operárias nas fábricas.

Também os processos de resistência cotidiana das mulheres são observados e, desse modo, a dominação é observada no seu processo dinâmico, razão pela qual não lhe concebemos, por conseguinte, em seu sentido estático, nos termos weberianos, mas passível de ser questionada pelos injustiçados, como defendeu Barrington Moore (1987).

Na trilha de Michelle Perrot, a história, ao privilegiar o espaço público e silenciar sobre o espaço privado, não deu voz às mulheres, não se lhes realçando. Desse modo, “o privado precisaria deixar de ser uma zona maldita, proibida e obscura: o local de nossas delícias e servidões, de nossos conflitos e sonhos” (PERROT, 1991, p. 9).

O leitor então verá que as experiências das mulheres, através das suas histórias orais, darão o tom, será o fio da meada da tese, e se confrontarão continuamente com as referências teóricas em todos os capítulos apresentados. Contudo, nos lançamos de forma aberta a pesquisa para não provocar fechamentos teóricos de partida. As histórias orais e as experiências das mulheres são analisadas no confronto com estudos sobre gênero em comunidades pesqueiras e nos espaços fabris.

Também tomamos como base a noção de divisão sexual do trabalho que foi inicialmente utilizada pelos etnólogos e antropólogos, a exemplo de Lévi-Strauss, para designar a repartição complementar entre homens e mulheres em sociedades tradicionais. As antropólogas feministas (MATHIEU, 1991; TABET, 1998), porém, interpretaram de outro modo as relações de poder entre os sexos, não em termos de complementaridade, mas de dominação. Assim, pelas disciplinas Antropologia, Sociologia e a História, a divisão sexual do trabalho adquire status de categoria analítica (KERGOAT, 2003, p. 1).

Na perspectiva sociológica, a divisão sexual do trabalho é decorrente de uma construção social, afastando todo determinismo biológico ou natural na explicação da divisão das tarefas entre homens e mulheres.

A categoria da Divisão Sexual do Trabalho visava articular dois aspectos distintos: a do trabalho produtivo e a do trabalho reprodutivo. Contudo, a função articuladora da categoria analítica tornou-se insuficiente, uma vez que não bastava evidenciar as desigualdades no ambiente produtivo e reprodutivo, à medida que as relações sociais desiguais perpassavam outras esferas da vida social, razão pela qual se tornou indispensável pensar as Relações Sociais de Sexo (KERGOAT, 2003).

As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são indissociáveis, conseqüentemente formam um sistema em que grupos estão em permanente conflito entre a questão do trabalho e suas divisões entre homens e mulheres. Neste sentido, as relações sociais entre os sexos se caracterizam por interesses antagônicos e por relações hierárquicas de poder e dominação, não somente na esfera do trabalho produtivo, mas nas esferas do trabalho reprodutivo e nas diversas formas e lugares de sociabilidade; dentre os quais a igreja, a escola, no lazer (IDEM, 2003).

Apostamos nas reflexões de Perrot (2005, p. 39), posto que reconhecemos que a memória das relações privadas, que estão voltadas para a família e para o íntimo, são destinadas às mulheres por convenção e por posição, e, portanto, evidenciaram-se silêncios na história convencional em relação às experiências das mulheres, tanto nos processos sociais

e históricos como nos relacionados à vida íntima das famílias. Como expressou Perrot (2005, p. 40):

A memória das mulheres é verbo. Ela está ligada a oralidade das sociedades tradicionais que lhe confiava a missão de contadora da comunidade [...] Por isso que os desenvolvimentos recentes da chamada história “oral” são de certa maneira uma revanche das mulheres.

Para reconstituição das histórias orais na pesquisa, recorreremos às noções de memória coletiva de Halbwachs (2006), porquanto consideramos que a memória e a experiência individuais se inscrevem numa experiência social:

A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos [...]. Tanto é verdade que os quadros coletivos da memória não nos conduzem a datas, representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por tudo isso (HALBWACHS, 2006, p. 69-86).

Portanto, ao reconstituirmos as histórias individuais, valorizamos tanto o detalhe, a subjetividade, a vida privada e cotidiana, como, também, os processos coletivos das experiências, visto que as formas de sobrevivência, o trabalho e as relações de gênero podem estar associadas às formas de viver e revelam as engrenagens sociais mais amplas, sem obviamente desconsiderar o miúdo das relações sociais e humanas.

Nesse sentido, para a escolha das entrevistadas, delimitamos as mulheres de famílias que já estavam nas comunidades pesqueiras na terceira ou quarta geração. São núcleos familiares constituintes destes povoados tradicionais. Cabe ressaltar que nas visitas exploratórias realizadas nas comunidades pesqueiras constatamos que, desde a formação desses pequenos povoados, havia famílias que deram origem a esses pequenos povoados e que, ao se ramificarem no território, permaneceram no local por várias gerações reproduzindo os modos de viver e de sobreviver dos antigos, dando continuidade ao ofício da pesca como algo natural, quase como um destino.

Deste modo, selecionamos para a realização das entrevistas mulheres que possuíam uma definida liderança nas comunidades pesqueiras investigadas, utilizando como instrumento de trabalho um gravador e um roteiro de entrevista.

Começamos por entrevistar as idosas dessas famílias, com o objetivo de buscar na memória e na tradição oral as formas de trabalho, as relações sociais de gênero e as formas de sociabilidade dessas comunidades, nos tempos antigos. As filhas também eram entrevistadas,

numa sequência interessante, tendo em vista que demonstravam as continuidades e as rupturas da dominação e exploração nas relações de trabalho e nas relações sociais de gênero nessas povoações pesqueiras.

Entrevistamos as líderes dos principais movimentos sociais ligados às comunidades investigadas (líder das marisqueiras, lideranças quilombolas e líder das artesãs). A escolha dessas mulheres era estratégica, haja vista que todas participavam das lutas e das resistências de gênero, lutas ambientais e econômicas, e possuíam opiniões distintas sobre o processo de modernização capitalista ocorridas no território de Goiana, além de estarem envolvidas com o trabalho tradicional.

Por fim, realizamos entrevistas com mulheres que trabalhavam na maré e que ingressaram no trabalho da fábrica, principalmente nas empresas multinacionais associadas ao grupo Fiat/Jeep/ Chrysler, com o objetivo de desvendar as mudanças nas relações de trabalho e nas relações sociais de gênero, foco principal da pesquisa. Essas mulheres poderiam avaliar as transformações ocorridas pela ótica de suas experiências distintas, tanto no trabalho da pesca em comparação ao trabalho na fábrica como nas relações de gênero.

Para realização dessa proposta de pesquisa, era importante garantir às entrevistadas liberdade e espontaneidade para narrar suas histórias de vida e uma ambiência adequada para que pudessem revelar suas memórias sem muitas interferências desnecessárias, razão pela qual foram definidos três eixos temáticos e, se bem avaliados, exprimem mais a frente à estrutura da tese:

- 1- Questões que evocavam as memórias sobre as condições de vida dos povoados pesqueiros “antigamente”, das relações de trabalho e das relações sociais de gênero;
- 2- Questões que versavam as mudanças ocorridas no território com a modernização capitalista (chegada das grandes empresas no território) e os rebatimentos para a população local e para as relações de gênero;
- 3- Questões específicas para as operárias da fábrica sobre as experiências de trabalho, as transformações e permanências nas relações sociais de gênero (na fábrica e em casa), após o ingresso no trabalho da fábrica.

Partindo desses pressupostos gerais, a tese está estruturada do seguinte modo: na primeira parte, a ênfase será dada à memória dos “tempos antigos” dos territórios pesqueiros. Resgatamos, por meio das histórias orais das idosas e das lideranças comunitárias, a memória da povoação de São Lourenço e de Tejucupapo, situados em Goiana/PE. No primeiro capítulo

da tese, a finalidade é evidenciar as origens das comunidades pesqueiras, a sua sociabilidade, os modos de vida tradicionais, as formas de sobrevivência, a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero, nos tempos antigos. Pensamos em privilegiar, nesse momento, a memória das mulheres mais velhas, pois o que rege a memória, em última instância é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que se lembra. Como afirma Bosi (1994, p. 63) ao tratar da memória dos velhos:

Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: nesse momento da velhice social resta-lhe uma função própria: a de lembrar, a de se ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade.

Para a inserção no debate sobre gênero e trabalho em um território litorâneo, foi estabelecido o diálogo com autores representativos sobre o tema: Diegues (1983); Maldonado (1994); Knox (2007) e sobre Gênero na pesca; Motta- Maués (1977); Woortman (1992 sem a pretensão de exaurir o debate, na medida em que nos interessa, particularmente, entender quais as características nas relações de trabalho, da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero que persistem como traços típicos de uma povoação tradicional pesqueira, e quais aspectos foram alterados com o desenvolvimento capitalista na região.

No segundo capítulo, por meio das histórias de vida das mulheres (líderes das áreas rurais) abordamos as resistências de uma economia moral ao novo desenvolvimentismo na região nordeste, as particularidades das relações de trabalho e os rebatimentos para as relações sociais de gênero. Ressalta-se o tempo presente nos territórios pesqueiros, às transformações socioprodutivas ocorridas na região de Goiana, a expansão da modernização capitalista, com a instalação do grupo Fiat/Jeep/Chrysler e de sua cadeia produtiva e as repercussões dessas transformações para os territórios pesqueiros de Goiana, especialmente para as relações de trabalho e as relações sociais de gênero.

Na terceira parte, evidenciamos as principais transformações ocorridas nas relações de sociais de gênero e nas relações de trabalho nas últimas décadas. Quanto às relações de gênero, as modificações estão associadas ao fortalecimento dos movimentos feministas e os estudos acadêmicos sobre as relações de gênero e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como a crescente melhoria no campo da educação e na dissociação entre reprodução e sexualidade, por meio dos avanços nas técnicas de reprodução humana e no controle da fecundidade. No que se referem ao trabalho, as transformações nos processos produtivos das indústrias tem rebatimentos para a força de trabalho feminina com uma

intensificação do trabalho resultando exigências quantitativas e qualitativas nos processos de trabalho nas indústrias.

O quarto capítulo será destinado ao resultado da pesquisa com as operárias, ou seja, à análise das histórias orais das mulheres que trabalhavam da maré, nos territórios de São Lourenço e Tejucupapo, e as transformações ocorridas nas suas experiências de trabalho e gênero quando do ingresso nas fábricas do grupo Fiat/Jeep/Chrysler. Quais as principais alterações nos padrões de dominação de gênero, os sentidos atribuídos às relações de gênero e a exploração no trabalho e as resistências evidenciadas. Nesse capítulo, são priorizadas as histórias de onze mulheres, moradoras das comunidades pesqueiras, operárias das fábricas da cadeia produtiva do grupo Fiat/ Jeep Chrysler.

Por fim, apresentamos as conclusões, promovendo um debate a partir dos dados empíricos encontrados, esperando contribuir para os estudos sobre as interconexões entre trabalho e gênero em comunidades pesqueiras e tradicionais do Nordeste Brasileiro, nos processos de mudança e de modernização capitalista.

1 NOS TEMPOS ANTIGOS – A ECONOMIA MORAL E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS DE GOIANA/PE

Lenha e mangue são teu carvão. A concha vai te esperar. O remo é o teu timão. Teu grande amigo é o manguezal. No fogão a lenha cozinhas. Os filhos são tua diversão. A sombra, tua proteção. Um bom peixe é tua comida. O coentro, teu tempero. Mangue, barreira de vida. Protegê-lo é tua razão...

Linver Nazareno.

1.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO

O desejo de recuperar a história de Goiana e o contexto regional, associado ao município, não é somente por necessidade formal, na medida em que essa necessidade se impõe, visto que todos os nossos sentidos e intuições, durante o processo da pesquisa, apontavam para a recuperação desse passado. A olhos nus o lugar apresenta as marcas das tradições fortemente ancoradas em raízes culturais profundas; os carnavais da cidade, com seus blocos festivos revelam, em meio a fantasias, um passado de apogeu econômico dos engenhos de açúcar do nordeste; os caboclinhos retratam os povos indígenas que aqui habitavam; a tradição religiosa, na qual participamos de muitas festas, com tradições seculares, falam-nos das heranças lusitanas nessas terras, mescladas com as tradições dos índios e dos negros.

A atividade produtiva da cana- de açúcar ainda remete a esse passado: da conjunção do latifúndio, das heranças da escravidão e da exploração profunda dos recursos naturais dessa terra e desse povo. Como afirma Halbwachs (2006, p. 167):

Se as lembranças se conservam no pensamento do grupo, é porque ele permanece estabelecido no solo, é porque a imagem do solo perdura materialmente fora dele e ele pode retomá-la a qualquer instante [...] Assim não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial.

Partimos do pressuposto que memória e o lugar estão estreitamente associados. A recuperação da memória nessa pesquisa se dá num sentido histórico e sociológico, afastando-se da definição psicológica e individual do termo. O ambiente material, a casa, a rua, a escola,

a Igreja, a natureza do lugar; tudo recorda o modo como ocupamos um determinado espaço. As lembranças afetivas, os meios dos quais retiramos a nossa sobrevivência também nos remetem aos grupos que se estabeleceram no espaço. Como afirma Halbwachs (2006, p. 159):

Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta as coisas materiais que a ela resiste. O grupo se fecha no contexto que construiu [...]. Assim se explica como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva [...]. O local recebeu a marca do grupo, e vice e versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais... Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só inteligível para os membros do grupo.

Em meio às transformações socioterritoriais no município, com a implantação de uma montadora de automóveis multinacional em Goiana, evidenciam-se as reações culturais, as resistências e as aquiescências e, pode-se afirmar que, nos processos de mudanças, há uma porção de práticas tradicionais que se modificam radicalmente e outras que se mantêm, mesmo que transmutadas e incorporadas aos novos processos sociais.

Vale ainda ressaltar que a memória esta ligada a uma estabilidade do espaço na medida em que essa estabilidade nos dá a ilusão de que, em determinadas situações, o espaço não muda pelo tempo a fora e, dessa forma, nos faz encontrar o passado no presente. A relação do espaço e o tempo constitui a matéria prima da memória, porque a divisão do tempo ocupou as várias formações sociais em todas as sociedades. Portanto, há uma necessidade das pessoas em tomar consciência das partes de sua duração. (HALBWACHS, 2006).

Para Thompsom (1998, p. 269), “é bem conhecido que, entre os povos primitivos, a medição do tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo do trabalho ou nas tarefas domésticas”. Somente numa comunidade de pequenos agricultores ou pescadores é possível certo descaso pelo tempo. Nesses contextos, a necessidade é responsável por guiar o tempo: a necessidade de plantar ou de pescar, fazer uma casa, um berço ou um caixão. “Há pouca separação entre vida e trabalho e não há conflitos entre o trabalho e o passar do dia” (THOMPSON 1998, p. 272).

O nexos monetário impõe o uso dos relógios. Desde final do século XIX existe o relógio, mas é com o desenvolvimento da manufatura que o trabalho nas fábricas promove uma ruptura brutal entre vida e trabalho. Desde os primórdios da industrialização, o trabalho mais árduo era o trabalho da mulher trabalhadora no circuito da economia, visto que acumulava os trabalhos produtivos e os de reprodução. “A mãe de crianças pequenas tem uma percepção imperfeita do tempo e segue outros ritmos humanos. Ela não abandonou de todo as convenções da sociedade pré-industrial” (THOMPSON, 1998, p. 285).

No lócus da presente pesquisa, nos tempos antigos, até meados dos anos 1950, em São Lourenço e Tejucupapo, o tempo das famílias era regido somente pelos ciclos da natureza, influenciando até hoje a vida cotidiana das mulheres que não ingressaram nas fábricas. No caso das operárias entrevistadas na pesquisa, as horas de trabalho, agora definidas pelo relógio, são um elemento comum que distingue as sociedades industrializadas, ou em vias de se industrializar. A vida cotidiana das povoações pesqueiras investigadas, para muitos, ainda é regida pelos eventos naturais: as marés, os ventos, as colheitas. Já para as mulheres que ingressaram na fábrica, há um rígido controle do tempo pelas necessidades da indústria.

No que se refere ao trabalho feminino em territórios tradicionais, tomamos por base o estudo realizado por Woortman, (1992), uma vez que aborda as relações entre o tempo e o espaço e a construção de gênero em uma comunidade pesqueira do nordeste brasileiro. Nas várias temporalidades relatadas por mulheres das comunidades estudadas por Woortman observa-se que as relações entre os gêneros vão se alterando no tempo/espaço e as mudanças estão relacionadas com os diversos modos de apropriação do espaço por homens e mulheres, com a finalidade de garantir a sobrevivência:

A condição feminina se (re) constrói no tempo, e pelo espaço. Esse tempo é o tempo pensado pelas mulheres, o que significa que podem existir, nessas comunidades, distintas temporalidades pensadas, de homens e de mulheres. Assim, a construção do tempo é também a construção do gênero pois ele é percebido através de experiências que são específicas a cada gênero, em espaços que lhes são também específicos (WOORTMAN 1992 , p.18-41).

Pensando nos territórios pesqueiros de Goiana, as memórias das diversas temporalidades e espaços abordados pelas mulheres (Idosas, lideranças, pescadoras e operárias), permitem comparar o trabalho tradicional com o trabalho na fábrica, com tempos e espaços com lógicas distintas, em que o tempo e o espaço na fábrica passam a ser regidos pela produtividade e a constituição da divisão do trabalho e das relações sociais de gênero são ressignificadas e transformadas. Contudo, é forçoso ressaltar que os processos de transformações não estão, necessariamente, em sincronia com as mudanças socioeconômicas, uma vez que também concorrem os aspectos culturais e religiosos , étnicos , regionais e, desse modo, mesmo quando ocorre a mudança não é possível afirmarmos que seja para melhor.

A atividade da pesca artesanal se configura numa tradição secular na região de Goiana e muito contribuiu na constituição dos construtos elaborados nas tramas do cotidiano, relacionados à organização de uma economia enraizada socialmente, quais sejam: os modos

de sobrevivência, as relações sociais, os processos de dominação de gênero, que ainda hoje são percebidos nos espaços pesqueiros, apesar de também estar informadas por novas sociabilidades, típicas dos grandes centros, numa imbricação complexa entre a tradição e a modernidade.

Desse modo, entramos no universo das histórias orais das entrevistadas. Por meio dessas vidas perseguimos o fio que nos leva a pensar tanto nas estruturas sociais, nas dominações de classe, de raça e de região e, ao mesmo tempo, insere-se nas teias das relações sociais, das subjetividades, tendo as relações de gênero como termômetro dos avanços e permanências das desigualdades nos territórios pesqueiros investigados; levando em conta, obviamente, as conexões com contextos estruturais mais amplos, sinalizados pela intensificação da mundialização capitalista.

Assim, por meio das histórias das mulheres idosas e três líderes comunitárias, da povoação de São Lourenço e Tejucupapo, temos o objetivo de analisar a constituição das relações de trabalho e de gênero nas comunidades pesqueiras de Goiana, no tempo e o espaço. As narrativas são reconstituídas sem uma cronologia rígida. Partimos da estratégia de deduzir, a partir das idades das entrevistadas e dos seus filhos, uma aproximação entre os fatos relatados e tempos históricos, tais como: anos 1950, 1960, 1970.

O resgate da memória, segundo Pollak (1992, p. 202-203), além dos acontecimentos e personagens, torna-se possível arrolar os lugares distantes:

Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte, da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo[...] A memória é um fenômeno construído[...] A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade.

Para análise das narrativas, portanto, apesar do esforço de orientarmo-nos por uma cronologia aproximada, por vezes, nas entrevistas, revelam-se situações ou lugares que estão fora do tempo e do espaço das mulheres, mas que falam de suas identidades no lócus da pesquisa: pescadoras, quilombolas e/ou Heroínas.

Quadro 1 – Perfil das idosas dos territórios pesqueiros entrevistadas na pesquisa.

Idosas, suas filhas e lideranças da comunidade	Idade	Experiência de Trabalho	Vida familiar	Experiência de gênero

Dona Pequena	88	Trabalhou desde pequena no engenho Megaó em troca de comida.	Pai e mãe trabalhavam no engenho em troca de comida. “Não era um tempo muito bom. Eu aperreava papai com fome”. Única filha morreu com 50 anos	Era tudo longe e uma pobreza só. Meu marido era bom. Eu e ele trabalhávamos para sobreviver
Dona Zilda	82	Trabalhava como professora cuidava dos filhos e fazia tudo em casa.	Meu pai tinha uma venda e minha mãe fazia tapioca e grude.	Eu sofri muito. Sou uma vencedora em tudo. Eu trabalhava mais que meu marido. Fazia mil serviços e ele machão me deu muito trabalho. Foi uma vida de sofrimento. Era mulherengo
Dadá	55	Substituiu a mãe como professora	Filha de dona Zilda	Criou seus três filhos sozinha. Preferiu separar do marido

Continua>>>>>

Quadro 1. Perfil das idosas dos territórios pesqueiros entrevistadas na pesquisa (continuação).

Lorenzia-Ritinha	86 anos	Sempre foi marisqueira. Sua mãe foi marisqueira e seu pai pescador	Mãe de Joana e avó de Edjane-família de gerações de marisqueiras	Dos seus treze filhos somente três sobreviveram
Joana	55	Foi marisqueira, como sua mãe. Tradição de geração a geração	Mãe de Edjane (líder das Marisqueiras)	
Edjane	37	Líder da associação das marisqueiras	Pertence a família de pescadores a gerações	Cria os seus três filhos com novo companheiro. Não permite que o casamento atrapalhe sua luta política
Dana Minda	97	Está há quase um século na povoação de São Lourenço	Pertence a uma das famílias tradicionais da povoação	Criou seus seis filhos junto com o marido com o trabalho na pesca e roçado
Conceição	55	Filha de dona Minda	Trabalhou 17 anos na fábrica da Hering em Recife	Separou do marido e vive com sua mãe
Dona Luzia	70	Presidente da associação das Heroínas de Tejucupapo	Foi criada por uma família em Tejucupapo. Trabalhou desde a infância	Ficou viúva aos 29 anos com sete (7) filhos para criar. Passou muita necessidade.
Cecília		Liderança do grupo de artesãs de São Lourenço	Sua família é constituída de pescadores e marisqueiras	Casada com dois filhos

Assim, no início do capítulo realizamos uma breve contextualização do município de Goiana, na Zona da Mata \pernambucana. Situamos as marcas impressas numa região em que o início da colonização brasileira se estabeleceu sob o tripé monocultura da cana, o latifúndio e a escravidão, e que guarda em seu território e no seu povo a viva impressão das marcas dos processos de constituição de sua estrutura social.

Logo em seguida, por meio dos relatos orais das mulheres entrevistadas nas localidades de Tejucupapo e de São Lourenço, reconstituem-se as origens das comunidades pesqueiras nos “tempos antigos da meninice”, com seus modos de vida e sua sociabilidade tradicional, que correspondem, aproximadamente, às décadas de 1930 a 1940. Contudo, pelo expediente da tradição oral, as entrevistadas resgatam fatos ocorridos na Brasil Colônia, como, por exemplo, a batalha das Heroínas de Tejucupapo, contada por dona Luzia.

Como enfatiza Perrot (2005, p. 40) “a memória das mulheres é verbo. Ela está ligada a oralidade das sociedades tradicionais que lhe confiavam à missão de contadora da comunidade, da aldeia”.

As narrativas vão revelando as origens dos territórios pesqueiros, as condições de vida nos antigos engenhos, das comunidades e dos bairros rurais, a sociabilidade tradicional (festas, religião), as formas de sobrevivência dos antigos (o trabalho nos engenhos de cana, a mata, as plantações de subsistência e a pesca) e as relações de gênero das comunidades pesqueiras, nas diversas temporalidades.

Ressalta-se que a atividade tradicional e secular da pesca persiste no tempo e no espaço nos territórios de São Lourenço e Tejucupapo, e os valores de uma economia moral, nos termos de Thompson (1998), teima em deixar vestígios entre a população local. Desse modo, os relatos orais são sugestivos porquanto, ao resgatar a memória coletiva e os valores e de uma vida do passado, possibilitam contrastar, mais a frente no trabalho, com os tempos “modernos”, em que há uma crescente mercantilização da vida e do trabalho assalariado com rebatimentos nas relações de gênero e na sociabilidade das comunidades pesqueiras de Goiana.

1.2 O Município de Goiana: origens, desenvolvimento econômico, trabalho e gênero.

Em visitas exploratórias ao município de Goiana foi possível constatar que a história da cidade está visceralmente associada à produção canavieira. Todo o território ainda é revestido de um mar verde das plantações de cana de açúcar, inclusive os territórios mais

próximos do litoral e nas comunidades pesqueiras investigadas. As plantações de cana, a pesca artesanal e as plantações de subsistência são práticas seculares, associadas ao latifúndio e a herança da escravidão e da exploração da mão de obra no campo.

Em uma conversa informal com um morador de Goiana, em um assentamento rural do MST (movimento dos Sem Terra), ele apontou para as terras a sua frente e disse: “olhe moça até aonde sua vista alcança, até perto da beira do mar Goiana tem dono. Tudo isso aqui era de poucos proprietários e sempre foi assim. E a população sempre trabalhou para esses “donos” de Goiana”. Ele se referia aos donos das usinas de cana de açúcar e os grandes latifundiários. Um ex-prefeito, em entrevista informal, falando da essência da atividade produtiva da cidade também assim se expressou: “toda vida Goiana viveu em função da produção canavieira, seis meses de trabalho e de comércio e seis meses sem trabalho, em que o comércio parava, o povo chorava quando ouvia a sirene da usina encerrar as suas atividades”.

Desde os primórdios da Cidade vamos encontrar vestígios de resistência da população local em relação aos “estrangeiros” e uma história de conflitos de longa duração que deixaram suas marcas, mesmo que tênues, no presente. Entender essas lutas do passado dos índios, dos negros em conflito ou em associações inesperadas com portugueses, holandeses nos remete a situação dos territórios pesqueiros no presente.

A população desses territórios revivem suas heranças indígenas, afrodescendentes e escancara a invisibilidade desses povos frente ao estado Brasileiro, uma vez que segundo relato das entrevistadas, somente muito recentemente foi obtido alguns direitos de cidadania, já conhecido pelos grandes centros urbanos desde primeiras décadas do século passado: acesso ao transporte, à educação universal (mesmo com qualidade ainda precária) habitações com um mínimo de conforto sanitário e construtivo (substituição das casas de palha por alvenaria), o acesso ao transporte regular. Para entender o peso das desigualdades experimentadas no presente, reconstituímos as lutas pregressas, as origens das lutas dos quilombolas, pescadores e das pescadoras tentando estabelecer um nexo entre as lutas do passado e as do presente.

Partindo das reflexões de Litte (2002), constata-se que os territórios brasileiros foram marcados pela expansão das fronteiras, por parte do estado nação e dos grupos sociais que visavam à exploração produtiva do território, e por isso estabeleciam contínuos choques com as populações nativas. Daí a importância da reconstituição histórica do território, de como foi defendido ou reafirmado pelos grupos sociais que o compunham:

Se percorrermos rapidamente os diversos processos de expansão de fronteiras no Brasil colonial e imperial- a colonização do litoral no século XVI, seguida por dois séculos das entradas ao interior pelos bandeirantes; a ocupação da Amazônia e a escravização do índio nos séculos XVII e XVIII; o estabelecimento das plantations açucareiras e algodozeiras no Nordeste nos séculos XVII e XVIII baseadas no intensivo de escravos africanos; a expansão de gado ao Sertão do nordeste [...] podemos entender como cada frente de expansão produziu choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos (LITTER, 2002, p. 4).

No Brasil, os choques territoriais perduraram por mais de quinhentos anos de confrontos entre os portugueses, franceses, holandeses e os povos indígenas que resistiram a essas invasões, bem como os povos africanos com suas rebeliões, fugas, alianças com povos indígenas, dentre outros. Mas há, também, entre os povos dominados uma dose de “acomodação, apropriação, consentimento, influencia mútua e mistura entre todas as partes envolvidas” (LITTER, 2002, p.5).

Goiana, nos seus primórdios, era habitada pelos povos Tabajaras, Potiguaras e Caetés quando os portugueses aportaram por volta de 1534 e deu-se origem a capitania de Itamaracá, um dos mais antigos núcleos de colonização da coroa portuguesa. Os povos indígenas do território já mostraram, desde o início, sua insatisfação com a chegada do colonizador, destruindo os engenhos que se formavam no território. Em 1568, Goiana estabeleceu-se como distrito e, em 1574, foi completamente destruída pelos índios potiguaras (MILLER, 2010, p.60).

Assim sendo, a expansão de fronteiras provocou choques territoriais e marcou a luta e a resistência dos territórios em toda a história de Goiana, como uma importante cidade do período colonial. Em meados de 1560, iniciou a perseguição contra os índios, na tentativa dos portugueses em escravizar os Caetés. Havia alianças dos franceses com as tribos dos potiguaras e, em decorrência da luta pela posse do espaço, os engenhos de Goiana, que mais tarde se tornaria fonte da riqueza e da ruína da região, só começaram a ser construídos na segunda metade do século XVI.

Nesse sentido, os povos nativos de Goiana, no intuito de garantir sua sobrevivência, liberdade e soberania, defenderam seu território em diversos momentos da colonização Portuguesa, da colonização Holandesa e na invasão dos Franceses. Em 1574, o povoado de 600 pessoas foi completamente destruído pelos índios Potiguaras (NASCIMENTO, 1996; SOUSA; LIMA, 2010).

Goiana exerceu, no ano de 1646, um destacado protagonismo no processo de resistência e de expulsão dos Holandeses de Pernambuco. O território de Tejucupapo, distrito de Goiana, foi palco da resistência das mulheres de Tejucupapo. Lideradas por Maria

Camarão, Maria Quitéria, Maria Clara e Joaquina enfrentaram os holandeses com pimenta e água fervida em tachos e panelas de barro. Os soldados, surpresos com a mistura nos olhos, recuavam da intenção e da permanência em Goiana. Desta forma, as mulheres de Tejucupapo, ao lutarem pela sobrevivência dos seus familiares e de seu povo, acabaram por inscrever seus nomes na história do Brasil, como veremos com mais detalhe adiante, nas repercussões desta batalha para a constituição da identidade de gênero na comunidade pesqueira de Tejucupapo (NASCIMENTO 1996; SOUSA; LIMA, 2010).

A resistência do povo de Goiana também foi evidenciada na luta dos negros pela liberdade e através de diversas manifestações culturais, como a denominada “dança dos congos” que segundo NASCIMENTO (1996, p. 43):

Exibia sempre nas festas de São Benedito, ora em frente à igreja do Rosário dos Pretos, sem o consentimento do vigário capitular; ora nos arredores na estrada de cima, onde a encenação do “Santo brinquedo” se fazia acompanhar por música de assovio e palmas de tacão. Era uma espécie de auto do qual participavam alegres escravos, que em tablado enfeitado, entre cantos e danças, coroavam o rei do Congo. Essa representação de origem africana, realizada com a presença do povo nas ruas de Goiana.

No estudo sobre os territórios pesqueiros percebe-se a presença maciça de negros, inclusive sendo reconhecidos como territórios quilombolas mais recentemente. No sentido de estabelecer os nexos desses territórios com a escravidão e com as resistências e defesas dos territórios, cabe lembrar que a cidade de Goiana foi à primeira cidade de Pernambuco a libertar os escravos antes da lei Áurea em 11 de Maio de 1888 e teve um protagonismo na luta pela abolição da escravatura, por meio de personalidades como Basílio Machado (que era natural de São Lourenço uma dos territórios pesqueiros investigados), que decidiu roubar escravos nos engenhos para libertá-los das peias da escravidão¹.

Basílio participou, inclusive, de muitas reuniões em Recife com José Mariano e Joaquim Nabuco, planejando o movimento abolicionista de Pernambuco. O rapto da escrava estrela foi a grande audácia de Basílio Machado, pois o coronel do engenho nutria uma forte paixão por ela, que, por seu turno, se esquivava sempre das suas investidas. Com o rapto da escrava, o coronel ficou furioso e tentou matar Basílio Machado, deixando uma sentença de

¹ Basílio Machado era natural de São Lourenço de Tejucupapo, comunidade pesqueira e que hoje foi reconhecida uma comunidade de remanescentes do quilombo de Catucá. A Povoação de São Lourenço de Tejucupapo já possuiu uma escola com seu nome que foi desativada nos anos 1970 (RODRIGUES, 1996).

morte na casa de sua família. Basílio se escondeu uns tempos, mas reapareceu depois para roubar outros escravos. Como afirma Nascimento (1996, p. 46):

Mas certa feita o “caldo entornou” com os cabras armados de carabinas a percorrer as ruas da cidade atrás de Basílio Machado. Mas ele sobreviveu escondido que estava com a negra escrava “Estrela”, que dizia ele devia brilhar em outro firmamento, livre das peias da escravidão.

Na povoação de São Lourenço, a memória de Basílio Machado foi retomada recentemente como um grande líder abolicionista e serve de inspiração para as lutas do presente daquele povoado pobre e esquecido, mas que possui essa rica história de lutas para contar. Na sede de Goiana, especialmente na arquitetura das igrejas e casarões dos séculos XVII, XVIII e XIX, estão destacadas as marcas da colonização portuguesa. Nos arredores da cidade, os antigos engenhos também sinalizam que a monocultura da cana-de-açúcar dominou a vida socioeconômica da região por séculos e ainda se faz presente, apesar da crescente decadência das Usinas, nos últimos decênios (MILLER, 2010)..

Na cidade de Goiana ainda está na memória das pessoas e nos registros históricos um tempo de apogeu econômico vivido no Brasil Colônia. A estrutura das classes sociais pode ser assim resumida: de um lado, os donos de engenhos Banguês e depois das usinas do açúcar e suas famílias patriarcais, são as classes abastadas do território, além de uma classe intermediária de comerciantes e funcionários públicos, e, por outro lado, uma grande massa de escravos africanos e índios, que mais tarde tornar-se-ão os párias esquecidos nas comunidades rurais, a mão de obra das usinas de cana de açúcar, os pescadores e marisqueiras, com predomínio da população negra, como nas comunidades pesqueiras de São Lourenço e Tejucupapo.

A miscigenação dos povos indígenas, dos negros e dos colonizadores também imprimiu no território uma riqueza cultural que se expressa por meio dos escultores, grupos de cultura popular, grupos de caboclinhos, que remontam o início do século XX e mantém viva a tradição na cidade, recriando-se por meio das novas gerações. O grupo de Sebastião Grosso, formado em 1957, é considerado um dos mais tradicionais na cidade, além dos grupos de maracatu, como o Aruenda Baque Virado de 1898, dois grupos de nação, a pretinha do congo de carne de vaca, de 1930 e a pretinha do congo de Goiana, de 1936. Necessário esclarecer que a tradição tem se renovado e presencia-se a formação de novos grupos até os dias atuais (MILLER, 2010).

No processo da pesquisa, em uma conversa informal com uma das lideranças de um grupo de caboclinhos da cidade, foi possível constatar o caráter de resistência que esses

grupos assumem quando a modernização capitalista vai ganhando espaço na cidade. Segundo uma das lideranças do campo da cultura, os grupos sofrem porque as empresas não têm compromisso e não têm vínculo com as tradições religiosas. A Fiat, para que se tenha uma ideia, fez pressão junto à câmara municipal para extinguir feriados, antes tradicionais na cidade e que eram momentos de expressão da cultura popular. A extinção de dois feriados municipais por pressão das indústrias da região pode ser dado como exemplo. Esses grupos reivindicam maior valorização da cultura popular pelas empresas da região, ao governo municipal e ao estado de Pernambuco.

Cabe salientar, que o capital político dos grupos culturais pode ser evidenciado por ocasião das festas populares (Festa de São Lourenço, teatro das heroínas de Teucupapo), na medida em que todos os políticos da região participam das atividades da procissão do carregado da lenha, das missas e dos almoços nas casas dos moradores e lideranças comunitárias a fim de estreitar os laços com os representantes da cultura popular.

No que refere aos aspectos mais estruturais da região canavieira de Pernambuco, salienta-se que a colonização da zona da mata tem a marca do latifúndio. Como afirmou Caio Prado júnior (2011, p. 130) “A agricultura era o nervo econômico da civilização”. No desejo do colonizador de expandir em larga escala as plantações de cana foram “semeando desertos em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço de sua parte [...]. Graças a excepcional e providencial fertilidade dos massapés baianos e Pernambucanos”.

Os processos de territorialização da região foram marcados pelo total desprezo às questões ambientais. Fato recorrente no presente quando se verifica a destruição ambiental pelos grandes empreendimentos econômicos (indústrias), que recentemente transformaram a face do território de Goiana, antes baseado na monocultura da cana-de-açúcar. Sem embargo que a monocultura da cana-de-açúcar não foi menos corrosiva, foi somente o início do processo de longa duração de destruição da mata atlântica, de poluição dos rios e de destruição do solo (PRADO-JUNIOR, 2011).

Convém lembrar que as grandes lavouras são marcadas pela exploração de larga escala e essa forma de organização do trabalho e da vida social moldou, de modo decisivo, a organização do país no tocante a estrutura das classes. O açúcar foi à base material que estabeleceu o europeu no território e trouxe uma quota de riqueza extraordinária para o colonizador. “O Brasil é, pode-se afirmar parodiando Heródoto, um dom do açúcar” (PRADO-JUNIOR, 2011, p.144).

O grande latifúndio, a exploração do trabalho, a pouca diversificação de outras culturas agrícolas permanecem como traços característicos de Goiana, mesmo diante da nova

fase de expansão territorial, com a industrialização da região, no período mais recente, a partir da segunda metade dos anos 2000, no contexto do novo desenvolvimentismo.

Porém é importante frisar que a monocultura da cana-de-açúcar não foi uma destinação, ela foi uma opção, baseada em interesses externos que, ao explorar o solo fecundo do massapé encontrado nas terras do litoral Nordeste, criou-se a maior contradição dessa parte da região Nordeste: promover a fome em terras férteis.

Quanto às origens das relações de trabalho na zona da mata do nordeste, pode-se afirmar a sua relação visceral com a empresa agrária e mercantil, a escravidão e o controle das grandes extensões territoriais, o que resultou em uma concentração de renda na região e uma rígida estratificação em classes (PRADO-JUNIOR, 2011).

Segundo Prado Júnior (2011, p. 250) “a colônia constitui-se como uma empresa de natureza comercial, no qual os brasileiros não são senão os elementos propulsores destinados a manter o seu funcionamento em benefício de objetivos estranhos”.

O problema da cana estava no exclusivismo que o colonizador submeteu as terras ocupadas. A monocultura destruiu as matas. Segundo freire (2004, p. 81) “o estado de guerra entre o homem e a mata [...]. Não puderam desenvolver-se entre os dois aquelas relações líricas [...]. Aquele amor profundo do homem pela árvore, pela mata, pela terra, típicas das sociedades rurais”.

O colonizador português, ao se interessar somente em expandir a monocultura da cana-de-açúcar, com vistas a atender aos interesses da metrópole, não valorizava as matas. Já o negro, fugido da escravidão, buscou na floresta os recursos para sua sobrevivência, o que o tornou mais integrado com suas dádivas, plantas e animais. Um exemplo são as palmeiras em que o negro irá manejar para fazer seu habitat tão bem como os índios do Brasil:

Com a destruição das matas para a cana dominar sozinha [...]. Deixou de ser um todo harmonioso para se desenvolverem relações de exagerada subordinação: de umas pessoas a outras, de umas plantas a outras, de uns animais a outros; da massa inteira da vegetação à cana imperial e todo- poderosa; de toda a variedade de vida animal ao pequeno grupo de homens brancos-donos dos canaviais, das terras gordas, das mulheres bonitas, dos cavalos de raça. Cavalos de raça tantas vezes tratados melhor que os trabalhadores da bagaceira (FREIRE, 2004, p. 81).

A condição de morador se tornou corriqueira nas relações de trabalho na zona da mata do nordeste após a abolição da escravatura no Brasil. O trabalhador morava no grande latifúndio, produzia para sua subsistência e trabalhava na grande propriedade, recebendo por esse trabalho uma ínfima quantia ou, por vezes, não recebendo nada pelo trabalho

desenvolvida na grande propriedade. Segundo Garcia Júnior (1989, p. 38) “ser morador ou tornar-se morador significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente”.

Trabalhava para o senhor os cinco dias da semana recebendo quantia inferior ao trabalhador não morador e destinava um ou dois dias para cultivo de seu roçado próprio, com a prévia autorização do senhor. As trocas de favores era o senhor que estabelecia e as dívidas morais ligavam as classes sociais numa relação de subordinação e de esperança por novas recompensas (GARCIA JÚNIOR, 1989).

A mísera condição dos trabalhadores da Zona da Mata canavieira, com relações de trabalho herdadas do escravismo, baseadas na exploração e na violência econômica e simbólica, dará o contexto propício para a eclosão das lutas no campo, nos anos 1940 e 1950, com o surgimento das ligas camponesas. O movimento, inicialmente, foi promovido pelo Partido Comunista Brasileiro e irá produzir notoriedade no Brasil e no mundo, principalmente no período que antecede ao golpe militar de 1964 (MONTENEGRO, 2010, p. 73-95; PRADO JÚNIOR, 1966, p. 233).

No caso de Goiana, o sistema socioprodutivo da Zona da Mata Pernambucana, as relações de trabalho, as relações sociais de gênero, após o fim da escravidão, são analisadas na obra de Freyre (2003, p. 18):

Representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (escravidão) de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família) de vida sexual e de família (o patriarcalismo de polígamo); de higiene do corpo e de casa (o “tigre”, a touceira da bananeira, o banho de rio) da Política (compradismo).

Esse sistema em que Gilberto Freyre retrata com um tom de saudosismo em suas obras clássicas, como em *casa Grande e Senzala*, *Sobrados e Mocambos*, a partir de um ponto de vista dos senhores da casa grande, pouco revela do ponto de vista dos trabalhadores e trabalhadoras do eito, as míseras condições de vida e de trabalho na Zona da Mata canavieira (DABAT, 2003).

Sob o prisma das relações sociais de Gênero, as obras clássicas de Gilberto Freyre, principalmente *casa grande e senzala*, são fartas em exemplos de como a desigualdade de gênero e raça era um forte traço cultural do nordeste canavieiro (FREYRE, 2003).

A vida da civilização do açúcar, o suposto abrandamento das relações entre as classes - senhores e escravos, as relações com as amas de leite, a família patriarcal, em que as

meninas viviam sob a tirania dos pais e maridos, são destacados por Gilberto freire, por intermédio de uma reconstituição histórica que se confunde com as vivencias do escritor.

A relação do senhor e do escravo, e o modelo de organização social da casa grande e senzala, marcaram profundamente a estrutura social, econômica, política e também as relações sociais entre os sexos e a divisão sexual do trabalho no Nordeste brasileiro.

Nos escritos de Freyre (2003), quando trata das relações sexuais dos brasileiros no período colonial, esclarece que havia uma conjugação de elementos em que os e, sobretudo, as mulheres estavam situadas quase como uma propriedade do senhor. Os casamentos com meninas de doze e treze anos eram comuns na época e as sinhás, mesmo na condição de esposas oficiais, tinham que conviver com as relações extraconjugais que os senhores estabeleciam com as mulatas e negras que eram destinadas ao trabalho doméstico e também serviam como amas de leite.

Dessa relação de senhor escrava resulta, mesmo depois da abolição da escravatura, uma herança em que as questões de raça e de gênero se entrelaçam desfavorecendo as relações sociais entre os sexos no Brasil e mais particularmente no Nordeste brasileiro.

A complexa configuração que articulam as relações de gênero/raça e as relações de classe estabelecem a dinâmica das relações sociais e particularidades das questões de gênero no Brasil. Como exemplificam Hirata e Kergoat (1994, p. 30):

As relações de gênero e de classe são estruturantes desse modelo de relações sociais, na medida em que os papéis diferenciados para homens e mulheres se repõem em uma retroalimentação mútua visto que, nas sociedades capitalistas, “as relações de classe são sexuadas e as relações de gênero são perpassadas por pontos de vista de classe [...] a exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera da exploração econômica- ou de relações de classe- aquela em que simultaneamente é exercido o poder dos homens sobre as mulheres”.

No final do século XIX, a modernização da zona canavieira resultou numa crescente expulsão de trabalhadores para as cidades, principalmente Recife, no caso Pernambucano, e uma ampliação do mercado de certos bens de consumo (SINGER, 1973).

As plantações de cana-de-açúcar atravessaram períodos de decadência em razão da concorrência mundial: do açúcar de beterraba da Europa e da cana-de-açúcar da Antilhas. “Em decorrência disso, a economia açucareira foi forçada a se modernizar, substituindo os antigos engenhos banguês pelas usinas, com mudanças significativas nas relações de trabalho da região da zona da mata Pernambucana” (SUAREZ, 1977, p. 26).

De fato, a maior consequência para as relações de trabalho, depois de implantação das usinas, foi a expansão da propriedade territorial e a destruição de muitas lavouras de subsistência. No caso das comunidades pesqueiras: povoação de São Lourenço, Tejucupapo; depois do fim das lavouras de subsistência e destruição das matas, somente restaram, como meio de sobrevivência da população local, a pesca artesanal e os trabalhos domésticos; no caso das mulheres, em decorrência dos veranistas nas praias da região (carne de vaca, ponta de pedras, dentre outras) (SUAREZ, 1977).

A partir dos anos 1950 e 1960, pelos relatos orais, observa-se que se inicia um processo de transformação nas formas de sobrevivência. A expansão das lavouras de cana-de-açúcar põe fim às lavouras de subsistência e as casas de farinha. Às populações de São Lourenço e Tejucupapo resta-lhes o labor na pesca artesanal, o trabalho remunerado nas Usinas e nas indústrias de cimento instaladas na região, num processo contínuo de transformação da terra e do trabalho em mercadorias.

Nos anos 1970, cada vez mais há um processo de mercantilização crescente das terras e da força de trabalho. Contudo, as oportunidades de sobrevivência das mulheres, dos povoados pesqueiros, passam a se resumir ao trabalho na pesca e ao trabalho doméstico na casa dos veranistas das praias carne de vaca e pontas de pedra, com o aumento do fluxo turístico na região.

No âmbito mais geral, a partir dos anos 1980 e 1990, no contexto da década perdida e, logo em seguida da avalanche neoliberal, a economia Pernambucana experimenta uma crise da atividade canavieira que contribuirá para agravar os dados sociais e econômicos desfavoráveis em Goiana. O PIB de Pernambuco diminuiu 6,6% entre 1975 e 1980; para 2,4% entre 1980 e 1984, abaixo da média regional. Desse modo, as desigualdades sociais em Goiana se agravam, uma vez que a cidade dependia majoritariamente da produção canavieira.

E apesar de, em meados dos anos 2000, ocorrerem sinais de recuperação econômica na economia Pernambucana, como será exposto mais adiante, os dados no tocante ao desenvolvimento humano, mais particularmente na região de Goiana são inferiores à média de Pernambuco e do Brasil.

Segundo os dados da PNUD 2010, o índice de desenvolvimento humano da cidade de Goiana (IDH) foi 0,651 em 2010, comparados com o IDH de Pernambuco 0,673 e do Brasil 0,727, o que evidencia a gravidade da vulnerabilidade social na cidade. Mais particularmente nos territórios pesqueiros (núcleo litorâneo) ,segundo relatório da Hemobrás, somente 46,7% das residências são ligadas ao abastecimento de água (IBGE, 2010), evidenciado na falta de água nos territórios mais pobres como os territórios de São Lourenço e Tejucupapo.

Apenas 29,7% são ligados à rede coletora de esgotos (IBGE, 2010) sem, no entanto, nenhuma estação de tratamento. A totalidade dos efluentes domésticos é diretamente depositada nas praias e nos rios, sendo foco de doenças como a esquistossomose, de proliferação de mosquitos, além do mau cheiro. A coleta de lixo é irregular na área litorânea de Goiana, apesar do IBGE 2010 apontar que 81,2% das residências contam com coleta de lixo.

Quanto à educação, em 2011, Goiana contava com 72 escolas, sendo a maioria nas áreas urbanas. Para as áreas rurais além de cada distrito possuir pelo menos uma escola de nível fundamental, toda a população dos territórios pesqueiros necessita de transporte escolar para o deslocamento dos estudantes para o centro da cidade. Desse modo, o índice de evasão escolar e a taxa de analfabetismo ainda são muito mais altos nessas regiões afastadas das áreas urbanas, como a área litorânea de Goiana.

Segundo IBGE, censo 2010, o percentual de analfabetismo na área litorânea é de 18,1, ao território de Tejucupapo 32, e Baldo do rio 17,2 observa-se uma taxa alarmante de analfabetos nos distritos de Goiana bem como de evasão escolar que chega a 43,3 na educação de jovens e adultos, segundo o censo escolar de 2011 da Secretaria de Educação de Goiana. Apesar das dificuldades, serão evidenciados mais a frente que o acesso à educação nos níveis médio e superior de Goiana é superior aos municípios da região.

No tocante a assistência médica, o diagnóstico da Hemobrás (2011) revelou pontos críticos pela ausência de serviços de urgência e emergência e falta de ações destinadas a jovens com problemas com drogas nas áreas litorâneas. No tocante a assistência materna, em 2007 e 2009 o município revelou um indicador bastante elevado de mortalidade materna (161,3 e 81,3 por 100 mil nascidos vivos) conforme dados MS/SVS/DASIS- Sistema de informações sobre mortalidade – SIM (2010). Esse dado revela a precária assistência médica para as gestantes do município, agravada nos territórios rurais como os territórios pesqueiros de São Lourenço e Tejucupapo.

1.2.1 Breve histórico sobre as primeiras fábricas da região de Goiana e os primórdios da modernização capitalista na cidade

Por muito tempo Goiana dependeu de modo hegemônico da cultura da cana-de-açúcar, apesar de ter sido fundada desde 1893 e iniciada em 1895 a Companhia industrial Fiação e Tecidos Goyanna fábrica de tecidos do Brasil, bem como ter sido constituída uma vila operária, além de possuir indústrias de cimento, como a conhecida indústria Nassau, do grupo

de João Santos, desde os idos de 1951, o que revela que a inclinação para a produção industrial não é recente, como se poderia supor.

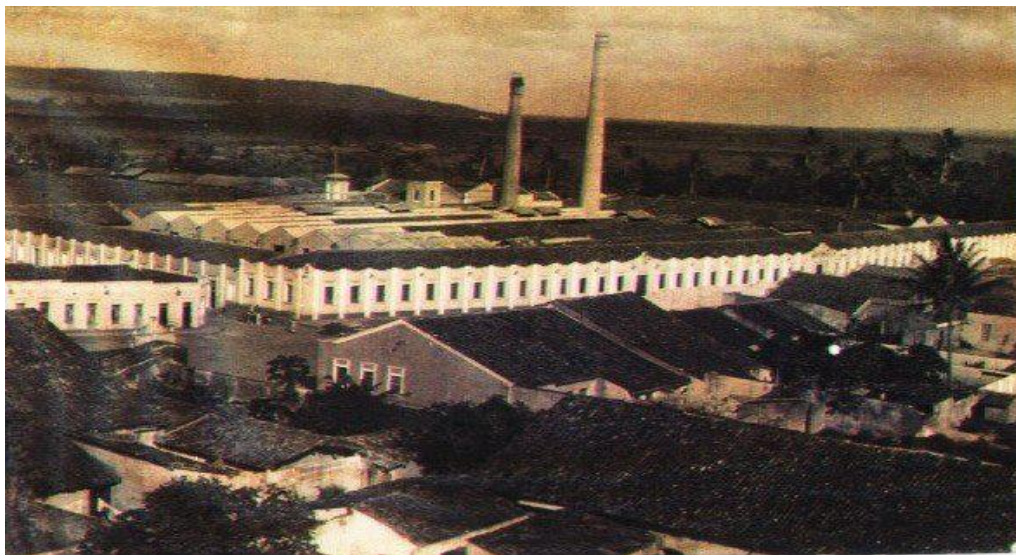
Evidente, reconhece-se que Goiana teve sua história vinculada à produção sucroalcooleira, por meio dos engenhos banguês e, posteriormente, nas usinas de açúcar, que, de certo modo, por meio das inovações tecnológicas e exploração da força de trabalho, já estabelecera uma mudança no tocante a modernização dos meios de produção. Para alguns estudiosos, a Usina já teria todos os elementos da indústria capitalista e comporia os primórdios de um modo de produzir do capitalismo no Brasil. Sem entrar nesse debate, o que nos instiga a conhecer os primórdios da industrialização na região é no sentido de reconhecer que a inserção das indústrias no território não é um fenômeno novo; pois já existia uma “vocação” do território para receber esses grandes empreendimentos, mesmo que de modo incipiente e com grandes lacunas históricas.

Os empreendimentos industriais selecionados para exemplificar a industrialização remota da cidade foram escolhidos por permearem os relatos das entrevistadas da pesquisa. Ora, foi um parente que trabalhou na fábrica de tecidos, no início do século XX, ora nas comunidades de São Lourenço e Tejucupapo em dois empreendimentos que empregaram parte da população pesqueira, a fábrica de cimentos Nassau, do grupo João Santos, ainda nos anos 1950 e já na década de 1980, a fábrica de camarões Atlantis. Além do incremento da indústria do turismo na região que trouxe o emprego doméstico em períodos de veraneio.

O Brasil, até meados do século XIX, assinala uma transformação econ  mica significativa em relação ao período colonial. Nessa época, o país realizou um relativo progresso Industrial que, ao final do Império, contava com cerca de cem estabelecimentos de certa importância. As manufaturas têxteis tem proeminência e concentra-se no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em centros do Nordeste (de população densa e de larga produção algodoeira) (PRADO JÚNIOR, 2006).

A cidade de Goiana, ainda no final do século XIX, irá implantar uma indústria têxtil, no contexto do crescimento da indústria têxtil de Pernambuco, principalmente em decorrência da guerra de secessão, a partir de 1860, nos Estados Unidos quando o país interrompeu o fornecimento de algodão para a indústria Inglesa. Nesse período, Pernambuco exportou algodão na mesma proporção que o açúcar. As exportações cresceriam por dez anos consecutivos e, por isso, os produtores iriam investir na indústria local. A Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna foi fundada em 1893, mas somente entrou em funcionamento dois anos mais tarde, integrando o polo de indústrias têxteis de Pernambuco.

Foto nº 1 - Fábrica de tecidos de Goiana fundada em 1893.



Fonte: <http://blogdotenentemenezes.blogspot.com.br/> acesso em 15.03.2017.

Seguindo os padrões do sistema fabril do período, na qual visava o controle ao máximo da vida privada dos trabalhadores, foi providenciada a construção de uma vila operária próxima à sede da fábrica, para os operários da fábrica. Esse conjunto arquitetônico, presente no espaço na cidade, revela esses primórdios da presença industrial na cidade de Goiana.

Foto nº 2 – Antiga vila operária da Fábrica de Tecidos da cidade de Goiana.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira. Goiana (Agosto de 2016).

O apogeu econômico da fábrica se deu nos anos 1930 e 1940, entrando em declínio. Segundo Prado Júnior (2006, p.199):

Faltava sobre tudo o que a moderna indústria fabril e mecanizada exige como condição essencial de vida: um mercado amplo e em contínua expansão, o que as condições sociais e econômicas da grande massa da população brasileira não podiam oferecer. Não era possível que as manufaturas nacionais concorressem com a importação estrangeira proveniente de indústrias altamente desenvolvidas.

Nos anos 1970, com a praga do bicudo atacando as plantações de algodão no Nordeste, inicia-se o declínio da indústria têxtil em Pernambuco². Mais particularmente as indústrias que produziram maior impacto nos empregos para as populações pesqueiras em Tejucupapo, São Lourenço se deu a partir dos anos 1950, com o grupo João Santos, a fábrica do cimento Nassau, e em seguida, nos anos 1980 em diante, a atlantis (fábrica de cultivo de camarões).

Cada vez mais há uma inserção das populações das comunidades pesqueiras nas fábricas da região. O turismo e a chegada dos veranistas também abriram postos de trabalho para as mulheres no trabalho doméstico, no período de veraneio. O nexos monetário, pouco a pouco, afasta a população pesqueira dos valores de uma economia moral. A mudança foi se dando gradualmente e hoje se acentua com a chegada da Fiat Chrysler e das fábricas associadas à cadeia produtiva.

A primeira fábrica de cimento do grupo João Santos começou em 1951 em Itapessoca, na região perto das comunidades pesqueiras investigadas. Depois o grupo abriu mais doze fábricas de cimento em diversos estados brasileiros. O grupo possui vinte e quatro empresas no Brasil, desde a pecuária, agricultura, fábricas de papel e celulose e usinas de açúcar a empresas de comunicação.

Com a morte do patriarca João Santos, a disputa pelo poder no grupo entre os irmãos tem gerado uma diminuição dos empregos e a perda de benefícios entre os trabalhadores da fábrica Nassau de Itapessoca. Por muito tempo essa fábrica absorveu parte das populações das comunidades pesqueiras de Tejucupapo e São Lourenço. O pai de Dadá (uma das entrevistadas) trabalhou nessa fábrica por anos e alguns pais das operárias investigadas também foram operários dessa fábrica.

² <http://goianadoscaboclinhos.com.br/portfolio/fabrica-de-tecidos-de-goiana/>

Segundo depoimentos dos pescadores e de acordo com representantes do ICMBIO, nos anos 1990, a Atlantis, empresa de criação de camarão, irá causar um impacto ambiental e social nas comunidades pesqueiras. Empregando maciçamente as mulheres que vivem da maré, dentre elas, Edjane a líder das marisqueiras. A Atlantis faz parte do grupo Fernandes Vieira, formado por mais de dezenove empresas, com sede no Recife, atua na saúde (Hospital Santa Joana e Memorial São José), agro business e transportes, além da carcinicultura, sendo um dos maiores exportadores de camarão marinho do país.

A líder das marisqueiras do quilombo de São Lourenço trabalhou na Atlantis e nos falou um pouco de sua experiência de trabalho nessa empresa:

Trabalhei na Atlantis desde 2008. Eu me lembro da humilhação, de tudo. Você é obrigada a passar do horário, sendo ameaçada. Você está dormindo e vem te chamar de madrugada: bora, bora, bora, você não é dono de sua própria vida, é humilhação. A gente trabalhava na água de 9 a 6 graus e homem dizia: ou você passa da hora ou eu vou pegar seu nome, aí eu dobrava no serviço (Edjane, São Lourenço, 2016).

Entre os pescadores da colônia também é um consenso geral que essa empresa causou grandes danos aos mangues. Os pescadores relataram que os produtos químicos utilizados pela empresa contaminaram o mangue (cloro, metabissulfito de sódio), prejudicando sobremaneira a atividade pesqueira da região.

O turismo nas praias de Goiana também modificou a face do território das comunidades pesqueiras, principalmente no verão. Até os anos 1960, a região era de difícil acesso. A partir dos anos 1970 e 1980, as praias de ponta de pedras e carne de vaca começaram a receber maior quantidade de veranistas, que passaram a contratar as mulheres das pequenas comunidades pesqueiras para os trabalhos domésticos, por temporada. As barracas nas beiras das praias também contratam cozinheiras e garçonetes. Além disso, na comunidade quilombola de São Lourenço, há um grupo de mulheres que trabalham produzindo colares com conchas e produtos do coco denominados: Quilombolas de São Lourenço. Em conversa com a líder do grupo de artesãs:

Toda a renda daqui era só maré, maré, maré. Todo sustento da comunidade vinha da maré. Meus avós eram pescadores, meus pais eram pescadores. Depois com o tempo foram chegando as fábricas aqui perto. A primeira foi a Nassau, meu avô trabalhou lá e para ter renda mesmo na comunidade foi a Atlantis. Muitas mulheres foram trabalhar lá, as mulheres saíram realmente da pesca para trabalhar lá. A Atlantis é a empresa que causou maior impacto (líder das artesãs: quilombolas de São Lourenço).

A Atlantis empregou maciçamente as mulheres da povoação de São Lourenço. O trabalho parcelado em tarefas típicas de uma lógica taylorizada relativa ao processo de trabalho. A líder do grupo de artesãs também falou de sua experiência na fábrica da Atlantis:

Eu tive meu primeiro emprego lá. Era em carnicicultura, fazia à pesagem, a coleta, a limpeza. A empresa possibilitou renda para muitas mulheres que eram donas de casa, mas os pescadores e marisqueiras reclamavam da diminuição do peixe e do camarão. Tinha o campo e o beneficiamento. O beneficiamento empregava as mulheres e como essa parte acabou aí saímos de lá.

Para as mulheres mais jovens, a fábrica da Atlantis estabeleceu a possibilidade do primeiro emprego de carteira assinada. Para as marisqueiras e pescadores antigos, a empresa promoveu uma ampla destruição ambiental nociva à economia do lugar. Como largamente explanado em reunião na colônia de marisqueiras de São Lourenço e na reunião do conselho da reserva extrativista Acaú / Goiana, na qual participamos em algumas ocasiões, todos os pescadores e marisqueiras questionavam a ampla destruição ambiental que a empresa promoveu no mangue da região, matando caranguejos, peixes e mariscos.

1.2.2 A comunidade pesqueira de Tejucupapo: a terra das Heroínas e a identidade de gênero

As origens dos dois povoados, São Lourenço e Tejucupapo, têm relações históricas com os engenhos formados na região ainda no período colonial. O engenho Megaó, que hoje já não há nem mais as ruínas, estava vinculado à formação desses dois territórios, que foram constituídos predominantemente pela população de negros e de índios. No início, os distritos de Tejucupapo, São Lourenço, Carne de Vaca, Tabatinga, Pontas de Pedras, Poço das Duas Catuamas pertenciam à freguesia do Tejucupapo (SANTIAGO, 1946, p. 32).

Há registros, Santiago (1946) que esse espaço já era habitado desde século XVI pelos índios, colonizadores portugueses e escravos africanos. Com a formação de engenhos na região e após o fim da escravidão, os negros foram alojar-se nesses povoados, próximos da mata atlântica e do mar. A capitania de Pernambuco contava com as chamadas missões de índios, locais em que os padres Jesuítas catequizavam os índios da região e a freguesia de São Lourenço de Tejucupapo fazia parte dessas missões.

Os engenhos de açúcar foram os germes dessas povoações esparsas. São territórios “esquecidos” por séculos em relação às melhorias nas condições de vida. Em meados dos

anos 1980, ainda não tinha luz elétrica e água encanada e, até hoje, a água é insuficiente para atender essas povoações, que sequer possuem qualquer tipo de esgotamento sanitário.

Pode-se inferir que nessas povoações, mesmo tendo uma origem secular, na medida em que esses territórios já eram povoados desde século XVI, a situação social de pobreza extrema se modificou muito lentamente e, passados cinco séculos do início da colonização brasileira, a substituição de casas de taipa por alvenaria, bem como a chegada da luz elétrica, só veio ocorrer já nos últimos decênios do século XX.

O território pesqueiro de Tejucupapo está inscrito na história de Pernambuco como um local de expulsão dos Holandeses pelas mulheres Heroínas. Pequeno povoado que possui muita história para contar. Os moradores do lugar relembram essa história anualmente em um espetáculo de teatro ao ar livre que resgata a identidade das mulheres Heroínas que contribuíram na luta pela defesa do território.

Reconstituir essa história vai revelando os primórdios do lugar, as dificuldades, as atividades produtivas seculares, a memória oral secular e o sentido dessa resistência que se situa num passado longínquo, mas que perdura como fonte de resistência do presente, como capital político por melhores condições de vida, por uma maior igualdade de gênero para uma população relegada a invisibilidade num território pesqueiro do Nordeste brasileiro.

Foi no ano de 1646, na freguesia de Tejucupapo que ocorreu a “famosa e miraculosa vitória que alcançaram dos Holandeses os moradores da povoação de São Lourenço de Tejucupapo” (SANTIAGO, 1946, p. 70):³

Os holandeses que estavam na ilha de Itamaracá vendo-se apertado da grandíssima fome que padeciam, porque não lhes vinha provimento do Recife [...] Sendo o fim de Abril de 1645 determinaram fazer uma saída ilha e dar de repente na povoação de São Lourenço de Tejucupapo aonde sabiam que sem seu distrito tinham roçarias de mandioca em muita quantidade. Por ser terra fértil e abundante. O certo é que houve mais de um ataque àquela povoação.

As mulheres de Tejucupapo - Maria Camarão, Maria Quitéria e Joaquina -, vendo o seu território invadido pelos holandeses e o iminente perigo de morte dos seus filhos e

³ Os holandeses tentaram várias vezes subtrair os alimentos dos povoados daquela região, não somente no distrito de Tejucupapo, mas também na povoação de São Lourenço, como constam nos registros históricos (SANTIAGO, 1946, p. 70). Em 29 de Abril de 1646, numa segunda feira de manhã os holandeses chegaram ao rio Tejucupapo “O inimigo, vendo-se duas vezes reprimidos com tanto valor dos que se defendam, ajuntou a sua gente em um esquadrão e tornou a investir com o reduto com tanta fúria e coragem que lhe abriu um Portilho onde podia entrar como já ia entrando; porém aquelas valorosas mulheres com varonil ânimo, vendo o perigo na sua honra e vida e de seus maridos e filhos [...]. Com dardos, chuços e paus tostados e outras armas defenderam e impediram a entrada” (Santiago, 1946, p. 73).

maridos atacaram os holandeses com pimenta e água fervida em tachos e panelas de barro. Não defendiam a permanência Portuguesa no Brasil e nem a saída dos holandeses, estavam defendendo o território, a sobrevivência. Mas o resultado simbólico da batalha das heroínas de Tejucupapo não se resume as questões objetivas. A bravura dessas mulheres deixou como herança um significado de bravura das mulheres que foi transmitido pela tradição oral, de geração a geração, sendo o evento histórico ressignificado na contemporaneidade e rememorado pelas mulheres de Tejucupapo como um elemento de identificação de gênero, com a qual se estimula e retroalimenta uma disposição de luta das mulheres pescadoras.

Foto nº 3 – Estátua de Clara Camarão, um dos símbolos da célebre batalha ocorrida no século VI das heroínas de Tejucupapo.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (Agosto de 2016).

Cabe enfatizar que essa história da batalha das heroínas de Tejucupapo já foi contada por diversos meios: em livros, teses, filmes, documentários e pelas próprias mulheres da comunidade que realizam um teatro todos os anos sobre a célebre batalha. Reconheçamos que há muitas maneiras de se contar uma história; privilegiar datas e nomes de personalidades ilustres, guerreiras, pessoas da elite ou do povo, com ênfase nos aspectos econômicos, políticos e sociais.

No presente trabalho, restou-nos um desafio de contar a história a partir das nossas preocupações de pesquisa, na que medida em que por uma intuição investigativa percebemos que a memória da batalha das heroínas de Tejucupapo está presente na contemporaneidade, e

contribui, de certo modo, para a luta por igualdade de Gênero da maré de Tejucupapo e de São Lourenço, e por melhores condições de vida em territórios pesqueiros.

Por meio do relato oral de dona Luzia, 70 anos, líder da associação das heroínas de Tejucupapo e moradora da localidade desde tenra idade foi possível reconstituir os primórdios do território pesqueiro de Tejucupapo, suas condições de vida, moradia e trabalho, além de ressaltar as relações sociais de gênero, por meio de sua experiência de vida e de suas companheiras.

Cabe esclarecer que, na proporção em que Luzia relembra das situações vividas no passado, também está realizando um intenso trabalho de recuperação de uma memória coletiva onde está tratando de situações ilusórias, mas da essência de sua vida e das pessoas da localidade. (BOSI, 1994).

Os percursos narrativos de Luzia podem ser pensados pelas reflexões feitas por Halbwachs, uma vez que, segundo o referido autor, a atividade da memória é exercida tendo como pressuposto a função social exercida no presente pelo sujeito que se lembra. (HALBWACHS, 1994).

Foto n º 4 – Luzia, presidente da associação das Heroínas de Tejucupapo.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (2016).

Foto nº 5 – Igreja católica de Tejucupapo.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (2016).

Partindo de sua história de vida e do seu entendimento sobre as lutas em defesa do seu território, e, sobre o lugar das mulheres nessas lutas, pretende-se reconstituir o fio que liga as resistências do passado às pelejas do tempo presente. Pressupondo como (MONTENEGRO, 2010, p. 40) que o processo de recuperação da memória é “[...] um trabalho ininterrupto de ressignificação do presente enquanto leitura a partir de um passado que se atualiza enquanto memória informando a percepção”.

No caminho que vai ao litoral norte de Pernambuco, cruzando as praias de carne de vaca e de Pontas de pedras se vê uma placa: Local da batalha das Heroínas de Tejucupapo. Instigadas pelo tema, nos deslocamos ao distrito de Tejucupapo para encontrar a tão comentada dona Luzia, presidente da associação das Heroínas de Tejucupapo. O local é formado por um povoado pequeno com casas de alvenaria nas ruas principais e outras mais simples, de barro ou pau a pique nas regiões periféricas do povoado. Esse território teve

origem no período da colonização brasileira e guarda na memória coletiva um passado de lutas em defesa do território contra os colonizadores portugueses e os holandeses.

Foto nº 6 – Placa na entrada de Tejucupapo.



Fonte: Valeria Costa Aldeci de Oliveira (2016).

Ao chegarmos à casa de dona Luzia fomos muito bem recebidas e nos sentamos em suas confortáveis cadeiras de balanço, típicas das pequenas localidades. Após as apresentações iniciais começamos a entrevista propriamente dita. Ao longo da conversa percebemos que o relato da experiência de vida de Luzia aproximava as experiência de gênero e as experiências de trabalho no presente com as experiências passadas e, que, por sua vez, se distanciavam, com rupturas e ligações sempre imprevisíveis.

Segundo Luzia, quando ela era bem pequena, ou seja, por volta de meados dos anos de 1950, a comunidade de Tejucupapo ainda era reduzida, com casas de taipa. “Só tinha casa de alvenaria daquele tijolo cru na rua central perto da praça”. As casas em estilo colonial foram todas remodeladas, segundo Luzia, apagando grande parte da memória espacial do povoado de Tejucupapo.

As principais atividades produtivas já registradas há séculos no território são a pesca, as plantações de cana de açúcar e as plantações de subsistência (mandioca, milho, feijão) e a sobrevivência da mata atlântica. Luzia expõe sua história de vida pessoal:

Nasci em Tejucupapo, mas não convivi com meus pais. Fui criada pelo meu padrinho, um policial, desde os quatro anos de idade e não teve uma infância muito boa, porque era tratada, pela família que me criou, como uma empregada doméstica. Fazia todo o trabalho doméstico.

Privaram-lhe de algo indispensável a qualquer criança: o direito a afetividade familiar e, sobretudo, o de ser simplesmente criança. Depois ela saiu da casa dessa família, indo procurar guarida com alguns parentes, inclusive chegou a morar com uma tia.

Aos dezoito me casei. Aos vinte e nove, tornou-me viúva, já então, a essa altura, com sete filhos para criar. O meu marido tinha ido trabalhar em São Paulo e sofreu um acidente de trabalho, me deixando viúva com uma pequena aposentadoria, que só recebi depois de sete meses, por causa de um erro da previdência social, que não foi possível corrigir, pois eu não tinha recursos para viajar para São Paulo em 1970. Em 1976, a sua situação se agravou.

Naquela época, o filho mais velho tinha dez anos e o mais novo oito meses. Dona Luzia expõe:

Aqui em Tejucupapo a grande maioria das pessoas vivia da pesca, outros viviam de roça e outros viviam do corte de cana. “Eu, como não sabia desenvolver essas atividades, fui lavar roupas no rio, vender revistas e vender jogo do bicho” Eu trabalhei muito no rio lá em baixo, saía de casa de madrugada e vendia o jogo do bicho porque eu tinha um trocado para comprar bolacha, o leite, o gás para colocar no candeeiro.

Esclareceu que precisou travar uma batalha para garantir sua sobrevivência e de seus filhos, dado que se tornou viúva muito nova. Narra os problemas enfrentados com a doença, o sofrimento, a falta de moradia digna, a fome e as suas conquistas, estabelecendo uma relação surpreendente com o passado colonial, ao rememorar a batalha das heroínas de Tejucupapo. Para Luzia, recuperar a memória coletiva da comunidade de Tejucupapo, com a batalha das heroínas, é dar sentido as suas lutas no tempo presente.

Dona Luzia afirma que passou muita necessidade ao longo de sua vida. Diz que o filho mais velho tem verdadeiro “horror” ao cardápio coco com farinha, pois comia todas as manhãs antes de ir para escola. Na época, ele já estava enjoado do prato e sua mãe dizia, para

lhe convencer a comer, que o alimento era “forte” e dava energia para estudar. Quando, anos mais tarde, descobriu que comia por necessidade, passou a rejeitar veementemente o alimento.

Nos povoados pesqueiros, apesar das famílias de Tejucupapo se utilizarem dos recursos naturais para alimentação; tais como coco, os peixes e o caldo de marisco, havia uma dificuldade de se obter outros gêneros alimentícios, como, por exemplo, os derivados do boi e da vaca, como leite, carne e queijo. Além disso, quase não se tinha acesso aos produtos industrializados até os anos 1960. O transporte para a cidade de Goiana inexistia e, portanto, utensílios domésticos, alimentos industrializados eram de difícil acesso. Portanto, o coco verde era um fruto que sobrava, e, muito utilizado na alimentação dessas comunidades, sobretudo os frutos do mar (peixes, camarões, sururus, mariscos). De acordo com Luzia, quando se tem ocasiões especiais ou quando se vai em busca de lazer nas praias, o alimento menos desejado é o marisco porque, segundo ela: “já fomos criados a base desses alimentos”.

Luzia também recorda que depois as coisas foram melhorando quando arranhou um emprego de merendeira na escola e passou a estudar para exercer a função de auxiliar de enfermagem. Casou-se novamente, teve o oitavo filho, mas se separou e, como afirmou na entrevista: “agora com o oitavo filho para criar”.

Nesse ponto paro para indagar na entrevista como Luzia recuperou a história das heroínas de Tejucupapo. E o que essa história significa para ela? E para todas as mulheres daquele pequeno distrito de Goiana?

A vontade de reviver a batalha de Tejucupapo veio quando eu fui internada em um hospital em Recife, estava com sérios problemas de coração e precisava colocar um marca-passo, sob o risco de perder a minha vida. Nas conversas na fila do hospital conheci uma professora, no ano de 1986, que, ao perguntar a minha origem, fez uma expressão de surpresa ao revelar que era de Tejucupapo: “eu sou louca para conhecer esse lugar, onde ocorreu a batalha das heroínas em 1646, afirmou a professora no hospital”. E eu falei que nas escolas do povoado nenhum dos professores falavam sobre aquela história. Quando eu melhorei, e ainda convalescendo, resolvi mobilizar a comunidade em torno do sonho de resgatar a história de luta das mulheres de Tejucupapo.

Ao recontar a histórica batalha das heroínas de Tejucupapo, ocorrida ainda em meados do século XVI, recupera uma tradição oral, passada de geração em geração, visto que lembra que sua avó contava para sua mãe sobre aquele dia em que as mulheres do povoado expulsaram os invasores holandeses, usando de astúcia, fé e inteligência:

Vez que “pelejaram com animo e coragem” uma vez que corriam perigo de vida seus filhos e maridos e usando água quente com pimenta, chuços, dardos, paus

tostados contras os holandeses e muita fé em Deus, Cosme e Damião e em todos os santos, venceram a batalha contra os holandeses Analecto Goianensse Tomo I. (Santiago, 1946, p. 74).

Foto nº7 – Encenação da batalha das heroínas de Tejucupapo.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (abril, 2017).

Luzia, ao desenvolver sua narrativa numa interlocução ininterrupta entre vida pessoal e memória coletiva, nos conta como se identificou com a história das Heroínas e em qual momento de sua vida:

Aí eu disse assim, no meu pensamento: se eu sair desse hospital com vida eu vou contar a história de Tejucupapo para o povo saber como as heroínas sofrem: sofre doença, sofre fome, sofre “nueza”, sofre tudo, sofre espancamento de marido, são heroínas. Muitas mulheres ainda apanham do marido e não denunciam e eu vou contar a história de Tejucupapo, dessa vez eu vou contar. Se eu sair daqui com vida eu conto.

A líder das heroínas busca encontrar forças na história ocorrida no século XVI para os problemas do presente. Como enfrentar a dureza da sua existência? Qual o recurso simbólico no enfrentamento da desigualdade de gênero e nas desigualdades sociais que as mulheres de Tejucupapo experimentam na atualidade: fome, “nueza”, doença, espancamento de marido. De modo inusitado elas foram buscar referências na tradição oral da história das heroínas de Tejucupapo. Ao recobrar essa memória encontram forças imponderáveis para as lutas cotidianas, posto que a memória só faz sentido quando tem uma finalidade social no presente.

As mulheres de Tejucupapo, com a liderança de dona Luzia, passaram a encenar todos os anos a batalha das Heroínas de Tejucupapo. Mas não só isso, passou a se identificar com um discurso de que as mulheres dos povoados de Tejucupapo e São Lourenço são fortes, que possuem iniciativa, muitas vezes, mais dos que os homens da região. Luzia argumenta nesse sentido:

Eu escrevi e revivi essa história, das heroínas de Tejucupapo, porque eu dizia que essa história fazia parte da minha vida. Porque sempre aqui as coisas ruins, as coisas de luta sempre são as mulheres que enfrentam. Os homens aqui são parados. Eu tive sete filhos homens. Agora eu tenho seis porque um foi assassinado. Mas sempre os homens só vão empurrados pelas mulheres, tá entendendo? Aqui ninguém toma a iniciativa de nada. Você mora num lugar com a rua cheia de lixo toda desmantelada e acham que eu falo muito, porque eu reclamo. Pagamos nossos impostos e era para ter uma rua limpa, varrida, não era para ter lixo na porta de casa. Se agente não reclama ninguém resolve. (Luzia, Tejucupapo, 2016)

Foto nº 8 – Plateia do teatro da batalha das Heroínas de Tejucupapo.



Fonte: Valéria Costa Adeci de Oliveira.

A povoação de São Lourenço, que à época da batalha das heroínas era São Lourenço de Tejucupapo, fazia parte da freguesia de Tejucupapo. Identificamos o mesmo discurso por parte das mulheres da maré. Edjane, a líder das marisqueiras, revela seu entendimento sobre o protagonismo feminino na região:

Aqui as mulheres tem mais iniciativa. Nós fizemos o curso de pedreiro e construímos o centro de treinamento ali. Os homens tem menos iniciativa que nós. Na criação da reserva extrativista, foram as mulheres que puxaram a discussão e a luta. (Edjane, líder das marisqueiras, São Lourenço, Agosto de 2014).

A luta das mulheres contra os holandeses no século XVI esta viva na memória coletiva das mulheres nos territórios pesqueiros investigados. Não podemos afirmar até que ponto os eventos estão relacionados; do empoderamento feminino e da memória coletiva. Mas evidenciamos que, pelo menos no plano do discurso das mulheres entrevistadas nos territórios pesqueiros, a memória aqui é evocada como combustível para as mais variadas lutas: igualdade de gênero, trabalho digno na pesca, acesso a qualificação profissional e aos empregos disponibilizados pelas fábricas da região.

Foto nº 9 – tipos de residências no território de Tejucupapo.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (abril, 2016).

No tocante a infraestrutura e aos direitos sociais básicos, o território de Tejucupapo possui casas de alvenaria nas ruas centrais e ainda casas de pau a pique nas regiões periféricas. Não possui nenhum equipamento da política da assistência social (Centro de referencia da assistência social CRAS). Possui um posto de saúde, mas que, segundo as informantes da pesquisa não possuem remédios, poucas vezes tem médico e, para realizar os partos na região, as mulheres encontram muitas dificuldades de atendimento, muitas vezes recorrendo a outras cidades vizinhas para realização do parto.

O aumento do consumo de drogas e da gravidez na adolescência são outros problemas evidenciados pelas entrevistadas, bem como a falta de serviço para atendimento do número crescente de jovens dependentes químicos. Como expõe dona Luzia:

“As meninas estão sofrendo muito na hora do parto. As jovens aqui começam a ter filhos muito cedo e é um sofrimento. Elas passam com os rapazes para usar drogas bem novinhas. Os jovens estão usando drogas. No posto de saúde não tem nem seringas descartáveis suficientes para os diabéticos. A coleta de lixo não é boa. Então nos somos guerreiras, nós estamos lutando por tudo isso aqui em Tejucupapo”.

A escola do povoado melhorou em relação aos “tempos antigos”, mas ainda não possui a qualidade desejada pelas entrevistadas. Há uma dificuldade em relação água encanada regular, e a coleta regular do lixo. Nesse contexto, Luzia expõe: “são muitos os problemas”. “Os vereadores me chamaram para fazer uma homenagem, por conta do teatro das Heroínas e eu falei tudo na tribuna: da falta de saúde pública, da educação precária, da falta da coleta do lixo, das drogas e da gravidez na adolescência”.

Nas lutas do passado as Heroínas do povoado de Tejucupapo encontram forças para as batalhas do presente, agora não mais expulsando os colonizadores, mas numa contínua busca por acesso aos direitos básicos de cidadania.

1.2.3 A Povoação de São Lourenço: memórias das condições de vida, do trabalho e das relações de Gênero.

A povoação de São Lourenço localiza-se em Goiana, município da Zona da Mata Pernambucana, na divisa entre os estados de Pernambuco com a Paraíba, a 65 km do Recife e a 55 km de João Pessoa; tem cerca de 75.000 habitantes. São Lourenço é um distrito de Goiana com aproximadamente 950 famílias, de acordo com a presidente da associação das marisqueiras da Povoação. A origem do território tem relação com a formação dos engenhos de açúcar no Brasil colônia. Quando ocorreu a libertação dos escravos, no final do século XIX, os negros procuraram se estabelecer em pequenos povoados perto do mar, dos rios e da mata, formando comunidades de negros libertos.

As famílias de negros, vinda dos engenhos de Goiana e das proximidades do território de São Lourenço, se estabeleceram nesses pequenos bairros rurais. A povoação de São Lourenço tem origem na doação de terras do sítio mangueirinha, por volta de 1920, pelo dono do engenho Megaó: Olavo Maranhão. Seu gado estava doente, então fez uma promessa: se os animais fossem curados faria a doação de terras à população local. A promessa foi atendida pelo Santo, e, assim, resolveu doar o seu sítio que passou a ter o nome do santo (Zilda, São Lourenço, novembro 2015).

A origem do nome São Lourenço tem relação com uma homenagem ao santo, pois sua imagem foi encontrada por moradores do sítio mangueirinha, em uma bica de água no sítio Megaó, na qual a comunidade se abastecia localizada no engenho de Megaó. A imagem foi retirada e colocada sob uma pedra para que a população pudesse fazer suas preces e promessas. À noite ela foi guardada na casa de um morador e, misteriosamente, no outro dia, reapareceu de novo na bica do engenho. Então os moradores providenciaram a construção de uma igreja para abrigar o santo, argumentando que o santo clamava por uma igreja. (Zilda, São Lourenço, novembro 2015).

Perseguindo os rastros dos primórdios de São Lourenço, fomos conhecer dona Pequena, uma mulher idosa de 83 anos e que morou, quando criança, no engenho Megaó com seus pais e irmãos. Fomos levadas a sua casa através da indicação de uma liderança local. Sua casa revelava sua condição social. Como afirma Certeau (2011:204) “indiscreto, o habitat confessa sem disfarce o nível de renda e as ambições sociais de seus ocupantes”.

Sua casa revelava que, na condição de pescadora, sua vida era dura e vivia com poucos recursos. Ao iniciarmos a conversa sentimos que não havia espaço para uma entrevista nos moldes tradicionais. Dona Pequena se movimentava de modo intenso e com uma disposição jovial em um pequeno quintal, como se o tempo não tivesse passado. Sua disponibilidade para uma conversa calma era pouca. Restou-nos realizarmos as perguntas ali mesmo em pé. Em outra oportunidade, fizemos uma entrevista mais demorada, dessa vez na mesa da cozinha de dona pequena, onde relatou sua infância como um tempo difícil no engenho Megaó, em que seus pais trabalhavam em troca de um prato de comida, num tempo que segundo ela “aperreava muito seu pai com fome, chorando, pedindo comida”.

Foto nº 10 – Dona Pequena relatando sobre “os tempos antigos” em São Lourenço.



Fonte: Valeria Costa Aldeci de Oliveira (Abril, 2016).

Dona pequena inicia sua narrativa contando a saga de sua família oriunda do sertão que veio para o engenho Megaó em Goiana Pernambuco em busca de trabalho e comida. Dona pequena explica: “Eles desceram para as praias para caçar legumes para comer porque passavam muita fome, entende? Vinham tudo morrendo de fome. Já minha mãe foi criada nesse lugar. Quando questionada sobre qual era o nome de sua família a resposta veio depressa e impaciente: “caçuá, caçuá porque carrega cavalo procurando ganho para receber comida. Engenho que moía, fazia açúcar, entende?”

Como um fato pitoresco, dona pequena relata que quando na sua infância gostava de conhecer as famílias que desciam do sertão na mesma condição em que a família de seu pai chegou à cidade de Goiana:

“Certa vez chegaram três famílias do sertão e nós éramos pequenos e íamos só para reparar; A gente subia uma ladeira da peste só para perguntar: vocês são de onde? Do sertão? estão com fome? Estamos. Os meninos dentro de um caçuá, era um negócio para carregar cana, dormindo com umas trouxas com panos pretos”.

O pai de dona pequena sempre trabalhou na “picuca”, que, conforme seu relato, era o trabalho no engenho de limpar cana; tomava conta de cavalo e de carroça de boi no engenho Megaó. Os avós paternos, que vieram do sertão depois, voltaram para suas terras, mas seu pai permaneceu no engenho, tendo posteriormente se casado com a sua mãe, em um casamento “arranjado” pela sinhá.

Sua avó materna morreu ao parir sua mãe: “Minha avó morreu no chão. Pariu no chão. Cadê esteira? Cadê lençol. Aí quando a menina nasceu ela pegou um vento, aí morreu. Quando o povo veio acudir, ela já estava morta no chão limpo e seco”. (Dona pequena, São Lourenço, Julho 2016).

As condições de vida dos moradores dos engenhos banguês eram extremamente miseráveis e suas condições de saúde, habitação e alimentares não atendiam os mínimos vitais para sobrevivência. O trabalho precoce das crianças e adolescentes, em condições extenuantes, as moradias precárias de pau a pique, sem as mínimas condições sanitárias, sem mobílias, a falta de abastecimento de água potável e a alimentação insuficiente, aliada a falta absoluta de assistência médica, repercutiam nos altos índices de mortalidade infantil e pouca expectativa de vida - 46 anos de idade (DABAT 2003, p. 449).

Em decorrência da vida difícil ocorriam perdas precoces; dos pais, irmãos e filhos, ou seja, uma dor incomensurável, tão mais forte quanto se sabe que essas mortes poderiam ter sido evitadas pelo simples acesso a uma rede de saúde e a terra.

Nesse tempo, era comum recorrer-se às benzedadeiras. Quem dava jeito era a benzedeira mesmo porque não se tinha acesso aos serviços de saúde. Em São Lourenço, dona pequena, até os dias de hoje, ainda cultiva práticas da cura por plantas e métodos naturais, herdada dos índios e praticada nos engenhos. Nos antigos engenhos, as relações entre os senhores e os moradores eram costuradas pelo mote da dependência, visto que os moradores não poderiam prover sozinhos as suas mais básicas necessidades de comer, de vestir e morar. Assim, como afirma Garcia Jr (1990, p. 40): “Nas situações extraordinárias ou difíceis da vida corrente, doenças, mortes, recorria-se ao senhor e era sua generosidade nestes momentos que alimentava a imagem de protetor legítimo de todos que habitavam no interior do domínio”.

A “generosidade” da Sinhá é destacada por dona Pequena pelo fato dela, após a morte de sua avó, ter assumido a criação de sua mãe, possibilitando a moradia e o trabalho no engenho, realizando o casamento de sua mãe com outro trabalhador da lida. Porém, o fato de sua avó ter parido sem um lençol no chão do terreiro põe em dúvida a tese da assistência nos momentos difíceis, dada a penúria experimentada pela sua avó materna na hora do parto, revelando a miséria experimentada pelos moradores do engenho Megaó.

Ao mesmo tempo, que sua narrativa demonstra uma “fidelidade” aos donos dos engenhos, movimenta-se em um discurso contraditório: das lembranças dolorosas, sua fala passava para a gratidão aos antigos patrões do engenho: “digo isso, mas a sinhá nos dava comida, meus pais trabalhavam em troca de comida”. Depois que o engenho fechou toda a sua família se mudou para a povoação de São Lourenço.

O exemplo da família de dona Pequena expõe as condições de trabalho do Nordeste canavieiro, visto que a transição para o mercado de trabalho foi lenta. Sabe-se que os ex escravos, assim como os trabalhadores livres da região, foram sendo utilizados como moradores. Houve uma transformação na antiga situação dos escravos; agora intitulados como “moradores de condição”. A morada proporcionava a lavoura de subsistência ao trabalhador, que deveriam trabalhar para os proprietários de terra por um determinado período, com salários ínfimos. Era a condição de quase escravidão se perpetuando, agora de outro modo (BARBOSA 2008, p.146).

Como exemplifica dona Pequena: “No engenho Megaó, minha mãe e eu trabalhávamos em troca de comida. Aí a gente veio morar aqui. Aqui não tinha nada. Era tudo longe. Aqui é chamado de quilombola porque era uma negada só”. Risos (Dona pequena, 83 anos, São Lourenço, Julho de 2016).

Toda a família de dona a Pequena, inclusive seus pais e avós, trabalhou no engenho Megaó. Ela relata que seu pai praticamente trabalhava em troca de comida e ganhava muito pouco por semana e, portanto, sua infância é uma lembrança da fome experimentada pela família:

Minha vida eu não gosto nem de falar viu. Eu já vou esquecendo viu. Porque aquele tempo era muito milagroso, era muito ruim. A gente ficava com fome, se levantava com fome, chorava que nem menino. A gente ganhava as macaibeiras, as macaibeiras eram uma peste aqui. Pés de Macaibas, por dentro das matas. A gente trazia o balaio cheio. Comia com mel de furo. Banana verde, minha fia. A gente chorava com fome. Aí nos dizia: papai a gente está morrendo de fome. Ele ficava assim. Cortava aquele cacho de banana aí cozinhava numa panelona de barro, descascava. Os pratos eram cariri de barro. Cortava aquelas bananas botava mel de furo. Não tinha colher, não tinha garfo, não tinha nada. Cortava os gravetos de palha e dava para a gente. A gente tudo sentadinha comendo aquelas bananas para não morrer de fome. (Dona pequena, 83 anos, São Lourenço, Julho de 2016).

A memória é evocada no mesmo instante que o desejo do esquecimento. Nos tempos de meninice, no engenho Megaó, o que mais marcou a infância de dona pequena foi à fome. A fome deixou marcas profundas, do choro contínuo dela e de seus treze irmãos. Poucas lembranças eram boas, como a de sua avó paterna, que a defendia das surras de seu pai e a levava para as atividades na mata ou na pesca: “Ela conversava com a agente aí eu aprendi “tudininho”, não esqueci não as sabedorias”.

A tradição, os conhecimentos sobre a vida das comunidades pequenas era atribuição principalmente das mulheres mais velhas, que os transmitiam de geração a geração (PERROT, 2005). A memória das vestimentas é também evidenciada com certa revolta e dor:

A gente não andava mais rasgada porque não podia. Se fosse pelo meu pai e pela minha mãe agente não andava vestido não. Uma vez na vida a senhora de engenho ia para Recife e trazia uma trouxa de roupas compradas da capital. O pano era o mais barato possível. Eram dois, três vestidos para uma, calcinha para outro. Na época em que dona pequena ou suas irmãs estavam menstruadas foi lembrando como momentos dolorosos: ó minha fia, agente amarrava aquele pano preeeto! Não existia calça não minha fia, ninguém tinha não minha fia. Amarrava um imbirra de bananeira aqui. Agora esse pano botava no meio da vagina com uma corda e passávamos o dia com aquele pano era um sofrimento. O pano ficava todo sujo e depois agente lavava para trocar era um sofrimento, era dois, três dias para passar. (Dona Pequena, junho, 2016).

As habitações eram feitas com palhas dos coqueiros da região. As casas, muitas vezes, não tinham portas e se erguiam com paredes de pau a pique. O chão das casas era de terra batida, eram baixas e ainda permaneceram assim até finais do século passado.

Os tempos dos engenhos de açúcar e a vida dos seus moradores, na visão de dona Pequena, não tinham aquele lirismo contido nas obras de Freire (2003; 2004) sobre a civilização de açúcar. Pequena não esconde toda a repulsa por uma vida de miséria e de sofrimento, que se revela através de um discurso enfático:

Ô minha fia de Deus. Eu já estou veia já estou perto de ir, mas não quero que chegue aquele tempo não! . Eu e minhas companheiras que estão vivas, a gente diz a mesma coisa. Não quero que chegue mais aquele tempo não. Tempo do ronca! Tempo de cipó de pau. Quando era noite ninguém via ninguém, parecia um vulcão, porque não tinha luz. A gente não tinha gás. Sabe o que meus pais faziam: acendia um farol numa lata de leite ninho, botava um pavio. Mas na rua onde você parasse aí não via você [...]. Não existia isso (Dona Pequena, São Lourenço, Agosto de 2016).

A época nos engenhos é retomada na narrativa de dona pequena através de experiências vivas, que por mais que se queira esquecer teima em se revelar pelas marcas de dor e sofrimento gravado na sua memória, aflorando da sua consciência individual, bem como, está gravada na memória coletiva de São Lourenço, na medida em que é rememorada pelas companheiras e amigas do seu tempo.

Quando o engenho acabou, muitos trabalhadores saíram da condição de morador e foram trabalhar com proletário nas usinas. Alguns povoados, que já existiam desde século XVI, abrigaram os trabalhadores que perderam a condição de morador. A povoação de São Lourenço foi formada pelos ex-escravos e trabalhadores dos engenhos, que passaram a residir nessas pequenas povoações pesqueiras.

A povoação de São Lourenço, nas primeiras décadas do século XX, no relato de dona Pequena, ainda era rodeada pelas matas e sua população desenvolveu uma tradição relativa à

mata que, paulatinamente, foi se esvaindo à medida que as plantações de cana foram se expandindo.

De acordo com dona Pequena, a doação de terras ao santo foi nas primeiras décadas do século XX. São Lourenço é festejado pela comunidade no mês de agosto. Os moradores se dirigem reunidos para a bandeira de São Lourenço no dia 09 de agosto e, no dia seguinte, pela manhã, se dá a procissão da lenha, seguida da missa matutina. Pela tarde, tem-se outra procissão. Depois os moradores celebram com o samba de barcaça; uma variação da dança do coco, que é formada por zabumbas, um ganzá, caixa de guerra e muitas palmas.

Eu dancei muito coco de barcaça. O nosso coco é diferente do coco de Recife. Cantei muito coco. Coco também é dança de negro. Aqui é chamado de quilombola por que tinha uma negada só [...] Risos (Dona pequena, São Lourenço, Julho de 2016).

Dona Pequena ainda afirma que “na época do engenho de Megaó “tinha muitos escravos que fugiram e formaram esse povoado”. A localização, distante do centro da cidade de Goiana até nos dias de hoje, dá a impressão de que o povoado de São Lourenço foi realmente formado por aqueles que estavam em fuga; mas analisando a lógica produtiva dos engenhos no período colonial, percebe-se que a povoação de São Lourenço era bem localizada, uma vez que margeava o Rio Goiana e, como todo o transporte, no período colonial, era predominantemente pluvial, tornou-se uma das primeiras regiões exploradas pelos colonizadores portugueses. Aliás, a Igreja desse povoado foi construída ainda no século XVI.

Os negros africanos, escravizados nos engenhos, e mesmo após a abolição da escravidão, procuraram terras mais distantes para se livrar do peso da opressão dos grandes latifundiários. Uma das maneiras encontradas pelos negros era fugir para a Mata atlântica, que abrigou comunidade quilombola já registrada como catucá. Essa mata, que vai de Olinda até a região de Goiana em Pernambuco, foi muito utilizada para as fugas e a formação de comunidades quilombolas. Segundo Carvalho (1991), após a destruição do quilombo de catucá, no final dos anos 1830, os negros formaram esses pequenos povoados perto das matas e do mar com o objetivo de sobreviver por meio da pesca e da mata.

“Na época do engenho Megaó tinha os escravos. Os escravos fugiram e formaram esse povoado. Eu ainda peguei a época do engenho com seus tachos grandes”. (dona Pequena, São Lourenço, Julho de 2016). Segundo Freire (2004, p, 89) “em catucá, matas de Pernambuco vizinhas de alguns engenhos mais antigos da capitania, um grupo afoito de quilombolas se estabeleceu na floresta e se assenhoreou dela com uma capacidade de adaptação ao meio e de

domínio sobre a vida vegetal e animal da região, que surpreende, em simples evadidos de engenhos de açúcar”.

Segundo dona Pequena, no povoado de São Lourenço, as condições de vida eram dificílimas. As moradias eram todas feitas com palhas, sem portas, sem mobílias e não existia luz elétrica.

A povoação não contava com transporte regular e, portanto, não se tinha acesso a utensílios domésticos, aos móveis, a alimentos industrializados, era tudo muito difícil. Quase ninguém tinha lençol, talheres e roupas. Dona pequena relata que *a vestimenta era feita com tecido ruim e duro e tinha que se colocar muita goma em dia de festa*. A roupa era de chitazinha para as mulheres e de tecido bem fraquinho para os homens. A mobília era tamborete, cama de palha de coco. As mulheres botavam a palha no sol e quando estava seca fazia aquela esteira para dormir. As roupas de cama eram feitas com sacos, emendavam dois, três e se faziam os lençóis. As camas, muitas vezes, eram feita de varas e se cobria com panos bem ruins e se cobria também com capim, por cima das camas de vara. As crianças, às vezes, dormiam no chão. Nessa época, o milho, o feijão tudo era vendido naquelas estopas grandes. As mulheres lavavam no rio e colocava para quasar e depois usava. (Dona Pequena, São Lourenço, Julho de 2016).

Na rua principal, o altinho, as construções de pedra e cal marcavam uma distinção social entre os próprios moradores do povoado.

Foto nº 11 – Rua do altinho no quilombo de São Lourenço.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (agosto de 2016).

A rua central da povoação possui calçamento e casas com uma maior estrutura, com calçadas e muros laterais e frontais. No interior da povoação, a chamada rua da praia era estigmatizada por alguns moradores do Altinho. Se ocorresse qualquer arruaça era logo atribuída aos moradores da rua da praia. Depois as coisas foram mudando, as casas de palha foram sendo substituídas por residências de alvenaria, mesmo que de modo desordenado, na medida em que as ruas não foram definidas e se tornaram labirintos que, para os estranhos à comunidade, dificulta a circulação sem a ajuda de um dos moradores do povoado.

Foto nº 12 – No interior da povoação de S. Lourenço não há pavimentação e as moradias foram substituídas de palha por alvenaria no final do século XX.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (agosto de 2016).

Quando perguntamos a dona pequena como era o trabalho e a povoação de São Lourenço nos tempos antigos, ela assim descreveu:

Um lugar de quebrar pedra. Aqui não tinha nada, tinha muitos coqueiros e agente fazia o telhado com as palhas. Todo mundo morava em casa de palha, não tinha luz, água. Tinha muita Mata, era uma pobreza só. Tinha gente aqui que era da mata mesmo, morava dentro da mata. As mulheres e os homens trabalhavam na maré: Os homens trabalhavam fazendo cal. Os homens pegavam caranguejos e as mulheres os mariscos (Dona pequena, São Lourenço, Julho de 2015).

A divisão sexual do trabalho na pesca ainda continua organizada como nos “tempos antigos” na povoação de São Lourenço. O caranguejo é um animal mais difícil de ser apanhado do que o marisco e um pouco mais valorizado, na hora da venda e, por isso mesmo, destinado aos homens. Nas entrevistas, resta claro que havia uma complementaridade no trabalho da pesca, que não produzia uma hierarquia muito rígida na divisão do trabalho de homens e mulheres.

As mulheres passaram a se identificar enquanto pescadoras somente em meados dos anos 1980, promovendo a filiação na colônia de pescadores, de acordo com relatos obtidos em conversas informais com o presidente da colônia. Nas entrevistas, a hierarquia mais definida se dava na divisão do trabalho doméstico e no cuidado com os filhos, que era definido como “trabalho de mulher”. Essa ideia era uma unanimidade entre as idosas entrevistadas.

No seu relato, dona pequena foi muito enfática, demonstrando que a necessidade do trabalho diário, seja de homens e mulheres na maré, era guiada pela fome. A divisão sexual do trabalho era mais relacionada ao grau de dificuldade e de perigo. Enquanto o caranguejo exigia uma atuação masculina, já que era preciso entrar no mangue, remexer a lama e enfiar o braço mesmo na captura dos caranguejos; o marisco, por sua vez, era retirado de modo mais simples, embora o processo de debulhar o marisco, fervê-lo e levá-lo em grande sacos nas costas não traduzisse necessariamente uma tarefa “maneira”. O que ocorria era que o caranguejo também era mais valorizado na hora da venda, razão pela qual os homens se interessavam no monopólio dessa extração.

Até hoje, nas entrevistas realizadas com outras pescadoras, os grupos de mulheres e homens são distintos. As mulheres se organizam para a captura do marisco e os homens vão buscar os caranguejos:

A gente tinha que ir pegar os mariscos. A gente ia era trabalhar para arranjar dinheiro para comer. Era marisco, era caranguejo Sá, metia a mão naquele barro. Pegar siriri na beira da água, entendeu? A gente ia dois, três dias tirar marisco. Depois a gente debulhava, lá mesmo Meu marido era muito trabalhador, pegava caranguejo. Quando a maré não dava ele ia para o caranguejo. Ele tinha rede, Gamboa e perto de morrer ele vendeu tudo (Dona Pequena, São Lourenço, Novembro 2016).

A atividade pesqueira caracteriza e constitui a identidade da população em São Lourenço, nada obstante haver outras atividades produtivas no povoado. O litoral de Goiana é uma região habitada desde o século XVI por descendentes de escravos, indígenas, colonizadores, que formaram diversos povoados, tais como: Tejucupapo, São Lourenço, Baldo do Rio, Itapessoca, Atapus, Carne de Vaca, Ponta de Pedras, Catuama e Barra de

Catuama; os quatro últimos formam o conjunto de praias que faz fronteira com o litoral sul da Paraíba.

A sobrevivência desses povoados está ligada ao rico manancial de rios, vertentes e mares que cortam o território de Goiana. Como afirma Freire (2004, p. 67) “Os engenhos antigos do Nordeste viviam muito do mar e dos rios [...]. O negro que a princípio só trabalhou no “verde mar dos canaviais” depois se tornou também operário de outro mar- o verdadeiro e cheio e mal-assombrado, das costas do Nordeste. Canoeiro, Jangadeiro, Vareiro, Curinga de barça”.

O espaço do mangue é fonte de trabalho e de sobrevivência dos homens e das mulheres. Como na povoação de São Lourenço, a tradição não é pescar em alto mar, aquela clássica divisão sexual do trabalho encontrada nos estudos de Maldonado (1994), Motta Maués (1980) e Woortman (1992) não se aplica à comunidade de São Lourenço.

Em primeiro lugar, o mar de fora não é acessado pelos homens da povoação de São Lourenço. Esse espaço é atribuído, pelos estudos acima citados, como de maior valor social que o mar de dentro, porque o sexo masculino constrói sua identidade pelo fato de requisitar maior coragem. A pesca no mar de fora requer uma maior estrutura com as embarcações melhores e os homens de São Lourenço, em face de sua pobreza, não acessam esse espaço, tipicamente masculino. O espaço do mar de dentro é ocupado por mulheres e homens, ocorrendo somente uma divisão nas espécies capturadas, mas não de maneira rígida, uma vez que há mulheres que capturam caranguejo e homens que se dedicam a pesca de mariscos. A terra, com seus pequenos roçados, era ocupada por homens e mulheres. Desse modo, o trabalho de exclusividade feminina era somente o doméstico.

Nas outras atividades há uma complementaridade do trabalho masculino e feminino. A desigualdade se dá mais claramente no trabalho reprodutivo, do cuidado com os filhos, o que torna uma complementaridade subordinada, uma vez que os homens não acumulam o trabalho na maré com as tarefas de casa. Dona pequena relata que ela e seu marido trabalhavam na pesca para manter os sete filhos; uma filha de dona pequena do primeiro casamento e os seis filhos, do seu segundo marido. A pesca e a roça eram espaços em que o casal trabalhava em regime de complementaridade, mas o trabalho doméstico com os sete filhos recaía sobre os ombros de dona pequena, também com ajuda de sua filha mais velha. Vejamos a construção do espaço entre os gêneros na povoação de São Lourenço:

Quadro 2 – Divisão do espaço na povoação de São Lourenço sob a ótica de gênero.

TERRA		MAR		
Mulheres		Homens		
<i>Terra de Roça</i>	<i>Trabalho doméstico</i>	<i>Mar de dentro</i>	<i>Mar de fora</i>	Espaço da praia
Mulheres e homens	Somente as Mulheres	Homens e mulheres	Não é muito acessado nem por homens nem por mulheres	Acessado por homens e mulheres

Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (agosto de 2016).

Diferente dos achados de Woortman (1992), em que as plantações de subsistência nas comunidades pesqueiras do Rio Grande do Norte eram atribuições exclusivamente das mulheres até os anos 1950; nas comunidades pesqueiras que pesquisamos em Goiana (principalmente São Lourenço e Tejucupapo) no tempo dos terrenos livres e das plantações de subsistência, o cuidado com as roças era atribuição dos homens, mas as mulheres também participavam, se assim o desejassem.

Os homens eram responsáveis pelo cultivo da mandioca, do milho e outras culturas. Segunda as idosas entrevistadas, era um tempo de “fartura”. Com a expansão das terras das usinas e a expulsão da população dos terrenos soltos, restou somente a pesca artesanal para a sobrevivência, o que empobreceu ainda mais a população do povoado.

Dona pequena, relembando o trabalho nas plantações nos falou:

Eu plantei muito: macaxeira, batata, Inhame. Os donos dos engenhos deixavam a gente plantar. Depois acabou por que a Usina tomou conta desse terreno, foi tudo vendido. O povo tudo morreram. Aí não tinha mais esse negócio de plantar. Plantaram foi cana. Hoje você expia por detrás é cana que só a gota. Aí ninguém plantou mais. Não tinha mais terra. Ele deixou colher o que estava plantado. Se quiser inhame e batata tem que comprar. Tem que comprar agora! Aí eu riscava quatro banda para ir para o rodete , o negocio de sorva mandioca) (São Lourenço, Novembro, 2016).

Mas ao contrário dos achados de Woortman (1992), as mulheres da povoação de São Lourenço não foram perdendo os espaços em função do fim das plantações de subsistência, uma vez que era atribuição predominantemente masculina. Muito pelo contrário, elas foram ganhando cada vez mais visibilidade no trabalho da pesca, como foi evidenciado nos estudos de (CAVALCANTI, 2010). As mulheres foram ocupando mais espaços nas associações representativas, ao ponto de se tornarem maioria nas associações pesqueiras, segundo conversa informal com o presidente da associação de pescadores dos distritos de Goiana. De

acordo com Cavalcanti (2010), na articulação e na luta pela criação de uma reserva extrativista Acaú-Goiana, as mulheres estabeleceram um protagonismo na articulação do processo de formação da reserva, que tornou sua atuação respeitada nas comunidades pesqueiras de Goiana Pernambuco e Acaú na Paraíba.

A povoação de São Lourenço é hoje uma comunidade reconhecida como remanescente de quilombo. Dona Pequena faz menção às ilhas situadas próximas ao povoado de São Lourenço que abrigavam os negros que se rebelaram na região de Goiana, formando os quilombos das ilhas de catucá e dos negros⁴.

Quando questionada sobre a comunidade quilombola, Dona Pequena se identifica logo, mas relaciona o fato de ser quilombola não somente por conta da cor da pele, mas às situações de extrema pobreza que experimentou e presenciou:

A gente é quilombola mesmo. Só dá negro. Agora está melhorando uma coisinha mas essa terra é quilombola. Eu já vi gente comer lagartixa. Entendessee? Aqui é quilombola. Se perguntar que raça é essa? Quilombola. Aqui tinha índios dentro das matas. Agora que acabaram com as matas não tem mais não.

Nas festas das comunidades pesqueiras em Pernambuco é possível identificar ainda hoje a forte tradição cultural do coco de roda, samba de barça, os caboclinhos e outras expressões culturais sincréticas, que mesclam tradições lusitanas, africanas indígenas. Em volta dessas tradições, os povoados ainda se reúnem em festividades religiosas e ao mesmo tempo mundanas, das quais chegamos a participar de muitas delas⁵.

Na festa da povoação de São Lourenço, em homenagem ao santo, presencia-se um ritual secular do carregio da lenha, regado a fandango, coco de roda, ciranda e rituais religiosos (missas, procissões). Nessa festa, dormimos na casa de Dadá, filha de dona Zilda.

⁴ Segundo Souza; Lima (2010,p.48), O quilombo de Goiana, na ilha de catucá, era um dos refúgios dos negros . Goiana ficou completamente cercada. *Em Japomim, na barra de Goiana, em Tejucupapo, em Megaó, Bú, Itapirema até em coqueiros e Bujari, não se dava um passo que os negros não aparecessem. Armados, afoitos. Em grupos de homens e mulheres, perigosamente, saqueando e matando.[...]Na cidade todos só falavam sobre os boatos de que no mato não se podia viver mais. Os senhores de engenho começaram a deixar o campo e afirmavam: Goiana era a meca dos boatos. No trapiche, no beco do Machado, na calçada da misericórdia, no sobrado da rua do amparo, o boato entrava como um “bicho-papão assustando, alarmando, engodando imaginações vazias, roubando sono e criando temores.* Em 1829, foi nomeado o tenente coronel Francisco Martins para aniquilar com os quilombos das ilhas de Catucá, Antas e Bamba. Foi consumado a destruição total dos quilombos e dos negros que sobrevivessem. Contudo, após a abolição da escravidão, os negros se abrigaram nos pequenos povoados próximos a mata e ao mar. (Souza; Lima, 2010: 49)

⁵ O samba de barça se dá pela lembrança das embarcações, que, à época do Brasil Colônia faziam o transporte de produtos agrícolas, pelo leito do rio goiana, da cidade de Goiana até a capital Pernambucana. (Dona Pequena, São Lourenço).

Dona Zilda prepara um verdadeiro banquete com fartura alimentar (camarões, lasanha, guarnições diversas e doces).

As famílias do povoado se reúnem até hoje em torno de uma grande fartura alimentar, com carnes, mariscos, camarões e acompanhada de todas as guarnições: saladas, lasanhas, arroz e feijões de vários tipos. Essa tradição era realizada pela mãe de dona Zilda que fez uma promessa ao santo de receber todos em sua casa no dia de São Lourenço. A tradição e a promessa foram assumidas por dona Zilda, que realiza todos os anos esse grande almoço. A hospitalidade aos visitantes e a integração comunitária, no momento da festa, faz o habitante urbano estranhar uma sociabilidade completamente diferente dos eventos sociais da cidade. Na oportunidade, os candidatos a prefeito (a) e vereadores (as) da região vieram almoçar na casa de dona Zilda, com o intuito de angariar os votos de sua família extensa.

A festa religiosa católica, em homenagem a São Lourenço, é uma tradição secular, mas percebe-se que alguns moradores não participam, principalmente aqueles ligados às religiões protestantes e os moradores da rua da praia, que em sua maioria são pescadores e pescadoras ainda mais pobres do que os moradores da rua central do povoado, onde estão situados a Igreja e os principais comércios do povoado.

Em uma conversa informal com o líder dos quilombolas de São Lourenço o mesmo afirma que existiam dois tipos de discriminação no território: a discriminação interna, promovida por membros da comunidade que se considerava em melhores condições sociais do que outros moradores, mais miseráveis. E a externa, provenientes de veranistas e outros moradores mais ricos da Região. Relata que, nos tempos antigos, era costume nas vendas e mercadinhos as mercadorias serem arremessadas ao chão para os moradores mais pobres. Ademais, na praia de carne de vaca, por ocasião das festas, moradores de melhor condição social se dirigiam aos moradores de São Lourenço com expressões racistas.

Participando da festa de São Lourenço, percebemos que os moradores de locais mais ermos da rua central, principalmente os moradores da rua da praia, composta na sua maioria pelas famílias que vivem exclusivamente da pesca, não costumam participar da festa. A adesão a outras religiões, principalmente as protestantes, em parte explica o afastamento de alguns pescadores e pescadoras da festa católica.

Depois da festa, conversando com dona Zilda, 81 anos, sobre as impressões que tivemos sobre aquele evento, indagamos o porquê de tanta fartura alimentar. Dona Zilda nos falou de um tempo em que a festa era bem mais pujante. Dançava-se o samba a noite inteira, informação que fora também confirmado por Dona Pequena “dancei muito samba e coco, virava a noite e o dia dançando coco de barçaça” era um tempo muito bom, conclui dona

pequena em tom de nostalgia. Por fim, ao final de entrevista, dona Pequena começou a entoar um coco de roda e a dançar alegremente para mostrar como se dava nos tempos antigos:

Quero ver queimar carvão, carvão de pedra queimar.
Quero ver levantar assim, quero ver cinza voar.
Quero ver queimar carvão, carvão de pedra queimar.
Quero ver levantar assim, quero ver cinza voar. Iiii!

Dona Pequena, São Lourenço/ 2016.

A segunda entrevista foi feita com a dona Zilda de 81 anos. Sua família é simbólica para entender a povoação de São Lourenço. Fiz a primeira aproximação com povoação de São Lourenço através da pesquisa com sua família e, ao mesmo tempo, em que foram se formando vínculos afetivos entre nós, principalmente com sua filha Dadá 55 anos (uma das lideranças da comunidade). Os pais de dona Zilda já moravam em São Lourenço e tiveram doze filhos. Todos moram em São Lourenço, em uma rede familiar de solidariedade peculiar. Visitamos muitas vezes sua residência e de sua filha Dadá.

Foto nº 13 – Dona Zilda de São Lourenço falando sobre os modos de viver do passado.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (Maio de 2015).

No contato com essa família foi possível entender a sociabilidade da comunidade pesqueira de São Lourenço. Chegávamos a dormir em sua casa e a vivenciar um pouco do cotidiano da comunidade. Há uma rede de parentesco e de solidariedade típicos das

comunidades tradicionais, uma característica distinta dos grandes centros urbanos. Percebe-se uma preocupação dos pais (dona Zilda e marido) para que todos os seus filhos tenham casas próximas da sua, e para isto não medem esforços na construção dessas moradias.

Como afirma Sarti (2007, p. 31):

A família pobre, constituindo-se em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos.

Foto nº 14 – No centro da foto, Dona Zilda e sua filha Dadá cultuando a tradição religiosa.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (abril de 2015).

Na família de Dadá e dona Zilda todos os parentes moram próximos; irmãos e irmãs, genros, noras e sobrinhos. As relações sociais estabelecidas entre os parentes são de um constante dar, receber e retribuir. Quando Zilda desejou ir para Recife estudar, de certo modo, houve uma resistência do núcleo familiar, que logo identifica um conflito dos desejos individuais com a unidade familiar. Do mesmo modo se deu com sua filha Dadá, que não terminou os estudos de pedagogia em Recife porque seus pais consideraram que era melhor voltar e permanecer próxima ao núcleo familiar.

A experiência de dona Zilda e a vida de seus pais, o trabalho na povoação de São Lourenço, suas lutas pessoais, acabam revelando algo da experiência social dos processos de territorialização de São Lourenço, sobre os seus modos de vida, suas relações de trabalho, sobre a divisão social do trabalho e sobre as relações sociais de gênero.

No tocante às condições de vida de São Lourenço, o relato de Zilda vai na direção de expor “um tempo difícil”: “aqui não tinha banheiro e quem tinha banheiro, era de palha. Tinha pinico e jogava no lixão. Hoje estamos ricos”.

Na época da minha mãe era muita pobreza. As casas eram de palha e as mães compravam sacos de milho para fazer a cama e os lençóis dos filhos, às vezes não tinha nem porta. Minha mãe fazia feijão e colocava tudo dentro; arroz, carne. Era assim a alimentação (Zilda 81 anos).

É importante ressaltar que, segundo as entrevistadas, as casas de palha somente foram substituídas por casas de alvenaria, em sua maioria, de uns dez anos para cá. Antes o povoado estava dividido entre os moradores do Altinho (Rua da Igreja com casas de alvenaria) e demais ruas do povoado, majoritariamente formado por casas de palha, sem portas e sem uma mobília mínima.

Os poucos móveis eram tamboretas, camas de vara e fogão a lenha. Sem energia elétrica e sem transporte para a cidade de Goiana, o povoado era constituído pela quase ausência do nexo monetário. Pouco dinheiro circulava, na medida em que a sobrevivência era garantida pela interação com os recursos naturais do ambiente: roçados, matas, fruteiras e a pescaria (peixes, mariscos, ostras). Era comum na povoação somente comer carne de boi uma vez por ano, quando se matava um boi, geralmente na festa de São Lourenço, em homenagem ao padroeiro do lugar.

Esse caminho coberto de cana-de-açúcar já foi mata atlântica fechada. Segundo dona Zilda, todo o território em volta do povoado de São Lourenço era Mata Atlântica. Na época de seus pais “Os homens viviam da mata, de cortar tora”.

As matas, nas origens da povoação de São Lourenço, eram uma fonte de sobrevivência. Elas são lembradas como parte do espaço e das experiências nos tempos antigos. De lá, espaço em que predominava o trabalho masculino, retirava-se a madeira para fazer suas casas, utilizar nos fogões a lenha e na fabricação de objetos domésticos: pilões, colheres, bancos. Nas matas também se encontravam as plantas medicinais nos quais alguns moradores utilizavam para fazer “garrafadas” medicinais, a exemplo do finado seu Agripino (Zilda, São Lourenço, 2015). Com a morte de seu Agripino, a tradição da cura por meio da natureza foi praticamente extinta na Povoação. Nas florestas também se viam as práticas da religião de matriz africana, como do terreiro de dona Lourdes que é um dos terreiros mais antigos do povoado (Dada, São Lourenço, 2015).

As matas no Nordeste, antes da colonização e da monocultura da cana de açúcar, eram um rico manancial de plantas e bichos. Mas a monocultura da cana de açúcar e o sentido da nossa colonização, marcada por interesses externos ao país, estabeleceu uma separação entre os homens e a natureza. Freire (2004, p. 81) afirma que:

Com esse estado de guerra entre o homem e a mata, que foi aqui tão franco, não puderam desenvolver-se entre os dois aquelas relações líricas, aquele sistema meio misterioso de proteção recíproca entre o homem e a natureza, aquele amor profundo do homem pela árvore, pela planta, pelo mato, pela terra, que os sociólogos e os economistas estão fartos dos nos apontar como característicos das sociedades verdadeiramente rurais.

Somente os caboclos, os índios e os negros aquilombados, como os negros da mata do catucá, desenvolveram uma relação íntima com as matas. Muitos brasileiros, nas terras do açúcar, principalmente das classes mais abastardas, não sabem os nomes das plantas, palmeiras ou bichos da mata Freire (2004). Como a Povoação de São Lourenço faz parte dos remanescentes do antigo quilombo de Catucá ainda se tem vestígio de uma maior intimidade com a mata nessa região.

Nas matas, os homens cortavam toras que serviam tanto para os engenhos da região quanto para uso próprio. Nesse trabalho predominava a atuação masculina. Ao contrário das casas de farinha, onde trabalhavam todos, homens e mulheres. Como afirma dona Zilda em seu depoimento:

Eu trabalhei muito com goma, peneirando a goma, sovando a goma e os homens moíam a macaxeira. Todo mundo fazia tudo o que precisasse. Meu avô tinha uma casa de farinha. Minha mãe vendia bolo, tapioca e grude hoje já não tem nenhuma casa de farinha aqui. Minha mãe também era rendeira de bilro, mas eu não aprendi (Zilda, São Lourenço, novembro 2015).

As casas de farinha foram entrando em crise e falindo em razão do fim das lavouras de subsistência e das terras soltas. Como as plantações de macaxeira foram se extinguindo em decorrência da ausência das terras, as casas de farinha entraram em desuso em função da expansão das plantações de cana e do registro das terras soltas pelos usineiros.

A tradição da fabricação do artesanato pelas mulheres, principalmente o da renda de bilro, também foi se extinguindo. Hoje ninguém mais desenvolve essa atividade em São Lourenço. Outras comunidades pesqueiras do nordeste ainda mantém essa tradição; como nas comunidades pesqueiras do Rio Grande do Norte e do Ceará. (Zilda, São Lourenço, Novembro, 2015).

A agricultura de subsistência também era fonte de sobrevivência para as famílias de São Lourenço. Não havia uma divisão sexual rígida nesse trabalho. Homens e mulheres trabalhavam na roça. Porém, no caso de dona Zilda, somente o seu marido trabalhava no roçado, plantando macaxeira, milho e feijão.

Dona Zilda fala de um tempo em que se tinha espaço para se plantar mandioca, milho, o que proporcionava certa “fartura” entre as famílias mais pobres e, com a expansão da indústria açucareira, por volta dos anos 1960, as terras antes agricultáveis passam a pertencer aos grandes latifundiários, empobrecendo a alimentação das famílias das comunidades pesqueiras de Goiana. Zilda expõe a questão:

Antes meu marido além de trabalhar na fábrica de cimento plantava de tarde num terreno. Depois os usineiros mandaram a gente sair e hoje eu preciso comprar tudo o que eu tinha muito: milho, mandioca. Antes eu dava milho e mandioca até para os vizinhos e hoje tenho que comprar. Meu marido trabalhava na fábrica de cimento e plantava no outro horário. Não há mais terras. As plantações de cana invadiram tudo (Zilda de São Lourenço).

Na sua narrativa Dona Zilda expõe como se dava a divisão sexual do trabalho. No início do povoado de São Lourenço, as relações sociais entre os sexos possuíam particularidades:

No engenho os homens levavam a cana em cima do cavalo e dizem os antigos que também tinha mulher no corte da cana. Os homens viviam da pesca do caranguejo e as mulheres pegavam o Marisco [...]. Era uma pobreza só as mulheres viviam de pescar marisco no mangue. Os homens colocavam a gamboa no mar numa determinada hora depois iam pegar os peixes. Tinha mata que as pessoas cortavam as lenhas e não viviam só de pesca (Dona Zilda, povoado de São Lourenço, novembro, 2015).

A prática das plantações de subsistência convivia com os grandes latifúndios como um suplemento a sobrevivência dos moradores dos engenhos, pescadores e marisqueiras. Em Goiana eram comum o cultivo da macaxeira, milho, feijão e outros gêneros alimentícios, além de frutas e a fabricação de farinha, goma de tapioca, os beijos.

Como afirma Wootman (1981, p. 2):

As *soltas* eram terras não apropriadas privadamente, nem convertidas em mercadoria. Essa designação é comum ao Nordeste brasileiro, como o era também no passado a sua livre utilização para a lavoura, para o criatório solto, ou para a retirada de madeira e lenha. Em todo o Nordeste, as *soltas* foram sendo privatizadas, em algumas regiões já a partir da célebre Lei de Terras de 1850, como ocorreu com Sergipe, mas é só no século atual que o processo se completa, com as pastagens cultivadas e o cercamento, transformando a *terra de trabalho* em *terra de gado*.

Associada ao grande latifúndio, sempre coexistiram as plantações de subsistência. Contudo, essas plantações ou estavam atreladas aos grandes latifúndios ou se desenvolviam em terras ainda não exploradas pela expansão das plantações de cana-de-açúcar.

Portanto, a maior consequência para as relações de trabalho, depois de implantação das usinas, por volta dos anos 1960, foi a expansão da propriedade territorial e a destruição de muitas lavouras de subsistência (SUAREZ, 1977, p. 33). No caso da povoação de São Lourenço em Goiana, depois do fim dessas lavouras, da destruição das matas, somente restaram, como meio de sobrevivência da população local, a pesca artesanal e os trabalhos domésticos, no caso das mulheres, em decorrência do veraneio nas praias da região (carne de vaca, ponta de pedras, dentre outras) e o surgimento das fábricas de cimento e outras na região.

Zilda afirma que depois do fim das terras soltas toda a população do povoado de São Lourenço se alimentava dos mariscos:

Era comum no final da tarde as famílias estarem catando marisco como única fonte de alimentação das famílias da região”. Tinha família que se alimentava de caldo de marisco como leite. Criou os filhos com caldo de marisco. Só comiam carne, galinha no São João, na festa de Agosto, Natal e ano. A fartura era mais na festa de agosto [...] Era muita pobreza mesmo, não tinha luz e nem água (Zilda, Agosto de 2015, São Lourenço).

Segundo relato de dona Zilda, a povoação de São Lourenço era um lugar de pobreza extrema, com pouco acesso a transporte, a saúde e a educação. Zilda exercia a função de professora da única escola do povoado e não tinha nenhum tipo de formação específica, “é que na época não se exigia muita qualificação, eu queria estudar em Recife e meus pais acharam que não dava certo, mas mesmo assim fui ser professora. Eu era a professora, a merendeira (quando lanche tinha), a faxineira enfim, era tudo”.

Afirmou categoricamente: “Meu sonho era ser professora eu fui estudar em Recife, mas meu pai e minha mãe disseram que não dava certo e que era melhor eu voltar e eu não terminei. Eu fui à primeira professora daqui porque na época não exigia muito para ser professora. Minhas três filhas se tornaram professoras”.

Zilda fez um esforço para desembaraçar-se das dificuldades nas relações de gênero quase intransponíveis de seu tempo, na direção de alcançar um patamar de autonomia distinto da realidade da maioria das mulheres da comunidade: ter o trabalho na pesca de mariscos como herança e destino. Apesar de não ter concluído os estudos em Recife, relata com orgulho que três de suas filhas são professoras.

Segundo Louro (1997, p. 19) “é com a feminização do magistério no fim do século XIX e início do século XX que educar crianças na escola vai ser associado à maternidade, ou seja, como a mulher biologicamente pode dar à luz subentende-se também que pode ser o melhor sujeito no cuidado de crianças”. Além disso, como enfatiza o autor, tal prerrogativa vai legitimar o abandono da docência pelos homens, que, a partir do século XX, vão partir para profissões que possibilitam ascensão econômica.

A atividade de professora primária foi por muito tempo um campo de atuação das mulheres, em decorrência das qualidades do cuidado com crianças, o que evoca uma continuidade dos trabalhos domésticos e do trabalho tipicamente feminino, no âmbito das tarefas domésticas. No caso de Zilda e de suas filhas, a possibilidade de ser professora na comunidade de São Lourenço, em que o trabalho na pesca por muito tempo foi o único horizonte, significou um motivo de satisfação e de ascensão social.

Quando se trata das memórias nas relações de gênero, Zilda se lembra de um tempo difícil, em que recaía exclusivamente sobre ela o trabalho doméstico e o cuidado com os cinco filhos:

Eu sofri muito, mas sou uma vencedora em tudo. Eu trabalhava muito mais que meu marido. Ele só tinha o emprego dele e a gente mulher fazia mil serviços. A gente fazia de tudo. Tudo o que é de mulher: lavar, cozinhar. Eu era professora, trabalhava fazendo a comida, cuidando dos filhos e meu marido era o machão e me deu muito trabalho. Foi uma vida de sofrimento.

Zilda consegue identificar a relação de poder na qual está envolta ao mesmo tempo em que reconhece, nas lutas travadas no cotidiano, suas conquistas pessoais e profissionais, identificando a dominação experimentada em sua vida e as suas lutas por reconhecimento profissional e por maior autonomia, principalmente para suas filhas. Desse modo, ao recuperar experiências da vida privada e das lutas públicas por melhores condições de vida no povoado, Zilda expõe essa dupla face da dominação de gênero.

A falta de acesso às políticas públicas básicas de saúde, educação, transporte, associadas às desigualdades de gênero, revelam na narrativa de Zilda as experiências duras de uma cidadania negada às comunidades pesqueiras investigadas:

Não tinha água encanada e a gente levava um dia para chegar a Goiana a pé. Dos meus doze filhos cinco morreram e três morreram já com três anos e um ano e meio. Na época o atendimento médico não era bom. Levava muito tempo para chegar a Goiana. Um filho meu morreu nos meus braços no hospital, esperando atendimento.

O relato de Zilda estava carregado de emoção e serenidade, afinal perder filhos por falta de assistência médica revela “dureza dos tempos antigos”. O acesso aos serviços

básicos foi paulatinamente melhorando. O acesso ao transporte regular e às escolas melhorou em Goiana e até nas capitais próximas: Recife e João Pessoa. Hoje, cada vez mais as mulheres estão tendo acesso a uma maior qualificação e escolaridade. Avaliando a situação das mulheres do seu tempo e contrastando com a realidade atual, dona Zilda afirma que hoje está tudo diferente: “Hoje as mulheres estudam mais. Estão fazendo cursos, entrando nas fábricas da região. Antigamente a vida era mais sofrida. As mulheres carregavam água nas costas e cuidavam de tudo dentro de casa” (Zilda, São Lourenço, Agosto de 2015).

Também os processos de resistência cotidiana são observados por Zilda. Observa que na experiência de sua filha Dadá há uma resistência às relações de gênero autoritárias, e já não há uma aceitação passiva em relação às situações de desigualdade de gênero, como, por exemplo, a separação dela, que se deu porque o marido era agressivo e que não ajudava em casa.

Contrastando com o passado, Zilda vê melhorias na inserção das mulheres da região no mercado de trabalho e avanços para autonomia feminina. Ela afirma que antes para casar os pais tinham que concordar com o noivo e afirma “Hoje é só ficar e pronto” (e termina seu relato com risos...).

A entrevista com sua filha Dadá, de 55 anos (uma das lideranças quilombolas de São Lourenço) foi importante na medida em que apresenta as mudanças ocorridas, a partir dos anos 1980, nas relações de trabalho e de gênero na comunidade pesqueira, além de revelar concomitantemente, quais desigualdades persistiram por força das tradições familiares.

Nos tempos de meninice de Dadá, as suas memórias se misturam com as de sua mãe Zilda, mas apresenta novas interpretações e sentidos. As memórias da escola do povoado e de sua mãe como professora da comunidade revelam suas referências pessoais e evoca um tempo em que a educação no povoado não possuía um efetivo apoio estatal, carecendo de tudo:

A merenda escolar às vezes não tinha. A cadeira doía ou às vezes a gente se sentava no chão. Às vezes o leite vinha num saco de cimento, aí ainda tinha que cozinhar o leite, lá em casa, no caldeirão de carvão e peneirar na urupemba para depois levar para as crianças na escola. Com essa dificuldade, mas nunca deixou de ter aula. Minha mãe lutava muito na escola, era secretária, merendeira, professora. Na época para mulher trabalhar era difícil então minha mãe foi a primeira pessoa da comunidade a comprar geladeira, televisão. Fazia picolé e vendia na comunidade. Ela se virava de todo jeito para a gente se alimentar (Dadá, São Lourenço, Julho de 2015).

Dadá substituiu sua mãe no cargo público que ela ocupava, como professora da comunidade, porque na época não se exigia nível superior para o exercício do magistério e

sua família tinha uma melhor condição social do que aquelas famílias que sobreviviam unicamente da pesca de mariscos. Ela reconhece que a identidade de São Lourenço está associada ao trabalho na pesca, mas num movimento de negação, louva pela possibilidade de sua família sobreviver sem precisar do trabalho na pesca:

Não vou dizer que minha infância foi ruim. Eu tive o que dei para meus filhos. Minha mãe não precisou da maré para me sustentar. Meu pai não queria que a gente fosse para o mar. Eu tinha vontade de ir. Eu gostava de ir. Pegava atapu, taboia, eu não tirava o marisco e queria levar (risos...).

Mesmo não precisando da maré para a sobrevivência, o seu tempo de “meninice” está recheado de lembranças da maré. Sua família mais próxima, pais e irmãos não eram pescadores, mas outros familiares, noras, tios e primas desenvolviam a atividade da pesca, mesmo que para a subsistência e sem a finalidade comercial. Dito isto, apesar de querer se afastar da atividade da pesca enquanto única atividade produtiva da família, quando convivíamos na comunidade, era perceptível o envolvimento de alguns membros da sua família realizando o debulhar dos mariscos e outras atividades inerentes ao trabalho das marisqueiras.

Nas suas lembranças reconhece que sua mãe, Dona Zilda, tinha uma vida muito sofrida, fazia pé de moleque para vender e, quando necessitava produzir bolos para consumo próprio e/ou para obter uma renda extra, precisava apanhar a mandioca e colocar no rio para lavar. Segundo Dadá era um “trabalhão”: “tinha que lavar, peneirar, torcer na urupemba (peneira). Depois fazia bolo, brotinho de goma e iam vender em Goiana a pé”.

Aliás, para Dadá, essa era uma característica da povoação nos “tempos antigos”; todos os processos de fabricação dos alimentos eram realizados por meio da confecção caseira: a goma, a farinha, os utensílios, o tamborete, o raspa-coco, eram de fabricação caseira, o que dificultava muito o trabalho das mulheres do povoado. No caso de dona Zilda, além da dificuldade em fabricar a farinha para fazer os bolos, não havia o transporte regular para Goiana o que a obrigava ir a pé, depois de todo o esforço já empreendido na fabricação dos bolos. Depois foram chegando os utensílios do comércio e os produtos industrializados que foram substituindo os de fabricação caseira.

A cidade de Goiana fica em torno de 20 km de distância das comunidades pesqueiras de São Lourenço e Tejucupapo e, o que dificultava, ante a inexistência de transporte regular para o centro do Município de Goiana, o acesso aos bens industrializados e todos as chamadas “facilidades” para o trabalho doméstico. O fogão e o ferro eram a carvão, não tinha geladeira.

Isto por volta dos anos de 1960 e 1970, onde os produtos domésticos a base de eletricidade já eram de uso cotidiano das mulheres das grandes cidades brasileiras.

Nessa época, por volta dos anos 1970/80, ainda persistia a tradição da aprovação dos pais para o noivado ou para o casamento. Dadá conta que foi pedida em casamento por um tratorista:

Ele trouxe as alianças e tudo, mas meu pai não deixou usar a aliança e conclui Na época a gente tinha que obedecer .Depois arranjei um namorado e tive a minha primeira filha. Eu fiz uma besteira. Pensei que fosse um homem, mas era um cabra safado. Em 1991 a gente se separou. Aí ele quis voltar e dei uma segunda chance, porque na época mulher solteira era um bicho. Voltei e embuchei de novo. Ele me deixou de novo e fiquei com um bucho e uma menina de um ano e oito meses. Depois de cinco meses que meu filho nasceu, ele não registrou e então eu registrei pelo pai e pela mãe.

Por essa época, segundo Dada, já assistiam notícias e informações sobre as questões de gênero na televisão e, como já trabalhava, possuía independência financeira e autonomia suficiente para não suportar os maus tratos do seu ex-marido: “Quem cantava de galo era eu, eu já era professora. Ele queria que eu trabalhasse e desse o dinheiro para ele para sair com as nega e baixasse a cabeça. Ele arrumou as coisas e eu nem pedi para ele ficar. Foi falar com os meus pais para me entregar. Disse que ia mandar dinheiro para os filhos e nunca mandou nada”.

Como sua mãe Zilda, Dadá era professora, mas sua resistência aos processos de dominação masculina se dava no contexto dos anos 1980 e 1990, contexto de avanços na emancipação da mulher brasileira. E entre se submeter a uma injusta relação de exploração patrimonial e emocional, preferiu seguir sua vida sem o companheiro. Dadá relembando o passado de lutas na criação de seus dois filhos afirma: “Eu tinha dois caminhos: de ir para gandaia ou levar educação para os meus filhos. Não é fácil estar com duas crianças e não ter ninguém para compartilhar”.

Em duas gerações distintas, já é perceptível evidenciar as mudanças nas relações sociais de gênero no território. Os projetos individuais passam ser tão importantes quanto a tradição. Por volta do final dos anos 1970 e primórdios dos anos 1980, as lutas feministas se fortaleciam no Brasil e os debates da emancipação da mulher estavam nos noticiários e no debate social. Dadá não iria abrir mão de seus “sonhos” em decorrência de um projeto de casamento fracassado. Sua condição de autonomia financeira permitia sua decisão.

Anos depois, Dadá será a primeira liderança quilombola da comunidade participando ativamente do reconhecimento de São Lourenço, enquanto uma comunidade remanescente do

quilombo de catucá, e nas lutas pelos direitos sociais relativos às comunidades quilombolas, garantidos pela constituição federal de 1988.

Outra família entrevistada foi a da líder da associação das marisqueiras, dona Edjane, 39 anos, casada, com três filhos. Iniciamos uma conversa na colônia de pescadores, onde foi possível ouvir também pescadoras e pescadores que estavam sendo atendidas na colônia. Lá ocorreu uma discussão espontânea sobre o trabalho na pesca, as dificuldades na maré, as alegrias, os problemas de saúde e os entraves para acessar os benefícios ligados à previdência social.

Depois nos dirigimos para a rua da praia e entrevistamos mais detidamente Edjane, sua mãe e sua avó. Sua família está em São Lourenço a quatro gerações e tem uma característica distinta da família anterior, pois todos os membros são pescadores e pescadoras, possuindo a sociabilidade típica das comunidades pesqueiras tradicionais.

Ao chegarmos à rua da praia, nos dirigimos a Edjane, que estava com parentes descascando os mariscos perto da quadra de esportes. Mulheres, crianças e jovens estavam envolvidos na atividade de catar os mariscos. Segundo Edjane, era o chamado mutirão, ou seja, aquele pescado não era dela, mas ajudava a descascar o marisco porque depois poderia precisar da ajuda do grupo para descascar o seu. Trabalho e vida não estavam separados; os filhos participavam das conversas, dos trabalhos e, ao mesmo tempo, das brincadeiras. O nexos monetário não é o único elemento ordenador das relações sociais entre as pescadoras. O mutirão na comunidade de São Lourenço se constitui num dos vestígios de uma economia moral dos pobres. O “ajudar” para ser ajudado faz parte de um processo de dar e retribuir como os processos analisados por Marcel Mauss, no seu ensaio sobre a dádiva.

A atividade econômica da pesca está enraizada socialmente. Não há uma separação entre as necessidades vitais, o trabalho e o meio ambiente. No trabalho da maré, o nexos monetário só vai ficar mais nítido na etapa de comercialização do pescado.

A dependência do atravessador e dos ciclos da economia hegemônica é quem determinam o preço de venda, a partir da demanda e o processo de desvalorização e exploração das marisqueiras pelos preços ínfimos atribuídos pelo mercado. O resultado da pesca não é destinado necessariamente ao mercado. Algumas mulheres retiram da natureza o pescado para fins de subsistência. O que torna a atividade complexa e tradicional porque a mão de obra e os recursos naturais ainda não foram transformados em mera mercadoria, mas se insere na lógica capitalista dominante ao depender dos mercados flutuantes do capitalismo e do turismo local.

Foto nº 15 – Mutirão da família de Edjane para descascar o marisco em povoação de São Lourenço.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (Julho de 2016).

Ao nos aproximarmos das pessoas reunidas em torno da atividade de debulhar o marisco, iniciamos uma conversa informal com o grupo que, ao seu modo, foi transmitindo informações gerais sobre a vida na pesca. Em seguida nos dirigimos mais diretamente à líder das marisqueiras. Ao grupo perguntamos sob os primórdios da povoação de São Lourenço. Uma das tias de Edjane nos informou que, no início, eram poucas famílias morando no povoado e que da ramificação dessas famílias com seus agregados é que foi expandindo o povoado. Uma das famílias que está desde início é a família de Edjane, que tem a tradição da pesca artesanal passada de geração a geração:

Sou filha de marisqueira, neta de marisqueira e de pescador. Antigamente, mesmo com sofrimento, tinha mais união. Conversava-se mais. A gente ia pescar só com farinha, mas as pessoas se compadeciam mais, eram mais unidos. Mas ninguém tinha dinheiro. Na hora de trabalhar um ajudava o outro e na hora de comer um dava para o outro. Era mais unido, a gente saía para trabalhar feliz (Edjane, São Lourenço Agosto de 2016).

Na memória de Edjane há alusão ao tempo em que os valores da solidariedade e companheirismo eram recorrentes, mesmo reconhecendo que era um tempo de penúria material. Nesse sentido, Edjane conclui: “Hoje a pessoa encontra um empreguinho e não conhece mais nem você”, o que foi confirmado pelas tias e parentes ali reunidos.

A solidariedade na atividade da pesca está associada aos valores transmitidos pela tradição, constituindo em um modo de viver particular nos territórios pesqueiros. Uma das principais características dos territórios tradicionais, no meio rural, é a dependência dos recursos naturais: a dependência das águas dos rios das marés, por exemplo.

Outra particularidade dos territórios tradicionais é a questão da unidade familiar, que se forma em torno das famílias extensas, produzindo e coletando os recursos naturais para a subsistência e também para o mercado. A pesca e as roças são atividades econômicas que mantém, com o modo de produção capitalista, uma relação de maior ou menor intensidade, mas que, ao mesmo tempo, também garante a subsistência pela extração dos recursos de suas terras, rios e das marés. (DIEGUES, 2007, p.2).

A tradição oral, herança das culturas indígenas, europeias (sobretudo portuguesas) e africanas, influenciou as formas de trabalho, a linguagem da região, as festas, as danças e o artesanato. A noção de território ocupado por muitas gerações também caracteriza os grupos tradicionais, estabelecendo um vínculo material e afetivo com o lugar ocupado. (DIEGUES, 2007, p. 2).

Como expõe Diegues (2007, p. 4).

Nas sociedades tradicionais a água, incluindo rios e lagos fazem parte de um território e um modo de vida base de identidades específicas (caboclos, quilombolas, entre outros) ao passo que nas sociedades modernas a água, como bem de consumo é desterritorializada, canalizada de outros lugares muitas vezes distantes, com os quais as populações urbanas tem pouco ou nenhum contato.

Numa das nossas incursões à povoação de São Lourenço, no sentido de conhecer o processo de trabalho nas marés, evidenciamos que as famílias vão juntas buscar o pescado; principalmente as mães com seus filhos. Há também o convívio com outras famílias além do contato parentes próximos, uma vez que o povoado, como já foi dito, é formado por famílias extensas. O trabalho sem dúvida é árduo, principalmente quando exposto a sol escaldante, a chuva, aos maruins e mosquitos, e a todas as “surpresas” da natureza. Porém, mesmo com estas dificuldades era comum ouvir como uma das vantagens da atividade: “Aqui não há padrões”, essa frase foi repetida, como um mantra por quase todas as mulheres entrevistadas que já trabalharam ou trabalham na pesca.

Foto nº 16 – Trabalho de catar sururu na Povoação de São Lourenço.



Fonte: Valeria Costa Aldeci de Oliveira (Agosto de 2016).

A sociabilidade no momento da pescaria é bem particular. O trabalho na maré é um lugar de trocas. Na maré, as mulheres conversam sobre seu cotidiano e educam seus filhos ao mesmo tempo em que iniciam desde cedo na atividade produtiva tradicional do povoado também encontram tempo para os mergulhos, o lazer, as brincadeiras. A maré é um espaço de liberdade. Para essas mulheres, na maré é permitido conversar sobre tudo, principalmente com as amigas e os parentes; é o problema da filha adolescente que engravidou e foi abandonada; o problema do marido e do filho dependente do álcool ou das drogas; os conflitos familiares. Segundo uma das marisqueiras entrevistadas “a maré também é terapia”.

Pelo relato das marisqueiras entrevistadas, e em contato direto com as mulheres da maré, foi possível constatar que o trabalho na captura dos mariscos, sururu e das ostras é extremamente cansativo, chegando a ser exaustivo, em decorrência das longas horas de exposição ao sol, ao fogo necessário para cozinhar os mariscos e a ladeira no caminho de volta.⁶ É alardeado por todas como muito enfadonho; horas dentro da água fria, mesmo estando em período menstrual (reclamação das mulheres entrevistadas), por exemplo. As marisqueiras têm que ir mesmo que esteja chovendo. Os maruins (mosquitos do mangue) deixam os corpos todos marcados.

Depois da coleta do marisco, ainda se tem o trabalho de ferver o marisco em grandes tachos, e passa-se do frio para o calor abruptamente. Muitas vezes, ocorrem acidentes de

⁶ Na povoação de São Lourenço, para se chegar até a maré, tem uma imensa ladeira, na qual subimos por ocasião da pesquisa, constatando o esforço experimentado pelas mulheres da maré.

trabalho. Dona Joana nos relatou um dos seus acidentes: “Um dia o tacho de água quente caiu todo no meu pé e tive que me afastar da pesca por muitos meses. Depois voltei a trabalhar sem nenhuma sequela” (Joana de São Lourenço, Agosto, 2016).

As mães levam os seus filhos pequenos desde cedo e, assim, vão se familiarizando com o ofício. No começo, para as crianças, a pesca não passa de uma brincadeira, que associada aos banhos de rios, vai estabelecendo uma profunda ligação das crianças com a maré. Por outro lado, nas entrevistas realizadas, percebe-se também que, para alguns, a pesca na infância marca os momentos difíceis experimentados. Como exemplifica marisqueira idosa da colônia dos pescadores:

Às vezes uma pessoa trabalha na maré. Mas se encontrar um emprego era melhor, aí para e vai trabalhar naquilo. O que eu passei de maré eu não quero para minhas filhas. Trabalhei muito na maré com fome, sem ter o que comer. No final do dia eu levava o marisco para o dono do bar comprar e quando eu chegava lá sabe o que ele dizia: dinheiro só no sábado. Ia para maré com minha mãe na chuva e isso eu não quero para minhas filhas não. Sou filha de marisqueira e de pescador, mas eu não quero isso mais.

A experiência do trabalho na pesca na infância, com predomínio de situações desgastantes, levam algumas pescadoras idosas não desejarem que suas filhas e filhos deem continuidade ao trabalho na pesca e, como alternativa, almejam uma maior escolaridade e um trabalho com carteira assinada e maior estabilidade no emprego.

Foto nº 17 – Marisqueira da Povoação de São Lourenço e seus filhos na atividade da pesca.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (Agosto de 2016).

Para outra marisqueira entrevistada, se houver uma ampliação na descrença no trabalho da pesca não haverá mais continuidade dessa atividade tradicional no povoado. Como justifica Edjane “Se todo mundo pensar assim, a pesca não vai mais existir. O que precisamos é de mais incentivo para desenvolver a nossa atividade”.

Pela narrativa da líder das Marisqueiras, a relação entre nexos monetário e valores individualistas aproxima-nos da ideia de Karl Polanyi, na medida em que uma economia antes enraizada, ao cindir os espaços de trabalho e vida e ao transformar a força de trabalho em mercadoria, acaba por transformar as relações sociais e os valores de uma “economia moral”, fraturando a lógica da solidariedade e introduzindo o individualismo crescente em territórios pesqueiros; como o de São Lourenço, Tejucupapo e Baldo do Rio em acelerado processo de modernização capitalista.

Foto nº 18 – Casal pescando sururu na povoação de São Lourenço e conversando sobre os filhos.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (Agosto de 2016).

No tocante às relações sociais de gênero, alguns valores de remotos tempos ainda persistem na contemporaneidade, onde a tradição rege essas relações. Uma das características do território tradicional e pesqueiro investigado é que os papéis sociais de homens e mulheres já estão previamente estabelecidos.

O papel do pai de família é o do provedor principal; e da dona de casa e mãe, que além do cuidado da casa e dos filhos, tinha uma função complementar na renda através do trabalho de marisqueira e ajudar no sustento da família, no caso das famílias de pescadores. Não há conflitos na definição desses papéis. O conflito aparece justamente quando um dos atores da cena conjugal não cumpre a sua função, como no exemplo do homem que não atende as expectativas de pai de família, do provedor.

Os casamentos se davam muito cedo, aos doze, treze, quatorze anos e precisavam do consentimento principalmente do genitor. A desigualdade de gênero e os processos de dominação eram transmitidos de pai para filho, e a família ia se tornando cada vez mais extensa.

A família e os parentes são constituídos em uma rede de ligações onde a obrigação recíproca de dar, receber e retribuir vai estabelecendo vínculos entre as pessoas. Não somente os parentes próximos, mas formada também pelos vizinhos e amigos (SARTI, 1996).

O cuidado com os filhos é responsabilidade das mulheres da família: tias, avós, primas e mães. Quando as mulheres, que vivem da maré, não carregam seus filhos para o trabalho da coleta dos mariscos, deixam-nos aos cuidados de outras mulheres de sua convivência. Como evidenciou Sarti (1996, p.43) refletindo sobre a divisão de papéis sexuais na família tradicional e pobre:

O homem é considerado o chefe da família e a mulher chefe da casa [...] o homem corporifica a ideia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Cabe à mulher outra dimensão da autoridade, manter a unidade do grupo, a valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher.

No que se refere ao trabalho feminino na pesca, o ponto central dos vários estudiosos e estudiosas sobre o assunto, a partir dos anos 1960, influenciadas pelo movimento feminista (Peirano 1975; Maués (1977), Carneiro (1979), recaíram sobre a predominância masculina no trabalho da pesca). Woortman (1992) e Alencar (1991) irão fazer a crítica ao discurso acadêmico de invisibilização da mulher nas etnografias pesqueiras, reforçando o discurso público e masculino. Essa invisibilidade, contudo, também atinge os pescadores homens, principalmente por parte do estado e do capital.

Assim, a invisibilidade penaliza de modo duplo as mulheres, em decorrência das hierarquias de gênero no nível interno das comunidades e também pela invisibilização estatal. De um modo geral os trabalhos sobre as questões de gênero na pesca estavam permeados pela tensão invisibilização/visibilização e a questão se uma há uma correspondência complementar entre homens e mulheres.

Mais recentemente os trabalhos de Cavalcanti (2010); Fadigas (2009), que se referem às relações de gênero na mesma região do nosso estudo, apontam para o protagonismo feminino no trabalho da pesca e as lutas por reconhecimento dessa categoria profissional, com a luta pela implantação de reserva extrativista Acaú/ Goiana.

Cabe salientar que o nosso interesse de pesquisa não recai sobre a questão da invisibilidade do trabalho feminino na pesca, mas apreender em que medida as mudanças no trabalho, com a inserção das pescadoras nas fábricas, recém - instaladas no território, conseguem ruir com os valores tradicionais nas relações de gênero e nas relações de trabalho.

Em relação à modernização capitalista, em comunidades pesqueiras, dialogamos com o trabalho de Knox (2007), cujo recurso à memória avalia as mudanças ocorridas na vida pesqueira da praia de Pitangui/RN⁷.

Outra característica fundamental das comunidades pesqueiras é que família e trabalho não são instituições desarticuladas (Polanyi, 2000). O grupo familiar, na luta pela sobrevivência, por meio do trabalho na pesca, não separa sobrevivência das sociabilidades familiares. Daí decorre que o comportamento esperado dos parentes e vizinhos é o de colaboração, o de obrigações mútuas e da ajuda (SARTI, 1996).

Desse modo, almejamos saber quais valores tradicionais são ruídos quando há uma inserção das mulheres da maré no trabalho da fábrica, como detalharemos nas sessões seguintes. Para fins didáticos, expomos os termos da comparação entre o modo de vida tradicional e as possíveis mudanças nas relações de gênero, decorrentes da inserção das marisqueiras na fábrica:

Quadro 3 – Termos da comparação entre modo de vida nos “tempos antigos” e o modo de vida pós- inserção na fábrica.

⁷ Os anos 1960 com os trabalhos da USP e Museu Nacional da UFRJ e da UNB 1965 (Peirano,1975; Tavares , 1975, Maranhão 1975, Duarte, 1978, Carvalho, 1983 e Carneiro, 1979. Nos anos 1970 o destaque foi para os trabalhos de Diegues (1989; Maneschy,1993). Nos anos 1980 (Furtado, 1980, Lago, 1983, Loureiro, 1985, Brito, 1989, Diegues, 1983 e Furtado, 1993)

	MODO DE VIDA “NOS TEMPOS ANTIGOS”	DEPOIS DA INSERÇÃO NA FÁBRICA
RELAÇÕES SOCIAIS DE GENERO	Papéis sexuais já pré-estabelecidos pela tradição.	Negociação ou não dos papéis sexuais. Possível avanço na democratização dos papéis sexuais.
	Hierarquia rígida na família e subordinação da mulher em relação ao homem.	Desarticulação das hierarquias rígidas. Novas hierarquias de gênero na fábrica.
	A família e os valores coletivos são superiores aos interesses individuais.	Um individualismo crescente. Observação de projetos pessoais.

Continua>>>>>>

Quadro 3 – Termos da comparação entre modo de vida nos “tempos antigos” e o modo de vida pós- inserção na fábrica (continuação).

RELAÇÕES DE TRABALHO	Vida e trabalho são articulados;	Separação entre vida e trabalho
	Divisão sexual do trabalho doméstico é rígida.	Uma possível /ou não, maior democratização do trabalho doméstico.
	Ritmo de trabalho ditado pela natureza e pelas trabalhadoras	Ritmo de trabalho ditado pela máquina e pelos líderes de produção

Fonte: Elaboração própria

De um modo bem geral foram esses os termos da comparação, definidos para avaliar os processos de mudanças dos valores baseados numa economia enraizada e os aspectos objetivos e subjetivos envolvidos nessa transformação, assim como os rebatimentos para as relações de gênero e trabalho dos territórios pesqueiros investigados.

1.3 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

As famílias extensas constituíram a origem dos povoados pesqueiros. Suas origens remetem ao Brasil colônia e tem sua formação vinculada aos negros e índios que, ao fugirem para locais perto da mata e do mar, se estabeleceram no território por meio da pesca e das atividades na mata, além do trabalho na produção canavieira e nas lavouras de subsistência.

Suas condições de vida, nos tempos remotos, são lembradas pela extrema penúria: moradias de palha, sem acesso a transporte e saúde e a água potável, inclusive nos dias hoje.

No tocante a uma economia moral, a sociabilidade na pesca é marcada pela solidariedade e por uma vinculação entre vida e trabalho. Os chamados mutirões são recorrentes nesse modo de viver e trabalhar.

Quanto às relações de gênero, os papéis sexuais são regidos pela tradição. Não há uma separação rígida no trabalho da pesca ou nas lavouras de subsistência entre homens e mulheres. A sobrevivência é a mola propulsora da complementaridade do trabalho. Porém, no âmbito doméstico, a divisão hierárquica é clara: o cuidado com os filhos e o trabalho doméstico é serviço de mulher.

No tocante às lutas das mulheres, presencia-se uma identidade de gênero evocada como heroínas e protagonistas, evidenciadas nas entrevistas de Luzia (líder das heroínas e na entrevista da líder das marisqueiras). Apesar das persistentes desigualdades e exploração de gênero, como elementos contrastantes, afloram essas vozes de resistência e de luta por uma maior igualdade nas relações de gênero e por melhores condições ambientais de trabalho: na pesca, no artesanato e na fábrica.

O desenvolvimento capitalista na região tem início a partir dos anos 1950, intensificando-se nos anos 1970 e 1980, com o avanço do turismo na região. O isolamento vai dando lugar a relações entrecruzadas numa amalgama entre tradição e modernidade também no campo das relações de gênero, que se acirram no tempo presente com a chegada de uma rede de empresas multinacionais do grupo Jeep/Fiat/Chrysler no território.

Na sessão seguinte, serão analisados os processos de transformação em curso no território de Goiana, por meio de histórias orais, que revelam as resistências das lideranças

dos territórios pesqueiros investigados, e práticas de uma economia moral distintas da lógica dominante que se impõe.

2 O TEMPO PRESENTE- RESISTÊNCIAS E CONFORMAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO DE GOIANA: MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E AS REPERCUSSÕES PARA AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

2.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO

O município de Goiana vem passando por transformações sócioterritoriais significativas nas últimas décadas em decorrência da implantação do polo automotivo na região, constituindo-se uma “nova região de desenvolvimento para o estado de Pernambuco”, além das históricas atividades produtivas: monocultura da cana-de-açúcar, as Usinas de cana de açúcar, as fábricas de celulose, fábricas de vidros, fábricas de cimento, que historicamente já provocavam conflitos e choques ambientais e sociais para os atores locais. Com a chegada da Fiat/Jeep/ Chrysler, ver-se metamorfoseada as relações de trabalho, as relações sociais de gênero e as tradições locais, na medida em que a cidade de Goiana, como já amplamente discutido em capítulos anteriores, possui um forte tradição cultural, com grupos de artesanato e folclóricos que, segundo os depoentes da pesquisa, estão sendo ameaçados pela influência do grande capital na região.

Cabe ressaltar que a economia pernambucana ganhou destaque a partir dos anos 2000, apresentando um crescimento acima da média do Nordeste e do Brasil. Os anos 1985 a 1995 evidenciou-se na economia Pernambucana um período de estagnação econômica. A situação só foi se revertendo a partir do final do século passado, nos setores da construção civil, industrial e de serviços, como será detalhado mais adiante.

Os investimentos são contabilizados nos setores petroquímico, biotecnológico, farmacêutico, de informática, naval e automotivo, cujo crescimento chegou a ultrapassar a média nacional, com uma grande perspectiva de novos empreendimentos principalmente com relação ao Complexo Industrial Portuário de Suape, o Estaleiro Atlântico Sul, o Canal do Sertão, a Ferrovia Transnordestina, a Plataforma Logística Multimodal.

Nesse contexto de crescimento econômico, instala-se no município de Goiana o polo automobilístico, farmacoquímico, vidreiro entre outros empreendimentos (ADDIPER, 2015). Após a retomada do crescimento econômico em algumas áreas do Estado de Pernambuco, a atenção dos governos Federal e Estadual voltou-se para as potencialidades dos municípios,

como o de Goiana-PE, devido aos recursos naturais, sobretudo a água abundante e boa localização do Município.

Figura 1 – Mapa das atividades produtivas do município de Goiana/PE.



Fonte: Elaborado a partir do Google Earth/ Diagnóstico da Hemobrás.

1. Extrativismo; 2. Carcinocultura; 3. Turismo/Praias; 4. Turismo patrimônio histórico e cultural; 5. Agricultura/Monocultura; 6. Industrialização; 7. Mineração

Segundo dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco/CONDEPE – FIDEM (2010), a estrutura produtiva do município de Goiana é bem diversificada. Além da predominante produção de cana-de-açúcar no setor agropecuário, Goiana é o sexto mais importante município do setor, com destaque para a produção de ovos (4º maior produtor do Estado); produção de aves e pesca (1º maior produtor); cana-de-açúcar; e coco (2º maior produtor), além de indústrias de transformação e serviços. Goiana possui atividades relacionadas à agricultura, ao extrativismo, à carcinicultura, à industrialização, ao turismo e à mineração.

A intensificação da industrialização no município de Goiana tem promovido transformações objetivas e subjetivas no território. A expansão imobiliária, a degradação ambiental, somadas a histórica pobreza da região tem promovido um debate no âmbito do

estado e nas populações locais sobre os riscos desse crescimento econômico sem levar em conta as necessidades sociais dos moradores de Goiana.

O que está em pauta, para as comunidades locais, não se resume a geração de empregos, apesar de esse item ser considerado importante nos discursos dos atores. Há, sem dúvida, uma preocupação do governo e da sociedade civil com as vulnerabilidades do município em comportar o rápido processo de mudanças, além do patrimônio imaterial da cidade, ameaçado pelo rápido processo de mudanças (grupos de caboclinhos, coco de roda, pretinha do congo, escultores, dentre outros).

No caso dos territórios pesqueiros da região há um fenômeno, evidenciado pelas entrevistadas, de descaracterização cultural, na medida em que o trabalho de pescadora é substituído pelo de operária de fábrica. O afastamento da colônia de pescadores, por parte das operárias, impossibilita, pela legislação em vigor, o retorno imediato, em caso de demissão da fábrica, para a atividade da pesca.

Com a implantação da Jeep/ Fiat/Chrysler, muitas pescadoras foram recrutadas para o trabalho na fábrica e, logo em seguida, demitidas, proporcionando um afastamento das marisqueiras do território, como explicitaremos, mais adiante, nos depoimentos das lideranças das marisqueiras entrevistadas. Além dessa questão, a presença das indústrias da região tem provocado forte degradação dos rios e, por decorrência, uma luta dos moradores dos territórios pesqueiros, pela manutenção dos recursos naturais, imprescindíveis a sua subsistência.

Figura 2 – Mapa de localização das comunidades pesqueiras de Goiana.



Fonte: Instituto Oceanário de Pernambuco, 2010/ diagnóstico Hemobrás.

Diante desse cenário, o objetivo do capítulo é discutir, inicialmente, sobre a concepção desenvolvimento, questionando a tese do desenvolvimento decorrente do crescimento econômico e da industrialização e abordando outras perspectivas teóricas acerca da questão. Logo em seguida retomamos, brevemente, a questão do desenvolvimento no nordeste brasileiro e as controversas discussões entre o que seria tradição ou modernidade na região.

Na sequência, situamos a questão do novo desenvolvimentismo na região nordeste, nos governos de Lula e Dilma, e os rebatimentos para as comunidades pesqueiras de Pernambuco, decorrentes da retomada de uma concepção desenvolvimentista, com o grande aporte de investimentos na região Pernambuco, mais particularmente em obras estruturantes, tais como: porto de SUAPE e a chegada de uma grande montadora automotiva, a Fiat/ Jeep/ Chrysler; além de outras empresas da cadeia automotiva, apontando estudos que tratam dos efeitos da industrialização para a região de Goiana/Pernambuco.

Em seguida, trago à cena as personagens principais da pesquisa, para discutir as lutas territoriais na contemporaneidade de Goiana frente ao desenvolvimento industrial na região. As três entrevistadas são as lideranças de movimentos sociais dos territórios pesqueiros, lócus da pesquisa: a primeira reside num bairro de Goiana, chamado Baldo do rio, dona Ângela Fonseca, líder do movimento das pescadoras e liderança quilombola que tem travado várias lutas para garantir a preservação dos recursos naturais de Goiana, bem como o direito a saúde e a uma maior igualdade das mulheres pescadoras.

Depois, reporto-me a luta de duas mulheres da povoação de São Lourenço: Dadá e Edjane (líderes quilombola e das marisqueiras, respectivamente), que já foram mencionadas no primeiro capítulo, no resgate do modo tradicional da vida dos povoados. Suas lutas, nos movimentos de pescadores e no movimento quilombola revelam os significados atribuídos pelas militantes dos territórios pesqueiros ao avanço da industrialização da região, e as resistências e até mesmo aquiescências às possibilidades de empregos formais para as mulheres.

Desse modo, situamos a expansão da modernização capitalista no território no cenário do novo desenvolvimentismo no nordeste, mas sob a ótica das mulheres “lutadoras”, apresentando as modificações ocorridas na economia moral dos pobres, a descaracterização cultural da atividade produtiva da pesca, a degradação dos rios e das marés nos territórios pesqueiros, e os embates das mulheres ribeirinhas para manutenção do manancial natural, contrastando, por outro lado, com o canto da sereia em meio às possibilidades de

reconhecimento social e melhoria de vida, por meio da inserção no mercado de trabalho formal nas fábricas da região.

2.1 DESENVOLVIMENTO PARA QUEM?

Em tese, o desenvolvimento de uma sociedade pressupõe um impulso adiante, uma melhoria, um patamar superior de humanidade. O desenvolvimento está muito associado à noção de progresso e de crescimento, além da noção de desenvolvimentismo. Sem, de início, particularizar as distintas concepções teóricas, vertentes políticas e situações históricas concretas sobre o tema e ainda com o intuito de articulá-las à noção de trabalho e de gênero, entende-se que o desenvolvimento, pressupõe a noção de oportunidade, ensejando acesso à educação, ao trabalho, a um meio de vida, além de proporcionar, à coletividade, bem estar físico e emocional para todos, sem qualquer distinção; seja de sexo, raça e classe (IVO; CEPÊDA, 2012).

Nestes termos, pode-se inferir que não há desenvolvimento das pessoas e da coletividade sem o trabalho. O trabalho, nas reflexões de Marx, entendido no seu sentido ontológico, como fonte de produção e reprodução da vida, possibilita a contínua interação com a natureza, com a terra, com as águas e outros bens naturais. Desse modo, as pessoas buscam suprir suas necessidades básicas e simbólicas e, por meio das suas relações sociais, estabelecer os parâmetros dessa obtenção.

Na sociedade capitalista, após longo processo histórico de mercantilização da vida, terra e trabalho tornam-se mercadoria. Como expõe Polanyi (2000, p. 93): “Trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado”.

Desse modo, não é “qualquer trabalho” que promove o desenvolvimento humano, visto que o trabalho aviltante, o trabalho que não possibilita o desenvolvimento das habilidades intelecto morais, o trabalho que não deixa a vida respirar, o trabalho precário, com intensidade desproporcional às forças humanas, debilitante, deformador da saúde corporal, não promove o desenvolvimento e o bem estar. O trabalho assim concebido está a serviço do “crescimento econômico”, da concentração das riquezas, da desigualdade, da disparidade de posições.

Karl Marx, na Ideologia Alemã, ao analisar as diferenças entre o trabalho no sentido ontológico e o trabalho subordinado ao capitalismo, aponta que a diferença essencial entre os

homens e os animais se dá no processo de interação com natureza e na transformação em meios de vida. O trabalho se torna estranho ao homem quando se torna subordinado ao capital, o trabalho explorado, destituído do seu sentido de emancipação, monótono e gerador de pobreza física e espiritual.

São inegáveis as interlocuções entre trabalho e desenvolvimento. O mito do desenvolvimento pelo industrialismo permeou o ocidente desde século XVIII /XIX. Os liberais Smith e Ricardo defendiam que o desenvolvimento da sociedade se daria pela divisão de tarefas proporcionada pela manufatura. Durkheim enxergava na solidariedade orgânica um meio do desenvolvimento econômico e social. Já Weber situava o racionalismo do capitalismo e da sociedade como um fator inexorável, apesar de suas críticas a gaiola de ferro da burocracia moderna. Karl Marx, apesar da crítica a exploração do trabalho e a criação de uma alternativa efetiva, pela via do socialismo e depois, em fase posterior, o comunismo, como um meio de superação da propriedade privada dos meios de produção e da exploração entre as classes sociais, igualmente depositou esperanças no mito da inexorabilidade do desenvolvimento industrial como o caminho para o progresso humano.

Karl Polanyi (2000, p. 81) formulou uma crítica original do capitalismo. O referido autor esclarece que os atos individuais de permuta e de troca não levam como regra o estabelecimento de mercados, uma vez que tais atos são comuns em quase todas as sociedades, mas não são considerados centrais, já que outros comportamentos também são desejáveis, tais como: a reciprocidade e a permuta. “Então o mercado local típico, no qual as donas de casa vão comprar algumas das necessidades domésticas diárias e nos quais os artesãos locais oferecem seus artigos à venda, revelam uma impressionante indiferença quanto a tempo e lugar”. (POLANYI, 2000, p. 83).

Karl Polanyi, em sua análise de longa duração sobre as transformações econômicas e antropológicas, propõe que nas sociedades primitivas e em todas as sociedades precedentes ao capitalismo o sistema econômico era absorvido pelo sistema social. O sistema econômico era submetido e submerso nas relações sociais mais gerais e, assim, consistia num aspecto social controlado pela sociedade. “O mercado auto-regulável era desconhecido e a emergência da ideia da autorregulação se constituiu numa inversão completa da tendência do desenvolvimento” (POLANYI, 2000, p.89).

No capitalismo, os mecanismos de mercado tornam-se dirigentes do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, afetando os indivíduos que dispõem da força de trabalho enquanto uma mercadoria: “Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia,

incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do “homem” ligado a essa etiqueta” (POLANYI, 2000, p. 95).

Recuperando esse pensamento, é possível concluir que nem todo desenvolvimento resgata a humanidade e a equidade. Desse modo, faz-se necessário romper com um discurso contemporâneo recente que almeja atribuir uma noção de desenvolvimento neutra, que por sua vez não toma os conflitos territoriais decorrentes do desenvolvimento como um ponto da agenda política, separando, como no passado, os aspectos econômicos e os aspectos ambientais e sociais, implicados nos projetos de desenvolvimento.

Em meados do século XX, o esgotamento do padrão de industrialização da sociedade ocidental, ancorado na destruição maciça dos recursos naturais e o mito do industrialismo como motor do desenvolvimento das nações, foram sendo questionado em suas bases por diversas correntes ambientalistas e em diversos fóruns mundiais: eco 1992, promovido pela ONU, pelo fórum social mundial e outros movimentos sociais de cunho ecológico.

Em que pesem as polêmicas em torno do desenvolvimento sustentável, reconhece-se que são retomados os termos de um desenvolvimento possível e humano, e, nesse sentido, surgem as noções de desenvolvimento local sustentável, com o objetivo de se contrapor a um desenvolvimento econômico degradante, na tentativa de preservar a vida e os recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

Por fim, notabilizam-se as articulações recíprocas entre as questões do trabalho, do desenvolvimento e das relações de gênero. Não há padrão de desenvolvimento equitativo sem levar em conta uma maior igualdade de gênero no tocante às oportunidades de trabalho, de educação, de cultura, participação política e de respeito nas relações privadas.

Deste modo, o acesso de mulher ao trabalho foi uma das primeiras reivindicações dos movimentos feministas associadas ao direito ao voto e a participação política. A autonomia financeira sempre foi tida como um dos requisitos centrais à emancipação feminina. Contudo, parte-se do pressuposto que não é qualquer trabalho, não é qualquer desenvolvimento que possibilita esse patamar superior de igualdade de gênero.

Partindo desse escopo analítico, e superando uma visão produtivista de desenvolvimento, passamos a analisar mais detidamente o contexto recente do novo desenvolvimento no nordeste Brasileiro, as relações de trabalho no cenário de transformações dos novos paradigmas produtivos e os rebatimentos para as relações de gênero nas indústrias, especificamente na indústria automotiva e sua cadeia produtiva.

2.2 SITUANDO BREVEMENTE O CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO NORDESTE E O IMPACTO PARA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

A partir dos anos de 1980, os países Latino Americanos movimentam-se no sentido de superar as ditaduras militares e suas nefastas heranças: na economia, da política, na cultura e nos processos institucionais dos países vitimados pelas autocracias políticas. Ao mesmo tempo, as esquerdas lutaram no sentido resistir à onda neoliberal avassaladora que ocorre, logo em seguida, na maioria dos governos latino americanos. No entanto, mesmo diante do quadro societário desfavorável, no cenário da política, ascende ao poder governos de esquerda e centro-esquerda em países da região andina e cone – sul, tais como: o Brasil, Luis Inácio Lula da Silva; na Argentina, Nestor Kirchner, na Venezuela em 2003, Hugo Chávez, Tabaré Váz, no Uruguai, em 2004 e na Bolívia em 2005, Evo Morales e Rafael Correia no Equador e Daniel Ortega na Nicarágua (MOTTA, 2012).

Os cenários políticos e econômicos desses países eram de crise capitalista. Ressalvadas as particularidades de cada país, presencia-se uma ofensiva do capital contra o trabalho, decorrente, primordialmente, da crise capitalista que se instaura desde anos 1970, agravando-se nas duas décadas seguintes, num cenário, agora, de reestruturação do capital, flexibilização dos direitos trabalhistas, precariedade do trabalho e desemprego estrutural. (ANTUNES, 2000; MOTA, 2012; HARVEY; 1992, CASTEL, 1998).

No período da ditadura militar no Brasil, a economia apresentou uma expansão notável, caracterizando o milagre brasileiro. Contudo, do ponto de vista social, foi considerado um desenvolvimento elitista e tecnocrático. No nordeste brasileiro, a estratégia dos governos militares era desmobilizar as lutas dos trabalhadores rurais⁸, promovendo uma concentração de renda brutal, através da primazia de uma política industrial e o consumo dos estratos de maiores rendimentos, enquanto comprimiam-se os salários dos trabalhadores com baixa qualificação, incluídos de modo precário no processo de desenvolvimento⁹.

⁸ A estratégia liderada pelos militares para o desenvolvimento da região foi caracterizada pela forte tendência em despolitizar as lutas dos trabalhadores rurais. A Divisão de Ação Comunitária da SUDENE criada em 1965, tinha o objetivo, segundo o Superintendente Adjunto Prof. Fernando Mota, de preparar os recursos humanos, encarados como insumos para o desenvolvimento econômico. A preocupação da SUDENE era encurtar o caminho para o desenvolvimento econômico e integrar a população nordestina ao processo de desenvolvimento. (AMMAN, 2003)

⁹ Segundo Brum (1999), a perspectiva de desenvolvimento dominante, no regime militar, era uma decorrência da Doutrina de Segurança Nacional com as orientações fornecidas pela Escola Superior de Guerra “os militares tinham especial entusiasmo pelo desenvolvimento econômico acelerado, por que viam nele um fator importante de segurança nacional.” (BRUM, 2000, p.302). A ESG também propunha uma forte interferência Estatal no

No período de transição democrática, ficou patente o fracasso do milagre econômico, assim como as dificuldades do regime militar em consolidar o desenvolvimento nacional. A inflação crescente e a concentração de renda são reforçadas pelos salários básicos deprimidos. O ressurgimento das lutas sindicais, no campo e na cidade, em face desse contexto, aliado a outras demandas, tais como o movimento pelo custo de vida, pela reforma urbana e pela reforma sanitária; somam-se às lutas por redemocratização no país. Os movimentos sociais expõem os contrastes sociais gerados pelo regime militar e lançam as bases para a construção da Constituição Federal no Brasil, com a incorporação do desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social e ambiental¹⁰, conforme preconiza a CF brasileira no seu artigo 17:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho e na livre concorrência, tem por finalidade assegurar a todos vida digna, conforme os ditames da justiça social, observando estes princípios: soberania nacional, propriedade privada, **função social da propriedade**, livre concorrência, defesa do consumidor, **defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego...** (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL).

Há uma incorporação na Constituição Federal de direitos anteriormente ignorados no Brasil: a preocupação com o meio ambiente e o compromisso expresso com a redução das desigualdades regionais construídas historicamente. Porém, sabe-se que nos anos de 1990, com a avalanche das propostas neoliberais no País, muitas conquistas contidas na carta magna não passaram de letra morta para o cotidiano da maioria da população brasileira.

Os anos 1990 no Brasil, com os governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, caracterizaram-se por uma ofensiva neoliberal do Estado, com o objetivo de enfrentar a crise capitalista e inserir a economia brasileira no cenário de competição globalizada, com características de uma hipertrofia do capital especulativo, direcionando e ditando a política econômica e social no Brasil. Nesse período, experimentou-se um processo de privatização de estatais, incentivo às terceirizações e um desemprego de longa duração, consubstanciando o que, para alguns, foi considerado o desmonte da nação.

planejamento econômico e social, e a ação dos militares visava aprofundar a integração da economia brasileira no sistema capitalista internacional e transformar o Brasil em potência mundial, retirando-o da condição de país subdesenvolvido.

¹⁰ As discussões em torno do desenvolvimento, que apontam para o conceito de desenvolvimento sustentável, tiveram origem desde 1987, com a publicação pela ONU do documento: “Nosso futuro em comum” em atendimento as resoluções de Estocolmo- e que, por sua vez, tornou-se polêmico porque, se elaborado nos marcos da concepção liberal desenvolvimentista tem ares de insustentabilidade e conservadorismo, uma vez que somente são considerados os interesses do capital, mas, por outro lado, pode representar uma resistência contra hegemônica, se a igualdade, a justiça social, diversidade cultural e integridade ecológica estiver na pauta como objetivos primeiros. (WANDERLEY, 1998)

A partir do ano de 2004, com o governo Lula no Brasil, o discurso governamental retoma posicionamentos ideais anti-imperialistas e de desenvolvimento nacional. Na realidade, não se tratava de uma repetição do desenvolvimentismo dos anos 1960, mas a defesa de um desenvolvimento autossustentável, combinando-se elementos de uma política novo desenvolvimentista, sob o viés, obviamente, econômico e ações afirmativas no campo social, com reduções significativas das desigualdades sociais no Brasil (MOTTA, 2012).

Essa perspectiva, fruto da combinação do desenvolvimento com uma maior equidade, foi denominada de Novo desenvolvimentismo. Sua origem decorreu de orientação da CEPAL - Comissão Econômica para América latina e Caribe que, embora em contexto totalmente distinto, idos de 1940, já pensava formas de desenvolvimento em países subdesenvolvidos da América latina.

Naquele tempo, a CEPAL considerava que os países subdesenvolvidos tinham uma economia pouco diversificada e integrada, com a ênfase no setor agroexportador como polo dinâmico da economia, razão pela qual não conseguiam transferir tecnologia e, muito menos, ganhos reais para o trabalho, obstruindo, por conseguinte a sensação de bem-estar social experimentado nos países desenvolvidos no período pós-segunda guerra mundial.

Nesse sentido, as noções de desenvolvimento/subdesenvolvimento, de polos de desenvolvimento/polos atrasados, demandavam do estado brasileiro a necessidade de enérgicas medidas de “modernização” do mundo rural e das áreas urbanas nordestinas¹¹.

Para alterar esse quadro, a proposta da CEPAL era proporcionar a diversificação econômica, via industrialização, no intuito de desenvolver o mercado interno, em lugar da prevalência de uma economia voltada para a demanda externa dos produtos primários (commodities).

No âmbito das Ciências Sociais, a problemática envolvia desvendar os fundamentos históricos e teóricos da realidade brasileira, buscando apreender em que medida a tradição impedia o Brasil de absorver o projeto civilizatório dos países desenvolvidos. Quais seriam os impedimentos à modernização Brasileira? Seria a herança escravista? Seriam as práticas

¹¹ Em 1950 e 1960, no Brasil, com a difusão da ideologia desenvolvimentista, Kubitschek irá aceitar a “ajuda” dos americanos com o objetivo de superar o subdesenvolvimento. A ideologia nacionalista também tinha o propósito, por meio da industrialização, de transformar um país semicolonial em desenvolvido. (SOUZA, 1987). A região Nordeste, nos decênios de 1950 e 1960, vivia-se uma experiência de tensão social decorrente do movimento das ligas camponesas, uma pauperização crescente, com elevado índice de subnutrição e analfabetismo que atestavam as potencialidades da região em se alinhar com propostas socialistas, em face do contexto da guerra fria e da revolução socialista cubana. O movimento das ligas camponesas chamou atenção dos Estados Unidos que propôs um convênio com o governo brasileiro no sentido de promover o desenvolvimento da região. A partir do convênio, técnicos brasileiros foram treinados nos Estados Unidos para desenvolver trabalhos sociais na região Nordeste. Como lembra Oliveira (1978) apud Amman (2003, p.143):

patrimonialistas? Ou o período colonial brasileiro? Essas eram as questões levantadas por autores da escola paulista, dentre os quais: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, como os principais entraves que impediam a pleno desenvolvimento do país (CEPÊDA, 2012; IVO, 2012).

A intervenção do estado brasileiro para diminuir os obstáculos ao desenvolvimento é proposta por Florestan Fernandes no seu livro, *mudanças sociais no Brasil*, no qual propugna transformações significativas na educação brasileira como mecanismo de assunção a um patamar superior de sociedade. A sociologia analisava a tradição brasileira como o principal óbice digno receber uma intervenção estatal, no sentido de superação do atraso do processo de desenvolvimento capitalista (CEPÊDA, 2012; IVO, 2012).

A teoria da dependência, postulada por Fernando Henrique Cardoso, e a crítica à razão dualista, formulada por Chico de Oliveira, evidenciavam que o moderno e o tradicional, no tocante a estruturas econômicas, combinavam-se e mesclavam-se, funcionalmente, com a lógica capitalista¹².

No caso das regiões agrárias, a baixa produtividade e a não competitividade agrícola de certo modo também favoreciam ao capitalismo dependente e subdesenvolvido brasileiro. Assim, as discrepâncias regionais acabavam por impulsionar a industrialização nascente, pois sendo uma região pobre, o nordeste brasileiro era um celeiro de fornecimento de mão de obra barata para a indústria nascente do Sudeste do Brasil, além de fonte de produtos alimentícios e agrícolas a preços irrisórios, favorecendo a diminuição com os custos da reprodução da força de trabalho da indústria nascente nos centros dinâmicos da economia Brasileira.

Martins (1975, p. 4) alertava, nos seus estudos sobre o meio rural e a realidade brasileira, que os estereótipos propugnados aos trabalhadores rurais, tais como: o ingênuo, o preguiçoso, o desnutrido, o doente, o maltrapilho, o rústico, o desambicioso, foi muito utilizado pelo discurso urbano, ora para justificar intervenções urbanas no mundo rural, ora para advogar a necessidade de enquadramento da força de trabalho, de origem rural e de outras regiões, na vida de mercado: o típico consumidor e consumidora das “modernidades”

¹³ .

¹² Contrapondo-se as visões dicotômicas, Oliveira (2013) demonstrará como o arcaico, ou seja, os modos tradicionais de produzir, irão compor, de modo funcional, uma gama de atividades produtivas que colaboram no processo de ampliação do capital, por meio da reprodução da força de trabalho nas cidades, por exemplo, e do baixo custo dos produtos agrícolas e do exército de reserva oriundo do campo.

¹³ Juarez Brandão Lopes, um dos pioneiros nos estudos sobre o processo de industrialização no Brasil, ao discutir as questões referentes ao início do processo de industrialização brasileira em São Paulo, levanta a questão do ajustamento do trabalhador de origem rural a “modernização” brasileira. Os hábitos rurais,

Desse modo, os problemas urbanos também eram decorrentes de sua vinculação aos valores rurais, que deveriam ser superados. Como afirma Martins (1975, p.5) “Supõem a sociedade agrária como mundo à parte, esdrúxulo, no “todo” que é definido pela perspectiva urbana e cujos significados e cujos significados fundamentais se opõem aos desta última (daí algumas especulações sobre “economia natural” ou sobre feudalismo brasileiro)”.

Nessa perspectiva do rural, ignoravam-se as relações recíprocas e mútua dependência em relação ao desenvolvimento capitalista. Igualmente, se omitiam as realidades ao mesmo tempo rurais e urbanas, com mesclas dos dois estilos de vida, na medida em que diversas indústrias se instalaram em cidades do interior do Brasil, como, por exemplo, a Fiat de Betim/MG.

Segundo Wanderley (2001), as interpretações sobre as relações recíprocas entre o mundo rural e o urbano se davam em três direções. A ideia dicotômica de rural e urbano em que o pensamento binário rural/atraso, urbano/progresso servem de baliza para análise dos processos sociais envolvendo esses dois espaços. A segunda direção uma visão de “contínuu”, apesar de romper com uma visão dicotômica clássica entre tradicional/moderno, ainda há um privilégio do modo de viver da cidade como o meio de se atingir o desenvolvimento e uma inexorável tendência de um modo de vida urbano se sobrepor ao modo de vida rural.(IANNI, 1997; VEIGA, 2006).

A terceira forma de conceber o mundo rural contesta a subsunção completa do modo de vida rural pelo urbano. Essa perspectiva considera os pertencimentos. O acesso à terra é um vetor importante na análise das migrações no campo e no processo de valorização sociabilidade rural e da permanência no campo.

A desigualdade regional no Brasil e o modelo de desenvolvimento centrado em polos dinâmicos da industrialização tardia vitalizou o discurso dicotômico do rural atrasado, urbano e industrializado , ligado ao moderno. A questão do subdesenvolvimento do Nordeste foi tema central do discurso e ações desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, tendo inclusive convocado, em janeiro de 1959, uma reunião com intelectuais, dentre eles Celso Furtado, que, ao abordar a questão da região Nordeste com números regionais e seus

principalmente dos trabalhadores de origem rural do nordeste brasileiro, são considerados pelo autor como entraves à produtividade capitalista e conseqüentemente, ao processo de desenvolvimento econômico do Brasil. (LOPES, 2008). Realizando um estudo sobre a influencia dos valores tradicionais no comportamento do operário da indústria paulista, Lopes (2008) irá afirmar “ *É indubitável e generalizada, portanto, a influência de valores da organização tradicional no comportamento do operário que tem a zona rural por origem.* Os valores tradicionais são evidenciados pelo autor como um problema de “ajustamento” do trabalhador a racionalidade industrial e , por conseguinte, a formação de uma identidade de classe, dificultando a formação das lutas de classe organizadas por meio dos sindicatos.

problemas de ordem política, defendeu uma política global para o desenvolvimento para a Região, ao invés de ações pontuais desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Convencido com os argumentos suscitados, o Presidente Juscelino designa Celso Furtado para tomar providências para o desenvolvimento da região¹⁴, por meio da SUDENE¹⁵. (CABRAL, 2006)¹⁶.

Para Furtado (1989, p.23) “O ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste”. No Brasil, como herança da ditadura militar, há um aprofundamento das desigualdades sociais e regionais, permanecendo as velhas questões da concentração fundiária e superexploração do trabalho, como problemas não resolvidos a serem enfrentados no Nordeste brasileiro.

A abertura política e o processo de democratização da sociedade brasileira, ao mesmo tempo, que possibilitou o ressurgimento das lutas sociais e a formulação da constituição cidadã, incluindo, de certo modo, as reivindicações suscitadas pelas lutas no campo; por outro lado, ocorreu num contexto de ascensão do ideário neoliberal no mundo. Nos anos 1980, o debate cepalino se dava em torno das reformas do mercado no sentido da inserção dos países subdesenvolvidos nas exigências decorrentes da financeirização da economia, a privatização dos serviços públicos, a reforma do estado e a criação de programas sociais de focalização em estratos sociais mais pobres, tendo como eixo a agenda do consenso de Washington¹⁷.

¹⁴ No ano de 1961 o “relatório Bohan”, apresentado pelos americanos, aponta propostas de ação para o Nordeste e, desse modo, coube a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) desenvolver programas de desenvolvimento econômico e social com intuito de apaziguar as tensões sócio políticas. Como afirma Amman (2003, p.144): O programa em curto prazo, de caráter estritamente assistencialista, tinha o propósito explícito de esvaziar as ligas camponesas e desbaratar o movimento camponês. As ligas de inspiração comunista, falava o documento, tomaram vantagem no vácuo criado pela lei [...] por essa razão propomos no nosso programa o estabelecimento de centros na zona açucareira de Pernambuco (2003, p.144).

¹⁵ Segundo Oliveira (1978), a estratégia da SUDENE em acomodar os interesses das classes dominantes fica explícita quando em seu programa de desenvolvimento econômico e social no Nordeste evita o enfrentamento com a oligarquia rural, deixando intocada a questão fundiária, quando auxilia a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) para desmontar o movimento camponês e quando não considera, em suas análises, as estratégias da burguesia do centro sul em incentivar as migrações da classe trabalhadora nordestina. Para Oliveira (2014) ainda existia uma disputa entre projetos na SUDENE, antes do golpe militar, entre a burguesia do centro sul, a burguesia nordestina e as forças populares.

¹⁷ Consenso de Washington é uma conjugação de grandes medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. Dani Rodrik. *Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?* Harvard University, January 2006.

A implantação de uma política neoliberal na maioria dos países subdesenvolvidos importou num desastre social e político. O empobrecimento das populações subdesenvolvidas fez a Cepal revê seus posicionamentos e, nesse contexto, a proposta de um novo desenvolvimentismo ganha a sua feição original como alternativa à falência das propostas liberalizantes.

Como afirma Romano *apud* Motta (2012, p. 159):

Os defensores do neodesenvolvimentismo sustentam que os preceitos neoliberais-privatização, enxugamento do estado, não conseguiram resolver as questões centrais que afetam a humanidade. Assim, na vaga da crise que atinge todas as dimensões da vida social, recupera-se a possibilidade de elaborar estratégias de desenvolvimento nacional, que reponha temas, a exemplo do impacto da mudança climática, justiça ecológica, reconstrução dos bens comuns, pós-desenvolvimento, democracia ecológica e economia do cuidado.

Para Bresser Pereira, o novo desenvolvimentismo se constituiu do mais recente meio de atuação do Estado, no cenário do capitalismo global, de garantir um mínimo de regulação do Estado frente à financeirização da economia, buscando intervir na redução das desigualdades sociais:

O estado novo-desenvolvimentista é uma forma de Estado adaptado ao capitalismo global, a um estágio do capitalismo onde a competição econômica é entre as noções fundamentais. O papel do Estado, nesse caso, é criar oportunidades de investimento, investir ele mesmo quando necessário e regular os mercados, os financeiros em particular [...] O desenvolvimento para os novos desenvolvimentistas é visto não só como crescimento econômico e da industrialização, mas também como a redução das desigualdades sociais e melhoria no padrão de vida da população (BRESSER PEREIRA, 2014, p.7).

A crítica ao novo desenvolvimentismo também permeou o debate acadêmico, porquanto o desenvolvimentismo, que tinha sido rechaçado do ponto de vista econômico e político, em outros momentos, agora ressurgia com solução, inclusive como horizonte utópico de setores da esquerda brasileira (RIDENTE, 2009; FIORI, 2012).

Por outro lado, para os favoráveis ao novo desenvolvimentismo, quando há um fortalecimento do empresariado nacional, como meio de garantir maior equidade social, torna-se possível equacionar a velha dicotomia entre crescimento econômico e uma maior equidade social (SICSÚ, 2007).

A versão do novo desenvolvimentista no Brasil, foi evidenciada a partir da experiência de gestão implementada pelo governo de Lula, tendo seu marco inicial em 2003. A proposta envolvia o apoio ao empresariado nacional visando o crescimento econômico e

desenvolvimento nacional, articulado a políticas sociais de redistribuição de renda. Nessa direção, diferente da concepção neoliberal que o antecedeu, o plano de governo contemplava a possibilidade de desenvolvimento econômico, inclusive com a descentralização dos polos de desenvolvimento, incluindo a região nordeste no roteiro de pesados investimentos, a exemplo de Pernambuco com o porto de SUAPE, sem desconsiderar as questões sociais e ambientais, que permeavam a necessária superação das históricas desigualdades sociais e regionais no Brasil.

Nesse sentido, foram evidentes as melhorias de renda, por meio de uma política sistemática de aumento do salário mínimo, associada ao incentivo ao consumo das famílias mais pobres e a implementação de políticas públicas voltadas para os grupos minoritários da população brasileira, tais como: negros, mulheres, índios e os pobres em geral. Contudo, em face dos problemas históricos e estruturais na região Nordeste, persistem as desigualdades e os aspectos desarticuladores, típicos do desenvolvimento capitalista (MOTTA, 2012).

Cabe esclarecer que, uma concepção novo desenvolvimentista pressupõe um Estado com força suficiente para implantar políticas macroeconômicas defensivas e expansionistas, além de fomentar um sistema tributário progressivo, capaz de diminuir as desigualdades entre as rendas, mas sem erradicá-las, haja vista que a ideia central é que as empresas e pessoas têm capacidades distintas. (SISCÚ, 2014, p. 4).

Ainda vale considerar que, no contexto do novo desenvolvimentismo, o trabalho adquiriu uma importância central, posto que as políticas de transferência de renda não prescindiam de melhorias na qualidade das políticas públicas de trabalho e renda. Ademais, o acesso ao direito ao trabalho constituiu, naquele paradigma, uma condição fundamental ao desenvolvimento social. (OLIVEIRA; RAMALHO, 2011, p. 2012).

Na contemporaneidade, após o impeachment da presidente Dilma Rousseff no Brasil, uma grave crise econômica se instala, associada ao retorno do desemprego massivo e às propostas de regressivas de reformas, tanto de desmonte da previdência social, como dos direitos trabalhistas, que ameaçam os direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras.

As razões do declínio do projeto novo desenvolvimentista são apontadas por Boito Jr. (2016, p. 24):

Entre 2003 e 2014, esses dois campos eram bem nítidos na política brasileira. Entre 2006 e 2012, o campo neodesenvolvimentista reinou, enquanto o campo neoliberal ortodoxo permaneceu na defensiva. A partir de 2011, com o prolongamento da crise do capitalismo internacional e também em decorrência de medidas políticas internas, o crescimento econômico brasileiro entrou em declínio. No início de 2013, o capital internacional e a fração da burguesia a ele integrada iniciaram uma ofensiva política contra o governo Dilma. Devemos denominá-la uma ofensiva restauradora, porque

seu objetivo era restaurar a hegemonia do neoliberalismo puro e duro. Essas forças viram no declínio do crescimento econômico a oportunidade de lutar contra as medidas de radicalização do neodesenvolvimentismo tomadas pela presidente Dilma – redução inusitada da taxa básica de juros, novas medidas protecionistas e depreciação cambial, entre outras. Essa ofensiva deu-se numa fase de agravamento das contradições internas da frente neodesenvolvimentista. Assim, contradições presentes desde a formação da frente exacerbaram-se. O sindicalismo, que vinha desde 2004 incrementando a luta grevista e obtendo ganhos salariais crescentes, elevou suas exigências a partir de 2012-2013. É plausível a hipótese de que esse fato foi, pouco a pouco, afastando a grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista.

Novas contradições foram se intensificando. A crise econômica se agravou no mesmo diapasão da crise política, que ora se instalava. As classes médias baixas, que ingressaram nas Universidades pelo Pro- Uni, Reuni e Fies, não encontravam empregos no período de crise, razão pela qual se evidenciou a retirada do apoio dos próprios beneficiários do novo desenvolvimentismo a essa política (BOITO JR 2016, p. 25).

Se analisarmos do ponto de vista mais amplo do conflito entre as classes sociais, no cenário político o embate pela divisão dos fundos públicos, resta claro que a crise fomentou a retomada do discurso de uma proposta neoliberal, tendo como pressupostos:

Três acontecimentos maiores são responsáveis pela caminhada até aqui vitoriosa da grande ofensiva neoliberal restauradora. Primeiro, o ingresso da alta classe média como força social ativa e militante no processo político, por intermédio das grandes manifestações de rua. Segundo, fato que embaralhou a divisão de campos que perdurou na política brasileira até 2014, a gradativa deserção da grande burguesia interna da frente neodesenvolvimentista. Ao longo do ano de 2015, diversas associações empresariais que apoiavam os governos do PT foram, segundo levantamento que estamos realizando, passando para o campo neoliberal ortodoxo. O caso mais importante e notório é o da FIESP, que, após apoiar os sucessivos governos do PT, tornou-se a vanguarda do golpe institucional no meio empresarial. Terceiro, o recuo passivo do governo Dilma diante da ofensiva restauradora. A frente neodesenvolvimentista entrou em crise e, com ela, o governo que a representava (BOITO JR, 2016, p. 25).

Porém, cabe ressaltar, que os efeitos do crescimento da economia de Pernambuco em décadas recentes ainda perduram uma vez que as grandes indústrias receberam incentivos fiscais de longo prazo, a exemplo da Fiat/Jeep/Crhysler e mesmo em condições políticas distintas, com a ofensiva neoliberal a partir da saída do governo de Dilma do poder, o grande capital na região permanece auferindo lucros e vantagens. Cabe lembrar que Pernambuco promoveu uma taxa de crescimento de 9,4% entre janeiro e novembro de 2010, sendo o estado brasileiro com maior crescimento econômico nesse ano.

O resultado é um ponto acima do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, cujo índice foi de 8,4%, superior ao da Bahia, que cresceu 7%, e ao Ceará com taxa de 8,7% nesse ano. O crescimento de 11,2% da produção industrial, acima da média nacional de 11,1% e do

Nordeste de 9,6%. A variação real anual do Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco em comparação com o Brasil, de 2003 a 2012, apresentou-se maior que a do País nos anos de 2005 e 2006, e de igual modo, sucessivamente de 2008 a 2012 (FALCÃO, 2010).

O crescimento da economia Pernambucana possui uma estreita vinculação com estratégias nacionais e regionais de desenvolvimento e insere-se no contexto do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo Lula, que incrementou os gastos com o porto de SUAPE, com a transposição do rio São Francisco, com o polo Farmacoquímico, a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, o gesso na região do Araripe, a expansão das atividades de confecções do Polo Caruaru/Toritama/Santa Cruz do Capibaribe, bem como proporcionou o melhor desempenho de segmentos mais tradicionais, como o sucroalcooleiro, nos anos mais recentes após a instalação do polo automotivo da Fiat/ Jeep/Chrysler (LIMA; SICSÚ & PADILHA, 2007).

Segundo dados do (CONDEPE/FIDEM, 2010), no ano de 2013, o percentual de crescimento do Produto Interno Bruto-PIB no Brasil foi de 2,5%; no estado de Pernambuco a taxa equivalente correspondeu a 3,5% e no ano de 2014, o PIB em Pernambuco cresceu 2,7%, enquanto a média nacional não ultrapassou 1,9%. Desse modo, Pernambuco se situa em 10º lugar no ranking das maiores economias do Brasil¹⁸¹⁹.

O município de Goiana/PE compõe uma região de desenvolvimento do Estado de Pernambuco com muitos empreendimentos estruturadores (CONDEPE – FIDEM, 2010).

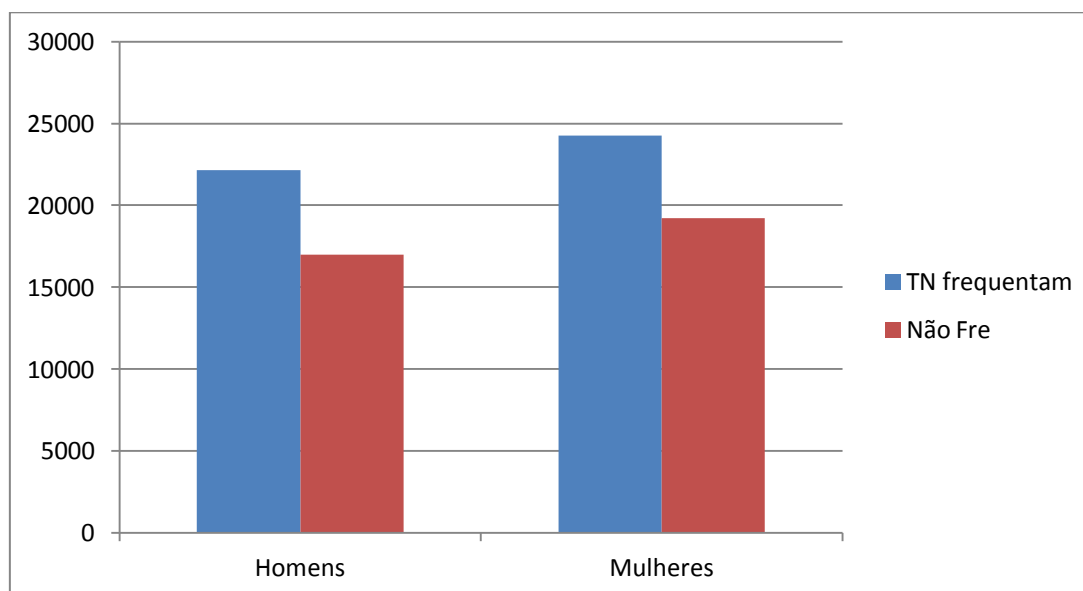
O polo automotivo e demais indústrias requisitaram do estado de Pernambuco uma infraestrutura de rodovias, porto e um aeroporto na região, o que não ocorreu a contento. Ademais, há um evidente hiato entre as políticas sociais de saúde, educação, assistência social

¹⁸ Considerando essas mudanças ocorridas no estado de Pernambuco nos últimos anos, a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco-FIEPE apresentou em 2013 uma análise do desenvolvimento do Estado. O estado de Pernambuco é o segundo mais importante polo de produção industrial do Nordeste, atrás apenas da Bahia. São aproximadamente 16.355 indústrias em atividade de diferentes setores, sendo as mais relevantes os seguintes: construção civil (4.876), o têxtil (2.957) e o de alimentos e bebidas (2.845). O papel da indústria local, representada pela FIEPE, também foi fundamental na geração de empregos para os pernambucanos. Entre 2007 e 2013, Pernambuco foi o segundo estado brasileiro que mais gerou emprego formal no Nordeste. No total, foram mais de 560 mil postos de trabalho, com participação significativa da construção civil. Comparando-se, a nível nacional, da geração de emprego entre 2007 e 2008, o estado saiu da 14ª para 2ª colocação. Para se ter uma ideia aproximada da oferta de emprego no estado, só a indústria de produtos elétricos, contabilizou, segundo a FIEPE, mais de 450 empresas ativas. A análise da FIEPE ainda aponta que além do estado ter atraído Grupos industriais internacionais como Alcoa, Philips, Açonorte, tem ampliado a presença de Grupos de capitais locais como Baterias Moura, Leon Heimer, e diversificado enormemente atividades econômicas, entre as quais podemos citar fábricas de perfilados de aço, laminados e de alumínio, autopeças de várias espécies, caldeiras, moendas e destilarias, tubos e conexões, materiais para irrigação, artefatos de aço inox, caçambas, latas para embalagens, engrenagens para motores de veículos, lâmpadas, medidores e controles eletrônicos.

que, diante de um cenário de crescimento econômico na região, exigiam uma ampliação e uma maior qualidade, o que não tem se verificado no Município de Goiana, principalmente nas áreas periféricas. Os povoados pesqueiros, por exemplo, fonte maior de mão de obra das indústrias, não possuem urgência e emergência médica, maternidade, centros de referência da assistência social e as escolas não oferecem, por exemplo, o ensino médio, além de apresentarem índices elevados de evasão escolar (Relatório da Hemobrás).

A discrepância entre o crescimento econômico e o acesso às políticas públicas, pode ser evidenciada nos dados referentes à educação no município de Goiana. Os dados revelam uma persistente dificuldade de acesso à educação, ao trabalho, principalmente para as mulheres. Cabe ressaltar que os dados do censo de 2010 do IBGE apontam uma significativa parcela da população de Goiana de um total de 63133 mil habitantes, 46 400 mil que não frequentam a escola. A parcela de 24. 271 mulheres, 79% se concentram na área urbana e 21% na área rural. No mundo rural, de um total de 7.135 mulheres; 71% não frequentavam a escola e somente 29% a frequentavam. Enfim, nos territórios pesqueiros de Goiana, que se situam na área rural da cidade, há um expressivo percentual de mulheres que não frequentam a escola.

Gráfico 1 - Total de homens e mulheres que não frequentam a escola em Goiana/PE.



Fonte: IBGE/censo/2010

Porém, quando se compara Goiana com outros municípios do entorno, percebe-se que o município de Goiana (7,7%) e de Paulista (9,6%) se sobressaem entre daqueles que tem médio completo e superior incompleto e que possuem superior completo:

Quadro 4 – Goiana e entorno - distribuição percentual da população ocupada por grau de instrução – 2010.

PE, GOIANA E ENTORNO	SEM INSTR. E FUND. INCONP	FUND. COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	MÉDIO COMP E SUPERIOR INCOMPLETO	SUPERIOR COMPLETO
Pernambuco	46,7	14,8	28,5	9,7
Goiana e entorno	38,3	16,1	38,1	7,2
Abreu e Lima	36,7	17,3	40,9	4,8
Aliança	58,9	12,7	23,5	4,9
Araçoiaba	58,8	15,7	22,8	2,6
Camutanga	56,0	13,4	24,3	6,1
Condado	49,9	17,1	26,7	5,9
Ferreiros	61,1	11,4	21,1	6,1
Goiana	44,0	14,5	33,6	7,7
Igarassu	41,7	15,1	37,7	5,2
Itaquitinga	57,4	12,8	26,1	3,6
Itambé	60,4	13,3	21,0	5,1
Itapissuma	52,4	15,4	27,9	4,0
Itamaracá	51,6	15,7	27,2	5,4
Paulista	25,4	17,5	47,1	9,6
Timbaúba	54,0	15,0	24,2	6,6

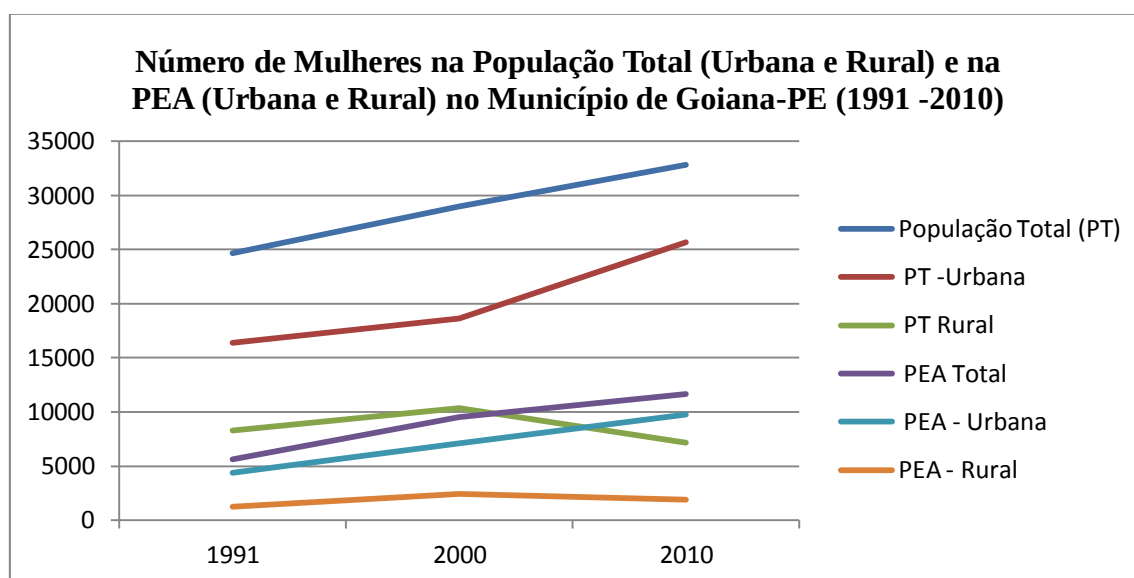
Fonte: (FECOMERCIO PE/SEBRAE/2017)

Mesmo diante de um quadro dramático no campo da educação, Goiana possui indícios de uma maior escolarização quando comparado aos outros municípios. No entanto, segundo diagnóstico do FECOMERCIO PE/ SEBRAE:

O baixo perfil de escolaridade da força de trabalho e de fragilidades de políticas públicas de capacitação de mão de obra –, experiências como a de Suape e agora a do polo automotivo de Goiana terminam por gerar importante fluxo de imigrantes de outras regiões e até do exterior para preenchimento de vagas em postos de trabalho que exigem maior qualificação técnica. O aproveitamento de recursos humanos locais geralmente tende a se dar em caráter limitado, para funções de menor exigência técnica, com insuficiente aproveitamento de força de trabalho local. (FECOMERCIO PE/SEBRAE, p, 37)

Além do déficit nas políticas públicas, persistem as desigualdades de gênero no acesso ao mercado de trabalho da região. No que se refere à população economicamente ativa do município de Goiana percebe-se que, no período 1991-2010, há um aumento no número de mulheres na PT, composto de uma elevação na área urbana e um decréscimo na área rural (a partir de 2000); no caso da PEA, este padrão se repete, sendo que o decréscimo na área rural é bem mais discreto.

Gráfico 2 - Número de Mulheres na População Total (Urbana e Rural) e na PEA (Urbana e Rural) no Município de Goiana-PE (1991 -2010)

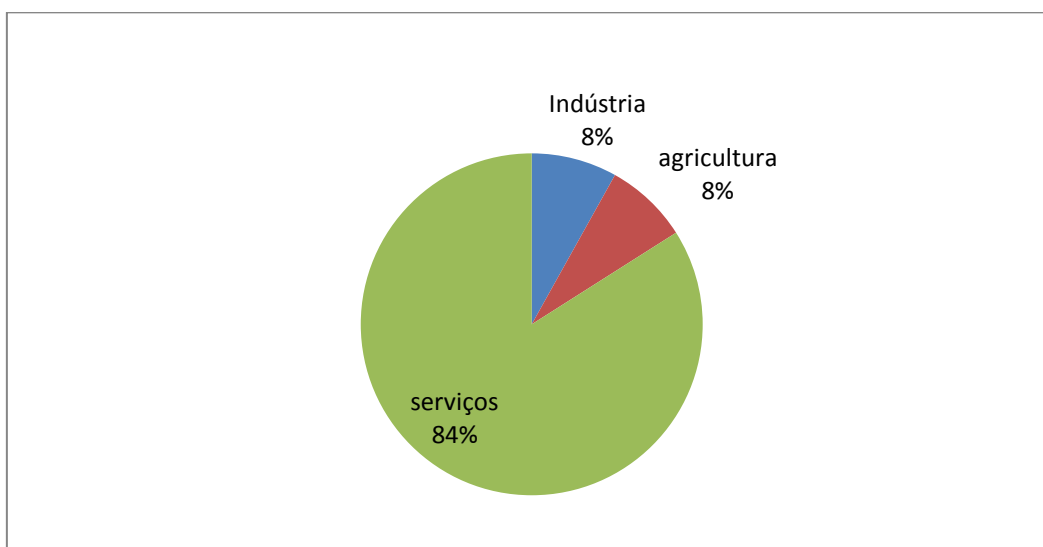


Fonte: IBGE/censo/2010

Apesar da elevação do emprego feminino no Município, de um modo geral, principalmente nas áreas consideradas urbanas, percebe-se que a participação das mulheres na PEA é bem inferior a seu peso na PT (que se mantém estável no período); todavia, entre 1991 e 2010, o percentual de mulheres na PEA se eleva de forma considerável, especialmente na área rural, muito embora a participação de mulheres na PEA urbana seja superior à rural.

No que se refere à inserção da mão de obra feminina de Goiana, vê-se que o ingresso na indústria ainda é muito reduzido. Somente 8% mão de obra feminina de Goiana trabalha na Indústria, como se infere do gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Inserção no mercado de trabalho formal das mulheres em Goiana no ano de 2016.

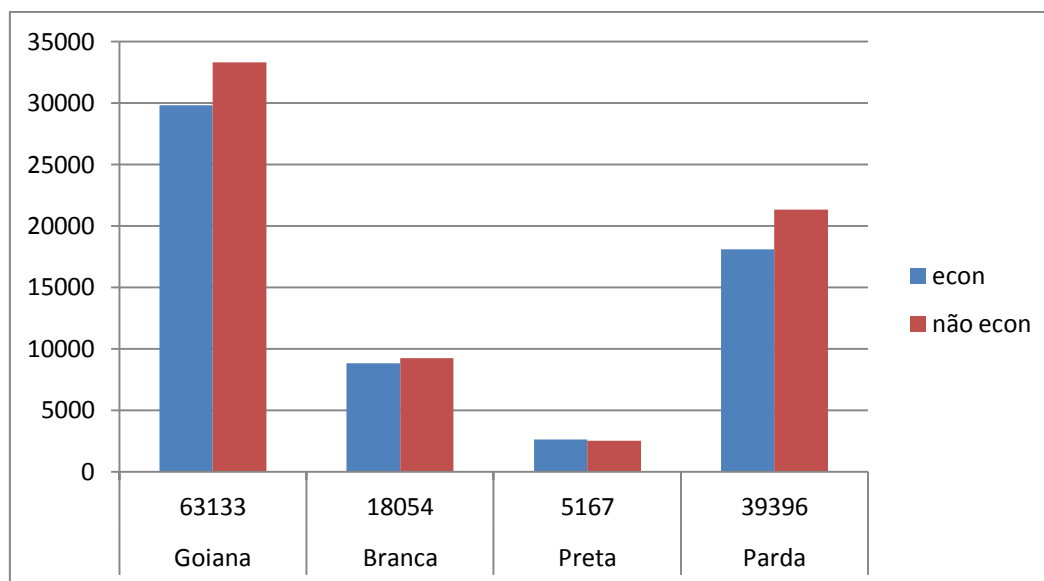


Fonte: caged/ IBGE/2017

Do ponto de vista quantitativo, a representatividade da mão de obra feminina que trabalha na indústria é ínfima. Porém, quando se avaliam territórios pesqueiros afastados do centro, a inserção das mulheres na indústria ganha relevância, uma vez que de uma comunidade de cerca de 950 famílias, como o quilombo de São Lourenço, mais de duzentas (200) mulheres foram recrutadas para o trabalho fabril. Mesmo assim, cabe destacar que para o universo das mulheres de Goiana, economicamente ativas, o trabalho industrial não é o de maior relevância na localidade, apesar do marketing empresarial, da Jeep e da Lear, de que se estão empregando as “mulheres da localidade” ou as mulheres quilombolas.

No tocante a questão racial, percebe-se que a maioria da população de Goiana, não economicamente ativa, é considerada de cor preta, somados aos que autodeclararam pardos:

Gráfico 4 - Ano x Cor ou raça x Condição de atividade na semana de referência em Goiana/PE.



Fonte: IBGE/ senso/ 2010

Tratando mais especificamente dos empregos ofertados pela Fiat/Jeep/Chrysler, cabe ressaltar que, no contexto mais recente, e mesmo diante do quadro social adverso, de persistentes desigualdades no campo social, de retrocessos com a retração do consumo e redução da atividade de industrial no Brasil, a planta da Fiat/Jeep/ Chrysler, situada em Goiana/PE, não foi fortemente abalada pela crise econômica brasileira, do ponto de vista da sua lucratividade, pela constatação das crescentes contratações de trabalhadores e trabalhadoras realizadas pela empresa no período da crise e pelo aumento, no ano de 2016, de vendas no mercado dos carros produzido na planta de Goiana: Jeep Renegadeⁱ e a picape Toro.

Destaque-se, inclusive, que a Lear Corporation, fornecedora da Fiat, chegou a aumentar um turno de trabalho, exatamente no ano de acirramento da crise, como afirmou representante do sindicato dos metalúrgicos de Pernambuco em entrevista concedida ao Laept (Laboratório de estudos políticas públicas e trabalho) da UFPB.

Contudo, é possível destacar, por estudos na região, e pelos resultados da nossa pesquisa de campo, que mesmo após boom de empresas aportando na região de Goiana, principalmente a Fiat/Jeep/ Chrysler e dos investimentos governamentais na região de Pernambuco, a relação dos grandes empreendimentos com as comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas, nos territórios de São Lourenço e Tejucupapo, tem se constituído por uma constante degradação ambiental e por uma desconsideração pelas culturas locais, assim como, por um desprezo pela participação popular, incipiente nos processos de planejamento e execução dos grandes projetos da iniciativa privada, com nas propostas de melhoria de infraestrutura levados a efeito pelo estado brasileiro (AMARAL, 2012; HEMOBRÁS, 2011).

2.3 DESENVOLVIMENTO DE GOIANA E RELAÇÕES DE GÊNERO SOB O SIGNO DAS MARISQUEIRAS E QUILOMBOLAS: AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES DE LUTA

O Desenvolvimento de Goiana tem sido marcado por choques territoriais entre os povos tradicionais (agricultores, ribeirinhos, pescadores e marisqueiras) e os grandes empresários e latifundiários. Para as marisqueiras, sujeitos da pesquisa, o mangue é um santuário a ser respeitado. Um forte sentimento de pertencimento ao lugar tem relação com o convívio nas atividades pesqueiras, onde cotidiano, trabalho, vida e relações sociais se imiscuem sem fronteiras definidas. Para os grandes empreendimentos da região de Goiana, para as fábricas, as usinas, os latifundiários, o rio é um mictório, recinto destinado ao despejo dos dejetos fabris. Desse modo, decorrem os conflitos, os choques territoriais, as resistências das quais um exemplo vivo é a vida de dona Ângela, líder das mulheres pescadoras e líder quilombola.

Assim, para conhecermos a perspectiva do desenvolvimento sob o prisma das marisqueiras, realizamos a entrevista com Ângela, no bairro de baldo do rio, um local periférico da cidade de Goiana, situado às margens do rio Goiana. No intuito de encontrá-la, seguimos a partir da rua central de Goiana e descemos uma ladeira em que demarca a segregação sócioespacial da cidade, na medida em que os pobres localizam-se na parte baixa. Constata-se, ao analisar o espaço da cidade mais detidamente, que na rua central de Goiana as residenciais dão as costas para o rio, num evidente desprezo pelo rico manancial natural ali disponível. Baldo do rio é um bairro destinado aos pescadores e marisqueiras, reservado para

aqueles que estão na “pindaíba”²⁰. As casas simples de alvenaria já foram construídas e reconstruídas diversas vezes em decorrência das cheias ocorridas de tempos em tempos na região. Nesse espaço, que foi um porto importante nos idos do período colonial, como evidencia o guindaste antigo encontrado no caminho, agora revela um cenário de decadência sócio ambiental em face da degradação do rio.

Foto nº 19 – Rio Goiana em Baldo do rio/Goiana.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (Janeiro, 2016).

No caminho, encontramos com pescadores, marisqueiras, mulheres, crianças e velhos sentados nas portas das casas simples de alvenaria. Fomos ao encontro da casa de dona Ângela. Sua casa está situada já no final da rua, quase perto da ponte que corta a BR 103. Ângela nos recebe muito bem e nos convida a sentar na beira do rio, em um banco de alvenaria construído em frente da sua casa. Ao nos apresentarmos como pesquisadora, ela também se apresenta:

²⁰ Segundo Luiz da Câmara Cascudo, o Termo pindaíba (aqueles que pescam) é usado para referir-se a pobreza dos pescadores em contraste com os caçadores.

Meu nome é Ângela, sou pescadora, sou conselheira tutelar da reserva extrativista Acaú/ Goiana, faço parte do movimento de pescadores, da representação de mulheres, faço parte do conselho da agencia de desenvolvimento de Goiana, da representação das mulheres, sou secretária adjunta do conselho da Resex e sou secretaria executiva dos quilombolas de Goiana e representante dos pescadores pela Confrem/ Brasília.

Foto nº. 20 Ângela Fonseca, líder das pescadoras e das quilombolas de baldo do rio nos contando sobre a poluição do rio Goiana.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira.

Até chegar a se tornar uma líder comunitária foi um percurso de vida longo. Ângela expõe suas dificuldades na infância:

Minha família “tudo” é de pescador. Eu nasci numa canoa no dia 26.03.1968 e minha mãe não tinha do que sobreviver. Quando eu vim da maternidade eu vim enrolada numas gazes e minha mãe não tinha nem roupa para mim e fui para uma canoa de novo, depois uma vizinha da minha avó teve pena tirou minha mãe para tirar o resguardo. Depois que tirou o resguardo, foi para maré de novo e até hoje é maré. Foi tendo menino e quando eu fui crescendo ficava com os irmãozinhos dentro dos mangues esperando ela tirar ostra para dar de comer a nós, caranguejo. Eu morei debaixo dessa ponte por três anos. Eu dormia no chão. Eu fui dormir numa cama eu tinha dezoito anos de idade, dezoito! Em 1986, chega me dá um desgosto! Em 1986, eu vim dormir numa cama. Eu morava debaixo daquela ponte com seis irmãos. Eu deixei de estudar porque mamãe inchou mesmo, aí eu saía com um caneco de óleo, eu danava os cocos no chão com uma colher de alumínio, quando

os cocos se abriam eu tirava a carne do coco, aquela carnezinha mole, que era para o novinho beber, porque mamãe não tinha leite não! Todo dia. Um vasilhame de óleo. Eu tive que trabalhar para dar de comer aos meus irmãos. Morreram quatro irmãos: de frieza, de não ter roupa direito para se cobrir, os pulmões fracos, mamãe não tinha leite. Tinha que comer tudo que aparecesse: lamber fubá, um pedacinho de batata eu mastigava, botava na boca do menino, e assim foi. Ainda sobrou dois para contar a história.

Não bastasse o seu sofrimento na infância- quando se tornou adolescente casou-se com um homem muito ciumento. Segundo Ângela, foram vinte anos sem participar de nada: “ele não deixava nem eu assistir a procissão. Quando passava a procissão eu tinha que inventar que ia comprar o pão para ver, senão ele não deixava”.

Depois que seu marido foi assassinado, ela passou a “viver” e iniciou a participação do movimento das mulheres pescadoras. Ela representa uma espécie de apoio para as marisqueiras da localidade que sofrem com a violência de seus maridos e desenvolve, junto com as parceiras; oficinas e discussões acerca da desigualdade nas relações sociais de gênero. No processo da pesquisa, participamos de reuniões desenvolvidas na colônia de pescadores com as mulheres marisqueiras, onde foram discutidos diversos temas: violência doméstica, direitos trabalhistas e uma maior igualdade nas relações sociais de gênero.

Quando questionada sobre o desenvolvimento da região, com a chegada de fábrica em Goiana e o que achava das perspectivas para o emprego nos territórios pesqueiros, Ângela foi categórica:

Goiana tem muitas fábricas, tem de vidro, de comprimido, tem a Fiat. A Fiat está gastando por dia a água que Goiana consome em um mês “ muito bonitinha a Fiat”. Agora a água do pátio da Fiat está caindo num lugar em Tejucupapo, está matando sururu, marisco, tudo que vocês imaginarem. Tem um buraco onde a água está caindo, tem um buraco que cabe Goiana dentro. Erosão da água doce é demais, mata o marisco, mata siri, mata ostra mata tudo e a gente já esta de olha nela bueira que vai soltar o dejetos aqui em baixo, o presidente da colônia fica em pé e não alcança de enorme esse buraco que vai soltar o dejetos aqui em baixo. Então se a Fiat ela gasta por dia a água que Goiana gasta em um mês, porque ela não faz o depósito para guardar essa aguinha da chuva, para reutilizar. Eu dona Ângela, que só fiz até a quarta série sei disso e eles não sabem, aqueles que vieram dos Estados Unidos, aff! Isso é uma vergonha, não é não?

No tocante à inserção das Marisqueiras na fábrica da Fiat, dona Ângela relata o dilema das marisqueiras, antes sócias da colônia e que entraram na fábrica da Fiat como costureiras, perdendo os direitos previdenciários obtidos de anos a fio na pesca:

As pescadoras chegaram para mim: olha Ângela esta tendo um curso para costurar os bancos de couro da Fiat. Dizem que depois do curso eles estão empregando todo

mundo. Aí eu disse: ótimo, vão fazer. Mas depois que entraram na fábrica, com três meses foram demitidas, umas cinco mulheres daqui e o pior é que perderam todos os direitos adquiridos na colônia de pescadores e agora elas só poderão voltar para a colônia depois de dois anos e todas elas foram buscar trabalho em outros estados. Então acho que único lugar que não há aquela placa “não há vagas” é a maré mesmo.

Para Ângela, os empregos na Fiat (Jeep Chrysler) são instáveis e estão promovendo uma verdadeira descaracterização cultural da atividade pesqueira, na medida em que as marisqueiras, que ingressaram na fábrica (Lear Corporation) para costurar os bancos dos carros, não obtiveram um crescimento profissional expressivo, muito pelo contrário, ocasionou uma migração forçada dessas mulheres pela perda dos direitos conquistados arduamente relativos à colônia de pescadores, decorrentes da atividade da pesca.

Em relação às outras fábricas da região, Ângela se queixa da Caldas das Usinas e das fábricas de celulose, que, de tempos em tempos, são jogadas no rio, inviabilizando a pesca e alterando sensivelmente a saúde das crianças e idosos, e da população local de um modo geral:

Quando eles soltam esse vinhodo, vocês já sentiram o cheiro daqueles cremes de dar massagem em cabelo, é um cheiro muito forte, tipo de amoníaco. Aqui pela madrugada agente tem que ter leite para as crianças. Nessa casa aí dessa senhora, tem quinze crianças, um dos mais velhinho é esse aí de amarelo. O resto é tudo miudinho, tem quinze. Umas crianças dessas quando é de madrugada, a gente tem que ter leite, leite para os velhos. Eu mesmo enquanto o vinhodo está aí, eu não sinto fome, eu sinto ânsia de vomito, eu e várias pessoas, vários pescadores, dá uma sarna no couro deles, na pele devido o vinhodo. Todas as empresas soltam o vinhodo, todos que soltam só resto de vinhodo. Eles sentem coceira na pele, coceira nos olhos. Antigamente era tão forte que ia até lá em cima, Goiana toda quase. Com licença da palavra, até o pum que o pescador solta,. Um dia um estava na porta da venda, soltou o pum e estava amarelo e fede ao veneno.

O percurso de Ângela e demais pescadores no processo das resistências e lutas foi intensificado nas últimas décadas. Se antes, a poluição dos rios eram “aceitas” pela população local sem muitos questionamentos; hoje, em decorrência de uma maior articulação com os movimentos sociais, os conflitos eclodem com maior intensidade.

No dia que a empresa soltou a calda foi muito morte de peixe, muita devastação. O que aconteceu, a gente foi usina, a fabrica de papel que soltou o dejetos e eles tinham dois tanques, quando acontece um desastre ambiental aqui assim a gente vai chamar o que? Resex, que é a reserva extrativista, cprh que é um órgão do governo que primeiro a gente chama. Aí o CPRH veio, chega aqui coletou a água, pá levou, quando chegou lá, autuou a empresa em cem mil reais. Que foi pouquíssimo, pelo o que aconteceu aqui, foi pouquíssimo. Quando o pessoal da empresa chegou aqui na colônia, a empresa tinha dois tanques, a empresa foi ao CPRH, o CPRH liberou o terceiro tanque. Esse vazamento deu por causa do vazamento de passar de um para outro, esse vazamento se deu por conta desse terceiro tanque. Depois foi lá e meteu

uma multa de cem mil reais e quanto ficou ara o pescador? Nenhum tostão, esse dinheiro voltou para os cofres do governo e eu quase chorei ali no promotor. Fomos ali no promotor, eu, o residente da colônia, mais outros pescadores, tudo revoltado, fomos para lá e o promotor, o secretario do promotor disse: eu sinto muito dizer a vocês, mas vocês não tem direito a esse dinheiro não. Mas como nós somos articulação, entendemos que para a gente ter direito alguma coisa tínhamos que mover uma ação civil pública e foi isso que a gente “fizemos” e estamos com uma intimação para o dia 09 de junho para uma juíza federal em Recife. Uma juíza e uma delegada federal. Agora vai andar, em nome de Jesus. Um amigo me explicou: vocês vão aí a empresa deixa de ser réu primária, não pense que isso não dar nada não. Ela deixa de ser réu primária. Quando tiver outro derramamento, que chegar lá, ela não é mais réu primária e por aí as coisas vão, porque nunca se tomou nenhuma atitude, nada, sempre se fez e ninguém tomou providencias.

Há uma mudança nos modos de reação aos mesmos processos de desrespeito ambiental que já vinha se repetindo ao longo de décadas. A inserção no movimento de pescadoras possibilitou a busca por mediações institucionais, por meio do acionamento do ministério público, IBAMA, CPRH, antes impensados nas mesmas situações de destruição ambiental. Além deste aspecto, um forte sentimento de pertencimento ao território, aliado ao desejo de preservação dos recursos ambientais necessários à sobrevivência (mangue, rios e marés), desperta a indignação aos processos de destruição ambiental, como evidenciamos nesse depoimento:

Muito fogo aqui nessas canas, olhe. Quando toca fogo aí é tanto do bicho pulando para dentro que faz cortar coração, é preá, é coelho é não sei o que, tudo que tem de bicho, de passarinho morrendo e os ninhos que morrem aí dentro dos bichos, os animais que estão aí dentro dessas canas, é muito fogo. É o único lugar do Brasil que toca fogo em cana é Pernambuco. Eu lá em Brasília procurei saber o porquê que em Pernambuco pode, procurei saber e o pó da cana que faz mal. Quanto toca fogo essas casas ficam um “pretume” que só Deus. Só que aqui em Goiana ainda vai poder sim até dois mil e vinte. Existe um acordo eu não sei o que isso, até dois mil e vinte pode. Várias coisas que o movimento tem lutado e tem conseguido. Agora a gente está precisando de um milhão e quinhentas mil assinaturas para poder virar lei, para poder ser preservada essas coisas.

Os conflitos relatados por Ângela expõe a ferida aberta pelo desenvolvimento recente de Goiana, considerado, pelos discursos governamentais, somente nos seus aspectos positivos, como fonte de emprego, renda, progresso e modernidade para a região: uma correlação de forças desiguais, em que, os povos nativos, os moradores dos territórios pesqueiros, mais particularmente as mulheres, retiram o sustento de sua família, pelos recursos naturais da região, tem sido duramente afetado pelo descuido ambiental por parte dos blocos de poder político e econômico, que é constituído pelos históricos problemas nas relações com as Usinas da região somadas aos conflitos inéditos com empresas multinacionais instaladas na região de Goiana, sobretudo do polo automotivo.

Na era da globalização, os velhos problemas da região Nordeste e as assimetrias regionais: concentração fundiária, exploração do trabalho somam-se às novas contradições, o que Bacelar (2000) irá descrever como desigualdades entre ilhas de dinamismo que contrastam com o entorno dos empreendimentos: com populações pobres, sem apoio ou incentivos governamentais para desenvolver suas atividades produtivas, típicas do meio rural (pesca, agricultura de subsistência, dentre outras).

Dona Ângela é um exemplo vivo da necessidade de resistência dos que precisam da natureza do lugar para sua subsistência, e, desse modo, expõe como se deu sua trajetória e sua inserção nas lutas sociais e os avanços nas lutas territoriais no sentido de garantir a preservação dos mananciais do rio Goiana, fonte de sua sobrevivência:

Faz nove anos que estou nessa luta. Eu entrei através do curso do chapéu de palha dado pelo governo de Pernambuco, que antes era só para o pessoal da cana, então o movimento de pescadores foi para rua em Recife, levantou as bandeirinhas e pediu ao ex governador de Pernambuco, falecido. Teve um movimento grande dos pescadores de Recife e pedimos para que ele ampliasse para pesca.

Os moradores dos territórios pesqueiros de Goiana em Pernambuco parecem estar em sintonia com uma tendência de preocupação global e contra hegemônica, como afirma Leite (2003: 29):

Há um profundo descontentamento da humanidade com aquilo que a ciência convencional chama de progresso e que, em vez de proporcionar uma vida melhor e mais feliz, nos colocou um enorme conjunto de novos problemas, muitos deles mais difíceis de serem solucionados do que aqueles que nos defrontávamos antes de ter alcançado tal estágio de desenvolvimento.

Ainda no domínio político, as lutas das mulheres nas áreas rurais ganharam notoriedade desde os anos 1980. Como afirmam Cordeiro & Scott (2006, p.1):

No Norte e Nordeste, as ações políticas das mulheres nos contextos rurais contemplam uma agenda bastante ampla. Além das questões agrárias, trabalhistas e previdenciárias, as mulheres realizam encontros, seminários e oficinas sobre violência, saúde, geração de renda, meio ambiente, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros temas. Também construíram, ao longo do tempo, complexas teias e redes de movimentos que incluem, além das pessoas do lugar, feministas, militantes de diferentes movimentos rurais, participantes de ONGs, estudiosas e gestores públicos nos planos municipal, estadual e nacional. As mulheres nas duas regiões têm participado ativamente da diversidade das lutas sociais nas áreas rurais. Isso inclui as lutas por reforma agrária, por reservas extrativistas, agricultura familiar, desenvolvimento rural, demarcação das terras quilombolas e das reservas indígenas. Além disso, elas têm investido na criação de projetos e experiências inovadoras que

contribuem para o fortalecimento do seu potencial produtivo bem como para a melhoria das condições de vida do lugar em que moram.

Nos territórios pesqueiros de Goiana, há uma crescente inserção de mulheres marisqueiras nos movimentos de pescadoras e quilombola. A participação das mulheres na luta por melhores condições de vida tem modificado o pensamento no que se refere ao seu papel político no âmbito rural. Como expôs Ângela, de Baldo do Rio:

Eu só fiz até a quarta série, mas através do chapéu de palha, as primeiras aulas que eu tive foi de política públicas para as mulheres e todo ano que passa eles me dão aula, diferente, diferente. Então, eu só me modificando, me transformando, eu e outras da colônia e através do curso do chapéu de palha foi que eu descobri que eu sou mulher, que eu sou importante, que eu sou fonte de vida, que eu tenho vez, eu tenho voz, e essas pessoas foram me levando pro Recife, para o cpp para o (centro de formação do pescador), me levava para as universidades, para Fundarj, aí foram me preparando, preparando e foi chegando a minha vez e falaram vocês aceitam que dona Ângela represente os pescadores de Goiana, eu fui aceitando, aceitando e eu estou em Brasília. E hoje em dia eu represento todas as pescadoras de Goiana em Brasília. Todo o litoral norte de Pernambuco, de Igarassu para cá, sou eu que represento a articulação das mulheres em Brasília. Já tivemos várias conquistas, vários direitos.

Um acesso maior à educação, e a inserção nos movimentos no campo, são domínios institucionais que, associados ao crescimento econômico da região de Goiana, favorecem avanços no tocante a uma maior equidade de gênero. Dadá, líder quilombola de São Lourenço, também relata como sua inserção política, no movimento quilombola, promoveu mudanças no seu modo de pensar, dando-lhes voz e vez, associada a um forte desejo de melhorar de vida, por meio da luta do movimento quilombola:

Antes eu era tímida, quase nem falava. Vou dar um exemplo: Eu estava representando a comunidade, as mulheres pescadoras e quilombolas. Foi no fórum regional da Mata Norte, onde estava o saudoso Eduardo Campos. A menina da Fetarn disse: você vai concorrer para falar com o governador. Eu estava assim de frente para falar com o homem, hem. Eu sei que nessa votação eu tive quarenta votos aí eu fui eleita, aí falei para o governador. Primeiro eu me apresentei. Eu estava muita indignada com o nosso posto de saúde que estava em decadência, mas tinha colocado numa casa que não era do poder público. Ai depois, aí veio uma luz, agora eu vou pedir pelo pescador. Outra coisa, eu falei, nos somos uma comunidade quilombola e de pescadores, aí contei: imagine uma mulher saindo de casa as quatro horas da manhã e entrando as cinco na maré. Agora veja só essa mulher tem crianças. As crianças são pequenininhas, tá entendendo, deixa a mais velha para cuidar vai pra maré pegar seu sustento e quando chega em casa é que elas vão vender o seu crustáceo para alimentar, comprar um pão. Então eu queria pedir o senhor um defeso. O defeso é um salário mínimo. Eu pedi não para as mulheres daqui, mas para toda Pernambuco, né. Sabe o porquê, quando o marisco está escasso essas mulheres sofrem. Elas passam na mão do atravessador e é só Jesus na causa dessas mulheres. Para o senhor comprar um quilo de marisco ela vende, naquela época, por dez reais. Mas o atravessador chega para comprar cinco quilos de marisco ela vende por dois, três. Ai não dava para dar um defeso para esse pessoal. E visualize mais a minha comunidade quilombola: na educação, saúde, anemia

falciforme, que uma doença hereditária típica dos negros, ta entendendo?. Quando eu terminei tudinho, passou aquela mulher alta, galega, Cristiana Buarque, que era da secretaria da mulher. Ela disse: o governador mandou dizer a você que vai implantar o chapéu de palha para pesca. O chapéu de palha era somente para os canavieiros. Não tinha o chapéu de palha da pesca para as mulheres.

No tocante as condições de trabalho na pesca, a questão da poluição do rio Goiana foi abordado como uma das pautas das mulheres na luta por condições de trabalho na pesca. A luta do movimento das pescadoras se dá em decorrência da proliferação de doenças profissionais relacionadas às mulheres que vivem da pesca no rio Goiana:

Muitas mulheres adquirem doenças ginecológicas. Aqui nesse rio que a gente vive em contato com o veneno, é muita coisa, muita doença: de pele, de coluna. Quando solta a calda, todo mundo fica intoxicado. Goiana tem cinco colônias de pescadores, mas sempre dona Ângela lá é o foco, porque agente vive em contato com o veneno da água.

No tocante às doenças profissionais no trabalho da pesca, Edjane também expõe os vários problemas de saúde ocupacional estreitamente vinculadas a essa atividade:

De tudo a gente sofre na saúde: vai de catarata, coluna. Em Itapessuma está dando muito a hanseníase, labirintite, alguns casos. A maioria é coluna por conta do peso. Na vista por causa do fogo. Tem gente que até hoje passa gás por conta dos mosquitos e aí dá problema de pele. O governo podia dá um protetor, não tinha como? Problema de coluna é negado. Esses anos todinhos trabalhando na pesca pagando seus direitos, mas quando chega no INSS é negado. Nós, pescadoras, podemos pegar várias doenças e nossa comunidade por ser negra pode pegar uma doença a mais na maré. Nós podemos pegar varias doenças. Era para tratar de forma diferenciada, mas não tem.

A atividade da pesca, além de não possuir nenhum incentivo governamental, ainda é desconsiderada no tocante a políticas públicas específicas para uma atividade considerada desgastante, insalubre. As políticas públicas de saúde não contemplam as especificidades dessa categoria de profissionais: as marisqueiras.

Quanto a dona Edjane, outra líder comunitária que possui certa resistência ao ingresso das marisqueiras ao trabalho na fábrica (lembro aos leitores que sua história de vida e de sua família já foi detalhada no primeiro capítulo) cabendo agora destacar pontos de sua entrevista que expressam um posicionamento acerca do desenvolvimento da região, enquanto uma liderança política:

Pra mim é um falso desenvolvimento. Para o pessoal daqui é como se fosse seu habitat natural, tira da pesca, aí jogam na empresa aí depois joga de novo para fora.

Porque quando a FIAT começou na terraplanagem, pegou muitas pessoas. Aí o pessoal sai da pesca passa mais de um ano na empresa e aí volta a trabalhar na pesca agora como um novo pescador para o governo. Se uma pessoa de 40 anos e vai trabalhar e passa mais de um ano fora da pesca vai perder todo direito de pescador. Quando ele voltar para a pesca ele vai se inserir como um novo membro. É um falso desenvolvimento porque o pescador vai em busca de melhoria e chega lá; é falso, por que acontece? Tiram ele da pesca, passa um ano, dois, as vezes, por que as vezes, nem passa isso, aí vai ter que lutar para ser de novo pescador. O Tempo que passou fichado não serve não porque a gente é rural. Tem que trocar o NIT no INSS para pesca de novo, se não dá problema.

Foto nº 21 – Edjane líder das marisqueiras de São Lourenço.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (Março, 2015).

Edjane, líder das marisqueiras de São Lourenço, fala qual tipo de desenvolvimento é desejado pelas marisqueiras e pescadores da região:

Nós queríamos um desenvolvimento que desse condição e oportunidade para o pescador trabalhar. Eu acredito que eles poderiam investir muito mais no pescador e no pescado e não retirar o pescador do seu local de trabalho. Eles poderiam dar condições ao pescador. Melhorias: um desenvolvimento sustentável. Eu acredito que o governo não tem interesse em pescador artesanal, por que não rende dinheiro para ele. Mas o apoio às empresas foi grande. O maior apoio foi a FIAT, passar vinte anos sem pagar imposto em Goiana, agora usando às nossas águas, usando os hospitais. A prostituição está grande, por que quanto mais vem gente de fora, a prostituição é maior. A influência de cultura, o choque de cultura é maior. Goiana nessa crise e a FIAT que é uma empresa milionária e os tributos não vêm para Goiana. Aí o apoio é grande para não pagar imposto nenhum. Na terraplanagem, 30% dos empregos eram para Goiana. Depois a maioria é para mulher porque a vão costurar. Os homens não se interessam tanto em costurar.

A crítica feita pela líder das marisqueiras é reveladora de uma contradição que sempre pairou os projetos de desenvolvimento econômico, baseados no industrialismo, como único meio de progresso: o preço ambiental e social de uma economia amparada no crescimento econômico somente para os mais ricos e os efeitos desarticuladores desse tipo de crescimento. Do ponto de vista social, por exemplo, percebe-se o aumento da prostituição infantil, os problemas de moradia, de saúde pública, em detrimento do incentivo das economias dos pobres, já estabelecida pelos povos nativos do território (a pesca, agricultura de subsistência), que são sempre preteridas e pouco incentivadas enquanto meios alternativos de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento se torna mais inclusivo, quando contempla não somente a necessidade de lucro dos grandes grupos econômicos, sejam das elites agrárias ou urbanas, mas atende também a economia enraizada por séculos pelos povos nativos.

No que se refere às lutas por melhores condições de trabalho e por apoio governamental para atividade da pesca, expõe Edjane:

A gente participa de movimentos sociais sim. O movimento dos pescadores. Dos conselhos tanto da reserva extrativista quanto o conselho de desenvolvimento rural. O movimento dos pescadores já foi lutar contra a lei que prejudicava o pescador que foi feita pela presidenta. A gente mandou cinco ou seis pessoas de cada colônia e foi fazer bagunça lá no ministério da pesca. Só que assim brigar se briga o movimento dos pescadores manda gente para Brasília. Mas o problema é que na hora certa os próprios pescadores não se unem. Porque tem hora que a gente tem que mandar cem (100), duzentas (200) pessoas. Chega na hora, aí assim na hora do direito eu tenho mas na hora da obrigação não quer. Vai um grupinho pequeno para brigar por todo mundo. O movimento chegou por que estão querendo derrubar: Foi a da pensão por morte. Foi aprovado, mas por que não teve ninguém para ir fazer a bagunça toda lá. Foi perda de direitos. Eu mesmo casada, com a minha idade se eu vier a falecer ou meu marido eu não fico mais com a pensão mais. Fico pelo um período e depois não tenho mais. Teve as perdas do lagosteiro. Quando Lula lá atrás botou que seis meses de trabalho e seis meses de descanso e agora no período da presidenta prejudicaram o defeso da lagosta. Foi uma perda geral de direitos para o pescador. Eu não vejo incentivos para a pesca não.

Edjane se queixa da falta de políticas públicas destinadas às marisqueiras e pescadores, em contraste com o farto apoio do Governo de Pernambuco, com incentivos fiscais, água em abundância destinados à indústria da Fiat/Chrysler/Jeep, enquanto que os pescadores artesanais da povoação de São Lourenço não possuem um mínimo de condições para o beneficiamento do pescado, começando pela falta de água encanada, inclusive para toda a população. É comum vermos carroças com baldes de água por toda a povoação para abastecer as residenciais: é a escassez de água numa terra de tanta fartura de rios.

A luta pelo reconhecimento dos territórios pesqueiros de Goiana como terra quilombola é um fato recente. Dadá e dona Ângela participaram da luta para o registro de comunidades pesqueiras de Goiana como remanescente de quilombos. Essa identidade foi requerida e sustentada pela histórica invisibilidade dessas populações de bairros rurais de origem negra, como amplamente demonstradas pelas histórias de vida aqui contadas em que não faltam exemplos da falta de acesso aos direitos fundamentais básicos: a saúde, a água, a educação e a moradia digna.

Dadá, da povoação de São Lourenço, ingressou na luta pela comunidade quilombola e, a partir daí, passou a lutar por mais direitos para seu território. Na escolha do local onde ocorreriam os cursos de costura para a Fiat, Dadá teve uma participação imprescindível, como expõe em seu relato:

A FIAT- foi outra conquista minha, através de pessoas, secretários, nas conferências, nos fóruns, nas reuniões. Começou quando a Hemobrás veio primeiro. Veio fazendo aquelas questões, aquele levantamento e eu dizia: Toda vez que eu chegava na secretaria que tinha curso, Dadá tem curso e eu dizia sim, mas as mulheres de lá eu não vou poder avisar por que o pessoal não tem nem a passagem, então quando tiver curso leve para lá para São Lourenço. Ai veio Elma e essa mulher e eu me identifiquei muito com ela e a Fiat veio também na pessoa de Lindomar aí quando a Fiat chegou não sabia que aqui era comunidade quilombola. Ele me convidou para ir para Tejucupapo. Foram umas cinco pessoas. Eu me apresentei como comunidade quilombola e eu tenho orgulho que sou descendente do quilombo da floresta de catucá Malunguinho, povoação de São Lourenço. Aí ele disse você vai parar, vai ficar aí. A gente vai ouvir o povo de Tejucupapo. Depois a gente vai marcar uma reunião para ir na sua comunidade. Por que se nós somos a única do município que é certificada como quilombola. Eu quero que ela seja diferenciada, como tal. Ai eles vieram para cá. Os cursos que tiverem para mulheres e homens tem que ser na comunidade onde as mulheres são pescadoras. Vai para a maré de manhã não tem tempo de ir para fazer o curso. Outra coisa bote o curso de manhã, de tarde e de noite. Aí vieram. Teve uma audiência pública e foram mostrar o diagnóstico. Eu estava lá sentadinha, se ele não mostrasse a minha comunidade quilombola. Mostrou Goiana, Carne de Vaca, Pontas de Pedras, Tejucupapo e comunidade quilombola de São Lourenço. Foi uma conquista porque assim se eu não tivesse dito a ele que a minha comunidade fosse vista com outro olhar como ela é realmente., diferenciada. E por isso que houve o curso de costura industrial, de gesso, eletricitista, tudo aqui na povoação de São Lourenço.

Dadá enxergou nos cursos de qualificação, na povoação de São Lourenço, uma oportunidade- de um território largamente esquecido pelos poderes públicos-, para a inserção das marisqueiras e pescadoras em um emprego formal, levantando a bandeira da identidade quilombola na ampliação de oportunidades profissionais para as mulheres.

Vale destacar que os discursos governamentais acerca da importância da qualificação profissional, para a inclusão das populações locais de Goiana, foi propalado pelo governo federal e pelo governo de Pernambuco como um dos mecanismos de instituir um consenso acerca da ideia de progresso para todos, com a implantação do polo automobilístico na cidade de Goiana. Na prática, restaram para as populações mais pobres as atividades da construção civil, destinadas aos homens com baixa qualificação e os trabalhos de costura dos bancos para as mulheres, sendo as vagas mais qualificadas, na empresa mãe, em sua maioria, ocupadas pela mão de obra de outros estados e de outros países.

O desvelamento dessas contradições é apreendido por Dadá, mas somente no decorrer do processo, ela mesma identificou que o emprego na fábrica tinha limitações e interferia nas tradições religiosas e culturais de seu povo, como evidenciou em um dos seus discursos: “A Fiat é bom para as mulheres, mas para mim iria atrapalhar na minha participação na comunidade e nos eventos (festa de São Lourenço). A FIAT não dá feriado e não poderia participar nas atividades e festas da comunidade”.

Edjane também não via problemas no emprego da Fiat se aliado a esses empregos também fossem dadas condições para o trabalho nas pesca. “Eu não vejo problema nesse curso não. Quem quiser fazer faz. O que eu acho é que também deviam valorizar a pesca”.

Assim, o desenvolvimento industrial é visto pelas lideranças locais envoltos e permeados de contradições. Tem-se uma clara noção de que o investimento do estado nos grandes empreendimentos não são acompanhados pela preocupação do crescimento das atividades econômicas típicas dos pequenos produtores e pescadores, muito menos pelo cuidado com os ricos mananciais naturais, fonte de toda sobrevivência para os pobres nos territórios pesqueiros de Goiana/PE.

2.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

O Desenvolvimento do nordeste não é um tema recente e já foi amplamente discutido pelos governos e pelas ciências sociais desde anos 1940. A CEPAL já pensava formas de desenvolvimento em países subdesenvolvidos da América latina.

Nesse sentido, as noções de desenvolvimento/subdesenvolvimento, de polos de desenvolvimento/polos atrasados, demandavam do estado brasileiro a necessidade de enérgicas medidas de “modernização” do mundo rural e das áreas urbanas nordestinas.

No âmbito das Ciências Sociais, a problemática envolvia entender os fundamentos históricos e teóricos da realidade brasileira e quais os principais entraves que impediam a pleno desenvolvimento da região e do país.

Em anos recentes, a necessidade de “desenvolver” o Nordeste brasileiro é retomada nos governos de Lula e Dilma, tendo como base um desenvolvimentismo agora ancorado em uma maior distribuição de renda (ampliação dos direitos sociais, bolsa família, valorização do salário mínimo, dentre outros)

Porém, o Desenvolvimento industrial promovido em Goiana Pernambuco não se afastou de uma concepção de crescimento econômico que historicamente o governo brasileiro sempre empreendeu em favor dos grandes capitais, a exemplo da proposta da SUDENE, já discutida anteriormente e, mais recentemente, com o PAC (programa de aceleração do crescimento), que estimulou o crescimento industrial no Nordeste brasileiro, desconsiderando as atividades econômicas enraizadas no território, como a atividade pesqueira, típica da região de Goiana/PE.

O desenvolvimento humano de Goiana, do ponto de vista quantitativo, apresenta um cenário pouco animador no sentido da inserção feminina no mercado de trabalho, de ampliação dos níveis educacionais e ver-se, no capítulo, o insuficiente acesso ao trabalho pelas mulheres da região, bem como o baixo acesso aos níveis mais superiores de educação, entre as mulheres pardas e negras, persistindo as interseções entre classe, raça e gênero como fatores de desigualdade social em Goiana/PE.

Por outro lado, no âmbito da pesquisa qualitativa, observa-se que a inserção das mulheres dos territórios pesqueiros em movimentos sociais e políticos têm transformado visões de mundo e estimulado diversas lutas no território, tais como: pela preservação do meio ambiente, pela saúde das pescadoras, pelo direito às políticas públicas. Além disso, por meio das entrevistas, percebe-se que o acesso à educação pelas jovens dos povoados pesqueiros melhorou depois de uma maior regularidade do transporte público. De um modo geral as transformações nas relações de gênero têm ocorrido, mesmo que não de modo majoritário. Daí a importância da pesquisa qualitativa, uma vez que registra situações e movimentos de mudança que os dados quantitativos, relativos às desigualdades mais gerais, não são capazes de apreender.

Também cabe ressaltar que em decorrência dessa diversidade do acesso à informação, às lutas sociais, à educação, a noção de modernização do território é sentida e experimentada pelos atores de maneiras distintas. Para os crentes no processo de globalização inexorável,

incluindo-se aí os governos, o grande capital e para alguns intelectuais, a modernização do nordeste brasileiro só teria esse caminho: os grandes empreendimentos globais aportando no canavial, local tido como agrário e “atrasado”. Para a população local, principalmente para as mulheres dos movimentos de pescadoras, os investimentos estatais carecem de sensibilidade em relação às vocações econômicas, enraizadas no território desde as suas origens; a pesca artesanal, a agricultura familiar, o artesanato, os grupos folclóricos, dentre outros.

3 AS METAMORFOSES NAS EXPERIÊNCIAS DE GÊNERO E TRABALHO NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS DE GOIANA/PE

3.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO

O objetivo do capítulo é abordar a discussão da questão central da pesquisa: como se processam as transformações nas relações sociais de gênero, no espaço e no tempo dos territórios pesqueiros de Goiana, no cenário de mudanças no trabalho, com a intensificação da modernização capitalista na região? Dialogamos com autores que discutem as mudanças no âmbito da família na contemporaneidade, as modificações institucionais no campo da economia, da política e a contribuição das lutas feministas e dos estudos de gênero, que combinados, têm erodido as bases de sustentação de um discurso que naturalizava o poder masculino e predefiniam papéis sexuais, sem grandes conflitos.

Para essa finalidade, inicialmente situamos de modo mais geral quais as principais transformações que ocorreram nas relações de gênero ao longo do século XX e que estão revolucionando o nosso tempo, numa interação entre as mudanças institucionais (acesso ao emprego, participação política, ampliação da educação, controle da fecundidade, dentre outros) e os movimentos e estudos feministas, além das mudanças na família tradicional, que promoveram conquistas significativas nas lutas por uma maior igualdade de gênero, apesar das persistentes desigualdades.

Abordam-se as modificações sociais ocorridas no âmbito do trabalho no capitalismo de modo mais amplo, promovendo um diálogo com os estudos sobre os processos de trabalho contemporâneos e que tiveram repercussões sobre as condições de trabalho nas indústrias, reconfigurando, primordialmente, o trabalho feminino, ponto de análise da pesquisa, por meio dos estudos de Leite (2003); Rizek & Leite (1998); Harvey (1992) Druck (2001); Castel (1988) Hirata (1998); Araujo (2002, 2007) e Bruschini (2007).

Situamos as transformações nas relações de trabalho ocorridas nos territórios pesqueiros de Goiana após a instalação da fábrica da Jeep/ Fiat/ Chrysler e de sua cadeia produtiva. Abordamos, também, as condições do trabalho e as políticas empresariais na fábrica (LEAR Corporation), empresa responsável pela confecção e fornecimento a Jeep dos bancos de couro automobilísticos, uma vez que a empresa admitiu principalmente as mulheres das comunidades pesqueiras, no caso da fábrica de Goiana em Pernambuco, estabelecendo um diálogo com estudos que abordam questões sobre as condições do trabalho feminino em empresas da cadeia automotiva, como, por exemplo, empresas responsáveis pela confecção dos bancos automotivos, presentes nos estudos de Mello Silva (2006) e Neves (2012; 2013).

Estes estudos tratam mais particularmente sobre as relações de gênero em empresa reestruturada da Fiat de Betim/MG e oferecem similitude com processos produtivos investigados, ensejando comparações com os resultados da pesquisa com as operárias apresentados na última sessão.

Ao mesmo tempo, abordamos aspectos objetivos e subjetivos das experiências que indicam mudanças na realidade de Gênero dos territórios pesqueiros de Goiana no tocante ao acesso ao emprego, à educação, à participação política, mudanças nas relações familiares, que, por um lado, impulsionaram transformações nas relações de gênero no território e, de outro modo, estabelecem uma constante tensão com as forças de permanência (discriminação de raça, de classe, somados aos valores familiares, sociais e religiosos), baseados nas assimetrias das relações de gênero, que perpetuam padrões e papéis sexuais predefinidos nas famílias e contribuem para a persistente primazia do poder masculino.

3.2 SITUANDO BREVEMENTE AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO E TRABALHO: AS LUTAS FEMINISTAS E ESTUDOS ACADÊMICOS

As desigualdades nas relações de gênero e a injustiça no acesso aos direitos políticos, civis e sociais, foram os móveis aglutinadores dos movimentos e lutas feministas no decorrer do século XX.

Concebendo a ideia de feminismo num sentido mais elástico, as revoltas e resistências das mulheres antecederam ao que se conhece hoje como feminismo, enquanto uma luta coletiva das mulheres por ampliação de direitos. Obviamente que o termo feminismo não tinha sido empregado antes do século XIX. No sentido mais amplo do termo, o feminismo sempre existiu sempre que as mulheres, individualmente ou coletivamente, se queixaram da injusta condição de desigualdade.

Entretanto, as formas organizativas e coletivas de feminismo proporcionaram o capital político necessário para as conquistas evidenciadas ao longo do século XX (ANA DE MIGUEL, 2002, p. 9). A luta pelo sufrágio, por acesso e ampliação dos níveis educacionais para as mulheres, o direito ao trabalho remunerado, como um meio de autonomia social e realização pessoal e a busca pelo reconhecimento do trabalho doméstico e por uma divisão mais equitativa das tarefas domésticas, dentre outros.

Os movimentos feministas se iniciaram na França, durante a Revolução Francesa, e marcaram o início da participação coletiva das mulheres com o objetivo da conquista da liberdade para si, que a nova sociedade conferia aos homens. Depois de três décadas, o feminismo irá ressurgir aliado ao socialismo utópico de Saint-Simon, Fourier e Cabet. O feminismo Francês também se preocupou com a jornada de trabalho excessiva. Na Inglaterra, as mulheres se lançaram na luta por trabalho, educação e liberdade política.

Nos Estados Unidos, por sua vez, o feminismo não possuía nenhuma vinculação com o socialismo, o que o tornou estreito, no tocante as conquistas por equidade, pela própria limitação que uma visão liberal de sociedade impõe às noções de igualdade/desigualdade. No Brasil, as manifestações feministas têm início depois da visita de Bertha Lutz a Londres, pouco antes da primeira guerra mundial, momento em que o feminismo Inglês se encontrava numa de suas fases mais violentas. A pioneira, porém a levantar a bandeira do feminismo no Brasil foi uma norte-rio-grandense, primeira feminista: Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) (SAFFIOTI, 2013, p. 180).

Na França, a tomada de consciência da “opressão” específica relacionada às mulheres dá início ao movimento feminista. A carga de trabalho realizada gratuitamente pelas mulheres, que se justificava pelo amor e por dever de família, é denunciada pelo jornal feminista *Frances (Torchon Brûle)*, pois as mulheres já estavam cansadas de realizar todo o trabalho como se fosse natural e, além de tudo, nunca serem reconhecidas. No âmbito acadêmico, surgiram estudos como os de Delphy, 1898, Chabaud-Rychter; Fougeryrollas-Schweel; e Southonnax, em 1885, abordando o trabalho doméstico como atividade tão significativa quanto o trabalho profissional (HIRATA; KERGOAT, 2007).

No caso americano, os estudos feministas, associados aos estudos raciais, têm como pano de fundo o contexto de movimentos e protestos ocorridos nas universidades americanas nos anos de 1960. A luta política estabeleceu o questionamento em relação às formas tradicionais e acadêmicas com suas normas, divisões disciplinares e em relação aos fundamentos tradicionais da sociologia. O chamado *feminist* ou *women's studies* são

desenvolvidos na academia por mulheres com ideário libertário e progressista (HEILBORN; SORJ, 1999).

As pesquisas de gênero e trabalho no Brasil têm uma forte influência desses estudos e movimentos internacionais, principalmente dos realizados na França e nos Estados Unidos, mas se institucionaliza de modo distinto, porquanto nunca teve uma inspiração radical, isto por que uma sociedade profundamente desigual impôs ao feminismo brasileiro um discurso mais moderado, ligado ao ideário das esquerdas. No movimento feminista internacional predominava a noção de que a exclusão das mulheres do mercado de trabalho influenciava de modo decisivo a sua subordinação na sociedade. (Idem, 1999).

No Brasil, os estudos de Gênero ligados ao Trabalho vão se inserir no campo já consolidado da sociologia do trabalho, com referências Marxistas e ligados aos movimentos das esquerdas brasileiras. Os estudos iniciais, nos anos 1970, enfatizaram a questão da valorização do trabalho doméstico e as mútuas relações entre produção e reprodução, rompendo e problematizando os enfoques meramente economicistas sobre as questões feministas. (HIRATA, 1989)

No tocante à inserção da mão de obra feminina na indústria, o trabalho da mulher também passa a ser visto, pelo movimento feminista, como um meio de retirá-la do confinamento doméstico. As relações recíprocas entre a necessidade de desenvolvimento, como sinônimo de crescimento econômico, industrialização e o aumento do trabalho fabril, consubstanciaria uma maior autonomia das mulheres.

O trabalho feminino foi um tema central no final dos anos sessenta e início da década de setenta no Brasil e no mundo. A exclusão das mulheres do mercado de trabalho, seus baixos rendimentos, quando incluídas, e a invisibilidade do trabalho doméstico, foram questões que tornaram indissociáveis os termos trabalho e gênero (HEILBORN, SORJ, 1999).

Bruschini (2007), ao analisar a participação feminina no mercado de trabalho, ressalta que, desde os anos 1970, as mulheres vêm, paulatinamente, ocupando espaços no mundo do trabalho com avanços e retrocessos. Se, por um lado, há o incremento dos postos de trabalho para as mulheres mais escolarizadas, de outro, também se constatou o predomínio das mulheres em atividades precárias e informais. A inserção no mercado de trabalho das mães velhas pode ser considerada um avanço e, por outro lado, um retrocesso na medida em que persiste uma maior carga feminina em cuidar dos filhos em modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam, demasiadamente, as mães trabalhadoras.

Desse modo, nos debates feministas dos anos 1970, as primeiras análises sobre as relações de poder entre os sexos recaem sobre a questão do trabalho, seja o questionamento

pela não inserção das mulheres no mercado de trabalho ou o não reconhecimento ao trabalho doméstico.

A não qualificação do trabalho feminino também foi assunto recorrente na sociologia sobre as operárias, na medida em que para as mulheres reservavam as atividades com menos status e qualificação. Na realidade brasileira, interessava conhecer a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, o porquê de suas baixas remunerações e a razão de suas menores qualificações em relação aos homens. Essas temáticas só interessavam a sociologia do trabalho feminino e eram deixadas de lado pela maioria dos estudiosos da sociologia da classe operária (LOBO, 2011).

O debate sobre o trabalho também estava em sintonia com a perspectiva Marxista que dominava a seara intelectual. Por decorrência lógica, a temática do gênero associada ao trabalho possibilitava o ingresso do feminismo no debate acadêmico, sobretudo nas Ciências Sociais. O arcabouço teórico Marxista tinha uma significativa influência na medida em que as feministas situavam-se em ambiente de esquerda. Ademais, os conceitos de relações de produção e classes sociais eram recorrentes nos primórdios dos estudos feministas.

Contudo, frente à complexidade da problemática de Gênero e suas interfaces indissociáveis com as questões reprodutivas, sexuais e afetivas; as pesquisas de gênero foram se desligando de uma única referencia obrigatória (tradição Marxista) para incorporar outros fundamentos que levassem em conta a interpenetração dos aspectos subjetivos e objetivos na discussão das relações de poder entre homens e mulheres (KERGOAT, 2005, p. 2).

As teorias Marxistas, na explicação das relações de gênero, buscam a apreensão da realidade por meio da história e proporcionam uma análise do gênero enquanto uma construção social e cultural. No entanto, a exigência de relacionar a questão de gênero a uma explicação “material”, em tese, limitou as pesquisas sobre as desigualdades de gênero em face de sua complexidade. Segundo Scott (1990, p. 13) “No interior do Marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise”.

No nosso entendimento, essa limitação do Marxismo, apontada por Scott, tem como uma das saídas possíveis, e que foi a fonte de inspiração na presente pesquisa, a noção de experiência em Thompson, na medida em que, sem abrir mão das estruturas econômicas na explicação dos processos sociais, permite o acolhimento dos aspectos ignorados pelo “determinismo econômico” Marxista, introduzindo as paixões, desejos, afetos, sem desconsiderar as questões concretas, como a subsistência, a exploração do trabalho e as relações com o meio ambiente.

No que se refere ao conceito de Gênero, analisamos por meio de Scott (1989), visto que possibilita alçar as relações de gênero a uma categoria de análise e, desse modo, superar as limitações teóricas, por representar uma categoria própria dos estudos feministas. Para Scott (1989, p.21) “Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de significar as relações de poder”.

O esforço em substituir o uso do termo “mulheres” por gênero apareceu, inicialmente, entre as feministas americanas, que buscavam explicações sociais e relacionais em detrimento de uma explicação meramente biológica sobre as diferenças entre os sexos (SCOTT, 1989, p. 3). Os estudos que se centravam sobre as questões específicas, relacionadas às mulheres, não consideravam as interações recíprocas entre homens e mulheres na constituição e na formação de uma sociedade estruturada na desigualdade e, sendo assim, revelavam uma compreensão isolada dos termos que estavam imbricados.

O gênero, nessa perspectiva relacional, constitui-se em uma categoria de análise articulada a outros arcações categoriais, tais como: classe e raça. Desse modo, estabeleciam-se as bases para os pesquisadores incluírem as questões levantadas pelos oprimidos, buscando o entendimento do sentido da opressão (SCOTT, 1989, p. 4).

Contudo para Scott (1989), não existe a paridade entre os três conceitos: classe, raça e gênero. A categoria “classe” ou está fundamentada na teoria de Marx e, assim, abriga em seu compus explicativo as noções de modo de produção, determinação econômica e de mudança histórica; ou a noção está veiculada a Weber, que define as classes sociais por meio das estratificações sociais. Já as noções de “raça” e de “gênero”, por sua vez, não estão associadas a tais formulações teóricas.

As categorias de raça e gênero comportam diversas posições teóricas e, em relação à categoria de gênero, também se relaciona com as análises meramente descritivas sobre as desigualdades entre os sexos.

O uso recorrente do termo gênero, no âmbito acadêmico, prende-se aos estudos sobre “as mulheres”, e os artigos e livros que usualmente tinham como tema a história das mulheres ou a questão da desigualdade entre homens e mulheres, substituíram o termo por Gênero. Portanto, essa transformação visou à indicação da seriedade dos trabalhos acadêmicos porque gênero tem uma conotação relacional e mais neutra do que “Mulheres”. Nesses termos, argumenta (SCOTT, 1989, p. 6) “Este uso do termo gênero é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980”.

Realça-se que os estudos sobre gênero possibilitaram questionamentos no âmbito das ciências sociais, pondo em cheque a ética produtivista e resgatando o debate sobre o

emocional, sobre as relações entre o pessoal e o político, sobre as interconexões entre o privado / público e entre a produção/ reprodução (CASTRO, 1992).

Ao mesmo tempo, a temática do gênero demonstra questões novas para a sociologia do trabalho, apontando a necessidade de se levar em consideração a subjetividade e as questões identitárias, forjadas no ambiente de trabalho (LOBO, 1991).

As produções sociológicas brasileiras sobre o trabalho das operárias, por exemplo, possuíam uma nítida limitação ao tratar a classe operária como homogênea, sem considerar as diferenças de sexos entre os atores sociais. (KERGOAT, 1978; SOUZA-LOBO, 1973). As questões levantadas pelas mulheres brasileiras, na década de setenta, nos jornais feministas, nos clubes de mães, nos movimentos de bairro, no movimento pela anistia, se articulavam, mesmo que não imediatamente, com a problemática operária feminina. Desse modo, o feminismo brasileiro ultrapassava as fronteiras de classe e, ao coincidir com os movimentos populares de mulheres, possibilitava um feminismo de massa ou feminismo operário (LOBO, 2011, p.124). Nesse período, vários estudos foram realizados sobre as operárias no Brasil (SAFFIOTI, 1970; BLAY, 1978).

Contudo, ainda argumenta Lobo (2011), os estudos sobre o movimento operário não incorporaram a questão das operárias, numa resistência em articular os estudos de classe e gênero. Permanece uma tendência em considerar a classe operária homogênea, como um comportamento unívoco.

Essa homogeneização da classe é sustentada por uma concepção que não leva em consideração as situações concretas de trabalho, a vida cotidiana e as experiências determinadas dentro um conjunto de relações sociais.

A tendência dos estudos, que separavam trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, também dificultava a análise das operárias nas duas esferas de vida: da reprodução e no âmbito fabril; e de como as relações de gênero originárias das relações de poder entre os sexos se reproduziam no ambiente de produção. Para superar esse dualismo não era suficiente escolher o campo de pesquisa; qual seja a família, mas trabalhar com uma perspectiva teórica e metodológica que integrasse as duas dimensões, tanto a vida privada como a pública.

No espaço fabril, estudos como o de Hirata e Humphrey (1983) demonstraram que a divisão entre homens e mulheres no trabalho era orientada por critérios socialmente construídos do que deveria ser uma tarefa exclusivamente masculina e/ou feminina; porém, essas mesmas tarefas poderiam ser modificadas historicamente, uma vez que atividades que eram exclusivamente femininas se tornavam masculinas e vice-versa.

A noção de divisão sexual do trabalho foi inicialmente utilizada pelos etnólogos e antropólogos, a exemplo de Lévi-Strauss, para designar a repartição complementar entre homens e mulheres em sociedades tradicionais. As antropólogas feministas (Mathieu, 1991; Tabet, 1998), porém, interpretaram de outro modo as relações de poder entre os sexos, não em termos de complementaridade, mas de dominação. Além de uma interpretação antropológica da divisão sexual do trabalho, através das disciplinas sociologia e história, adquire um status de categoria analítica. Na perspectiva sociológica, a divisão sexual do trabalho é decorrente de uma construção social, afastando todo determinismo biológico ou natural na explicação da divisão das tarefas entre homens e mulheres (KERGOAT, 2003).

Inicialmente a categoria da Divisão Sexual do Trabalho visava articular as duas esferas: a do trabalho produtivo e a do trabalho reprodutivo. Mas, a função articuladora da categoria analítica tornou-se insuficiente, uma vez que não bastava evidenciar as desigualdades no ambiente produtivo e reprodutivo, já que as relações sociais desiguais envolviam outros meandros da vida social. Assim, fez-se necessário pensar a partir da noção de Relações Sociais de Sexo (KERGOAT, 2003).

As relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são indissociáveis e formam um sistema onde os grupos estão em permanente conflito entre a questão do trabalho e suas divisões entre homens e mulheres. Neste sentido, as relações sociais entre os sexos se caracterizam por interesses antagônicos e por relações hierárquicas de poder e dominação. (KERGOAT, 2003).

A partir dos anos 1980, os estudos de gênero e trabalho irão basear-se nas teorias do patriarcado, que entendiam a dominação masculina na sociedade como decorrência da dominação do sexo masculino na vida social. Apesar das dificuldades conceituais do termo “patriarcado” e das críticas a esse modelo explicativo, a teoria do patriarcado possibilitou o questionamento sobre as abordagens econômicas que predominavam na análise da temática do gênero associado ao trabalho (HEILBORN; SORJ, pp.207-208, 1999) ²¹.

No tocante a teoria do patriarcado, corrobora-se com as críticas a essa categoria analítica, principalmente pela sua rigidez conceitual. Isto porque reduz à análise dos tipos de dominação, sejam relacionados ao trabalho ou no âmbito sexual, pelo viés da diferença física

²¹Ressalta-se que as teorias do patriarcado, foram uma das primeiras explicações das pesquisadoras feministas em explicar a origem histórica da dominação feminina; outra forma de explicação estava atrelada a tradição Marxista que, ao demonstrar os processos de dominação masculina, procurava articular com explicações sobre a dominação imposta pelo capitalismo; além das explicações que buscavam na teoria pós-estruturalista francesa e nas teorias anglo-americanas, inspiradas na psicanálise, que procuram elucidar a identidade de gênero à partir do sujeito. (SCOTT, 1989, p.9)

entre homens e mulheres. A referida teoria pressupõe, assim, que a diferença física proporciona uma desigualdade entre os gêneros de modo fixo, inviabilizando, por conseguinte, a noção de gênero como uma construção sociocultural e retirando dos sujeitos uma significativa parcela de agência, uniformizando distintos padrões de dominação e desconsiderando as suas particularidades.

Na pesquisa, parte-se da noção que as relações de gênero não têm uma origem fixa, qual seja somente a família, ou trabalho ou a religião. Desse modo, entende-se a questão de gênero “como um sistema simbólico que organiza as relações de poder, igualdades e desigualdades no mundo do trabalho e fora dele” (Idem, 1999, p.209).

Considera-se que os estudos de gênero contribuem para a sociologia do trabalho, na proporção em que introduzem a questão da cultura, da história e do poder, e estabelecem outros parâmetros além do econômico para analisar as interrelações com o mundo do trabalho. O avanço dos estudos sobre gênero, a inserção feminina no mercado de trabalho, associado às lutas feministas, provocaram deslocamentos nas estruturas das desigualdades de gênero num amalgama entre assimetrias do passado e uma maior democratização nas relações sociais de gênero.

3.2.1 Transformações no âmbito da família e nas relações sociais de Gênero

Pela conjunção de fatores estruturais e do fortalecimento dos movimentos sociais, a família tem sofrido modificações significativas, apresentando distintos padrões. Uma das principais motivações para as transformações no âmbito da família foram impulsionadas pela redefinição do papel da mulher, uma vez que a possibilidade de controle da reprodução permite a reformulação do seu papel social na esfera privada e uma maior participação social na esfera pública.

As transformações no âmbito familiar são sentidas, a partir dos anos 1960, no Brasil e no mundo, quando se difundiu a pílula anticoncepcional, que proporcionou a separação entre sexualidade e reprodução humana, bem como os avanços científicos de reprodução assistida. Esse fato possibilitou que a mulher deixasse de ter maternidade como destino, que aliado ao feminismo e ao trabalho remunerado da mulher tem erodido, no mundo contemporâneo, uma visão de família inscrita e determinada pela natureza.

Os movimentos sociais (feministas, gays, etc.), propõem novas formas de divisão do trabalho doméstico e de cooperação financeira, questionando a autoridade masculina e dos pais, além de novas formas de família: monoparentais, homoafetivas, recombinações. Essas

novas maneira de associar os elementos centrais na família promovem a erosão de um padrão ideal de família, ampliando o conceito para não somente os parentes do núcleo consanguíneo, ampliando o conceito de família “para as pessoas com quem se pode contar”.

Os grupos feministas dão ênfase às mudanças nas famílias, percebidos como um processo mais amplo de transformações econômico-sociais, tais como: os novos tipos de comportamento, novas uniões entre os sexos, o declínio da fecundidade, aumento de mães solteiras e de separações e divórcios e a participação de mulheres no mercado formal e informal de trabalho (GOLDANI, 2005).

No Brasil, a constituição de 1988 estabelece um novo conceito de família, adaptando-se as mudanças ocorridas, estabelecendo que a família é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes.

Fonseca (2002) aponta três grandes linhas para explicar as mudanças no âmbito da família: uma perspectiva que enfoca a questão da proeminência da individualidade nas sociedades contemporâneas e que tem resignificado a noção de família; outra linha de estudos resgata a dinâmica social das relações familiares, ressaltando a importância das redes extensas de parentesco; e, por fim, uma terceira que trata dos rebatimentos das novas tecnologias reprodutivas sobre as crenças ligadas a natureza e a cultura.

No caso da família brasileira, as explicações simplificadoras não tem dado conta da multiplicidade das famílias contemporâneas. O modelo patriarcal proposto por Gilberto Freyre no âmbito da casa grande nordestina foi desmistificada por diversos autores que identificaram outras formações de família, mesmo nos primórdios da civilização brasileira (SAMARA, 1983).

Para Sarti (2003, p. 40) “as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda de sentido da tradição [...]”. A afirmação da individualidade sintetiza o sentido das mudanças atuais, o que tem implicações evidentes nas relações familiares, fundadas no princípio da reciprocidade e da hierarquia. Como expõe Giddens (1993, p. 87):

Quando grandes áreas da vida de uma pessoa não são mais compostas por padrões e hábitos preexistentes, o indivíduo é continuamente obrigado a negociar opções e estilos de vida. Além disso- e isto é crucial- as escolhas não são apenas aspectos externos ou marginais das atitudes dos indivíduos mas definem quem o indivíduo é [...] Nas sociedades tradicionais, o indivíduo não tinha escolhas, mas não precisava decidir em cada uma de suas ações e hábitos. Ele não podia escolher, mas tão pouco conhecia a angústia de ter de escolher...

Para essa perspectiva, aliás, uma das características das sociedades tradicionais, ao contrário das sociedades modernas, em que a dimensão da individualidade é valorizada, os papéis familiares não são conflitivos porque estão predeterminados.

A partir do momento em que existe espaço social para o desenvolvimento dessa dimensão individual, os papéis familiares se tornam conflitivos na sua forma tradicional, embora a vida familiar continue tendo o mesmo valor social que sempre teve (Sarti, 2007, p. 44).

Por outro lado, para Strathern (1992) essa ênfase na esfera da individualidade e da escolha tem inspiração na sociedade capitalista e consumista, que enfoca a questão da individualidade em detrimento da coletividade.

A família tradicional tem como característica ser permeada de um universo moral que estabelece referências valorativas: honra, reciprocidade, autoridade e no estabelecimento de lugares e hierarquias para pai de família e a mãe/ dona de casa e mãe. O homem, no modelo tradicional, é o responsável pela família e a mulher pela casa. Aliás, a casa, enquanto espaço que viabiliza esses papéis, é de fundamental importância para viabilizar um projeto de família:

A casa é o espaço de liberdade, no sentido de que nela, em contraposição ao mundo da rua, são donos de si: aqui eu mando. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem, constitui um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa; a casa está, portanto, contida na família [...] Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado chefe da família e a mulher chefe da casa. (SARTI, 2010, p. 63).

O homem, nesse modelo tradicional de família, é o responsável pela mediação da família com o mundo externo e pela autoridade moral, já à mãe - dona de casa-, tem como papel manter a unidade familiar: é a patroa numa comparação com as relações hierárquicas do trabalho.

No universo moral do trabalho, a condição do pai provedor, combinado com a dimensão de chefe de família, propõe a autoridade masculina na família. Quando umas dessas dimensões do universo moral dos homens estão desgastadas, seja pelo desemprego ou pelo alcoolismo, por exemplo, sua autoridade moral é fragilizada diante da mulher e dos filhos.

Aliás, o trabalho é uma dimensão fundamental que viabiliza o projeto familiar. Mas esse trabalho pode assumir distintas significações, uma vez que para o homem possibilita desenvolver o papel de provedor e, no tocante a mulher, tem o sentido de complementação da renda, no caso do trabalho remunerado. O trabalho doméstico propicia o significado moral da

mulher no âmbito familiar, haja vista, que o trabalho doméstico, sobretudo para as mulheres mais pobres, tem o sentido de cuidado, de esmero, de mulher virtuosa que, associada a maternidade, estabelece a identidade feminina valorosa ou relaxada, evidenciando diferenças relevantes quando comparadas com o valor do trabalho doméstico para outras camadas sociais. Como afirma Sarti (2010, p. 98):

Considerar as discriminações contra a mulher decorrentes desta forma sexuada de organização do trabalho levou, em alguns casos a borrar diferenças significativas na concepção do trabalho para mulheres de diferentes condições sociais, ou minimizar o sentido dessas diferenças, uniformizando equivocadamente o trabalho feminino remunerado como afirmação da individualidade da mulher

O trabalho da mulher pobre sempre foi necessário e não se constitui numa novidade. A sua entrada no mercado de trabalho não abala necessariamente os fundamentos do poder masculino e do universo moral das famílias constituídos pelos valores do homem provedor e pela mãe/dona de casa. Nesse sentido, o trabalho remunerado da mulher é considerado complementar, secundário e permeado de entradas e saídas do mercado de trabalho.

Quanto a gestão da renda, como guardiã dos entes familiares, as formas de empregar o salário, por vezes, tem relações com um projeto de família. Uma das primeiras preocupações da mulher, quando se insere no emprego formal, é a construção de uma casa. A casa é vista como espaço de segurança, de realização do projeto de família, de afirmação de seu papel de dona de casa e de mãe.

A segunda linha, a exemplo da socióloga Martine Segalen, os estudos apontam que na contemporaneidade as relações familiares não tem diminuído de importância, muito pelo contrário, estão ganhando novo impulso. Foram demonstrados por vários pesquisadores sobre as famílias extensas que os mais pobres costumam garantir a ajuda mútua, em situações de separação conjugal e desemprego (Scott, 1990; Sarti, 1995).

Os estudos sobre as famílias pobres apontam para a configuração em rede (Sarti, 2003 p.28.). Os vínculos são estabelecidos a partir de reciprocidades materiais e afetivas definindo quem são os parentes nos quais se pode contar, incluindo nessa rede, por vezes, amigos e vizinhos.

As rupturas conjugais decorrem do não atendimento do papel do provedor do homem. A autoridade masculina é abalada se não cumpre o papel de chefe de família, e, por vezes, se sente fracassado, uma vez que o emprego depende de fatores que estão fora do seu alcance. Por isso, as atividades extrativistas (pesca, agricultura de subsistência) assumem função

central no caso das famílias pobres rurais, porque proporciona um mínimo de sobrevivência e dignidade.

Nos territórios pesqueiros, quando as famílias vivem exclusivamente da pesca, o homem deserta de sua função de provedor, seja abandonando a família, seja por motivos de alcoolismo, droga ou por uma nova família. A vulnerabilidade da família de origem é devastadora: fome, morte precoce de crianças, em face da linha tênue entre sobrevivência e miséria.

No tocante às famílias mais pobres, muitos estudos, no sentido explicar as dinâmicas familiares, tem uma tendência de abordá-las como “estratégias de sobrevivência”, formas combinadas de relações familiares, como se os pobres não tivessem cultura e tudo pudesse ser explicado sob o viés econômico (FONSECA, 2002).

Uma enorme diversidade de dinâmicas familiares erodiu a ideia de que existe um padrão universal de evolução familiar. Segundo Fonseca (2002, p. 4), no seio da modernidade há comportamentos que não se enquadram no modelo moderno de família, apesar de verificarem-se tendências contemporâneas mais gerais, tais como o aumento do divórcio e a diminuição das taxas de fecundidade. Não se pode mais crer na evolução da família (de tradicional) para um modelo único homogêneo de modernidade. Estudiosos como J Stacey a partir do seu estudo com famílias de um subúrbio de Los Angeles, chega à conclusão que não há como caracterizar a família contemporânea por um conjunto de tendências descritivas.

O discurso da propalada “crise da família” estão relacionados a comparações das famílias existentes com modelos de família considerados “normais” e estão vinculados a uma determinada classe social “classes médias”, sendo as camadas mais pobres consideradas um mundo a parte no tocante aos arranjos familiares. Segundo Goldani (2005, p.73):

A visão dicotômica- entre tradicional e o moderno- que toma em conta modelos de família, elaborado nas classes dominantes patriarcais (rurais) e das classes médias (urbanas) já não satisfaz. Não só por suas limitações como modelos interpretativos mas, também, porque obscurece a realidade das famílias brasileiras que pertencem às chamadas camadas populares.

Os estudos sobre as famílias das classes populares no Brasil apontam para a análise de que são as precárias condições de vida dessas famílias que organizam a sua estrutura e seus modos de vida (Woortman, 1987, Sarti, 1995).

Noutra perspectiva, o que se verifica nos estudos empíricos da realidade brasileira não é o desgaste dos vínculos familiares, sobretudo nas classes populares, mas o seu fortalecimento de outro modo, uma vez que as famílias não estruturas fixas no tempo e

assumem conformações multifacetadas, resultado da combinação das relações sociais (GOLDANI, 2005).

Desse modo, o conceito de família se amplia, não somente para os aspectos relacionados o cuidado das crianças, ao parentesco, a consanguinidade, mas a uma rede de pessoas nas quais “se pode contar” de modo objetivo e subjetivo.

As configurações que assumem as famílias em territórios específicos, como observados nos territórios pesqueiros de Goiana, não se adéquam a esses modelos pré-estabelecidos de família. Se o movimento analítico for o de comparar a um padrão ideal de família moderna (classes médias urbanas) ou com a família patriarcal rural das classes ricas a tendência é hierarquizar as famílias estabelecendo o que é arcaico e moderno. No entanto a análise é mais complexa e sutil, na medida em que o arcaico e o moderno se combinam em arranjos imprevisíveis.

Desse modo, os valores tradicionais da família não são concebidos nessa pesquisa, a priori, como algo a ser superado, na medida em que pode significar solidariedade perdidas no chamado modo moderno de viver. O único parâmetro a ser “ultrapassado”, e entendido como retrocesso no campo das relações familiares, são as assimetrias nas relações sociais de gênero, que se caracteriza pela escassez de equidade nas relações sociais.

No que se refere às desigualdades nas relações de gênero, convém esclarecer que, além de identificar as assimetrias sociais, o nosso interesse de pesquisa recai sobre o entendimento de como a mudança acontece?

Castell (2010, p. 171), referindo-se as transformações nas relações de gênero, indaga: Por que justamente agora? As ideias feministas têm estado presentes há pelo menos um século, se não mais [...] Por que pegaram fogo em nosso tempo?

Para Castell (2010), a combinação de quatro elementos são responsáveis pelas transformações em curso no âmbito das relações de gênero: a transformação do mercado de trabalho associado às oportunidades maiores no campo da educação; as Transformações tecnológicas ocorrida na biologia, proporcionando controle cada vez maior sobre a gravidez e reprodução humana ; o desenvolvimento das lutas feministas; e a rápida difusão das ideias em uma cultura globalizada. Da interação entre mudança estrutural e os movimentos sociais ocorre a transformação, “também em nós mesmos”.

Analisando como se processam as transformações nas relações de Gênero, Sylvia Walby(2007) situa a complexa inter-relação entre os domínios de gênero (aspectos econômicos, políticos, relações familiares e interpessoais), além dos fatores culturais e

religiosos e subjetivos, concorrendo para as mudanças nos regimes de gênero, mais precisamente, do doméstico para o público.

Como argumenta Walby (2007, p. 173):

Há grandes e importantes mudanças nas relações de gênero. Na maioria dos países desenvolvidos, e em alguns países em desenvolvimento, ao redor do mundo houve importantes transformações nas relações de gênero. Aumentou o número de postos de trabalho e emprego para mulheres, bem como a qualificação, o nível educacional e a presença delas em parlamentos. Mas tudo isso levou à cidadania e à igualdade para as mulheres? Ainda há diferenças enormes em relação às mulheres no acesso a recursos, tais como a diferença de salários pagos às mulheres e aos homens, e no número de líderes políticos homens e mulheres. Haveria uma única dimensão de desigualdade de gênero, de forma que transforme simultaneamente a vida das mulheres? Ou há tantas diferenças entre mulheres, e variações na taxa de transformação de diferentes instituições sociais, que não seria sensato fazer tais julgamentos sumários?

Walby (2007) ainda ressalta que, no tocante as transformações de Gênero, o debate feminista se constituiu ora com explicações simples, que consideravam um ou dois elementos-chave, para explicar as transformações ou permanências nas relações sociais de gênero, elegendo, as questões da infraestrutura e superestrutura, como, por exemplo, o trabalho e os papéis sexuais; ora se concebe um modelo complexo que proporciona uma rica explicação por meio das diversas possibilidades analíticas; considerando que as diferentes dimensões das relações de gênero estão inter-relacionadas (Spellman, 1988 *apud* Walby 2007, p.173). Nesse sentido, a prioridade da análise é dada pelas diferenças de raça, etnia, de religião e muitas outras formas de diferença. Nesse sentido, prioriza-se a distinção.

Essa perspectiva, segundo Walby (2007, p.173), resultou na fragmentação da análise de gênero, o que torna bem difícil teorizar sobre as causas das transformações e das diferenças. Desta forma, a autora propõe o caminho do meio, usando o conceito de regime de gênero no sentido de um sistema de domínios inter-relacionados de gênero:

Um regime de gênero contém tanto essa relação social quanto um conjunto de domínios institucionalizados, ligados por uma série de processos. Esses domínios institucionalizados incluem os da economia, tanto no emprego quanto no trabalho doméstico; os da polity (instituições do Estado), inclusive o Estado; os da sociedade civil, inclusive sexualidade e violência interpessoal. Cada um desses domínios de relações de gênero é constituído por conjuntos adicionais de práticas e subpráticas. Há uma constituição mútua e complexa dos diferentes domínios de gênero. São duas as principais formas de regime de gênero, a pública e a doméstica, sem descontinuidade entre elas. A forma de regime de gênero é distinta da extensão da desigualdade de gênero, quer dizer, o nível de desigualdade não pode necessariamente ser considerado a partir da forma do regime. Podem ser encontradas variações nas formas de relações de gênero, entre as formas pública e doméstica, em cada um dos principais domínios de relações de gênero, assim como no nível do sistema como um todo[...] As relações de gênero formam-se sempre em relação a

processos de classe, etnia, nação, religião e muitas outras formas de diferença. Gênero, da maneira como é experimentado, é um efeito da complexa constituição das relações de gênero, nessa multiplicidade de locais e de relações.

Desse modo, consideramos significativa, para a nossa pesquisa, a ideia dos domínios de gênero e dos regimes de gênero, por exemplo, do doméstico para o público. Segunda a autora:

A mudança na forma do regime de gênero, de doméstico para público, modifica também as oportunidades e os problemas dos diferentes grupos de mulheres, de maneiras diferentes. Para as mulheres que podem cada vez mais ter acesso a educação e emprego, ou seja, particularmente as jovens, houve um aumento de oportunidades para alcançarem a plena cidadania. Para aquelas que não conseguem ter acesso a educação e bons empregos, em especial as mulheres mais velhas ou de etnias minoritárias, em vez de oportunidades, os problemas tornam-se cada vez maiores para obterem a plena cidadania.

Contudo, no tocante aos regimes de gênero, Walby (2007) tem uma tendência de avaliar de modo positivo a mudança do regime de gênero do doméstico para o público, principalmente no que diz respeito aos empregos para as mulheres mais jovens que levariam o alcance da plena cidadania. Entretanto, o trabalho precário nas fábricas- repetitivo e rotineiro- nem sempre tem esse papel de emancipação e de mudança. Então, de acordo com o nosso território específico da pesquisa, estabeleceu-se o fluxo para a análise das transformações, sem a definição de regimes de gênero prioritários de antemão.

Desse modo, na pesquisa, as experiências de gênero são analisadas para além de transformações dos aspectos objetivos: econômicos, políticos, sociais, que indiscutivelmente contribuem para deslocar estruturas sociais rigidamente constituídas da desigualdade de gênero, considerando de igual modo os aspectos subjetivos (valores familiares, cultura em geral e subjetividades pessoais), que estabelecem a complexidade no estudo das relações de gênero, uma vez que o modo como as pessoas dão significado as suas experiências é priorizado na pesquisa em detrimento de padrões previamente estabelecido do que, costumeiramente, se atribui como fatores das transformação. Ou seja, quem direcionou as análises em relação aos fatores das mudanças e de permanências foram os sujeitos da pesquisa e não o contrário.

Por outro lado considera-se que as relações sociais de gênero são costuradas por fios invisíveis nas tramas do tecido social e, portanto, a noção de gênero não é estática e uniforme para todas as formações sociais e territórios. Uma multifacetada combinação entre fatores

objetivos e subjetivos e uma multiplicidade cultural, conformam um campo de estudos das relações sociais de gênero em um determinado espaço/tempo.

Como afirma Bandeira (2012, p.119):

Quando se fala da incorporação da perspectiva de gênero, tal incorporação altera-se de acordo com os contextos e as diversas territorialidades; ou seja, de como cada espaço-território apresenta dinâmicas de gênero próprias seja nos espaços urbanos, rurais ou comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, por exemplo. As lógicas de gênero são múltiplas e em cada território adquirem performances específicas ou próprias

Além das particularidades de cada território, no âmbito das relações privadas, mais particularmente entre os cônjuges e os diversos arranjos das suas famílias de origem, evidencia-se uma miríade de combinações culturais, que se transformam no tempo e no espaço em ritmos distintos, o que vitaliza uma diversidade de relações de gênero encontradas nos territórios investigados e inviabiliza qualquer tentativa de estabelecer padrões gerais, apesar da possibilidade de apontar tendências que indicam transformações nas relações de gênero e os elementos evidenciados na pesquisa que reforçam as permanências das assimetrias nas relações sociais de gênero, sobretudo nos territórios pesqueiros investigados.

As mudanças nos domínios de gênero e nos regimes de gênero, nos territórios pesqueiros investigados, foram se dando no tempo e no espaço, transformando os regimes de gênero, do doméstico para o público, uma vez que contribuem além das questões econômicas e políticas, incluindo nessa dimensão a inserção no trabalho remunerado, a venda da força de trabalho e as mudanças no acesso à educação dos territórios pesqueiros e o protagonismo das mulheres rurais na luta. Além disso, incluem-se os valores de família, concorrendo a influência da religião católica e, mais recentemente, também das religiões pentecostais, fortemente arraigada na região de Goiana, mais particularmente nos territórios pesqueiros estudados.

Com a inserção do polo automotivo na região de Goiana, os empregos nas empresas da cadeia automotiva provocam mudanças no domínio do econômico, a partir da entrada das mulheres dos territórios pesqueiros nas fábricas na região. As mudanças do regime de gênero, do doméstico para o público, observados por meio das entrevistas com as operárias, como se verá mais adiante, nos resultados da pesquisa, trará alterações nas relações sociais de gênero, com as diferentes experiências das entrevistadas, mantendo, ainda sobremaneira as assimetrias nas relações de gênero.

Quadro 5 – Transformações e as permanências nas relações sociais de gênero.

Fatores que proporcionam a TRANSFORMAÇÃO	Principais elementos de PERMANÊNCIAS
A transformação do mercado de trabalho associado às oportunidades maiores no campo da educação.	Falta de escolaridade e acesso somente a empregos destinados as mulheres como extensão do trabalho doméstico (costureira, professora primária) . Falta de acesso a empregos de qualidade por discriminação de classe, raça e de região.
As Transformações tecnológicas ocorrida na biologia, proporcionando controle cada vez maior sobre a gravidez e reprodução humana.	Resistências das religiões em absorver as transformações no campo científico no controle da reprodução humana.
Mudanças na família: monoparentais, famílias homoafetivas.	Papéis sexuais preestabelecidos pela cultura quanto às funções da mãe, do pai e dos filhos
O desenvolvimento das lutas feministas e das lutas das mulheres do campo (no caso da pesquisa)	A incipiente organização sindical das operárias na fábrica da Fiat/Chrysler/ Goiana.
A rápida difusão das ideias em uma cultura globalizada.	Reprodução das assimetrias nas relações de gênero: cabe somente a mulher o cuidado dos filhos e os trabalhos domésticos.
Formação política, em movimentos sociais. Por exemplo: os quilombolas e pesqueiros.	Não participação em movimentos coletivos. Visão individualista de crescimento pessoal e profissional.
Projetos autônomos no âmbito da família, em detrimento dos papéis sexuais previamente definidos.	Papéis sexuais de família, previamente estabelecidos ainda predominando em detrimento da garantia de uma relativa autonomia individual na família.

3.3 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: TEMPO E GÊNERO

No capitalismo, o espaço da fábrica é por excelência o que maior captura o tempo das pessoas. No caso do trabalho das mulheres, o tempo destinado ao trabalho fabril, somado ao consagrado as tarefas domésticas, exaure todas as possibilidades de tempo livre. “Para o controle do trabalhador, a fábrica é a dimensão espacial, por excelência, do disciplinamento dos corpos, a fim de produzir mais, sob a supervisão do capitalista, que busca, incessantemente, a economia de tempo” (Neffa, 1989 apud Lima & Holzmann, 2015).

O trabalho no capitalismo assume particularidades distintas de outras modalidades históricas do trabalho. Uma das primeiras características é a compulsoriedade do trabalho, decorrente da monetização do consumo e da transformação da terra em mercadoria (POLANYI, 2000; DEDDECA, 2004).

Outra característica do capitalismo é a capacidade de organização do trabalho, antecipando a previsão das funções e atribuições dos trabalhadores, extraindo todo o tempo disponível destinado à produção, numa contínua preocupação em revolucionar as técnicas produtivas com vistas ao aumento da produtividade e o rendimento no trabalho. (DEDDECA, 2004).

Salienta-se que o trabalho no capitalismo não conseguiu subtrair a necessidade de reprodução social, física e mental das pessoas. Há um contínuo conflito entre a tentativa do capital em ampliar do tempo econômico e subordinar o tempo de reprodução social. Uma das primeiras reivindicações dos movimentos trabalhistas, ainda no século XIX, teve como pano de fundo a redução da jornada de trabalho e do tempo econômico, no intuito de prover o tempo social, o tempo livre.

No espaço da fábrica, há um esforço de utilizar todo o tempo disponível para o trabalho e extrair o máximo de lucratividade. É necessário, em razão disso, estabelecer uma organização semelhante a militar, que discipline os horários, os ritmos, as formas de comportamento no trabalho, promovendo um hiato entre a vida pessoal e a da fábrica (LIMA & HOLZMANN, 2015).

Do ponto de vista das teorias de racionalização da produção, a administração científica de Taylor visava aprisionar, cada vez mais, o tempo no trabalho. O seu estudo dos tempos e movimentos propunha, de um só golpe, eliminar todo “desperdício” do tempo ocioso, padronizar procedimentos e maneiras de trabalho, destituindo as pessoas das suas possibilidades criativas. A separação entre as atividades de execução e de planejamento criou métodos de seleção dos mais aptos para as funções superespecializadas. Para tanto, reorganizou-se o espaço fabril no afã de evitar deslocamentos desnecessários, estimulando as promoções individuais e, por decorrência lógica, a competição entre a classe trabalhadora²².

²² Os métodos tayloristas e fordistas sofreram resistências dos trabalhadores, durante todo o século XX, com elevados índices de rotatividade, quebras de máquinas, absenteísmo e diminuição dos jovens pelo interesse do trabalho fabril. (HELOANI, 2006)

Ford propôs a redução da jornada de trabalho para oito horas e aumento de cinco dólares por dia de jornada, superior a outras empresas americanas. Além dessas ações, Ford visava formar um novo trabalhador. Um trabalhador com uma conduta irrepreensível e, portanto, para receber os 5 dólares precisava não se envolver em situações reprováveis e nem participar de reivindicações coletivas. O consumo de massa e o America Way of Life, propostos por Ford, predominou enquanto modelo produtivo após a segunda guerra mundial. Esse modelo

Ford aprimorou o esforço do controle do tempo com a criação de uma linha de montagem. Agora, o tempo era ditado pela linha de montagem, pela máquina e não mais pela vontade humana. Investiu-se no forte controle da vida privada dos seus trabalhadores, bem como nas conhecidas ações antissindicais (HELOANI, 2006).

As separações do modelo taylorista/fordista entre execução e planejamento estabeleceram um inchaço da burocracia das empresas, onde setores, gerentes, supervisores e categorias médias formavam pesadas estruturas, por vezes, estabelecendo entraves na resolução dos conflitos e demandas que se avolumavam com o acirramento da competição intercapitalista. O esgotamento do padrão taylorista e Fordista de Produção teve início, mundialmente, na segunda metade dos anos 1960; inicialmente nos Estados Unidos, com lutas e resistências nas fábricas, elevados níveis de absenteísmo e queda na produtividade do Trabalho. (AGLIETTA, 1979; HELOANI;1996; DRUCK, 2001).

Os anos 1970, o compromisso fordista com o pleno emprego e os investimentos em políticas sociais foram questionados, dada a incapacidade de o setor produtivo compatibilizar os lucros elevados com o aumento de salários e à crise de superprodução, oriundos do acirramento da competição intercapitalista e dos gastos elevados com o estado providência (HARVEY,1992).

O capital, na busca de resolução da crise e diante do enfraquecimento do sindicalismo, consequência do desemprego estrutural que se constituía, empreendeu um processo de reestruturação produtiva nas empresas, no sentido de incorporar as inovações tecnológicas do contexto, da microeletrônica e modificar os processos de gestão, haja vista que o novo padrão de exigência dos consumidores requeria uma estrutura hierárquica menos rígida e engessada e uma maior flexibilidade na resolução dos problemas, posto que as demandas sociais se tornavam cada vez mais velozes e o padrão de qualidade, exigido aos produtos, não comportava mais os “defeitos de fábrica”, característicos do modo de produção em massa do taylorismo/ fordismo.

Dito isto, os princípios fundamentais do Taylorismo/Fordismo, quais sejam: a produção em massa, o trabalho ultra parcelado, uma divisão clássica entre o trabalho manual e intelectual, um trabalho individualizado sendo extremamente vigiado por uma hierarquia rígida; foram postos em questão ante o fato de se tornarem incompatíveis com os objetivos do próprio sistema, à medida que tais processos produtivos não conduziam aos excelentes

de produção se estendeu a outros países do mundo e a outros ramos da economia, como os setores de serviços e estabelecimentos comerciais. (HELOANI, 2011)

resultados de produtividade, de flexibilidade e de lucro num cenário social, econômico e político de profundas transformações.

Entretanto, como veremos mais adiante, apesar dos questionamentos aos princípios tayloristas e fordistas, eles não foram excluídos das empresas e, em muitas situações concretas, os seus métodos foram reatualizados e mesclaram-se às novas lógicas produtivas nas empresas reestruturadas.

Presencia-se a necessidade de respostas mais rápidas diante um contexto econômico de crise: estagnação do consumo, a queda na produtividade, dispersão geográfica da produção, capacidade excedente das empresas, dentre outros, e de um mercado que se diversificava. Assim, o avanço tecnológico proporcionou o surgimento da chamada “acumulação flexível” (HARVEY, 1994).

Esse conjunto explosivo de transformações econômicas, políticas e sociais incidiu diretamente nas condições de vida e trabalho das pessoas em escala mundial. A autorregulação do capitalismo, problemática suscitada por Polanyi, foi levada às suas últimas consequências. As decisões dos grandes grupos econômicos romperam com o pacto social estabelecido no pós-segunda guerra, pelo menos nos países desenvolvidos. Nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento as empresas multinacionais se instalam sem compromissos com a realidade social local, podendo deslocar sua planta produtiva, sem menor preocupação com os rastros de miséria que deixam nos locais por onde passam.

No que concerne ao uso do tempo no modo de produção Japonês, há alterações nas formas de organização do trabalho, mas sem descartar o controle dos tempos e dos movimentos proposto pelo modelo taylorista/fordista de produção, particularmente na sua versão ocidental. O trabalho em equipe é propagado, ora substituindo a linha de montagem, ora se mesclando a ela. A participação do trabalhador nas equipes de trabalho é promovida com programas de captura da subjetividade do trabalhador em treinamentos de envolvimento, com os novos métodos da produção; as hierarquias são reduzidas com o objetivo de flexibilizar o processo produtivo, adotam-se os conceitos de Just-in-time, Lear production, polivalência no trabalho.

No tocante à administração do tempo e dos movimentos na fábrica flexível, a questão central é de apropriação, não somente da força física, mas da capacidade intelectual dos trabalhadores. A intensificação do ritmo de trabalho é decorrente da junção contraditória entre a necessidade crescente de melhoria da qualidade dos produtos, exigência bem superior à fase fordista de produção, e a exigência da produção em grande quantidade típica da fábrica fordista. Essa combinação explosiva, da junção entre qualidade e quantidade, tem

intensificado não só o ritmo, mas a expropriação dos chamados times de trabalho da fábrica Toyotista.

Na contemporaneidade, com os processos de flexibilização do trabalho e de ampliação das jornadas excepcionais de trabalho, oriundos do aumento do consumo em momentos antes considerados destinados a reprodução da vida (horário noturno, horários do almoço finais de semana em shoppings, supermercados, conveniências, farmácias), tem se tornado regra e os tempos econômicos e sociais vão perdendo sincronia (DEDDECA, 2004).

Essa falta de sincronia entre trabalho econômico e de reprodução tem atingindo principalmente as mulheres, uma vez que as creches, escolas, postos médicos, geralmente, não funcionam nos horários excepcionais.

Segundo Deddeca (2004, p. 30), “os estudos sobre o tempo indicam que o menor tempo livre é o das mulheres que tem filhos pequenos até 15 anos de idade”. Os homens, por outro lado, tem um tempo econômico mais elevado, inversamente proporcional ao tempo destinado à organização familiar.

Para Lipietz, da escola de regulação, a crise do fordismo não significou uma ruptura, mas a inclusão, nos anos 1970/ 1980, de um novo modelo de sociedade, o “liberal produtivismo”, que tem a tecnologia como imperativo e a integração e cooperação dos trabalhadores da empresa como proposta de destituição dos referenciais de classe. Outra questão não menos importante é a substituição do Estado providência pela família e outras formas de regulação da sociedade (LIPIETZ, 1988).

Coriat aponta o surgimento de um novo meio de gestão e organização do trabalho, denominada de pós-fordismo. Nessa concepção, surge o toyotismo, modelo japonês de substituição da gerência científica baseada em Taylor e Ford. Criado por Ohno- engenheiro da fábrica Toyota e criador do sistema Kanban, a proposta visou promover uma maior flexibilidade no processo produtivo e evitar o desperdício de materiais, como alternativa a uma produção estandardizada, taylorizada (CORIAT, 1988)²³.

O resultado das indústrias Japonesas no setor automobilístico levou as empresas de outros países, em desvantagem, a buscar incorporar os supostos elementos de inovação adotados pela indústria nipônica.

Segundo Druck (2001,p. 92-93), o modelo japonês é formado por quatro grandes dimensões: A questão do emprego vitalício; II- Just-in-time-produzir no tempo certo, na quantidade exata, com uma quantidade certa de trabalho-Kanban- sistema de informações dos vários estágios de produção e de estoques- qualidade total-envolvimento dos trabalhadores para a melhoria de produção; III- Os sindicatos por empresa são integrados à política de gestão do trabalho; IV- Sistema de relações interempresas são relações muito hierarquizadas entre as grandes empresas e as pequenas e médias.

Os estudos sobre a realidade concreta de várias empresas e distintos países comprovam que o toyotismo vai se moldando, conforme os modos de vida e de trabalho nacionais e regionais, assumindo feições distintas. Para Druck “é parte integrante do modelo japonês está diferenciação interna que se visualiza nas grandes corporações em relação às pequenas e médias empresas” (HIRATA,1988 ; DRUCK,2001).

Na indústria automobilística, o modelo se torna ainda mais visível, já que a empresa líder detém os melhores empregos e salários, composto de alta tecnologia. As demais empresas, pequenas e médias, da cadeia produtiva concentram os empregos menos qualificados, mais desvalorizados socialmente, destinados, em sua grande maioria, à força de trabalho feminina e aos trabalhadores menos qualificados.

Segundo as estudiosas de gênero (Leite, 2003; Hirata, 1998), o desenvolvimento da tecnologia e o estabelecimento de uma cadeia produtiva nas empresas reestruturadas, evidenciou um crescimento da inserção da mão de obra feminina em trabalhos precários e pouco qualificados, nada obstante a abertura de outros de postos de trabalho mais qualificados para as mulheres, mas em número bem inferior dos que são preenchidos por homens.

Hirata (1998, p. 51) afirma que no Brasil o aumento significativo da atividade feminina irá coincidir com o aumento dos empregos informais e as atividades mais precárias na cadeia produtiva e nas empresas terceirizadas pelas empresas líderes.

No caso das indústrias automobilísticas, o estudo de Leite (2003, p.119) esclarece que “apesar de haver tendências de valorização do trabalho ao longo da cadeia, elas não são as únicas a imperar. Ao contrário, há também aspectos de precariedade que se articulam com discriminações de gênero e idade presentes no mercado de trabalho”.

Do ponto de vista da qualificação no trabalho, os estudos sobre a organização da indústria automotiva e de suas respectivas cadeias produtivas, apontam para uma particularidade, qual seja nas empresas líderes predominam os trabalhadores mais bem qualificados, valorizados e, em sua grande maioria, composta da mão de obra masculina. Por outro lado, a mão de obra feminina se concentra ao longo da cadeia produtiva em posições subalternas, monótonas e com menores exigências de qualificação profissional. (NEVES, 2011; HIRATA, 1998; ARAÚJO, 2006; LEITE, 2003).

As pesquisas sobre as relações de gênero em empresas da cadeia produtiva do setor automotivo, que organizam seus processos de trabalho por meio das células de trabalho, como inovação organizacional, mostram uma tendência para uma maior exigência de qualificação das trabalhadoras, não somente no aspecto técnico, mas, sobretudo, no sentido de moldar os comportamentos, adequando-os a nova lógica organizacional. O Just-in-time, que ao mesmo

tempo exige uma rápida flexibilização dos pedidos e demandas da empresa líder, estabelece uma intensificação contínua dos processos produtivos, haja vista que para a fábrica, no paradigma japonês, não basta a produção em série e em massa da fábrica fordista, é indispensável atingir um nível de excelência nos requisitos de qualidade que, somadas as grandes demandas produtivas, estabelecem um modo de produção em que os elementos do controle taylorista/ fordista se aliam aos requisitos de qualidade do toyotismo, promovendo uma profunda precariedade nas relações de trabalho, principalmente para o trabalho feminino (LEITE, 2003; NEVES, 2011).

A divisão sexual do trabalho tem uma plasticidade surpreendente e adquire novas configurações no cenário atual de Reestruturação Produtiva e globalização financeira. No cenário da especialização flexível persiste a divisão do trabalho profissional, que segundo pesquisa de (HIRATA, 1995, p. 45):

Atribui aos homens às tarefas pesadas, sujas e penosas e às mulheres os trabalhos limpos e leves (pelo menos nas representações, nem sempre nas práticas sociais) tornou-se menos nítida em países como China e Rússia, a persistência da divisão sexual do trabalho doméstico é notável.

Contudo, no atual contexto da Divisão Sexual do Trabalho, os estudos apontam que o trabalho precário é, majoritariamente, realizado por mulheres. O trabalho atribuído às mulheres é o mais flexível: terceirizado nas grandes indústrias. Ademais é o labor menos qualificado tecnicamente e o mais vulnerável do ponto de vista da rotatividade. No Brasil, apesar do cenário positivo das últimas décadas no tocante à diminuição da taxa de desemprego e aumento dos salários reais, ainda persiste o trabalho informal e precário (61,5% dos ocupados urbanos), sobretudo para as mulheres pobres e negras. (MARQUES; SANCHES, 2010, p.51).

Na contemporaneidade, as mudanças na esfera produtiva são intensificadas e os estudos sobre gênero e trabalho buscam compreender alguns aspectos relevantes, especialmente como ainda perseguem marcas de discriminação e de segregação ocupacional, salarial e simbólica nos ambientes produtivos, mesmo após a entrada massiva das mulheres no ambiente de produção. Na presente pesquisa, numa perspectiva mais otimista, além das permanências nas desigualdades de gênero, interessa-nos identificar como se gestam as sementes das mudanças e das resistências.

3.4 A FÁBRICA DE AUTOMÓVEIS JEEP/CHYSLER/FIAT E SUA CADEIA PRODUTIVA - O CASO DA LEAR CORPORATION

As marisqueiras e as mulheres das comunidades pesqueiras de Goiana, já possuíam uma experiência no trabalho na fábrica de camarão Atlantis e pelos relatos das marisqueiras, o processo de trabalho na Atlantis era tipicamente taylorista. No entanto, para algumas marisqueiras, o contato com trabalho nas fábricas da cadeia do polo automotivo da Jeep/ Fiat/ Chrysler de Goiana se deu de modo abrupto, muitas delas sequer tiveram um prévio contato com o processo de trabalho baseado na racionalidade típica da fábrica capitalista.

Para essas mulheres, o impacto ainda foi maior, pois no modelo organizativo contemporâneo, não mais se estrutura na típica fábrica automotiva com processos de trabalho baseados exclusivamente nos moldes taylorista/ fordista, uma vez que incorpora os princípios do Toyotismo, que se expressam, agora, a partir: das células de trabalho, da multifuncionalidade, da exigência de qualificação profissional, do Just in time e da qualidade total; em outras palavras há uma exigência muito maior do que no modelo anterior da fábrica tipicamente taylorista e, por vezes, contrastantes com os processos de trabalho da pesca artesanal.

A partir dessa constatação, ficou em aberto uma das questões da pesquisa: em que medida a inserção em um momento mais “moderno” nas relações de trabalho das indústrias brasileiras proporcionou melhores condições de trabalho e uma maior equidade de gênero na vida dessas recém-operárias. As respostas não são unívocas e muito menos seguem uma tendência majoritária, razão pela qual pretendemos esclarecê-la mais adiante, no decorrer da pesquisa.

Diante desse norte, necessário se faz uma elucidação dos processos de mudança ocorridas na indústria automobilística da Fiat. A partir dessas reflexões, demonstraremos, por meio dos resultados da pesquisa, quais transformações e persistências, nas relações de trabalho e nas desigualdades de gênero, são experimentadas pelas operárias das comunidades pesqueiras, considerando que as experiências dessas mulheres são contrastantes, já que passaram de um trabalho tradicional na pesca, ou nas comunidades pesqueiras, para um trabalho em uma fábrica multinacional, com perfil globalizante, cujo resultado pode ser ressaltado como um choque significativo, com reações culturais diversificadas.

Os estudos de Neves (2000, p. 8) sobre a cadeia produtiva específica do grupo Fiat, com a fusão com a Chrysler, agora Fiat-Chrysler Automobiles (FCA), confirmam que há um nível maior de escolaridade, qualificação entre os trabalhadores nas empresas-mãe e nas

outras empresas da cadeia produtiva que compõe o parque automotivo da Fiat. A situação, tanto em termos de qualificação, automação e presença de homens e mulheres, é bastante heterogênea. Conforme Neves (2000, p. 2 – 3), a fábrica tradicional da Fiat no Brasil, particularmente em Betim Minas Gerais, possuía uma organização do trabalho em moldes bem tradicionais “uma hierarquia rígida de cargos, fragmentação das tarefas, trabalho individualizado e seriado. Também caracterizava a fábrica tradicional a ênfase na execução das tarefas, a centralização das decisões e a otimização de cada função”.

Somente a partir de 1989, a Fiat de Betim iniciou um processo de reestruturação produtiva baseada em um programa de Qualidade Total. Os conceitos da qualidade total foram difundidos na fábrica com o objetivo de integrar os trabalhadores ao novo modelo de produção em implantação: flexibilidade com o propósito de atender as demandas diversificadas dos clientes, uma maior velocidade nas decisões e respostas, diminuindo a burocracia no sentido de garantir uma maior eficácia e efetividade.

A fábrica reestruturada exigiu que o processo de trabalho fosse organizado a partir dos grupos, células ou times. O trabalho seria organizado a partir do grupo e não no indivíduo segmentado, taylorizado nas Unidades Tecnológicas Elementares (UTES).

A Fiat empregou um modelo de produção enxuta, alicerçado nos princípios do World Class Manufacturing (WCM), sistema já amplamente utilizado na planta da Fiat de Melfi na Itália. Nas fábricas do Parque Industrial da (FCA), o trabalho baseado no Just-in-time externo está organizado de acordo com o sistema KANBAN, que informa os pedidos e metas a cumprir diariamente. “A mão de obra é na sua maioria feminina, com a presença masculina em alguns postos de chefia e, também, em algumas fases, onde exige maior esforço” (NEVES, 2000, p. 8).

Segundo Enrietti e Lanzetti (2003), desde os anos 1990, a Fiat, na matriz Italiana, vinha passando por problemas decorrentes de fatores diversos; desde a obsolescência tecnológica frente a concorrência; déficit nas contas, auto endividamento, até o risco de perder controle acionário para os bancos. A ajuda do governo Italiano exigiu como contrapartida reformas neoliberais e o deslocamento estratégico para regiões em que a empresa pudesse tirar vantagem de países em processo de crescimento.

Para Ladosky (2015, p. 17):

A escolha de Goiana (PE) para abrigar a fábrica da Jeep se deve aos incentivos fiscais, à localização próxima do porto de Suape, a abundância de água na região e de ser um território *greenfield* para que possa pagar salários ainda mais baixos que na fábrica de Betim. Na visita mais recente do trabalho de campo na fábrica de

Goiana, nos foi informado por um dos gerentes de RH que na linha de montagem cada líder recebe cerca de R\$ 1.800,00 e comandam seis trabalhadores de produção, cada um com salário de cerca de R\$ 1.100,00. De acordo com estudos do DIEESE, o salário pago em Betim, em 2012, era de R\$ 2.670,88 (Dieese, 2012).

Com a chegada da Fiat em Goiana, várias outras multinacionais também aportaram na região, compondo o parque industrial da Fiat. As empresas da cadeia produtiva são alojadas no mesmo espaço da Fiat e, segundo um dos entrevistados (o relações pública da empresa), por ocasião de visita realizada à fábrica, toda a política de recursos Humanos das empresas da cadeia é estabelecida consoante um padrão forjado pela empresa matriz.

Nesses termos, os benefícios foram reduzidos à assistência médica e, mais recentemente, à cesta básica. Segundo o entrevistado, não há vale alimentação ou outros benefícios porque essas empresas não tem autonomia para criar suas próprias políticas de recursos humanos. O que, a primeira vista, parece uma vantagem para os empregados da cadeia produtiva, torna-se um limite, na medida em que os benefícios são nivelados por “baixo”, uma vez que, segundo o próprio entrevistado, na fábrica de Betim os trabalhadores já possuem outros benefícios, como o vale alimentação, participação nos lucros, áreas de descanso e lazer, dentre outros.

Foto nº. 22 – Fiat/Crhysler/ Jeep Goiana em construção.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira.

Ressalta-se que uma das principais empresas que proporcionaram vagas para as mulheres das comunidades pesqueiras de Goiana, especialmente São Lourenço e Tejucupapo, foi a LEAR Corporation. A Lear Corporation é uma empresa mundial, com sede em Southfield, Michigan. Ela está presente em 37 países, com 243 unidades, e emprega 150.000 funcionários, sendo líder no segmento de fornecimento de assentos e material elétrico. Foi fundada no ano de 1917, em Detroit-Michigan como American Metal Products, por um fabricante de tubulações para automóveis e aviões. Hoje a empresa é líder no fornecimento de assentos completos e sistemas elétricos em todo o mundo (RIVERO ET AL, 2005, p. 2).

A exigência dos consumidores em relação à parte interna dos automóveis e, especialmente, no que tange aos assentos dos carros, levou o crescimento e a ampliação dos negócios da Lear Corporation. No cenário atual, a empresa domina o mercado mundial de sistemas de assento, de acústicos e de piso, bem como sistemas de distribuição elétrico-eletrônica (RIVERO, 2005):

A partir de La década de 1980, y com más fuerza em La 1990, El diseño y desarrollo de lós interiores recibió mayor atención[...] La diferencia Del asiento de segunda generación respecto a lós de primeira generación esque lãs innovaciones han venido com La utilizacion de lós nuevos materiales (resinas sintéticas, polímeros, magnésio, alumínio), así como El uso cada vez más intensivo de dispositivos elétrico-eletrónicos modernos conceptos de diseño, que valoran multitud de aspectos, como La seguridad del pasajero, La confortabilidad, ergonomia, estética, ligereza, AL igual que El uso de materiales durables y reciclables.

A empresa tem sido a provedora mundial da indústria de automóvel e líder do mercado global de assentos, movimentando, anualmente, mais de 27 milhões de dólares.

Foto nº 23 – Lear Corporation em Goiana.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira.

A presença da Lear no México começou na década de 1990, a partir da entrada do país no tratado de livre comércio da América do Norte (TLCAN)²⁴. A estratégia de expansão da Lear no México é caracterizada pela fragmentação da produção em função dos mercados e por uma divisão internacional do trabalho hierárquica.

A política de expansión y localización de plantas de Lear corresponde al proceso de integración económica y comercial de este país al Tratado de Libre Comercio de América del Norte. Las decisiones de localización de un gran número de plantas de Lear en México son una respuesta a la búsqueda de menores salarios, a la reducción de sus costos de transporte y a las necesidades de sus principales clientes, tales como Daimler-Chrysler, General Motors y Volkswagen, por citar algunas ensambladoras. (Rivero et al. (2005, p.3).

A Lear, enquanto fornecedora da indústria automobilística (Chrysler, VW, GM e Ford), se organiza a partir do abastecimento Just-in-time, cumprindo requisitos de qualidade demandados pelos clientes, exigindo dos seus trabalhadores uma maior qualificação, que tem como principal premissa: a capacidade rápida de resoluções de problemas para atender aos imperativos da flexibilidade.

A Lear, no Brasil, segue a mesma estratégia de ampliação geográfica a partir do fornecimento aos seus principais clientes; as fábricas automotivas. Possui como estratégia a busca de menores salários e a redução com custo do transporte, tanto dos assentos fornecidos quanto em relação à mão de obra, que comumente é recrutada nas proximidades da sua fábrica. Como ocorre com a Fábrica de Betim, em Minas Gerais, Caçapava, em Santa Catarina e Camaçari, Bahia; a Lear, em Goiana Pernambuco, estabeleceu sua planta no parque industrial da Fiat/ Jeep/Chrysler.

O discurso da empresa expressa, pelo menos enquanto justificação, uma preocupação com as comunidades locais, nas quais instala suas empresas. No site da empresa essa perspectiva é ressaltada:

Valorizamos a diversidade e inclusão porque nos faz uma empresa melhor e melhores indivíduos se unindo para formar uma equipe mais forte[...]. Diversidade da força de trabalho implica a valorização de dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, origem nacional, cultural, habilidades, idade, educação, serviço militar e experiências de vida geral[...] Um dos nossos valores é ser um empregador de escolha. Consistente com este, procuramos recrutar, contratar e reter os melhores de cada fundo e comunidade ao redor do mundo. Sabemos que a diversidade faz

²⁴ No México, Lear conta com 38 plantas nos estado de Chihuahua, Coahuila, Guanajuato, Jalisco, estado de México, Nuevo León, Puebla, Sonora y Tamaulipas, así como em la Distrito Federal. (No México, Lear conta com 38 plantas nos estado de Chihuahua, Coahuila, Guanajuato, Jalisco, estado de México, Nuevo León, Puebla, Sonora y Tamaulipas, así como em la Distrito Federal. (Rivero ,2005: 2).

sentido para os negócios, garantindo que temos os melhores talentos disponíveis [...]. Em todos os esforços que se esforçam por excelência, de nossa força de trabalho, parceiros de negócios e apoiar as comunidades em que fazemos negócios. (<http://www.lear.com/>).

Nas nossas visitas de pesquisa, realizadas na fábrica da Fiat, foram revelados o mesmo discurso por parte do entrevistado (Relações Públicas da Fiat), comentando a preocupação da fábrica e das empresas da cadeia produtiva, instaladas em Goiana, em atender algumas demandas locais, tais como a construção de um posto de saúde na cidade; visita das comunidades locais à fábrica, com fornecimento de lanches e a mais divulgada pela empresa e pela imprensa local: o treinamento e recrutamento das mulheres das comunidades pesqueiras, inclusive com o treinamento em uma de suas plantas no México.

Cabe ressaltar que, inicialmente, A LEAR Corporation capacitou trinta e nove mulheres e somente um homem para fábrica de Goiana. O processo de qualificação foi uma parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Trabalho, qualificação e empreendedorismo (STQE) e Secretaria da Mulher (SecMulher - PE); o Município de Goiana, através da agencia de desenvolvimento de Goiana e o SENAI. (GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2013).

Foto nº. 24 – Qualificação das mulheres no quilombo de São Lourenço.



Fonte: Valéria Costa Aldeci de Oliveira (Janeiro, 2015).

As terceirizadas, inclusive a Lear, participam da produção do automóvel por meio de um sistema de co-design e co-location. Desse modo, as empresas parceiras passam a sugerir e

planejar junto com a empresa líder as melhores estratégias de produzir um produto de melhor qualidade. O modelo Just-in-time foi implantado pela Fiat desde 1992 e a americana Lear entrega bancos completos em Betim, Minas Gerais desde esse período (NEVES, 2000).

A empresa fornecedora aumentou o ritmo para atender os requisitos de qualidade e quantidade que, por sua vez, transformaram as relações de trabalho nas empresas reestruturadas. Quando há atrasos e defeitos nos produtos, a montadora ameaça as terceiras, que, por seu turno, exige de sua mão de obra um trabalho extra aos sábados e domingos. Como as trabalhadoras da Lear são, em sua maioria, do sexo feminino, a precariedade do trabalho com recorte de gênero é a marca das desigualdades nas condições de trabalho na cadeia produtiva das indústrias reestruturadas.

A Lear, como já destacado, possui uma mão de obra acentuadamente feminina, atuando na costura dos bancos, visto que a atividade de costura foi tradicionalmente destinada às mulheres como extensão do trabalho doméstico. A máquina de costura foi durante algum tempo símbolo da inserção feminina na modernidade²⁵.

Foto nº. 25 – O Processo de trabalho na Lear.



Fonte: Emília Felipe/JC (2010).

A pesquisa de Mello e Silva et al (2006), abordando as transformações nas relações de trabalho em empresas que já passaram por processos de reestruturação produtiva, aborda um tipo de organização do trabalho “células de produção” em empresas montadora de veículos da região do ABC paulista em uma empresa que confecciona roupas íntimas para o mercado interno e externo, muito semelhante ao estudo de nosso interesse em uma empresa que confecciona capas para assentos de veículos.

As células de produção, entre as mudanças propostas pelos programas da reestruturação produtiva, são formas de organização de trabalho que se propõem a romper com a hierarquização excessiva e incluir a flexibilidade no processo, mas torna-se uma experiência intrigante, como expõe Mello e Silva (2006) “porque combina, em graus variados, coerção e consentimento. Por um lado está o caráter inerentemente antagônico da relação salarial no capitalismo; por outro está o apelo indiferenciado e quase comunal das virtudes sociais do trabalho em grupo”.

Na fábrica sob o molde Taylorista e Fordista já havia uma busca por harmonia na relação entre patrões e empregados aliado ao discurso da necessidade de integração entre interesses divergentes. Entretanto, na prática, a parcelização das tarefas e a burocracia excessiva estabeleciam relações autocráticas e uma gerência vigilante e controladora de todos os “tempos e movimentos” dos operários.

Além do mais, a organização em sindicatos foi se fortalecendo e pondo em questão uma possível harmonia entre classes com tão díspares interesses. Hoje são reativadas as tentativas de obter um compromisso por parte dos trabalhadores através de uma maior democratização nos grupos de trabalho, com o intuito de obter expressamente uma maior qualidade exigida pela competição intercapitalista contemporânea.

Mello e Silva (2006), ao refletir sobre o modo de organização celular, considera que apesar do modelo celular propor uma forma alternativa ao trabalho, na linha de montagem, os dois modelos podem conviver e, em muitas situações, até mesmo se complementarem, principalmente no tocante à qualificação exigida em determinadas funções, mas, também, no controle do tempo e do ritmo impresso na execução de determinadas tarefas com metas de produção a serem perseguidas.

No caso brasileiro, as células de produção não se assemelham aos grupos semi autônomos da experiência Sueca, estando mais próximos da realidade Toyotismo Japonês de linearização da produção, que se caracterizam pela utilização de mecanismos peculiares, tais como o Kanban e o Just-in-time, em que a eliminação do desperdício, qualidade,

possibilidade de produção de mais de um produto, polivalência dos trabalhadores e trabalhadoras e reuniões periódicas para discutir os problemas que entravam a produção.

De acordo com Mello e Silva (2005), como os fabricantes das capas automotivas estabelecem uma estreita relação com a fábrica líder em função de ajustes, designers e tipo de tecidos, é comum que os procedimentos sejam estabelecidos em conjunto, razão pela qual se vê os representantes comerciais das montadoras circulando frequentemente na LEAR para discutir desenhos e pedidos dos produtos, pressionando as células de produção por qualidade e quantidade, dois elementos de difícil conciliação para as costureiras.

Um aspecto importante na composição das células de produção é a exigência de critérios técnicos na composição do grupo. É exigido o saber específico, como na época do trabalho parcelado. Nos achados da pesquisa de Melo e Silva (2005), para as costureiras que experimentaram o modelo taylorista e fordista de produção, e agora estão trabalhando nas células de produção, não há uma mudança significativa. No entanto, como expõe Mello e Silva (2005) “no entanto, isso não quer dizer que a percepção das diferenças entre o sistema individual e o celular não tenha nenhuma repercussão na forma de trabalhar – a diferença, aliás, está exatamente na *forma* e não no *conteúdo* do trabalho”.

Fazer mais de um produto na mesma jornada exige maior esforço, uma qualificação polivalente e um constante mudar de células de produção, porque o novo produto a ser confeccionado não exige a quantidade de trabalhadoras do produto anterior, seja em decorrência de problemas de relacionamento ou entraves na produção, forçando as costureiras há obter uma qualificação não somente técnica, mas de ordem interpessoal. A migração para uma nova célula “que representa igualmente a inserção de um corpo estranho em um grupo já constituído, desorganiza o arranjo social no destino.” (MELLO E SILVA, 2005).

Portanto, o trabalho nas células de produção na fábrica da Lear em Goiana tem exigido das costureiras especialização e a rapidez da fábrica em moldes fordista associada a flexibilidade de atender múltiplas demandas de produtos diferenciados, com uma qualidade superior, a partir das exigências requeridas pela fábrica líder. As mulheres das comunidades pesqueiras de Goiana, ao se inserirem nas indústrias do grupo Jeep/Fiat/Chrysler em Goiana, experimentaram mudanças nas relações de trabalho e na vida familiar, com modificação nas temporalidades tradicionais.

As marisqueiras, na expectativa de melhorar de vida e se inserirem no mercado formal de trabalho, também estão experimentando um amplo processo de descaracterização cultural e da ruptura central do trabalho fabril: vida privada x trabalho.

Diante desse contexto, as seguintes questões ficam em aberto: em que medida o trabalho nas empresas tem promovido uma maior autonomia para as mulheres investigadas dos territórios pesqueiros, mais particularmente no que refere a redução das assimetrias de gênero no âmbito da família e no trabalho?

Por outro lado, as condições de trabalho das marisqueiras são penosas e desgastantes e a inserção qualificada no mercado de trabalho requer uma maior escolarização e qualificação profissional como costureira, possibilitando uma maior autonomia familiar e uma nova identidade profissional, que pode perdurar para além do trabalho na fábrica, inclusive possibilitando o trabalho autônomo, após a experiência na fábrica.

Portanto, por meio da pesquisa com as costureiras da fábrica almeja-se iluminar as experiências contrastantes, sob a ótica de gênero. O estudo centraliza no modo como as mulheres entrevistadas dão sentido e significado a essas experiências de trabalho e de gênero, do ponto de vista objetivo e subjetivo, após o ingresso na fábrica.

Quadro 6 – Temporalidades distintas.

TEMPO NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS	TEMPO NA FÁBRICA
O tempo é ditado pelas necessidades de sobrevivência.	O tempo das mulheres é apropriado pela empresa para a extração da máxima produtividade.
O ritmo de trabalho é imposto pelas estações do ano, pelas marés e pelas tradições seculares (feriados, procissões)	O ritmo de trabalho é imposto pelas máquinas, pela necessidade da produção, pelos líderes e próprias colegas de trabalho nas células.
Tempo de vida de trabalho se confundem	Separação rígida entre tempo de vida e de trabalho.
Tempos excepcionais não subsumem o tempos na família e com amigos,	Tempos excepcionais de trabalho tornam-se regra prejudicando o tempo social.
Possibilidade de tempo livre.	Redução significativa do tempo livre

Quadro 7 - Espacialidades e condições de trabalho.

ESPAÇO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS	ESPAÇO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NA FÁBRICA
Espaço de trabalho nas marés e mangues.	Trabalho em ambiente fechado.
Trabalho sob o sol (por vezes, escaldante)	(Espaço com muitas máquinas e muito quente)

Trabalho executado de modo curvado, em pé e sentada.	Trabalho executado durante todo o dia em pé (com intervalos de dez minutos de manhã e de tarde e duas horas para o almoço
Os rendimentos dependem da venda do produto para os atravessadores. Assistência médica publica.	Trabalho formal com carteira assinada, rendimento certo e assistência médica privada.
Ferve grandes tachos com altas temperaturas.	Executam trabalhos repetitivos de costura.
Ampla liberdade de conversar sobre qualquer assunto com os parentes e as amigas.	Não há espaço para conversas sobre a vida pessoal
Doenças profissionais diversas: problemas ginecológicos graves, dores articulares e problemas de coluna, problemas de pele e acidentes de trabalho.	Doenças profissionais: depressão, fadiga, dores articulares graves, problemas no joelho, LER (lesão por esforço repetitivo)
Trabalho executado de modo livre sem controle e supervisão.	Trabalho controlado pelas gerências e supervisores

3.5 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

A partir do século XIX, e mais precisamente no século XX, as lutas feministas por direitos políticos, sociais, econômicos, inicialmente na França e depois nos Estados Unidos, ampliaram as lutas por uma maior equidade de gênero, sendo o acesso ao mercado de trabalho uma das primeiras reivindicações dos movimentos feministas.

A partir de 1960, a difusão da pílula anticoncepcional e os movimentos feministas e Gays romperam com os pilares que sustentavam a família tradicional, uma vez que rompe com a ideia de articulação indissociável entre concepção e sexualidade e retira a inexorabilidade da natureza sobre a cultura.

Nos últimos tempos, essas mudanças ganham um impulso considerável por uma composição de fatores objetivos, institucionais (acesso ao emprego pelas mulheres, a educação, a participação política) influenciados pelas mudanças nos valores culturais e subjetivos.

No campo das relações de trabalho, as mudanças se dão na esfera das grandes industriais que passam a exigir dos trabalhadores (as) não somente um ritmo frenético, no sentido de obter uma maior quantidade dos produtos, mas uma exigência igualmente reconhecida por qualidade dos serviços e produtos prestados.

Nesse sentido, o trabalho industrial tido como moderno nem sempre se torna garantia de melhores condições de trabalho para as pessoas. Contudo, por outro lado, a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho ainda é vista como um meio de retirá-las do confinamento doméstico e de proporcionar uma maior autonomia financeira, apesar do trabalho fabril ser considerado desgastante, rotineiro e gerar muitos problemas de saúde, como serão analisados no capítulo seguinte, na pesquisa realizada com as operárias.

4. DE UMA VIDA NA MARÉ PARA UMA VIDA OPERÁRIA

4.1 INTRODUÇÃO DO CAPÍTULO

Esse capítulo da tese é reservado à análise das transformações nos territórios pesqueiros sob a ótica de gênero. Apresentamos os resultados da pesquisa realizada nos anos de 2015 e 2016 com operárias da fábrica da LEAR, pertencentes aos territórios pesqueiros de São Lourenço, Tejucupapo e Baldo do Rio. Destacamos que as experiências das operárias se dão em comparação contínua com os modos de vida “nos tempos antigos”, já narrados na primeira sessão. As experiências objetivas e subjetivas do passado e do presente, nas relações de trabalho e no âmbito privado, possibilitam avaliar o escopo das mudanças e as permanências nas desigualdades nas relações de gênero.

Ressalta-se, igualmente, que os contrastes já são evidenciados desde o momento da qualificação profissional, em que novas habilidades e competências são exigidas num contínuo desafio para as mulheres “livres” da maré. Agilidade, controle das emoções, disciplina, espírito de liderança e vocação para punições são valores novos incorporados ao cotidiano dos aprendizes. Na fábrica, a adaptação ao ritmo frenético da produção é a questão central para as operárias, o ajustamento ao ambiente empresarial molda as mulheres a um mundo com valores androcêntricos, traduzidos na rigidez, austeridade e dureza no trato. Por fim, é perceptível que o tempo de trabalho e da vida familiar é cindido após o ingresso como operárias da fábrica e novas formas de luta são estabelecidas pelas operárias que anseiam por reconhecimento no trabalho e no âmbito familiar e melhores condições de vida, através da inserção no mercado formal de trabalho.

4.2 PERFIL DAS OPERÁRIAS ENTREVISTADAS

Entrevistamos onze operárias das fábricas da LEAR e de outras empresas inseridas no grupo JEEP/CHRYSLER/FIAT. Nessa fase, foram garantidos o anonimato das entrevistadas, na medida em que, ao tocar em assuntos delicados envolvendo relações de trabalho na fábrica, poderia comprometer as participantes da pesquisa, razão pela qual foram adotados nomes fictícios. Todas as operárias entrevistadas são moradoras dos territórios pesqueiros de São Lourenço e Tejucupapo e Baldo do rio e estavam, na época da pesquisa, com faixa etária entre 30 e 35 anos. Na sua maioria eram casadas ou viviam com o companheiro; somente duas delas eram separadas e viviam somente com os filhos. As demais tinham em média de um a dois filhos.

Todas as entrevistadas possuíam o segundo grau completo, não haviam negras no grupo pesquisado, apesar de uma dos territórios ser uma comunidade quilombola. As entrevistadas se autodeclaravam pardas. A maioria delas tinham familiares ligados à atividade da pesca (avós, mãe ou pai, irmãos e marido). Todas também tiveram experiência com a atividade na pesca, seja na infância, adolescência ou na fase adulta. Somente duas eram filhas de agricultores e uma, de empregada doméstica.

Resta claro que a fábrica selecionou as mulheres mais jovens e com um nível de escolaridade acima da média da maioria das marisqueiras dos territórios pesqueiros investigados, confirmando a hipótese que um dos fatores de mudança no que se refere ao regime de gênero(do privado para a esfera pública) está relacionada com o aumento da escolaridade das mulheres, o que infelizmente, no caso de Goiana ainda é muito restrito.

A maioria das entrevistadas possuíam outras experiências profissionais: educadora do projeto Paulo Freire, cabeleireira, atendente de loja. Portanto, a maioria eram jovens, com maior escolaridade, com experiências profissionais na pesca e também e outras áreas, em face de um maior acesso a educação. Em todos os relatos o acesso ao transporte escolar pelas gerações mais jovens possibilitou a continuidade dos estudos em Goiana, o que mudou o perfil anterior dos territórios pesqueiros em que predominavam o analfabetismo e a evasão escolar.

As entrevistas foram realizadas nas residências das operárias ante a necessidade de tornar as conversas mais informais e, por decorrência, mais livres. A aproximação se dava por meio de uma filha da líder dos quilombolas, estudante de pedagogia, que nos acompanhava nas entrevistas e tornava o acesso às entrevistadas mais natural, já que muitas delas eram

amigas ou tinham algum grau de parentesco. A conversa fluía paulatinamente. Observamos um discurso racional utilizado pelas operárias que ocupavam cargos de liderança, dificultando, por vezes, a reflexão sobre os reais problemas e dificuldades enfrentados no ambiente de trabalho. Porém, com o desenrolar da entrevista, os discursos, por vezes ensaiados, cediam vez à espontaneidade.

Quadro 9 – Perfil das operárias entrevistadas na pesquisa.

Operárias das comunidades pesqueiras	Idade	Experiência de Trabalho	Vida familiar	Experiência de gênero
1-Elisa	35	Trabalhou como pescadora desde oito anos de idade. Trabalhou na Atlantis. Ingressou na fábrica como costureira, mas não se adaptou e voltou a ser pescadora.	Possui família com onze irmãos envolvida com o trabalho na pesca: pais, irmãos tios e primos.	Casou-se aos 13 anos e ele tinha 16 anos. Com 14 anos foi mãe e do segundo filho aos 17anos. Separou e casei com um homem idoso. A filha não aceita e não fala com ela. O ex marido tornou-se um inimigo
2-Milena	34	Nunca trabalhou na pesca artesanal. Seu primeiro emprego foi na Atlantis. Entrou na fábrica da Lear na segunda chamada. Mas já alcançou o mais alto patamar de supervisora.	Filha única. Sua mãe era empregada doméstica. Não estudou porque não gostava porque sua mãe ofereceu para pagar seus estudos.	Casou-se com um pescador. Tem somente uma filha. Depois do ingresso na fábrica observou que o esposo acha que tem “cantado de galo” e o relacionamento não é de muita cumplicidade. Esta construindo uma casa e seu marido outra

				casa, separadas.
3-Élida	33 anos	Trabalhou como educadora no projeto Paulo Freire por dois anos e depois essa experiência do curso do SENAI. Trabalhou no mercadinho da comunidade.	Os avos eram agricultores no sítio cana Brava e sua mãe era de Limoeiro. Chegou a São Lourenço aos sete anos de idade.	Casada com uma filha. O marido está desempregado e fica triste cabisbaixo porque eu tenho emprego ele não.
4-Cinthia	32 anos	O primeiro emprego foi na Atlantis. Lá eu conheci meu marido. Depois trabalhei de cabeleireira.	Os avos paternos eram pescadores e os maternos eram agricultores. O pai trabalhava na fábrica de cimento e a mãe era dona de casa	Era de Tejucupapo. Casou com vinte anos e veio morar em São Lourenço
5-Mariak	30 anos	Trabalhou no projeto Paulo Freire como educadora e depois entrou na fábrica de capas automotivas.	O pai trabalhava na cana de açúcar e a mãe era pescadora.	É casada tem uma filha e trabalha de madrugada. De manhã tem que deixar sua filha logo cedo na escola, mesmo trabalhando a noite toda. “estava ficando insustentável”
6-Bernardina Tejucupapo- sapore	35 anos	Trabalha no restaurante Sapore- restaurante que serve comida na fábrica.	Os pais eram pescadores. Sua mãe pesca aratu até hoje. Separou do segundo marido e vive em condições miseráveis.	Casada pela segunda vez. Tem um filho e o seu marido brinca que vai trabalhar na senzala
7-Simone- Carne de Vaca	40	Trabalhou de serviços gerais na fábrica de capas	Seus pais, padrasto irmãos e tios são	Foi casada e seu marido a maltratava muito,

		automotivas	pescadores. Sua mãe separou de seu pai e passou muita fome. Seu pai não dava nada. Comeu muito coco com farinha	inclusive com espancamento. Também passou muita fome junto com seus filhos e seu marido não ajudou em nada também, assim como seu pai.
8-Janaína-Baldo do Rio		Sempre foi pescadora. Sua família era de pescadores. Entrou como operária da fábrica, foi costureira e logo em seguida foi demitida. Perdeu os direitos na colônia de pescadores e viajou para São Paulo. Desenraizamento após trabalho na fábrica.	Pertencia a uma família de pescadores artesanal por gerações: pais, avós, tios primos .	Separada do marido com dois filhos, precisou reiniciar a sua atividade profissional como empregada doméstica, uma vez que com pescadora seus direitos foram desconsiderados
9-Edmilsa-São Lourenço		Primeiro emprego de carteira assinada foi na LEAR. Achou o serviço muito puxado e pediu para sair. Sua experiência anterior: dona de casa.	Sua família era tradicionalmente de pescadoras e pescadores.	Casada com dois filhos. Seu marido está terminando uma graduação e trabalha na prefeitura .
10-Jaisa-Gravida-São Lourenço		Trabalhou no projeto Paulo Freire e agora ingressou como costureira na fábrica. Obteve ascensão funcional para líder de produção.	Família tradicional na pesca a várias gerações	Casada com um filho. Seu marido também é operário de uma das fábricas da região
11-Franz	33	Trabalhava de cabeleireira e	O pai era operário da	Casada com duas filhas.

		ingressou como costureira da fábrica.	Gerdau e a mãe dona de casa	
--	--	--	------------------------------------	--

4.3 A QUALIFICAÇÃO DAS MULHERES DA MARÉ EM COSTUREIRAS: EXPECTATIVAS E RESISTÊNCIAS AO TRABALHO FABRIL

4.3.1 O curso de costura: a questão não é só “saber costurar”

Em visitas à fábrica da Fiat, através do grupo de pesquisas e estudos sobre o Trabalho e Políticas Públicas LAEPT-UFPB, os diversos pesquisadores tiveram a oportunidade de conversar com o responsável pelas relações públicas da FIAT, que narrou, por sua vez, a história do início da implantação da Fábrica em Goiana: quando a FIAT chegou ao território de Goiana, foi gerada uma enorme expectativa nas pessoas da região em relação a possibilidade de geração de empregos.

Após a instalação da Fábrica, surgiu um falatório em diversos meios de comunicação, dentre os quais rádio, blogs e nos espaços coletivos da cidade de Goiana, de que a Fiat não estava empregando gente da região e somente havia priorizado os estrangeiros e a mão de obra de fora, de outros estados.

O setor de Relações Públicas da FIAT passou a realizar, então, diversas reuniões com lideranças comunitárias e políticas da cidade. Em uma dessas reuniões, uma das lideranças quilombolas de São Lourenço reivindicou que os cursos de qualificação fossem feitos no território pesqueiro de São Lourenço, distrito de Goiana e não somente na sede da capital. Mais tarde foi possível confirmar a história, posto que essa liderança foi uma de nossas entrevistadas (Dadá de São Lourenço).

Com efeito, os cursos de costura foram levados para o Centro de Treinamento de São Lourenço. A liderança das marisqueiras, porém, ficou insatisfeita com o uso do espaço. Ela nos relatou que o local tinha sido originalmente construído pelas próprias mulheres pescadoras, a partir de um curso de construção civil que participaram. Agora a Prefeitura, arbitrariamente, tinha se apropriado do espaço para os cursos destinados a preencher mão de obra nas indústrias, deixando as pescadoras sem local para promover suas reuniões. Ela, por ocasião da entrevista, enfatizou: “eu mesmo não quero fazer esse curso não, eu quero melhorias para o setor da pesca” (Líder das Marisqueiras).

Apesar dessas contradições e conflitos, os cursos de costura atraíram muitas mulheres dos territórios pesqueiros. As mulheres chegaram ainda de madrugada para garantir um vaga, pois era do conhecimento de todos desses territórios que a empresa LEAR iria contratar muitas das mulheres, logo após concluíssem o curso.

Nas entrevistas, todas falaram de suas expectativas e desejos ao realizar o curso de costura em São Lourenço:

Por ser secretária da associação das marisqueiras eu fui para reunião da FIAT sobre a qualificação profissional. Aí me perguntaram: porque você não se inscreve. Eu tive a sorte de fazer o curso de costura, muitas querem e não consegue. A professora ensinou calção, bonés, saias e depois os bancos dos carros. O pessoal da FIAT vinha observar e ver se a gente era pontual. Teve um dia que um gerente chegou primeiro que a gente. Eles queriam saber se a gente era pontual. (Elisa, São Lourenço, Outubro de 2015)

Depois da realização do curso de costura, Elisa, uma das entrevistadas, disse que conseguiu entrar na fábrica, mas a experiência de trabalho na fábrica se converteu em um choque cultural em decorrência do contraste com a atividade da pesca:

Eu (conversando em lágrimas) saí do meu trabalho na pesca de uma vida para entrar num ninho de cobras. Eu me sentia lá assim: a comida é ruim, um cansaço físico que dá vontade de quebrar a máquina e sair correndo. Apesar da pesca ser muito cansativa, lá na FIAT ainda é pior. Por tudo: pelas pessoas que são líderes, não tem amor pelas pessoas, só se importam com as capas. Até as próprias companheiras são as piores. Eu vi pessoas crescerem comigo aqui na comunidade e se tornarem “carrascas” na fábrica.

Esse pensamento se evidencia naquelas mulheres que não tinham trajetórias profissionais diferentes da atividade pesqueira, mesmo possuindo o segundo grau completo. Esse discurso foi típico de uma marisqueira tradicional que ingressou na fábrica. Toda sua família trabalha com pesca a gerações e, então, a resistência ao trabalho fabril se torna bem acentuada. A pesca se confunde com sua identidade, a sobrevivência nas marés e nos mangues tem tamanha associação com sua vida que não conseguem se apartar dessa atividade sem sofrimentos. Ademais, esperam encontrar no trabalho da fábrica valores aprendidos em toda uma vida, companheirismo e a amizade. Na fábrica, esses sentimentos devem ser banidos em prol da eficiência.

Ao comparar o trabalho da fábrica como o da pesca, a entrevistada enxerga o trabalho na fábrica “como bem pior”. Sabe-se que todo trabalho comporta certos graus de precariedade. Mas o que faz uma pescadora concluir que a precariedade da fábrica consegue superar as agruras do trabalho na pesca?

As pesquisas que associam gênero e trabalho possuíam uma tendência em abordar o trabalho formal como meio de autonomia das mulheres. Numa visão economicista do processo de autonomia, consideravam que bastava o acesso ao emprego para reduzir as iniquidades de gênero. Além dos aspectos materiais, o processo de autonomia feminino tem relações com aspectos subjetivos no circuito das emoções, que no ambiente da fábrica são traduzidos pela fala da pesquisada: “até as próprias companheiras são as piores”.

Uma das entrevistadas, que anteriormente participava ativamente da colônia de pescadores, ao ingressar na fábrica, resistiu ao ritmo frenético da linha de produção, demonstrando uma grande aversão ao trabalho fabril, expresso no seu depoimento:

Na pesca é puxado, sabemos que é puxado porque é debaixo de sol e chuva. Na fábrica você trabalha na sombra, mas saía de 03h00minhs da manhã para pegar o carro as 04h00minhs. Quando eu chegava lá tinha que rapidamente bater o cartão, ir para a máquina costurar e o povo lá não quer saber se você está bem, se sentindo mal, se está com isso e aquilo, não quer. A meta lá você tem que atingir a meta, você tem que costurar, costurar para atingir o ponto que eles querem e na pesca não é assim, simples assim: se eu for pescar e disser: eu não quero tirar marisco não. Eu me sento na canoa e não vai ter ninguém que vai dizer assim: tu tem que trabalhar, eu trabalho se eu quiser e lá não: eu tinha que trabalhar, mesmo se eu não estivesse disposta, mas eu tinha que fazer. As vezes eu fico sem trabalhar, vou apanhar mangas para chupar com minhas amigas. A vida é mais livre (Elisa, São Lourenço, Setembro de 2015).

No trabalho da pesca, o ritmo bate noutro compasso. Trabalho e afetividade são indivisíveis, apesar da dureza imposta pela necessidade, pela natureza (sol, chuva); as relações com parentes e vizinhos não são cindidas pela lógica do lucro.

O costume do trabalho na pesca é incorporado ainda na infância. Trabalho e brincadeira se misturam, e a iniciação se dá sem que o partícipe possa ter clareza do processo. Pesca-se, indubitavelmente, por necessidade, mas também por tradição. São famílias inteiras envolvidas no trabalho da pesca. Das entrevistadas, quem possuía a família tradicionalmente trabalhando na pesca resistia mais aos processos de trabalho e de seleção do trabalho fabril do que as operárias jovens, que nunca trabalharam diretamente na pesca, apesar de terem de algum modo um familiar envolvido com a pesca artesanal.

Nas entrevistas, observamos que as líderes de produção também demonstraram as dificuldades das operárias que possuíam experiência de trabalho com a pesca e uma maior resistência em se adaptar ao ritmo fabril:

Aí o trabalho na fábrica é muito diferente da maré. Aí elas já sentem assim certa dificuldade né? porque tipo a maré é pesca e lá é costura não é. Aí tem umas que dizem assim: eu prefiro está na maré mesmo a está aqui porque na maré eu trabalho

quando eu quiser e aqui eu tenho a obrigação de estar vindo todos os dias trabalhar de sábado a sábado, entendeu? Aí já fica com esse pensamento, não quer ficar lá. É muita diferença de uma pessoa para outra. É totalmente diferente eu pescar e depois ir ara a costura né. Não tem nada haver , aí tem gente que não se acostuma porque já aquele timbre, aquela coisa de estar na pesca ali. Já a costura não, já é diferente. As meninas mais jovens que não são acostumadas na pesca se adaptam mais fácil do que aquelas já eram da pesca, porque é um trabalho mais brusco e não se acostumam de ter aquele compromisso de ficar o dia todo, de ir nos sábados e dias de feriado, entendeu? aí já sente a diferença daí. (Mariak São Lourenço, Outubro de 2016).

No entanto, essa não é a opinião daquelas operárias entrevistadas que se tornaram líderes de produção. Nelas, o discurso do patrão e o ajustamento à cultura empresarial corroboram para que se empreste ao trabalho na fábrica uma conotação positiva. Um das entrevistadas, líder de produção, demonstrou uma adaptação e um linguajar típico do mundo empresarial. Comumente, em várias respostas, usava a expressão “bem satisfatória”, de uma forma tão padronizada de responder as questões formuladas na pesquisa, que até pareciam mera repetição do processo de padronização das capas que costurava na manufatura.

A seleção foi bem satisfatória. Por ter várias pessoas e eu ser uma das contempladas. Saber que a gente estava saindo de uma comunidade humilde, que não acreditava que ia poder chegar numa empresa assim tão grande feito a FIAT . Porque muitas empresas chegam e não dão oportunidade as pessoas do lugar e sim as pessoas de fora né? (Cinthia, São Lourenço, Outubro de 2015).

Das onze entrevistadas, três delas foram fazer o treinamento na fábrica da LEAR no México. Essa experiência tinha por finalidade formar multiplicadores bem treinados para ao voltar à Goiana e conseguir recrutar e treinar mais mulheres para o trabalho na costura.

Fiz a qualificação com o pessoal do SENAI aqui na comunidade e o pessoal da FIAT vivia aqui para ver também a pontualidade, se a gente chegava cedo ao curso. Então teve um dia da seleção que eles trouxeram para cá um banco de couro para a gente costurar. A agulha quebrou e eu fiquei nervosa e o gerente disse: vá para a outra máquina e eles viram que eu estava interessada. Então das quarenta e cinco qualificadas só iam permanecer vinte e somente sete iam para o México e eu fiquei entre as sete selecionadas (Mariak, São Lourenço, Outubro de 2015).

Além da pontualidade, outra entrevistada nos relatou uma das habilidades que os gerentes desejavam nas costureiras: a capacidade de punir. Numa das reuniões entre os gerentes e aprendizes do curso de costura, um dos administradores fez a seguinte pergunta: se um dos seus filhos faz uma coisa errada, qual a sua atitude? Uma das aprendizes respondeu: “*castigava para que ele se educasse*”, e aí todas perceberam a satisfação do gerente diante da

resposta da aprendiz. Nesse exato momento, a nossa entrevistada descobriu que a habilidade de punir era desejável para conseguir a vaga tão desejada na fábrica.

4.3.2 A viagem ao México

Segundo as entrevistadas, líderes de produção, a fábrica de capas automotivas no México é a matriz mundial da multinacional LEAR Corporation, sendo uma referência na produção, agilidade e tecnologia na fabricação de capas automotivas.

Quando a notícia se espalhou, no pequeno povoado de São Lourenço, de que as mulheres iriam fazer treinamento no México, não causou, de início, boa impressão na população local. As famílias e os vizinhos, em geral, não acreditavam que uma oportunidade dessas pudesse chegar a uma comunidade tão simples. Por motivos óbvios, as desconfianças pairavam no ar. É que, na época, estava sendo muito divulgado o tráfico de mulheres através de uma telenovela brasileira. Um das entrevistadas candidata a viajar pela empresa, chegou a questionar ao gerente da LEAR: você é tipo aquele Russo da novela (personagem da novela que traficava as mulheres) e o gerente respondeu de modo muito sério: você acha que eu seria? Enfim, mesmo em meio a desconfiança geral da comunidade que essa viagem poderia derivar para uma situação desastrosa ou para o tráfico de mulheres, segundo Mariak (2015) “O pessoal da comunidade dizia que a gente ia ser traficada e que o avião ia cair, mas deu tudo certo”. Três das entrevistadas foram para o México e cada uma relatou as diversas experiências que adquiriram no exterior.

De início, cabe ressaltar o forte impacto simbólico dessa viagem para as costureiras que foram treinadas no México. Somente a oportunidade de viajar para o exterior, situação considerada quase impossível diante das condições de vida dos territórios pobres e pesqueiros, transformou-se numa ferramenta poderosa de cooptação das aprendizes ao discurso empresarial.

Mas aquele encanto inicial, em viajar para o exterior, se desfez, em parte, para uma das entrevistadas, ao se deparar com uma imensa fábrica hostil. O ritmo da produção era avassalador e ela tinha que aprender ali mesmo. Não tinha espaço para que as aprendizes se habituassem paulatinamente ao ritmo frenético das máquinas de costura. O mestre era a produção. As novatas tinham que disputar espaço com os funcionários da matriz, também

ansiosos e ávidos por alcançarem suas metas. Uma das entrevistadas descreveu as dificuldades que experimentou no treinamento realizado na fábrica de capas automotivas no México:

Lá no México a fábrica era muito maior do que a daqui e eu encontrei dificuldade porque a gente tinha que aprender na produção mesmo e alguns funcionários não queriam deixar a gente aprender porque atrapalhava a produção. O gerente ia pegar a gente bem cedo no hotel, mas lá na fábrica não tinha máquina para a gente aprender (MARIK, 2015).

Mariak nos relatou que, em muitas ocasiões, fingia que não estava entendendo o espanhol dos hosts funcionários para ver se aprendia um pouco do serviço, concorrendo, ao mesmo tempo, com a máquina, com funcionários, com o medo e com a insegurança de perder a oportunidade de “vencer na vida”.

Já para Cinthia, a experiência no México “foi uma coisa assim, bem satisfatória”. “Bem satisfatório o que eu pude agarrar da experiência deles. Eles ajudaram bastante”. A retórica típica do meio empresarial impregnou do discurso da líder de produção. Na sua visão era uma oportunidade única. Em toda sua entrevista enfatizou a importância de sair de uma comunidade humilde e ter essa experiência de aprendizado no exterior:

Saber que a gente estava saindo de uma comunidade humilde, que não acreditava que ia poder chegar uma empresa assim tão grande feito a FIAT e ia dar oportunidade a gente. Por ter várias pessoas e a gente ser uma das contempladas. Tinham sessenta pessoas, dessas sessenta foram selecionadas quarenta e sete pessoas e somente doze foram selecionadas e somente sete para fazer o curso no México (Cinthia, São Lourenço, outubro de 2015).

As sete costureiras selecionadas se sentiram com uma responsabilidade muito grande ao retornarem do México. A elas cabia a tarefa de repassar todo o conhecimento e experiência adquirida no exterior, exercendo a função de multiplicadoras de uma técnica específica de produzir além de se tornarem multiplicadoras de uma “cultura organizacional”. Cinthia não encontrou dificuldades no México, como algumas de suas colegas:

Porque teve células lá no México que as meninas chegaram e não tiveram oportunidade de pegar na máquina. Já na minha célula não, encontrei pessoas bem receptivas e amigáveis. Bem satisfatório, pude agarrar a experiência deles, eles ajudaram bastante (Cinthia, São Lourenço, outubro de 2015).

Nesse momento da entrevista, o termo “satisfatório” era repetido quase como um mantra pela líder de produção. Satisfatório servia como resposta para quase todas as perguntas elaboradas. O discurso destituído de conflitos, de problemas, evidenciou os rebatimentos de

uma experiência inusitada, como essa viagem ao México, no repertório simbólico da entrevistada. Gratidão é a palavra que melhor expressa todo o sentimento da ex-cabeleireira de uma comunidade pesqueira.

Na maioria das entrevistadas, líderes de produção que foram ao México, o sentimento de crescimento pessoal e profissional suplantava qualquer realidade dura encontrada no treinamento na fábrica do México. Apesar dos relatos de dificuldades encontradas, seja em decorrência da língua ou da dinâmica de aprendizado no ritmo de uma produção real, um sentimento de orgulho predominava entre as pesquisadas que viajaram ao México.

Porém, é preciso lembrar o contexto que estão inseridas. Até final do século passado, por volta de 1990, não havia transporte regular nesses povoados, a educação se limitava ao ensino primário e haviam poucas oportunidades para os jovens desses territórios. Diante desse cenário, é possível entender o porquê de algumas mulheres dos territórios pesqueiros se sentirem orgulhosas de terem participado da qualificação profissional no México. Além dessa qualificação, o grupo selecionado pela empresa faz parte de uma minoria de mulheres que concluíram o segundo grau e, segundo as entrevistadas, tiveram a oportunidade de cursar uma graduação a distância de gestão da produção, custeada, em parte, pela empresa.

Quem imaginava que a gente ia chegar a se profissionalizar e ir para um país distante, uma coisa que a gente nem imaginava. Hoje a minha vida é completamente diferente. Hoje eu posso dizer: eu sei e antes a gente se recolhia. Hoje eu estou fazendo uma faculdade e quem imaginava que a gente ia fazer e hoje estamos tendo oportunidade por conta desse trabalho. Eu me sinto assim orgulhosa porque estou tendo oportunidade (Cinthia, São Lourenço, outubro de 2015).

A graduação é absolutamente voltada para os interesses da empresa e muitas delas sentiram dificuldade em conciliar, trabalho remunerado, trabalho doméstico e ainda atividades da graduação à distância. Mas, de qualquer forma, para as mulheres entrevistadas essa foi uma oportunidade na qual nunca pensaram em ter acesso.

As líderes de produção que estavam fazendo faculdade à distância relataram as dificuldades de trabalhar o dia inteiro e depois ter que cuidar dos filhos, da casa e ainda ter fôlego para estudar. Muitas vezes *“dormíamos ali mesmo nos livros sem forças”*. Depois ficamos sabendo que nenhuma das líderes que ingressaram no curso superior à distância de gestão da produção deram continuidade aos estudos, devido a exaustão física, depois de uma jornada de trabalho na fábrica.

4.3.3 O temido teste do Parafuso

A vida industrial requer agilidade. Você a possui ou não. Não há meio termo. Aliás, não importa muito outras habilidades se não possui essa destreza fundamental. A operária pode aprender a costurar, pode ser pontual, disciplinada, amável, servil. Mas se não tem agilidade, vedam-lhe seu ingresso na fábrica. O sonho de entrar na fábrica para costurar os bancos dos carros é permeado por emoções distintas: esperança, medo e desejo de melhorar de vida.

Em primeiro lugar, ressalte-se o esforço das marisqueiras que nunca tiveram contato com máquina de costura. Habitadas a pescar mariscos e ostras na maré, no ritmo que a natureza lhes impõe, agora se veem premidas pela exigência de travar seu primeiro contato com aquela máquina a um ritmo frenético.

Mas não basta aprender a costurar. Depois de toda a trajetória do curso, da seleção, dos olhares inexpugnáveis dos instrutores e supervisores da fábrica, é preciso observar também outros aspectos, tais como pontualidade, disciplina, interesse e perfil de liderança. Como se isso não bastasse, e já na iminência de ingressar no tão sonhado posto de trabalho, mesmo cumprindo os requisitos para a entrevista, eis que chega a hora do famigerado teste do parafuso. O teste do parafuso não é irrelevante, não há possibilidade de permanecer na empresa se não passar por ele. Segundo uma das entrevistadas, o teste consiste em:

Primeiro fazia o teste do parafuso. Muita gente não passa. São dez parafusos grandes e dez rosquinhas aí tem de grande a pequeno aí tem que tirar as dez rosquinhas com as duas mãos bota as rosquinhas no lugar que tirou, já para não confundir, porque depois você vem colocando tudinho de novo. Aí eles testam a agilidade da pessoa. Aí são seis minutos, tem gente que ultrapassa aí eles dizem essa pessoa já não dá porque já ultrapassou os minutos. Esse teste é decisivo. Tudo depende dele. Se você passar na entrevista e na costura e não passar nele você não fica. Tem que ter agilidade” (Janaina, São Lourenço, outubro de 2016).

Segundo uma das entrevistadas, nessa hora suprema do teste do parafuso, passa tudo pela cabeça das pretendentes ao cargo e “os dedos às vezes paralisam, as porcas caem, o nervosismo invade e aí a pessoa não consegue”:

É que na fábrica precisa de agilidade né e se a pessoa não consegue é porque é lenta né então não deve ficar mesmo na fábrica. Lá no início você vai mais devagar mais depois tem que engatar e ir se embora cada vez mais rápido e se a pessoa já demonstra que é lenta demais, não vai dar certo né (Janaina, São Lourenço, outubro de 2016).

As entrevistadas relatam a alegria e a decepção daquelas que passam ou são reprovadas. Em instantes, se vai do céu ao purgatório: “Não adianta choramingar. Tinha uma

amiga que estava precisando mesmo. “Eu levei ela, passou em tudo e, quando fez o teste do parafuso, não passou. Não pude fazer nada. (Janaina, São Lourenço, Outubro de 2016).

O ritmo é o determinante central do processo de adaptação ou de resistência ao trabalho de costureira fabril. No caso das mulheres entrevistadas, o ritmo intenso de trabalho deve se estender às outras atribuições no espaço privado: cuidado com os filhos, afazeres domésticos. A adaptação ou não a esse processo de mudança nas relações de trabalho e gênero é algo complexo e requer análise da cultura, valores familiares. (THOMPSON, 1998 P.288).

Para Franz, o teste do parafuso foi um dos entraves ao seu ingresso na fábrica. A primeira seleção que fez foi reprovada. Tentou uma segunda vez, ainda mais nervosa do que antes, novamente foi reprovada. Somente na terceira vez que tentou ingressar na fábrica conseguiu passar no famigerado teste do Parafuso. Ela nos falou do que sentiu no momento: “Meu Deus eu não vejo muito sentido nesse teste do Parafuso A gente aprende a costurar e eles não fazem nenhum teste com costura”.

Leva um tempo até as mulheres das comunidades tradicionais entenderem a lógica da atividade capitalista. O teste do parafuso pode ser pensado como um simulacro de um rito de passagem contemporâneo.

Nos processos seletivos da área de Recursos Humanos, os testes exigidos, as habilidades valorizadas, expressam, de forma contundente, a cultura da organização, assim como parte dos valores sociais mais amplos do capitalismo. No caso da fábrica de confecção de bancos automotivos, o teste do Parafuso comunica os requisitos necessários para participar do grupo empresarial, cujo significado se constitui de um momento de comunicação dos valores da fábrica para as costureiras.

Questionamos uma das líderes sobre a importância desse teste e se não haveria possibilidade de ingressar mesmo se for reprovada. Na mesma hora a entrevistada, líder de produção, saiu em defesa dos valores organizacionais “Não, o teste serve para saber da agilidade da pessoa”. Então se a pessoa é lenta não dá mesmo porque na fábrica tem que apertar o pé e ir se embora. Não dá para ser aquela pessoa lenta. Tem gente que é lento por natureza, sabe? (Janaina, São Lourenço, Outubro de 2016).

Após o exaustivo processo seletivo, ainda há um etapa de teste psicotécnico a ser ultrapassada, chegando-se, por fim, ao teste das habilidades com as costura. Essa fase reveste-se de grande importância, posto que há concorrentes que conseguem passar todas as etapas, porém, na hora do treinamento com costura, não demonstram a menor agilidade na consecução de tarefas básicas:

Antes a gente fazia os testes com o tecido só reto. É para a coordenação motora. Aí dava para eles ir treinando. Aí a gente ficava avaliando se a pessoa tem uma coordenação motora boa. Você acredita que eu peguei uma que ela não conseguia fazer uma reta de jeito nenhum. Mesmo riscado ela não conseguia de jeito nenhum. Era dela. Ela ia para o outro lado. A gente pegava na mão dela. Ela era desatenta, ela se desembestava. Tem gente que passa no teste de parafuso, mas quando chega ao teste de costura não dá, entendeu. Passa no parafuso e na entrevista, mas quando chega à parte da costura e do treinamento, por que não pode pagar uma pessoa e jogar na produção sem saber de nada. A gente tem que dar um treinamento, tem que mostrar a máquina, passagem de linha, autoinspeção tudo a gente tem explicar tudo né. Tem pessoas que desenvolve rápido, mas essa pessoa ela não desenvolveu de jeito nenhum. Ela era da minha equipe, então já não fica.

Toda a seleção na fábrica pode ser considerada o início do processo de ajustamento das trabalhadoras ao ritmo da produção, aos valores e, por que não dizer, à cultura organizacional. A adaptação ou a reação já é evidenciada, por vezes, desde princípio no processo de seleção das funcionárias.

4.3.4 A DISCIPLINA NECESSÁRIA NA FÁBRICA: AJUSTAMENTO DA SUBJETIVIDADE A CULTURA DO TRABALHO FABRIL.

As experiências das mulheres revelam a necessidade de uma mudança pessoal para o ajustamento à cultura organizacional. Desde o momento da qualificação profissional, os valores empresariais são repassados de diferentes modos: os rituais de passagem, no processo de seleção e qualificação. Ademais, no cotidiano da empresa, especialmente no relacionamento com os gerentes, vão se configurando quais tipos de comportamentos, reações e emoções são aceitáveis no ambiente produtivo e quais condutas, por outro lado, devem ser tolhidas.

Fazendo o paralelo com o trabalho na pesca, em que as relações sociais, no processo de trabalho, se dão sem cisões entre as relações afetivas e de parentesco. Famílias inteiras participam da pescaria, principalmente mulheres e seus filhos, irmãs, primas, tias, pais e mães. Por ocasião da pesca, muitos assuntos são levantados: problemas conjugais, da criação dos filhos, planejamento de festas e casamentos, lembranças do passado, relatos dos antepassados, modos de trabalhar dos avós e bisavós, lendas da comunidade (como a lenda que os holandeses enterraram tesouros por todo povoado de São Lourenço, contada de geração em geração). Vê-se, destarte, que a vida emocional permeia o trabalho. Família, amor, ódios, conflitos e desejos se misturam ao trabalho, num amálgama sem limites definidos.

Thompson (1998, p. 300) analisando a disciplina na sociedade capitalista ainda nos seus primórdios evidencia que sociedades industriais maduras de todos os tipos são marcadas pela administração do tempo e por uma clara demarcação entre o “trabalho” e a “vida”. A fábrica não é um lugar propício para os afetos. A racionalidade instrumental se impõe aos que nela ingressam. Uma das mulheres, líder de produção, ao ser questionada se possuía o perfil exigido pela empresa, nos fez o seguinte relato:

Então , no início, para ser sincera, logo naquela entrevista coletiva eu não tinha esse perfil. Hoje eu já tenho esse perfil, por que aprendi muita coisa depois que eu entrei sabe. Até com o nosso grupo pequeno da sete, que foram para o México eu aprendi muito coisa depois que entrei sabe? Hoje eu tenho esse perfil, no início eu não tinha, mas eu não queria demonstrar fraqueza. Eu era uma pessoa assim, frágil, se a pessoa brigasse comigo, daqui a pouco estava chorando. E hoje não, eu amadureci e depois quem me ajudou muito foi a analista de RH que dizia assim: vocês são muito inocentes, vocês precisam ter não a malícia do mal, mas um jogo de cintura. No mundo empresarial, tem que lidar com muitas pessoas de diferentes índoles, não é para agir como criança. O mundo empresarial é diferente, eu queria agir como faço em casa, só que é diferente, né?. Meu chefe, por exemplo, ele cobra bastante, eu ficava muito nervosa, quando ele falava que eu estava fazendo errado, minha vontade era de chorar e, muitas vezes, quando ele saía, eu chorava. Eu não tinha base para suportar aquilo. Hoje normal, quando ele vem cobrar, eu digo certo ok tudo bem (Élida, São Lourenço, Outubro de 2015).

Porém Élida, ao mesmo tempo em que revela como foi o seu processo de ajustamento a um perfil emocional exigido pelo “mundo empresarial”, conta-nos como uma colega não suportou a pressão dos gerentes:

Tem pessoas que dizem assim: é muito difícil, eu não vou ficar aqui por muito tempo e teve uma pessoa que foi demitida porque teve problemas de depressão. Ela era ótima costureira e foi indicada para líder e depois não suportou. Chegava em casa chorando, muito preocupada em bater a meta e tal. Chegava em casa e começava a chorar [...] Quando ela ficava muito preocupada seu couro cabeludo começava a descamar e ela não aguentou a responsabilidade na mão dela. Por que a produção para quem nunca trabalhou é difícil porque você tem que lidar com pessoas para fazer entregar aquilo que estão pedindo. Mas não é impossível. Mas tem que ser essa pessoa com garra e não se entristecer com qualquer coisa. Eles queriam esse perfil e depois eu vim entender o que eles buscam, o que eles querem (Élida, São Lourenço, Outubro de 2015).

Segundo relato das entrevistadas, na fábrica das capas automotivas, a hierarquia é composta pelo diretor geral, ao qual não se tem acesso, pelos gerentes de produção, todos do sexo masculino, aos quais as operárias estão submetidas hierarquicamente, pelas líderes de produção, que são costureiras que se destacam por sua capacidade de executar o serviço, mas, sobretudo, pelo o seu comprometimento com as metas da produção e sua habilidade em lidar com as pessoas e que tem a função de fazer as células de produção - formada por grupos de

costureiras - , baterem a meta estipulada pela cúpula empresarial. A meta, sempre crescente, vai sendo elevada até ao máximo da capacidade física das costureiras, dando ensejo a doenças físicas e mentais:

O ritmo de trabalho sempre crescente faz muitas costureiras se sentirem tristes, ficam em casa sem dormir, chorando pelas dificuldades na fábrica. Adoecem do punho, dos joelhos e dos ombros, necessitando de cirurgias já no oitavo mês de ingresso na fábrica. Tem muitas costureiras que saem da fábrica sem poder segurar uma colher ou uma xícara (Franz, São Lourenço, Janeiro de 2016).

O ritmo intenso na fábrica suga a força de trabalho das costureiras em um curto espaço de tempo e logo começa aparecer uma questão combatida na fábrica: o absenteísmo. Os gerentes lutam diuturnamente contra esse inimigo inevitável: a exaustão das costureiras. Segundo as líderes de produção entrevistadas, uma grande quantidade de costureiras colocam atestados médicos decorrente das dores na cabeça. E todo o trabalho acumulado, para o cumprimento das metas de produção, deve ser realizado, forçosamente, pelas líderes de produção.

Tem muita gente que sabia que ia trabalhar o tempo todo em pé e fica reclamando e colocam muito atestado de dor de cabeça e aí a supervisora vem reclamar. Foram mais de cem atestados de dor de cabeça. Teve umas marisqueiras que não aguentaram trabalhar o tempo todo em pé. (Mariak São Lourenço, Outubro de 2016)

A fábrica de capas automotivas possui quatro células de trabalho. Cada setor é responsável por uma parte do banco. O FOM é o setor responsável pela espuma; o JIT pela montagem do banco e a colocação das ferragens; O CORTE é responsável pelo corte e pela modelagem; por fim, o TRIM, pela costura do banco.

Quadro 10 - Processo de Trabalho da LEAR.

CORTE	FOM	TRIM	JIT
Corte da capa e modelagem	Espuma do banco	Costura do Banco	Montagem do banco e ferragens

Quando chamam uma costureira para líder de célula, de imediato lhe assalta a sensação de “poder”. É o canto da sereia da fábrica a lhe seduzir. A noção de reconhecimento profissional e de ascensão funcional levaram as entrevistadas a se sentirem mais valorizadas no contexto institucional da fábrica.

As experiências das líderes de produção são reveladoras das formas de exploração inconscientemente levadas a efeito por elas. Trabalham por duas, às vezes por três pessoas, sempre com a responsabilidade de entregar os produtos de acordo com as metas estabelecidas.

Aliás, outros estudos (Druck (1999) Mello Silva (2006; Leite (2003)) sobre o impacto dos novos processos gerenciais, no contexto de reestruturação produtiva das grandes indústrias montadoras de automóveis e as empresas da cadeia a ela associadas, já identificavam que as ditas inovações de um suposto trabalho mais democrático, nas células de produção, não se confirmavam nas fábricas estudadas e, portanto, mesclavam-se os modelos tradicionais taylorizados/Fordista (com uma rígida divisão do trabalho na esteira de produção) com o método toyotista, que nos anos 1990 parecia revolucionário das formas arcaicas de hierarquia e subordinação totalitária das fábricas herdadas do passado.

Nos estudos de Mello Silva (2006) o autor pondera que o taylorismo e o toyotismo pareciam ser modelos mutuamente excludentes: produção rígida versus produção flexível [...]. A observação dos casos concretos mostrou antes a complementaridade desses princípios dicotômicos.

Nossos estudos com operárias da fábrica de capas automotivas confirma essa complementaridade. A rigidez da linha de produção e a divisão das tarefas, com uma extrema parcelização do trabalho, são idênticas às fábricas tayloristas de outrora. Contudo, a proposta das células de produção, com reuniões contínuas para a melhoria dos processos organizacionais, o Just in time articulados numa grande cadeia produtiva junto à montadora de veículos, sinalizam para intensificação do trabalho por meio dos processos produtivos gestados na reestruturação produtiva ocorrida nas grandes montadoras nas décadas 1980 e 1990, quais sejam: células de trabalho, qualidade contínua e flexibilidade da mão de obra para atender pedidos diversificados da empresa líder a tempo e a hora, com intensificação e precariedade do trabalho, principalmente o trabalho de costureira, majoritariamente ocupado pelas mulheres pobres das regiões pesqueiras.

Nas células de trabalho da fábrica pesquisada, segundo as entrevistas com operárias da fábrica, não há indícios de uma maior democratização das relações de trabalho. As costureiras são “motivadas” pela líder de produção a alcançar as metas determinadas pela gerência. Percebe-se que o objetivo coletivo do grupo acarreta uma cobrança mútua entre as colegas de trabalho, gerando em muitas ocasiões conflitos nas relações de trabalho. Como exemplifica uma das informantes:

Por que a gente trabalha com pessoas e nem todo mundo é igual. As vezes uma colega está demorando a passar peças para outra. A outra fica com raiva por que ela fala ríspida e aí ficam sem se falar. Aí eu tento explicar que não pode ficar sem se falar, porque o trabalho exige que se falem. Tem células que está com treze pessoas e o número mínimo de uma célula é de vinte pessoas. Aí eu estou sempre incentivando elas (Cinthia, São Lourenço, outubro de 2015).

Quando a célula está sem a capacidade mínima de funcionamento, a líder de produção se desdobra para atingir a meta, enfrentando os conflitos entre as operárias e tentando mostrar, segundo Cinthia, que elas são como “uma pedra preciosa para a gente, porque se não fosse elas como era que a gente ia dar produção”.

As características da organização produtiva, associada às células de produção, relacionam-se com a “produção enxuta”, que se baseia na preocupação em evitar os desperdícios, na ênfase nas sugestões de melhoria e nas reuniões periódicas das células (Mello, 2006).

Entre as líderes investigadas, todas se referem às reuniões diárias com os gerentes para a melhoria dos processos. Nessas reuniões, algumas pautas eram recorrentes: por que não foi alcançada a meta, quais os “gargalos” e pessoas que estão travando a produção. E como se não bastasse, há uma insistente pressão dos gerentes para as líderes de produção resolverem os problemas evidenciados.

Segundo Mariak, ela trabalha também de costureira:

Eu sou líder de célula, mas eu trabalho igual a uma costureira. Quando uma ou duas costureiras faltam, eu tenho que fazer o trabalho por elas. Ganhamos 840 reais e o plano de saúde da UNIMED, somente isso. Só podemos ter benefícios com a autorização da FIAT, então só temos isso. Só tiramos dez dias de férias e no final do ano mais quinze dias de férias (Mariak São Lourenço, Outubro de 2016).

Para Mariak, líder de produção, a dificuldade da função está em bater as metas estabelecidas pela gerencia. As metas não são estáticas e quanto mais a equipe se esforça para atingi-las mais a direção da empresa exige um novo patamar a ser atingido, numa espiral sem fim. Como exemplifica em sua fala:

Lá é muita pressão, tem que bater a meta. Teve gente que não aguentou a pressão. Quando a gente não bate a meta aí tem reunião e pressão. A meta foi aumentando de 70 capas e agora temos que fazer 170 capas ao dia com a mesma quantidade de pessoas e se eu faço 130, o supervisor vem logo saber o que aconteceu, se eu estou precisando de ajuda. Aí quando falta uma pessoa, eu tenho que fazer por ela, mas quando faltam três pessoas, eu tenho que dar conta da meta e, as vezes, eu chego com a cabeça cheia (Mariak São Lourenço, Outubro de 2016).

Outra entrevistada, líder de produção também, assumiu o discurso empresarial e o papel típico da liderança na empresa capitalista: proporcionar motivação e estímulo à mão de obra para potencializar a produção e os lucros:

A gente tem a nossa meta e incentivar a nossa equipe e tem que mostrar a nossa equipe que temos metas a cumprir. Aí estamos sempre incentivamos eles. Porque trabalhar com pessoas nem todo mundo pensa igual. Tem problemas que a gente tem que respirar fundo e tentar inimizizar a situação. Tentar incentivar eles: mostrar que ali é o emprego da gente, da comunidade, mostrar que muitos queriam ter o privilégio de estar ali e não conseguiram (Cinthia, São Lourenço, outubro de 2015).

Todo o esforço da líder de produção em motivar seus funcionários não colide com os interesses da empresa, muito pelo contrário, sua postura, entre as entrevistadas, foi uma das mais ajustadas às necessidades empresariais, qual seja; expropriar o máximo da força de trabalho das costureiras, demonstrando que o emprego na fábrica é sinônimo de progresso, de desenvolvimento para uma comunidade pobre e pesqueira.

Aliás, segundo Thompson (1998, p:300), nos primórdios do processo de desenvolvimento capitalista, e nas sociedades maduras, a disciplina da força de trabalho e o ajustamento das sociedades rurais visa disciplinar o tempo dos trabalhadores(as) para obter um “mundo em desenvolvimento”. Thompson (1998P. 301) expõe de modo pertinente:

O que precisa ser dito não é que um modo de vida seja melhor do que o outro, mas que esse é um ponto de conflito de enorme alcance; que o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência a exploração; e os valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos. Os engenheiros ocidentais do crescimento parecem totalmente presunçosos a respeito das dívidas de formação de caráter que trazem nas mãos para seus irmãos atrasados.

Todo o esforço da LEAR no território de Goiana é formar uma mão de obra adaptada ao ritmo fabril. É preciso despojar-se da cadencia da pesca e penetrar no ritmo da máquina. Não é mero aprendizado técnico, é uma transformação no corpo e na alma. A lógica do processo de trabalho na Indústria segue o rumo das transformações culturais, nos modos de agir, sentir e pensar das mulheres de uma comunidade pesqueira. É imperioso que elas se adaptem ao ritmo e as ordens constantes. Como enfatizou Weil (1979, P. 65)

Dois fatores condicionam esta escravidão: a rapidez e as ordens. A rapidez: para alcançá-la, é preciso repetir movimento atrás de movimento, numa cadência que, por ser mais rápida que o pensamento, impede o livre curso da reflexão e até o devaneio. Chegando-se em frente da máquina, é preciso matar a alma, oito horas por dia, pensamentos, sentimentos, tudo.

Pela liderança das próprias companheiras de comunidade, líderes de produção, vêm-se as mudanças desejadas acontecerem. Elas são tragadas por esse modo de pensar diferente: “no mundo empresarial não pode haver choro e nem “ranger dos dentes”. Todas as costureiras tem uma meta a cumprir”.

4.5 OS SENTIDOS SOBRE AS MUDANÇAS EM RELAÇÃO AO ESPAÇO E AO TEMPO NA VIDA FAMILIAR, NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E NAS RELAÇÕES COMUNITÁRIAS.

As relações de gênero e de trabalho nas comunidades pesqueiras de Goiana, até meados dos anos 1960, eram marcadas por espaços de uma complementaridade hierárquica entre os homens e mulheres. Se, por um lado, as mulheres participavam ativamente do trabalho na pesca, no plantio das lavouras de subsistência e do trabalho nas casas de farinha em companhia dos homens, com o intuito de prover a subsistência; por outro lado, o trabalho doméstico e o cuidado dos numerosos filhos ficavam a cargo exclusivamente da mulher.

Como detalhamos, na primeira sessão, a tradição nas relações de gênero se dava pela total exclusão de projetos individuais no âmbito familiar. Uma vez que os casamentos se davam logo cedo aos treze, quatorze e quinze anos de idade, as mulheres não possuíam projetos pessoais de desenvolvimento de uma carreira, por exemplo.

O espaço da comunidade era o horizonte dos jovens. Por isso, é muito comum, nas comunidades pesqueiras investigadas, os filhos e netos casarem e construírem suas casas próximas à casa dos pais, ou no próprio terreno familiar.

Aliás, nos chamou muita atenção o valor e a centralidade que tinha a construção de uma casa para a maioria das entrevistadas. Um das entrevistadas, grávida e que já tinha um filho, e que chegou no posição de líder de produção, nos relatou que o objetivo dela ao entrar na empresa era construir sua casa própria. E tão logo concretizasse esse sonho, iria pedir demissão para se tornar dona de casa. O seu companheiro sempre a incentivou a trabalhar e não concordava com essa decisão. Apesar do apoio incondicional do seu companheiro em permanecer na fábrica, sua decisão era irredutível.

Perscrutando a entrevistada, desejávamos entender o que significava a construção dessa casa, uma vez que percebemos que a necessidade dela se estendia além de um objetivo puramente material e tinha um sentido simbólico:

Eu sempre fui mais de estar em casa na tranquilidade. Meu intuito de trabalhar mesmo era ter minha casa própria. Eu entrei mesmo com esse intuito. Eu quero educar meus filhos do meu jeito. Agora meu marido me sustenta. Quero ficar na tranquilidade da minha casa. Minha casa é tudo para mim. Eu sempre disse na empresa, que eu só queria construir minha casa e pronto. Eles perguntavam se eu não tinha desejo de crescer profissionalmente e eu respondia que sim, mas minha vontade mesmo era de construir minha casa e pronto. Minha casa significa segurança e tranquilidade para os meus filhos e para mim. Agora o salário do meu marido dá para a gente. Ele não quer que eu saia não, mas eu já decidi, eu vou sair (Jaísa, São Lourenço, Outubro de 2016).

A casa, na família de uma das entrevistadas, também indica conflitos decorrentes do ingresso da mulher na fábrica.

No caso de Milena, casou-se ainda na adolescência e o seu marido exerce a atividade de pescador. Quando ingressou na fábrica da LEAR, não tinha de início muito talento para a costura, mas chegou a líder de produção, por desenvolver um dos pontos mais complicados, chegando ao último estágio de encarregada na empresa. O seu marido é pescador e costuma expressar que ela, ao entrar na empresa, passou a “cantar de galo” e demonstrar certa frieza no trato. No seu caso, ela mora numa casa que herdou de sua mãe, e pensando em investir o seu dinheiro e, portanto, resolveu construir uma casa de primeiro andar no terreno da sua avó, na comunidade de São Lourenço. O seu marido, por sua vez, por inveja ou despeito, resolveu construir outra casa também de primeiro andar em um terreno distante e desvalorizado. Percebe-se, assim, que os projetos individuais dos cônjuges não convergem harmonicamente, ao contrário. O ingresso da Milena na fábrica provocou uma tensão dos projetos tradicionais de uma vida conjugal em comum.

O espaço da casa, central na constituição da identidade feminina em comunidades tradicionais e pesqueiras, não foi abandonado enquanto projeto de vida, mesmo no contexto de modernização capitalista. O desejo de realização profissional e pessoal ainda faz parte dos projetos de algumas das recém operárias.

As entrevistadas nos relatam que na comunidade pesqueira é comum as “moças” não almejem o trabalho fora do âmbito familiar. Uma delas nos relatou que o seus pais e tios incentivaram ela a parar de estudar e trabalhar de modo enfático: “pare de estudar e de trabalhar, agora é arranjar um marido para te sustentar”.

Então mesmo que seus companheiros incentivem a trabalhar e estudar, suas tradições familiares, por vezes, falam mais alto, como no caso de Milena.

Com a entrada na fábrica, vida e trabalho das mulheres são separados. Para as operárias, que exerciam a atividade pesqueira, o espaço agora é completamente distinto.

A Fábrica é um espaço distante do local de moradia, longe dos filhos e dos parentes. Segundo Franz “um local difícil de fazer amizades”.

Para parte das mulheres que entraram na fábrica e que trabalhavam na pesca, percebeu-se que há um sofrimento em decorrência da perda dos antigos hábitos. O trabalho na fábrica invariavelmente afastava as mulheres da vida comunitária. Agora, era uma vida de ausências: de debulhar mariscos nas calçadas, de conversas com parentes e comadres; de colher as mangas e outras frutas com as amigas; de participar de festas religiosas e de danças folclóricas tais como: o coco de roda, ciranda e o samba; de pescar com os filhos e as comadres. Uma das entrevistadas exemplifica:

Eu trabalhei fichada por dez meses e lá eu não tinha mais as conversas com meus colegas na pesca, com os nossos familiares, as pessoas que a gente conhece de outro lugar, como Acaú. Quando a gente não pode pegar o peso eles vem e ajudam. Tudo isso é um meio de ter amizade com alguém. Às vezes eu vinha remando, cansada e com fome e vem uma pessoa que a gente nem conhece, com barco a motor e reboca a gente. Na indústria a comida é ruim e dá um cansaço físico que dá vontade de quebrar a máquina e sair correndo. Lá na Fiat ainda é pior por tudo, pelas pessoas que são as líderes que não tem amor pelas pessoas só se importam com as capas (Elisa, São Lourenço, Setembro de 2015).

A resistência ao trabalho na fábrica se dá mais entre aquelas mulheres que possuem uma família tradicionalmente ligada à atividade na pesca. Percebe-se que para outras mulheres como Milena, Cinthia e Elida, que possuem um histórico de outras experiências profissionais, apesar de ter tradição familiar na atividade pesqueira, o trabalho na fábrica é visto como uma oportunidade rara em um localidade pobre e, por sua vez, é entendido como um meio de obter independência financeira do marido e uma profissão definida, com possibilidades de emprego no futuro, caso saiam da empresa na qual estão empregadas, no caso a fábrica de fabricação de capas automotivas. O trabalho de costureira possibilita o sonho do trabalho por conta própria ou em outras fábricas têxteis. Milena expõe na sua entrevista a questão:

Todo mundo da minha família gosta. Por que assim eu não tinha essa profissão. Hoje em dia estou com duas profissões: tenho costureira e tenho líder na carteira. Aí eu saindo dali vai ficar mais fácil de eu conseguir trabalho em outro lugar. Eu não vou ficar como antes que eu não tinha certificação nenhuma na carteira. Eu só trabalhava na Atlantis, na carnicultura, ninguém sabe nem que profissão é essa. E acabou. E hoje em dia se eu sair dali, que eu não pretendo, eu não vou parar mais na costura. Se eu não consegui trabalho de encarregada, eu parto para costura de novo. Que não falta trabalho, é isso e pronto. (Milena, São Lourenço, Outubro de 2016).

Quando questionada sobre o apoio do seu marido para trabalhar na fábrica, Milena fala da dificuldade de seu marido, que é pescador, em aceitar o seu crescimento e autonomia profissional. Segundo Milena, seu companheiro tem dificuldades de aquiescer com a sua independência financeira e se sente inferiorizado já que ela alcançou um dos postos mais altos na fábrica relativos à carreira de encarregada de produção. O trabalho de Milena e a insegurança do marido tem azedado a relação, segundo ela, que relata encontrar dificuldades para manter o diálogo.

Eu escuto falar aqui em casa: depois que começou a trabalhar está toda cheia de direito, não sei o que. Aí eu digo é que antes eu não tinha o meu dinheiro, quando eu pedia ninguém me dava né? Tem que trabalhar. E aqui em casa era assim. Quando eu não trabalhava e pedia dez reais a você, você perguntava para que? Agora eu não preciso mais, graças a Deus. Não preciso que ninguém me de dez, nem vinte. Assim tem homem que vê que a mulher está ganhando mais do que ele também fica com esse pé atrás. Só ilusão (Milena, São Lourenço, Outubro de 2016).

Entre as mulheres que passaram a ocupar a função de líder de produção percebe-se que os trabalhos domésticos somados ao cuidado com crianças e o trabalho na fábrica (por vezes noturno), tornam suas rotinas diárias exaustivas. Em uma das entrevistas, a de Milena, só foi possível a entrevista acompanhando suas tarefas diárias cozinhando, cuidando da sua filha. Toda a sua história, seu crescimento pessoal era narrado ao mesmo tempo em que cortava macaxeira, preparava o frango, fazia o arroz, numa agilidade típica de quem tem “prática”. O seu marido é pescador, ao questionar se essa atividade era uma atribuição exclusiva sua, Milena expressa uma ar de naturalidade, sua crença em tarefas exclusivamente femininas é algo “natural” que lida sem conflitos aparentes. Ao mesmo tempo expressava um imenso orgulho em ocupar a função de encarregada, o nível mais alto que na fábrica se pode alcançar antes de se tornar gerente. Seus olhos brilhavam de satisfação e de auto reconhecimento.

Os seus projetos falavam do desejo de ter autonomia, segurança, independente de vontade ou dos anseios de seu companheiro, uma vez que a seu casamento havia “azedado”, muito em função do fato que agora, na opinião dele, ela estava “cheia de direitos” e, portanto, seus projetos de futuro não incluíam necessariamente o marido.

O que Milena almeja é poder dar uma boa escola para sua filha e a construção de uma casa, como já dito; cada um está construindo sua casa em distintos lugares.

A questão da construção da casa expressa uma separação de objetivos e uma desconfiança de quem não aposta, necessariamente, num único modelo de família. Paira no ar que, a qualquer momento, os sonhos individuais da entrevistada são mais relevantes de que um projeto de família baseado em assimetrias nas relações de gênero.

Para Frans, a proposta de papéis predefinidos do que é ser mãe e dona de casa é dado como inexorável, e todo seu movimento de vida está amparado nessa crença. Os valores de sua família de origem suplantam mesmo os da sua família constituída, uma vez que conflita com os do seu marido na importância atribuída a projetos individuais de carreira, em relação ao crescimento profissional e as questões que tocam a realização pessoal. Para Frans, o trabalho foi somente um meio de alcançar um sonho de vida: ter sua casa própria e poder viver uma vida “tranquila” com seus filhos. Apesar de seu marido insistir na importância dela possuir projetos individuais, distintos dos familiares, ela se contrapõe a ele, afirmando que é obrigação do marido sustentar a família, como fez seu pai com sua mãe. Aliás, sua família de origem pai, mãe e tias não apoiam a ideia de seu trabalho permanente e, como está grávida, sustentam que ela deve sair do emprego para cuidar dos filhos. Mesmo ela tendo o apoio do marido para continuar trabalhando, aposta mais em sair, na medida em que considera o modelo familiar dos seus familiares, mais caros do que qualquer projeto pessoal e profissional.

Esses dois casos são emblemáticos, de como os sentidos dados pelas as mulheres a mesma experiência de inserção no mercado de trabalho formal na fábrica pode desdobrar em múltiplos sentidos percebidos de modos distintos pelas mulheres investigadas.

Para aquelas que nunca trabalharam na pesca, como a Milena, a adaptação é menos traumática. Apesar do seu trabalho na fábrica trazer desconforto para o seu marido pescador, para ela é um motivo de orgulho, de conquista, por possuir meios de construir sua casa própria e de poder dar uma vida material melhor para sua filha.

De imediato percebemos que os sentidos distintos são dados a uma mesma situação. O ingresso no trabalho na fábrica pode abrigar diversos significados, mesmo para mulheres de uma mesma comunidade tradicional e pesqueira.

A mudança dos espaços para uma marisqueira, por exemplo, como Elisa revela uma mudança brusca de cenários. Para ela, o cenário da pesca, nada obstante expô-la ao sol escaldante, chuva e rudeza, é envolto de um sentimento de liberdade. A ida à maré proporciona o contato com a natureza. A maré, os mangues, a beleza do lugar evocam a sensação de autonomia, mesmo com a incerteza sempre presente no trabalho na pesca. Como Elisa expõe:

Tem dias que eu fico só olhando dentro do barco, estou indisposta e vou apanhar manga com minhas colegas. Na fábrica, não eu fico o dia todo em pé, a máquina não deixa nem eu pensar, nem conversar e nem respirar. Meu Deus, apesar de ser na sombra, o lugar é sufocante, é cobra engolindo cobra. Eu vi pessoas que cresceram juntas aqui na comunidade se transformarem em “carrascas”. O lugar é horrível (Elisa, São Lourenço, Setembro de 2015).

Já para outras entrevistadas, principalmente aquelas que nunca trabalharam na pesca, tais como Milena e Cinthia, o espaço da fábrica não tem o significado de confinamento, muito pelo contrário, revelou possibilidades de conhecer novas pessoas, de superar a timidez, bem como de sair do espaço estritamente doméstico. O Espaço da fábrica, na função de liderança, proporciona orgulho de trabalhar com pessoas diferentes do convívio na comunidade pesqueira; pessoas de fora, de outros estados e cidades. Além disso, propicia sair do espaço restrito e tradicional da comunidade pesqueira.

O sentimento de orgulho, de satisfação mesmo, foi evidenciado em quase todas as entrevistas com as líderes de produção. Somente duas das líderes, Élide e Jaisa apresentaram uma insatisfação com a pressão para a obtenção de metas crescentes e com o aumento do ritmo de trabalho. Nas demais entrevistas, a possibilidade de crescimento profissional, por meio da qualificação profissional no México, no SENAI e na faculdade de gestão à distância, financiada parcialmente pela empresa, deixou as líderes de produção sintonizadas com os objetivos da empresa.

Em um único momento, Cinthia revelou preocupação em relação ao seu trabalho na fábrica, foi quando nos relatou o tempo destinado a sua vida e a sua família:

Para mim, o que mudou na minha vida foi assim eu não ver o crescimento dos meus filhos. Estar mais no trabalho do que em casa. A educação deles não vai ser como eu quero. Eu vejo diferença entre o maior de onze anos e o mais novo de dois anos. O de dois anos, criado pela avó está ficando malcriado. Eu saio de casa as 4:30 e chego em casa as 17:00hs. Quanto às tarefas domésticas, eu faço antes de sair. Então eu acordo 3h30 para fazer isso. A casa eu varro a noite e os pratos eu lavo a noite (Cinthia, São Lourenço, outubro de 2015).

A já exaustivamente evidenciada dupla jornada, pelos estudos de gênero e trabalho, não é o destaque central do relato. Mas, no caso das comunidades pesqueiras, a imensa desarticulação entre trabalho e vida em face do trabalho fabril.

Nas comunidades pesqueiras de São Lourenço, Tejucupapo e Baldo do Rio os filhos participam desde pequenos da vida social. As marisqueiras, donas de casa da comunidade, realizam suas tarefas domésticas e trabalhos da pesca com seus filhos à tiracolo. A apartação dos parentes e dos filhos torna-se um dos fatores centrais no que se refere à adaptação das

entrevistadas ao trabalho na fábrica. O trabalho doméstico, no âmbito da divisão sexual do trabalho, é visto como naturalmente destinado às mulheres. Daí que não chega a causar espanto a sobrecarga com o trabalho doméstico. Muito pelo contrário. Jaisa aponta que se sente mais reconhecida por que:

Agora eu sou mais reconhecida até no meu trabalho doméstico. Porque meu marido e as pessoas da família dizem assim: que mulher trabalhadeira dar conta da casa e do trabalho. Ela é um exemplo. E o meu marido reconhece mais meu trabalho doméstico porque dá valor porque eu passo muito tempo fora e ainda dou conta do serviço doméstico (Jaisa, São Lourenço, Outubro de 2016).

Em nenhum momento a dupla jornada é questionada como um processo de exploração da família ou da empresa. Os papéis tradicionais de dona de casa, bem como o valor social atribuído ao trabalho doméstico, agora se somam ao orgulho de contribuir com as despesas da casa e para a família. Em outras palavras: torna-se um exemplo de mulher. Mas lá na frente na conversa Jaisa confessa: “É muito cansativo, às vezes bate um cansaço que quase eu não consigo me levantar”.

Boa parte do tempo de vida é agora propriedade da fábrica. Toda a jornada diária tem que ser empregada na confecção das capas dos bancos de carros. O tempo vai passando numa sucessão de horas com uma atividade monótona e ininterrupta. Agora sua preocupação é com a meta. Só o cumprimento da meta pode manter os empregos tão desejados pelas mulheres no trabalho fabril. Como que se justificando e justificando a empresa que trabalha, Cinthia fala da necessidade de bater a meta: “nós temos que bater a meta porque temos que atender a necessidade dos clientes. Se não fizemos isso o cliente fica na mão”. A entrevistada toma para si uma responsabilidade e os objetivos da empresa, justificando, desse modo, a pressão a que é submetida em nome de metas a serem alcançadas, sempre crescentes, diga-se de passagem, e a partir de necessidades e objetivos que não levam em conta as condições de saúde das operárias. Como bem expõe Thompson (1998: 272), “Aqueles que são contratados experimentam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo [...]” O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo e sim o gasta.

Simone, que passou a vida como marisqueira junto com sua mãe e irmãos, agora se espanta com as exigências de sua experiência de faxineira, na fábrica de capas automotivas, e nos dá um exemplo do seu estranhamento:

Na fábrica eu passava o dia varrendo em pé e só parava para o almoço. Um dia, eu me encostei na vassoura no meio do pátio porque já tinha varrido o dia todo e já estava exausta e o gerente perguntou: o que você está fazendo, vassoura é para

varrer e não para se encostar e eu fiquei revoltada nesse dia. Fui embora mais cedo com raiva e surpresa (Simone, São Lourenço, Fevereiro de 2016).

Mas o trabalho da pesca carrega um grau de precariedade reconhecido por todas que dele dependem para sobreviver. Simone também relata o sofrimento experimentado no cotidiano do trabalho da pesca que ela experimentou desde tenra idade:

Você passa da hora de comer, no sol, pega doença, problema de pressão. Como não tinha tempo de comer, às vezes fazia duas marés, e pegava lenha, debulhava o marisco e aí pegava muita fraqueza, a fumaça dava problema na vista e aí minha mãe dizia: ou você para ou você morre. (Simone, São Lourenço, Fevereiro de 2016).

Segundo Simone, as humilhações sofridas na fábrica são associadas ao tratamento desigual por parte dos encarregados e, em muitas situações, o assédio moral e o sexual também. O seu depoimento revela as trocas sexuais por benefícios e vantagens na empresa:

Achei ruim, muito estressante porque tem muita gente, muita cabeça e tem gente que trabalha com intuito de subir, mas tem pessoas que querem passar por cima das outras. Eu passei uma fase muito difícil, você tinha que ser “dada” demais, mais que simpática, tinha que ser muito “liberta”, dar liberdade para os líderes e eu não sou assim. Eu não queria me abrir demais para eles; tinha assédio sexual, o próprio líder engravidou uma funcionária e ele era casado. Ele a colocou como encarregada e a gente penava na mão dela (Simone, São Lourenço, Fevereiro de 2016).

A história de vida de Simone foi uma das mais emblemáticas do ponto de vista da desigualdade de gênero sofrida no âmbito privado e nas relações de trabalho, tanto na experiência do trabalho na pesca, quanto na fábrica, como também, a experiência de violência doméstica sofrida desde infância e no seu próprio casamento, anos mais tarde. Sua entrevista foi quase uma “catarse”, levando a pesquisada às lágrimas, em muitos momentos do seu relato.

Simone era filha de pescadores, tanto seu pai quanto sua mãe pescavam em Tejucupapo e São Lourenço. Desde pequena pegava siri:

Teve uma vez que eu quase morria afogada, mas desde criança eu gostava de ter o meu sustento, agente cresceu nisso lá no braço de rio. Minha mãe com dez filhos para criar, pois meu pai deixou minha mãe com dez filhos e arranjou outra mulher. A gente passou fome mesmo. Tenho uma irmã que se você oferecer coco a ela tem horror. A gente ia visitar e ele escorraçava a gente. Choro[...] muito choro... (Simone, São Lourenço, Fevereiro de 2016).

Essa experiência de abandono, de fome, do árduo trabalho na pesca marcou muito Simone e seus irmãos. Seus padrastos foram todos pescadores. Segundo ela, os pescadores são todos machistas. A gente podia até ir pescar com eles, mas eles não queriam que a gente fosse. Hoje, todo mundo luta pelos seus direitos na pesca, mas antes a mulher não era considerada pescadora.

Sua experiência de casamento seguiu um rumo semelhante. O seu marido, conforme nos alerta, era “mulherengo”.

Aqui na comunidade teve um casamento comunitário e a gente se casou, um mês depois acabou. Ele bebia muito e era violento, brigava muito. Durante três anos ele me batia e eu batia também. Não ia na delegacia. Ele me beliscava, ele puxava meu cabelo. Eu sofria porque tinha medo de ficar só com meus filhos (Simone, São Lourenço, Fevereiro de 2016),

Como Simone, entrevistamos mais duas mulheres que tinham histórias de vida semelhantes: Bernardina e Janaína. Tinham um roteiro de vida quase comum: uma prole numerosa e abandonadas pelos companheiros. Estes, pescadores, pulavam, no sentido literal e figurado da palavra, literalmente do barco. Restavam-na a solidão, provendo sozinhas o sustento de uma prole numerosa, iniciando-se, assim, o rosário de sofrimentos dos seus rebentos.

Ouvi, repetidas vezes, que as crianças pequenas cansavam de tomar caldo de marisco, em vez de leite e coco com açúcar pela manhã, antes de ir para escola. No caso de Simone e das outras entrevistadas o “terço” continuava quando formavam suas próprias famílias e, do mesmo modo, como as suas mães, foram abandonadas pelos seus maridos com os filhos pequenos, tendo que sobreviver da pesca e levar seus filhos pequenos para pescar no sentido de garantir uma sobrevivência insuficiente.

De Janaína ouvi que, quando seu pai as deixou ainda criança, seus irmãos foram morrendo, viveram no relento e foram tantas as dificuldades descritas que ficamos profundamente tocadas:

Eu vi meus irmãos morrerem e ficaram somente três, dos sete irmãos. Minha mãe criou a gente no relento e depois fomos para uma casa. Depois da gente tudo grande ela ainda voltou para o meu pai. Eu nem acreditei nisso (Simone, São Lourenço, Fevereiro de 2016).

Na experiência do seu casamento, Janaína experimentou mais de vinte anos sem poder sair de casa sem a autorização do marido. Segundo ela, foram anos de sofrimento e de falta de

autoestima. Depois ele se envolveu numa briga, no centro da cidade de Goiana, e foi assassinado. Somente após o falecimento de seu cônjuge, Janaína pode viver e se desenvolver, agora com um novo companheiro.

A dominação nas relações sociais de gênero se repete na fábrica. Na fábrica de capas automotivas, todas as mulheres entrevistadas são unânimes em afirmar que os gerentes do mais alto escalão, aos quais as líderes de produção são subordinadas, são todos homens.

As líderes de produção são costureiras que demonstraram um comprometimento com as metas de produção e também aquelas que exercem certa liderança junto às outras costureiras. Os gerentes, todos do sexo masculino, têm a função de colaborar com as líderes de produção, dando todo suporte para que a meta de produção seja alcançada. Mas, sobretudo, são os responsáveis pelas reuniões com as líderes de produção para exercerem pressão e cobrar o cumprimento das metas. Para essa cobrança, pelo relato das entrevistadas, líderes de produção, não há espaço para sentimentalismos. As líderes de produção são responsáveis pelo cumprimento das metas e, portanto, são bem mais vulneráveis às demissões. Como argumenta Franz (2016) “Eu não quero ser líder não porque a pressão é bem maior sobre ela e do mesmo jeito que passam a ser líderes, se não atingirem o que eles estão querendo são demitidas rapidinho”.

No início do processo de absorção de mão de obra na fábrica de capas automotivas havia uma tendência maior de contratação de mulheres para o trabalho de costureira. Depois, foram se inserindo mais homens e, nesse processo de divisão sexual do trabalho na fábrica, segundo as entrevistadas, competem aos homens os trabalhos mais pesados e o manuseio das máquinas mais especializadas, apesar de todas admitirem que as mulheres também são qualificadas para exercerem as mesmas funções. Blay (1978, p: 15), em seus estudos sobre a mulher na Indústria Paulista, evidenciou que a ampliação do trabalho feminino se dava em função da disponibilidade de mão de obra masculina. Quando a mão de obra masculina escasseia novas oportunidades se abrem para as mulheres, inclusive naquelas funções que eram consideradas impróprias para as mulheres.

Contudo, no caso da fábrica de capas automotivas investigada ficou demonstrado que, havendo disponibilidade de mão de obra masculina, rapidamente as funções de maior destaque pelo grau de complexidade lhes são repassadas.

Diferentes dos achados de Mello Silva (2006), em suas pesquisas sobre fábrica de capas automotivas, na divisão sexual do trabalho na fábrica, os homens estavam destinados a exercer exclusivamente as funções da seção corte, na fábrica de capas automotivas de Goiana, as informantes expressaram claramente que não havia uma divisão rígida entre o que

era tarefa de homem e o que era tarefa de mulher. Há um consenso que certas costuras em couro, que exigem uma maior força física, sejam preferencialmente executadas por homens, mas todas as entrevistadas garantiram que tem mulheres executando o mesmo serviço, na ausência do sexo oposto.

Os primeiros estudos no Brasil sobre gênero no trabalho, como os de Blay (1978); Hirata e Humphey (1983); já deixavam claro que a divisão entre homens e mulheres no trabalho era orientada por critérios socialmente construídos, do que deveria ser uma tarefa exclusivamente masculina e/ou feminina. No entanto, essas mesmas tarefas poderiam ser modificadas historicamente, uma vez que as atividades, anteriormente exclusivamente femininas, se tornavam masculinas e vice-versa.

Blay (1978), desde os primórdios da industrialização no Brasil, observou que as indústrias têxteis, de costura e outras indústrias, que eram, de certo modo, uma extensão do trabalho já realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, empregavam maciçamente as mulheres, mas quando havia escassez de mão de obra, os homens eram chamados a realizar as mesmas tarefas.

A ligação entre a máquina de costura e a mulher foi referenciada por Michelle Perrot, nos seus escritos sobre a industrialização no século XIX na França. A máquina de costura, inicialmente nos lares e, depois na manufatura, era reverenciada como o elo que unia mulheres à modernidade. Os trabalhos domésticos, entre eles a costura de roupas para o consumo próprio, se transformou no meio de empregar a mão de obra feminina nas fábricas.

Até hoje, há uma predominância nas fábricas de conferirem à mão de obra feminina somente as atividades de costura.

Na contemporaneidade, foi possível evidenciar cada vez mais homens na função de costureiro, antes atribuição exclusivamente feminina. As informantes da pesquisa revelaram que a fábrica de capas automotivas tem recrutado cada vez mais homens em Goiana. Mas revelam que na fábrica do México, na qual realizaram o treinamento inicial, foi possível observar uma quantidade muito maior de homens do que na fábrica de Goiana em Pernambuco. Numa das nossas visitas à montadora de veículos, observamos que os homens dominavam a produção de ponta, com a tecnologia avançada dos robôs e questionamos da gerente que nos acompanhava o porquê dos homens serem maioria. Ela argumenta que na área de engenharia os homens tem maior domínio, “*como seria natural*” segundo a nossa guia. Como expõe uma das informantes:

Na fábrica o trabalho é dividido em três partes a costura, o fom que é a parte de espuma e a montagem. Na montagem é mais homem porque depende muito de força, por que são ferragens aí são mais homens. Tem a parte do vapor que não é tão pesada, ficam lá com o vapor passando, eu nunca vi mulheres nessa parte, tinha só uma mulher lá. Na parte do Fom, tem homens e mulheres e, na costura tem mais mulheres. Eu acho que tem um pouquinho de preconceito. Tens uns homens lá costurando. Meu irmão está desempregado, meu marido está desempregado aí quando eu digo: vamos lá para o Trim, para a costura. Eles respondem: eu não costurar não é coisa de homem, costurar é coisa de mulher [...] eu acho que existe muito preconceito ainda. Apesar de que lá no México era a metade homem e a metade mulher. Não tem esse preconceito lá. É bom porque tem atividades que são mais pesadas e que os homens precisam fazer essas operações. Costurar o couro, por exemplo (Mariak São Lourenço, Outubro de 2016).

A entrevistada reconhece que há um preconceito dos homens das comunidades pesqueiras para a função da costura na fábrica de capas automotivas, mas considera importante a presença da mão de obra masculina para as tarefas mais pesadas, como a costura do couro, o que reforça a tese de que mesmo homens e mulheres, tendo condições de executar a mesma tarefa, os trabalhos mais “ pesados” socialmente são aceitos como atribuição masculina, o que não se sustenta na prática, uma vez que as mulheres executam com presteza o mesmo serviço, na ausência de mão de obra masculina.

Contudo, as entrevistadas consideraram que há um movimento de maior contratação de homens na fábrica para a vaga de costureiro, o que tem gerado uma diminuição da predominância feminina nessa área.

Lá não tem essa hierarquia de homens e mulheres. Tanto que é tudo misturado. Agora assim, os homens como eles são mais fortes de fazer, eu digo assim: tem operação crítica que uma mulher não consegue fazer e aí a gente vai coloca os homens porque é uma operação crítica e elas não conseguem fazer. Pronto o deck de um acento que é uma costura que é uma onda. Tem vez que cansa o braço da gente. Aí a gente bota um homem lá aí ele vai dar conta, entendeu? Mas não tem essa diferença (Milena, São Lourenço, Outubro de 2016).

Segundo Franz (2017), uma das entrevistadas, a empresa de confecção de bancos automotivos tem contratado cada vez mais homens, inclusive para a vaga de costureiro, uma vez que a abertura de um terceiro turno de produção requer a disponibilidade para o trabalho noturno, tornando a mão de obra masculina mais atrativa. Segundo Franz (2017), tem pedreiros ocupando a vaga de costureira e dizendo assim: aqui é muito mais maneiro do que ficar fazer massa no sol e na chuva. A procura dos homens por postos de trabalho “femininos”, no caso de Goiana, vem se dando em decorrência da crise na economia

brasileira, a partir de 2016, visto que foram reduzidos drasticamente os postos de trabalho em outras áreas, tais como: construção civil, usinas de cana de açúcar, dentre outros.

Contudo, de um modo mais geral, percebe-se que no território de Goiana/PE, a grande cadeia produtiva do polo automotivo se estrutura do seguinte modo: na fábrica central, no setor de montagem dos automóveis e nos postos mais qualificados persiste uma oferta maior aos postos de trabalhos masculinos; enquanto que nas empresas de cadeia produtiva, como na fábrica das capas automotivas e nas atividades de menor prestígio social, tais como: a empresa do restaurante, as terceirizadas de serviços gerais, há uma recorrente demanda por mulheres com baixa qualificação, pertencentes aos territórios periféricos e pesqueiros de Goiana.

4.6 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

A primeira “grande transformação”ⁱⁱ na vida das mulheres das comunidades pesqueiras de São Lourenço e Tejucupapo, ao se inserir no trabalho fabril, foi a separação entre vida e trabalho.

A chegada da montadora multinacional em Goiana Pernambuco, foi um marco na inserção feminina nas empresas da cadeia produtiva, para as mulheres pescadoras mais jovens e com maior escolaridade.

A fábrica priorizou as mulheres mais jovens para os cargos de liderança, mas também contratou marisqueiras de meia idade, com um perfil de maior escolaridade, com o segundo grau completo ou incompleto. As marisqueiras analfabetas e mais desqualificadas não conseguiram a inserção tão desejada. Quando pernoitamos na casa de uma liderança comunitária na povoação de São Lourenço conversamos com uma pescadora que fez o treinamento e não conseguiu ser aprovada, continuando a trabalhar na pesca ou como empregada doméstica no Recife.

Evidencia-se que os múltiplos sentidos dados à mesma experiência afasta qualquer possibilidade de modelos unívocos de reações culturais. Nesse sentido, diante de pesadas estruturas sociais, e em face de uma modernização capitalista, as mulheres aqui investigadas

apresentam uma pluralidade intensa de reações culturais e, desse modo, não foi possível encontrar tendências homogêneas nas transformações nas relações de gênero.

Os valores tradicionais, não concebidos a priori enquanto atraso ou emancipação, podem expressar as duas situações nas situações concretas apresentadas. No âmbito das relações de trabalho e relações econômicas, quando expressam solidariedade e compartilhamento de subsistência, tem uma tendência emancipadora, oposta a lógica individualista do trabalho fabril. Contudo, no tocante as relações de gênero, representam os valores arcaicos da família baseados nas assimetrias de gênero, o que, por vezes, não possibilita uma maior autonomia feminina, haja vista que os projetos e papéis familiares já estão previamente determinados.

Constata-se que mesmo para as mulheres, que consideram o trabalho fabril como uma oportunidade de emancipação da dominação do marido e uma etapa superior na vida em sociedade, não desconsideram que a intensificação de trabalho não proporciona dias de lazer com família ou com os filhos e reconhecem a perda de “tempo de vida” do ponto de vista simbólico, visto que do ponto de vista material os ganhos e vantagens são percebidos por todas as entrevistadas.

Somente as mulheres mais ligadas à atividade tradicional da pesca contabilizam mais perdas do que ganhos, como nos casos de Elisa e Janaína. Para elas, o fenômeno desagregador e incômodo tem como pano de fundo a sensação e a experiência de descaracterização cultural, além de uma perda da identidade de marisqueiras.

Esse movimento é vivido como um processo de resistência de uma economia onde os valores econômicos estão imbuídos de reciprocidade e de convivência. Nesse caso, a tradição popular não tem nada de arcaico, ela é subversiva e inconformada, posto que revelam práticas cotidianas multifacetadas de microrresistências, a inexorabilidade do progresso via industrialização.

O incremento, por parte do estado, da atividade típica da pesca é um sonho distante, vez que os projetos das instituições de fomento são considerados morosos e ineficientes pelas lideranças das marisqueiras. Mas, percebe-se que o mito no progresso via industrialização é negado e rechaçado como um fator inconveniente, haja vista que no processo de interação com o meio ambiente da região, é nítido o processo de degradação ambiental oriundo da implantação das indústrias da região: desde caldas das usinas de cana de açúcar, que degradam o ambiente há séculos, passando pela indústria de celulose e culminando com as mais recentes indústrias, tais como a FIAT/JEEP/ CHRYSLER, que inclusive tem sido

denunciada pelo movimento das pescadoras como prejudicial ao meio ambiente da região, tendo já sido autuada pelo ICMBIO pela poluição nos afluentes do rio Goiana.

No caso das mulheres que eram pescadoras, o sentido dado ao trabalho fabril é o de perda de direitos: trabalhistas (uma vez saindo da colônia de pescadores, perdem os direitos previdenciários), do convívio, do sentido de pertença, do contato com a natureza.

Nas entrevistas, percebe-se que houve um aumento de doenças por conta do intenso trabalho na fábrica: doenças mentais (depressão) e físicas (dores nas articulações, coluna). Os relatos de dores incapacitantes, de problemas de tristeza devido à pressão em bater as metas de produção, além do receio de perder a força nas mãos ainda muito jovem, eram recorrentes. Aliás, nos depoimentos constatou-se que muitas trabalhadoras, egressas da fábrica, após cerca de um ano de trabalho, não conseguiam nem mais levantar um xícara, decorrentes das doenças por lesão por esforço repetitivo (LER).

As células de trabalho na fábrica de confecção das capas automotivas incorporam um modelo flexível de produção associado a uma forma de trabalhar ainda inspirada na linha de montagem fordista, tornando o ritmo e a pressão no espaço fabril uma das mudanças centrais no trabalho realizado pelas mulheres entrevistadas. Há uma combinação da exigência de quantidade associada à qualidade dos produtos, o que imprime à atividade das costureiras uma forte pressão e, consequente, exaustão.

A qualificação profissional como costureira na fábrica da Lear no México foi um dos momentos lembrados como uma conquista pessoal e profissional de grande importância para as participantes. Em face dos problemas experimentados por algumas trabalhadoras, pode-se prever a pressão e o ritmo requerido para o trabalho de costureira de uma fábrica de confecção de capas automotivas. Do ponto de vista da atividade em si de costureira, as entrevistadas avaliam a qualificação profissional como uma possibilidade de adquirir uma identidade profissional, mesmo diante de uma iminente demissão por parte da fábrica, visto que a atividade de costureira pode ser desempenhada em outros setores da indústria e mesmo de modo autônomo.

Para a totalidade das investigadas, não há uma reorganização do trabalho reprodutivo, com uma divisão de tarefas mais equânime, mesmo para as operárias que consideram a experiência da fábrica positiva do ponto de vista de sua autonomia financeira, porque o trabalho doméstico é tido como um trabalho “de mulher” e possui uma conotação positiva de ser atribuída a ela uma identidade respeitada na comunidade: uma mulher “trabalhadeira” e organizada, não ocorrendo um questionamento ou reclamação do modo como se dá a

organização e divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico, dado que nas comunidades tradicionais os papéis sociais já foram previamente definidos pela tradição.

Em outras palavras: o realizar do trabalho doméstico com competência é motivo de orgulho para as entrevistadas, mesmo que em certos momentos admitam a dificuldade de conciliar as duas tarefas, tanto as do âmbito doméstico como as que são exercidas na fábrica. Contudo, cabe ressaltar que a formação das famílias extensas no povoado possibilita a delegação do cuidado com os filhos para as outras mulheres da família: avó e tias, o que não requisita como indispensável à estrutura de creches e outras necessidades das trabalhadoras situadas nos meios urbanos.

No tocante às relações de gênero, a pesca também é percebida como uma atividade que proporciona o sustento, a autonomia feminina em relação ao marido e a família. Portanto, as mulheres entrevistadas não consideram que o trabalho na fábrica proporcionam conquistas nas relações de gênero diferenciadas do campo da pesca. Na atividade da pesca, as mulheres também vêm ganhando espaços de participação e de protagonismo em relação aos homens, portanto um trabalho fabril não foi considerado pelas entrevistadas, um patamar superior na conquista da autonomia das mulheres.

5. CONCLUSÕES

As modificações ocorridas a partir dos anos 1970/1980, nas comunidades pesqueiras de Goiana, apontam para uma intensificação da mercantilização da terra e do trabalho. Nos tempos antigos, em São Lourenço e em Tejucupapo, as terras soltas proporcionavam a obtenção de meios de sobrevivência prescindindo, em algumas situações, do nexos monetário.

Uma maior fonte de recursos naturais nas matas, nos rios, na agricultura e nas casas de farinha, possibilitava uma maior fartura de gêneros alimentícios sem passar pela relação de consumo, o que ensejava a sobrevivência das populações tradicionais. A partir dos anos 1960/1970, a expansão das lavouras de cana de açúcar e a destituição das terras livres para o cultivo empobreceram significativamente os povoados pesqueiros, restando somente à pesca como uma atividade secular e tradicional.

Até final dos anos 1990, as comunidades pesqueiras ainda mantinham muito de seus costumes e tradições. A intensificação do turismo e o aumento de empreendimentos

industriais na região foram paulatinamente transformando os territórios pesqueiros. A inserção das mulheres nas fábricas se deu ainda no início do século com uma fábrica de camarão que empregou maciçamente as mulheres da região. Mas o emprego ainda mantinha uma relação com o trabalho na pesca, ainda que sob a condição de exploração extrema e sob uma lógica capitalista.

Os territórios pesqueiros de Goiana possuem uma tradição secular em extrair seus meios de subsistência por meio da natureza: mar, mangues, matas e também da terra, quando as “terras soltas” ainda não haviam sido invadidas pelas usinas de cana-de-açúcar.

Nas povoações pesqueiras, todas as famílias antigas se conhecem e os casamentos, muitas vezes, se dão entre os membros da própria comunidade. Ao se casarem, as mulheres e seus filhos frequentam a casas dos tios, avós, compadres e comadres, tendo um intenso convívio não somente nos momentos livres de lazer, como também nas atividades que visam garantir a sobrevivência das famílias. Então, trabalho e vida estão intimamente articulados, principalmente para as famílias tipicamente de pescadores.

O caldo de marisco e os peixes, o coco verde, como única fonte de alimento dessas comunidades, estão gravados na memória dos moradores como momentos de penúria alimentar experimentada pelas famílias dos povoados pesqueiros, associados à falta de estrutura de transporte, educação, saúde e moradia digna. A confecção de produtos e de instrumentos de trabalho era recorrente em face da escassez de produtos industrializados na região. Para exemplificar, a luz elétrica e as casas de palha dominaram a paisagem até as décadas finais do século XX. A falta de água encanada e de esgotamento sanitário ainda se faz presente nesses territórios na contemporaneidade.

Do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, homens e mulheres exerciam atividades da pesca e na agricultura de subsistência, em uma complementaridade hierárquica; contudo, o trabalho doméstico era uma atribuição exclusivamente feminina, e as desigualdades nas relações de gênero perpassavam a sociabilidade do povoado, por meio dos casamentos precoces, escolha do parceiro realizada com o consentimento do genitor, entre outros.

No tocante à identidade de gênero, a batalha das Heroínas de Tejucupapo ainda sobrevive no imaginário das mulheres das povoações pesqueiras enquanto sinônimo de força para o enfrentamento das dificuldades da vida (violência, penúria material, conquistas pessoais e coletivas).

Em relação à chegada das indústrias na região, iniciam-se gradativamente ainda nos anos 1950 com a fábrica de cimento da Nassau. Nos anos 1990, a fábrica de camarões Atlantis empregou um grande contingente de mulheres e mais recentemente a instalação da Fiat/Jeep/Chrysler gerou empregos para a população dos territórios pesqueiros, sendo a mão de obra inserida nas empresas da cadeia produtiva em empregos mais precários e exaustivos.

No que se refere a essas mudanças na composição socioproductiva no povoado, as entrevistadas apresentaram reações culturais distintas aos processos de transformação nas relações de trabalho, assim como em relação aos valores tradicionais de família.

No tocante às transformações nas relações de trabalho, quanto mais às entrevistadas estavam vinculadas à atividade tradicional da pesca maior era a resistência e os problemas de adaptação ao trabalho fabril. As queixas estavam sempre relacionadas ao tempo exigido na fábrica e ao despendido na atividade da pesca. A possibilidade de determinar o tempo de trabalho, o tempo livre, na forma que lhe aprouver, em suma, ser o seu próprio patrão, longe da disciplina e do controle fabril, é levantada como uma das vantagens do trabalho na pesca e responsável pela falta de adaptação ao trabalho na fábrica. Outro fator muito mencionado é a perda da amizade e das conversas nas marés, posto que a fábrica é tida como um lugar hostil, difícil e avessa a esse tipo de relacionamento afetivo.

Observamos que para as entrevistadas mais jovens e com maior escolaridade a adoção dos valores da fábrica, tais como: disciplina e ritmo frenético de trabalho, deu-se com menores resistências, haja vista que seus pais já haviam se desvinculado da pesca em decorrência de suas inserções em serviços realizados em Recife ou João Pessoa.

De um modo geral o tempo e o ritmo de trabalho, destinados à atividade produtiva e econômica nas fábricas, dominam a vida das trabalhadoras, ganhando ênfase em relação ao tempo de reprodução social e ao tempo livre. Todas se queixaram do exíguo período destinado para dar atenção à família e para resolver problemas pessoais. Ressalte-se que a reclamação se dava porque mesmo as horas livres ou eram destinadas ao trabalho em casa ou eram usadas para o sono, visto que as jornadas de trabalho as deixavam extenuadas, sem a mínima condição ou vontade de aproveitar o tempo livre, perdendo o convívio com os parentes e vizinhos da comunidade.

No que se refere às modificações nas relações de gênero e na divisão sexual do trabalho, quanto mais às entrevistadas estavam apegadas a papéis sexuais pré-estabelecidos, destinados aos homens e as mulheres, estabelecidos por convenção ou por tradição, mais o trabalho na fábrica não se constituía em um meio de autonomia pessoal, mas somente um instrumento para alcançar objetivos do grupo familiar, quais sejam: a construção de uma casa,

tornando a experiência laboral muito efêmera à proporção em que a realização pessoal, no campo profissional, não se constitui um projeto almejado por algumas entrevistadas.

O ritmo das modificações nas relações de trabalho na fábrica e uma suposta modernização no trabalho não foram acompanhados de uma maior democratização dos papéis sexuais no âmbito da família. Percebe-se também a desigualdade de gênero no próprio ambiente de trabalho, posto que as mulheres ocupam majoritariamente o cargo de costureira ou líder de produção, sendo os gerentes de níveis mais altos, em sua maioria, do sexo masculino. As mulheres estão alocadas nas empresas da cadeia produtiva, sendo a empresa líder composta por cerca de 70% de trabalhadores homens, mais qualificados e melhor remunerados, e apenas de 30% de mão de obra feminina²⁶.

O trabalho na pesca também foi considerado extremamente prejudicado pela chegada da grande montadora de automóveis, seja pela poluição dos rios, diminuindo a quantidade de peixes dos estuários nessas comunidades, seja pela descaracterização cultural empreendida pela absorção de pescadoras na fábrica, ou até pela perda da sociabilidade característica dessas comunidades em tempos idos. A pesca também é vista, por parte das entrevistadas, como um trabalho importante na conquista da autonomia feminina, tornando majoritária a participação feminina na colônia de pescadores na atualidade. O incentivo à atividade típica da região é uma dos reclamos para as mulheres acostumadas com a vida de maré.

Portanto, percebe-se que não há uma correlação direta entre formas de trabalho e sentidos atribuídos às relações de gênero. Há uma enorme variação e gradações que apontam desde uma postura francamente apoiada nas assimetrias das relações de gênero, com papéis sexuais predeterminados do que seja “trabalho de mulher”, a posturas mais sintonizadas com o processo de autonomia ligado aos projetos individuais das mulheres, apontando para com uma maior equidade de gênero.

No que se refere ao trabalho em si na pesca e na fábrica, percebe-se que as desigualdades de gênero ainda permeiam esses espaços produtivos. Na pesca, as conquistas de participação feminina no setor ainda são recentes, e a acumulação do trabalho doméstico é naturalizada, com avanços tímidos nas comunidades tradicionais e pesqueiras.

Por outro lado, observamos, no processo da pesquisa, não somente as desigualdades de gênero e as permanências intransponíveis, muito pelo contrário, percebe-se os movimentos individuais e coletivos de resistência, o protagonismo político, como largamente documentado na pesquisa, em que um papel subalterno e submisso da mulher, seja na família, seja no

²⁶ Segundo informação de representante do sindicato dos metalúrgicos de Penambuco em entrevista concedida ao LAEPT(Laboratório de estudos em políticas públicas e trabalho)

ambiente do trabalho da pesca, não encontra ressonância. A inserção das mulheres das comunidades investigadas nos movimentos sociais (movimentos dos pescadores, movimentos das mulheres quilombolas) provocam mudanças significativas no processo de autonomia nas relações sociais de gênero, transformando padrões de subalternidade em uma postura ativa na preservação dos recursos naturais (rios, marés, mangues), bem como no âmbito privado, conquistando maior participação dos familiares na execução das tarefas domésticas em face da necessidade da participação na esfera pública.

Quando há uma inserção do trabalho na fábrica, apesar da autonomia financeira evidenciada na pesquisa, a sobrecarga do trabalho feminino ainda prevalece, com uma função que remete a uma extensão do trabalho doméstico, como, por exemplo, a atividade de costureira, que é ocupada, em sua maioria, por mulheres de territórios pobres e pesqueiros.

Por outro lado, a possibilidade de qualificação profissional como costureira, contraditoriamente, proporciona a esperança de que a sobrevivência esteja garantida, por meio de uma profissão reconhecida socialmente.

Portanto, evidenciamos, por meio do estudo, que não há uma relação direta entre trabalho tradicional ou modernização capitalista e os modelos de relações de gênero mais democráticos e/ou desiguais. A constituição das relações de gênero vai sendo tecida a partir do sentido e do significado dessas relações pelos sujeitos em determinados grupos sociais e em frações desses grupos, e são reproduzidas ou ressignificadas pela vontade e pela ação desses mesmos sujeitos e classes, considerando o modo como respondem as estruturas de poder estabelecidas. Desse modo, os homens e mulheres dos povoados pesqueiros possuem uma relativa autonomia para assumir ou descartar valores constituídos socialmente sobre as relações de gênero, assumindo diferentes posturas.

Porém, observa-se claramente, no âmbito da pesquisa, os germes das transformações nas relações sociais de gênero. Essas mudanças têm relação com os aspectos concretos, institucionais de mudança (inserção nos movimentos políticos e sociais, no crescente aumento da escolaridade dos povoados distantes, no acesso ao transporte escolar com maior regularidade e na inserção no mercado de trabalho, que promove uma autonomia financeira para as mulheres, movendo, em boa medida, as relações sociais de gênero), além de transformações no campo dos valores das famílias que, em muitas situações observadas na pesquisa, se transforma ainda mais lentamente que os fatores institucionais na medida em que interferem as experiências individuais, os valores religiosos, a tradição familiar, dentre outros.

De qualquer modo, seja no trabalho da pesca, seja no trabalho nas fábricas da região, percebe-se que as mulheres da maré lutam por uma vida melhor, visto que lhes foram

negligenciados os direitos básicos de cidadania nessas povoações: a saúde, a educação, a água, ao esgotamento sanitário, trabalho digno e, sobretudo, uma maior igualdade nas relações de gênero e na divisão sexual do trabalho, condição indispensável para o desenvolvimento humano da região.

REFERÊNCIAS

ADDIPER- **Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.** <http://www.addiper.pe.gov.br/>. Acesso em Março de 2015.

AGLIETTA, M. **Regulación y crisis del capitalismo:** La experiencia de los Estados Unidos. Madrid. España, 1979.

ALENCAR, E. **Pescadeiras, companheiras e perigosas:** um estudo sobre a pesca feminina em Lençóis. Brasília: UNB, 1991.

AMARAL, A; MOTA, A. E; PERUZZO, J. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina.** In: MOTTA, A. E. Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

AMARAL, A. **Configurações contemporâneas dos conflitos classistas:** experiências brasileiras no contexto neo desenvolvimentista. In: actacientifica. serviciot.cl/biblioteca/GT18. Acesso em 24.07.2014.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

AMORÓS, C; De MIGUEL, Ana de; Introdução de **La Ilustración a globalización.** Teoria feminista I. Editorial: Minerva, 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

ANDRADE, M.C. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil.** São Paulo, HUCITEC, 1976.

ARAÚJO, Tânia. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro:** heranças e urgências. Rio de Janeiro-RJ: Revan, 2000.

ARAÚJO, A.M.C. **trabalho, precarização e relações de gênero em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva.** In; XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife-PE/2007.

ARAÚJO, A.M.C. AMORIM E.R A. **Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção:** um estudo na região de Campinas. Cadernos Pagu, 2002

AGUIAR, M. M. **A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade.** Cadernos de Pesquisa do CDHIS -n 36/37- ano 20- p.83-88, 2007.

BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil:** da escravidão ao assalariado. 2008. Tese (Doutorado Instituto de Economia). São Paulo: UNICAMP, 2008.

BANDEIRA, L. Contribuições à inserção de gênero nas interligações rural-urbano no contexto do desenvolvimento sustentável. In: GEHLEN, Vitória Régia; LAINÉ, Pilar Carolina Villar (Orgs). Costurando com fios invisíveis. Recife: editora Universitária UFPE, 2012.

BILAC, E. D. **“Família”:** algumas inquietações. In A família contemporânea em debate (Maria do Carmo Brant de Carvalho, org) São Paulo: EDUC, 1995.

BLAY, E. **Trabalho domesticado:** a mulher na indústria paulista. São Paulo, Ática, 1978.

BOSI, E. Memória e Sociedade: **Lembranças de Velhos.** 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOITO JR, A. **Os atores e o enredo da crise política.** In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil.

BRUM. A. J. **Desenvolvimento econômico brasileiro.** 20 ed. Ijuí: editora UNIJUI, 1999.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** Cadernos de Pesquisa. V.37. n 132 set/dez, 2007.

BRESSER, L. C; THEUER, D. **Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina?** In: <http://WWW.scielo.br/>. Acesso em 03.08.2014.

CARDOSO, FH & IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CASTRO, M. G. **O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho:** notas sobre impasses teóricos. Cad. CRH. Salvador, (17): 80-105, 1992.

CABRAL, Renan. **Das ideias à ação. A SUDENE de Celso Furtado-oportunidade histórica e resistência conservadora.** In: Cadernos do desenvolvimento. Rio de Janeiro: centro internacional Celso Furtado, maio de 2011, ano 6, nº8.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: editora paz e terra, 2010.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CAVALCANTI, Diego Rocha de Medeiros. Mulheres nas águas: Um estudo sobre relações de gênero na pesca;2010; Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal da Paraíba.

CEPÊDA, V. A. **Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo**-um balanço histórico. Revista estudos avançados n 26, 2012.

CERTEAU, M; GIARD, L; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano 1**. Artes de fazer. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **A invenção do cotidiano**: Morar, cozinhar. 10 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.

CORIAT, B. (1994). **Pensar pelo Averso** - O Modelo Japonês de Trabalho e Organização, Editora Revan/UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. (1988). “**Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção**: Um Ponto de Vista de Conjunto” In HIRATA, Helena (org.). Sobre o “Modelo” Japonês - Automatização, Novas Formas de Organização e de Relações de Trabalho, Edusp, São Paulo.

COUTINHO, K. (2014): “**Estudo aponta desafio com instalação de polo automotivo de Goiana, PE**”. Globo Nordeste (G1 PE). Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/10/estudo-aponta-desafio-com-instalacao-de-polo-automotivo-de-goiana-pe.html>>. Consultado em: 9 jul. 2015.

DABAT, C. P. R. **De Moradores de engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Programa de Pós-graduação em História UFPE, Recife, 2003.

DEDDECA, C. **Tempo, trabalho e gênero**. Campinas: Unicamp, 2004.

DIEGUES, A. C; VIANA, V. (Org.) 2. ed. **Comunidades Tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlântica**. São Paulo. Huatec. NUPAUB-USP: CEC, 2007.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Enciclopédia caiçara**: o olhar do pesquisador. São Paulo: HUCETEC: NUPAUB: CEC/USP, 2004.

DRUCK, M. G. **Terceirização: (des) fordizando a fábrica**: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo editorial, 2001.

Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia. **Análise Participativa da Realidade Socioambiental da Goiana- PE** / Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia. – Recife : Hemobrás, 2013.

ENRIETTI, A; LANZETTI, R. **Fiat Auto: le ragioni della crisi e gli effetti a livello locale**. Quaderni di ricerca del Dipartimento di Scienze Economiche “Hyman P. Minsky”, Università Degli Studi di Bergamo, no 7, 2012.

_____. **La crisi Fiat Auto e la politica industriale locale: il caso del Piemonte**. Stato e Mercato, no 68, Bologna: Società editrice Il Mulino, agosto 2003.

FADIGAS, Amanda Braga. **As marisqueiras e a Reserva Extrativista Acaú-Goiana**: uma análise de práticas participativas para conservação do ambiente. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e meio ambiente da Universidade Federal da Paraíba, 2009.

Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE. (2013): **“Proposta de uma política industrial para o Estado de Pernambuco”**. Disponível em: <http://www1.fiepe.org.br/fiepe/arquivos/politica_industrial_FIEPE.pdf>. Consultado em 22 dez. 2014.

FALCÃO, R. **Crescimento de Pernambuco Supera o do Brasil**. Diário de Pernambuco. Economia B1. Recife, 10 de dezembro de 2010.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. V.1. o legado da raça branca. São Paulo: Globo livros, 2008.

_____. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: editora Global, 2008.

FREYRE, G. **Nordeste**: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7 ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

_____. **Sobrados e Mucambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1961.

_____. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 9ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FIORI, J. L. **O “desenvolvimentismo de esquerda”**. Carta Maior 03/03/2012. Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/2012/03/02/o-%E2%80%9Cdesenvolvimentismo-de-esquerda/>). Consulta em 13/11/2017

FONSECA, C. **Olhares antropológicos sobre a família contemporânea**. In pesquisando a família: olhares contemporâneos. Florianópolis: Papa - livro, 2002.

GARCIA Junior. **O SUL**; caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: editora universitária, 1989.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor, erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: editora da Unesp, 1993.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: editora 34, 2002.

GUIMARÃES, N. A. **Gênero e Trabalho**. Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto/2004.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1989.

GOLDANI, A. M. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação.** Cadernos pagos - repositório.unicamp.br, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, D (1992). **A Condição Pós-Moderna - Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural,** Editora Loyola, São Paulo. 1994

HEIBORN, M. L; SORJ, B. **Estudos de Gênero no Brasil.** In: MICELI, Sérgio (org.) **o que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HIRATA, H; TRYLINSKI, M. H. **Divisão- Relações Sociais de Sexo e do Trabalho:** contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Revista Em Aberto, Brasília, ano 15, n 65, jan/mar.1995.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. Revista Latino-Americana de Estudios del Trabajo, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 5-17, 1998.

_____. **Gênero, classe e raça.** Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social revista de sociologia da USP, v.26, n.1.

HIRATA H, KERGOAT D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa. 2007; 37(132): 595-609.

HIRATA, Helena; HUMPHEY, John. **O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira.** Revista de economia política, v. 4 nº 4, out-dez/1984.

HIRATA, H; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de pesquisa V.37, n.132, p-595-609, set/dez.2007.

_____. **A classe operária tem dois sexos.** Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1994. set/dez.

_____. **Gênero, classe e raça.** Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social revista de sociologia da USP, v.26, n.1. 1989.

HIRATA, H; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de pesquisa V.37, n.132, p-595-609, set/dez.2007.

HUMPHEY, J. (1980) **“Sindicato, um mundo masculino”**, in: Novos Estudos CEBRAP, vol.2, I. São Paulo.

HELOANI, R. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar,** São Paulo: Cortez, 2006.

IVO, A. BL. **O paradigma do desenvolvimento:** do mito fundador ao novo desenvolvimento. Cadernos CRH, Vol.25, num 65, Maio/Agosto, 2012.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo.** São Paulo: civilização brasileira, 1997.

IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NO TRABALHO: AVANÇOS E DESAFIOS/ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. BRASÍLIA: OIT, 2010.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. SIDRA- Banco de tabelas estatísticas- censo demográfico.

KERGOAT, D. **Divisão Sexual do Trabalho e relações Sociais de Sexo.** In: Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: Desafios para as Políticas Públicas. São Paulo, Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KNOX, W. TESE: **Vivendo do Mar:** tradição, memória e mudança na vida pesqueira de Pitangui/RN. Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRN, Natal, 2007.

LADOSKY, M. H. G. **Tradição e modernidade das relações de classe em Goiana/PE.** 39º Encontro Anual da Anpocs. GT 41. Trabalho e ação sindical na era contemporânea: Trabalho e ação sindical na era contemporânea.

LEITE, M. P. **Trabalho e sociedade em transformação:** mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LÉVI - STRAUSS, C. **L'homme nu. Mythologiques,** Paris: Plon, 1971, p. 603.

LITTLER, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Universidade de Brasília: Brasília, 2002.

LIMA E HOLZMAN. **Tempo, espaço e trabalho.** In: ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza. Etnografias do trabalho, narrativas do tempo. Porto Alegre: Marcavizual, 2015.

LIMA, J. P. R.; SICSÚ, A. B.; PADILHA, M. F. F. G. (2007) **Economia de Pernambuco:** Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 38, p. 525-541.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço.** São Paulo: Nobel editora, 1979

LITTLE, Paul E. “**Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade”. Série Antropologia. Nº 322. Brasília: DAN/UnB. 2002.

LIMA, J. C; HOLZMANN, L. **Tempo, espaço e trabalho.** In: ECKERT, Cornélia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografias do trabalho narrativas do tempo. Porto Alegre: Marcavizual, 2015.

LIMA; SICSÚ;PADILHA. **Economia de Pernambuco:** transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. *Revista Economia do Nordeste*, v.38, nº 4, out/dez 2002.

LOPES, J. R. B. **Sociedade Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: centro edelstein de pesquisas sociais, 2008.

LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

LOURO, G.L. **Mulheres na sala de aula**. In: História das mulheres no Brasil. São Paulo: contexto, 2008.

MELLO E SILVA et al. **O trabalho visto de baixo**. Tempo social: Revista de sociologia da USP, v.17, n2, Nov/2005.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MOTA, A.E; AMARAL, A; PERUZZO, J. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina**. In: MOTA, A.E. Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTTA-MAUÉS, M. A. **Pesca de Homem/ peixe de mulher (?)**: repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. Etnográfica, vol. III(2), 1999.

MONTENEGRO, A. T. **História, metodologia e memória**. São Paulo: contexto, 2010.

NOGUEIRA, O. **Preconceito de Marca**: relações sociais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MOTA, A. E. (Org.) **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MTE/CAGED. CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS CAGED <http://portal.mte.gov.br/caged/> Acesso em março de 2017.

MILLER, J. **Goiana dos Caboclinhos**. Goiana-PE: Editora FASE Faculdade, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Coleção obra prima de cada autor. Marin Claret. 2004.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. **Mestres e marés**- espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: editora Annablume, 1994.

MILLER, J. **Goiana dos Caboclinhos**. Goiana-PE: Editora FASE Faculdade, 2010.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MOTTA-MAUÉS, M. A. (1993). "**Trabalhadeiras**" e "**Camarados**": Relações de gênero, ritualização e simbolismo numa comunidade amazônica. Belém, Editora da Universidade, UFPA (Coleção Igarapé).

MOORE, H. **Compreendendo sexo e gênero**. (mimeo) Do original em inglês: "Understanding sex and gender", In: Tim Ingold (ed.), *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres, Routledge, 1997, p.813-830. Tradução de Júlio de Assis Simões exclusivamente para uso didático.

MOORE, B. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. Brasília: editora brasileira, 1987.

NASCIMENTO, M. R. **Crônicas Goianenses**. Goiana, 1996.

NEVES, M. A. **Cadeia automotiva**: flexibilidade, precarização e relações de gênero. XXIV Encontro Anual da Anpocs. GT Trabalho e Sociedade. Outubro/20.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira**: crítica da razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, C. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, R. V. **Desenvolvimento e trabalho no nordeste**: velha nova problemática. Estud. Av. vol. 30, nº 87. São Paulo: Maio/Agosto, 2016.

OLIVEIRA, R. V. **Suape em construção, peões em luta**: o novo desenvolvimentismo e os conflitos do trabalho, Cad. CRH, [online] 2013, vol. 26, n 68, PP.233-252. In [HTTP://dx.doi.org/10.1590/0103](http://dx.doi.org/10.1590/0103). Acesso em 27.07.2014.

OLIVEIRA, V. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1923.

PERNAMBUCO. **Agencia Estadual de Pesquisas e Planejamento de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM**. Pernambuco: realidade e desafios. Recife, 2009.

_____. **Agencia Estadual de Pesquisas e Planejamento de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM**. Território Estratégico de Suape. Diretrizes para uma ocupação sustentável. Documento executivo. Recife, 2009.

_____. **Agência Estadual de Pesquisas e Planejamento de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM**. Norte Metropolitano e Goiana: oportunidades e desafios para o desenvolvimento regional sustentável. Recife, 2010.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____; DUBY, G; PERROT, M. (Org.) **História das mulheres**: o século XIX. Lisboa: Afrontamento, 1991.

_____. **As mulheres e os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PRADO JUNIOR, C. **Formação o Brasil contemporâneo**. São Paulo: companhia das letras, 2011.

POLLAK, M. **Memórias, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1992.

POLANYI. **A grande transformação**. As origens de nossa época. 2º Ed. São Paulo: editora campus, 2000.

PIORE, M J. e S, C F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

RIDENTI, M. **Desenvolvimentismo**: o retorno. Revista Espaço Acadêmico. Maringá, n. 92, jan-2009. <http://www.espacoacademico.com.br/092/92ridenti.pdf>. Acesso em Novembro de 2017

RIZEK, C.S; LEITE, M.P. **Dimensões e representações do trabalho fabril feminino**. Cadernos Pagu, 1998. PP 281-307.

RELATÓRIO DA EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA Análise Participativa da Realidade Socioambiental de Goiana / PE Recife PE 2013.

RIVERO, A. A. **Producción modular y coordinación en el sector de autopartes en México**. El caso de la red de plantas de Lear Corporation. Región y sociedad vol.17 no.32 Hermosillo ene./abr. 2005.

RAMALHO, J. R; OLIVEIRA, R. V. **A atualidade do debate sobre o trabalho e desenvolvimento**. Cad CRH vol 26. Salvador, Maio/Agosto de 2013.

SAMARA, Eni. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANCHES, S; MARQUES, L.A. **Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho: tendências recentes**; In: Organização Internacional do Trabalho. Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios. Brasília: OIT, 2010.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 2013.

SARTI, C. A. **A família como espelho**. Campinas SP: Autores Associados, 1996.

_____. **Família e individualidade**: um problema moderno. In: Carvalho (org), A família contemporânea em debate. São Paulo Cortez, 2007.

SINGER, Paul. “ **As contradições do Milagre**”, Estudos CEBRAP, 1973. N. 6. São Paulo, CEBRAP, out./dez.

SOUSA, SGV; LIMA; F.L.V.G. **Goiana: cidade histórica**. Secção de História de Goiana-Goiana:SECEDI, 2010.

SISCÚ, J; PAULA, L.F; MICHEL, R. **Por que novo-desenvolvimentismo**. In: [HTTP\www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 28.07.2014.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

SANTIAGO, M. **Analecto Goianense**. Geografia, história, estatística, literatura. Tomo I, III, IV, V. Tip. Violeta: outubro, 1946.

SILVA, S. R. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e conservação da natureza**. 2008. Tese (Geografia da USP) São Paulo, 2008.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SCOTT, J. W. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SCOTT, R. P. “**O homem na matrifocalidade: gênero, percepções e experiências do domínio doméstico**”. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 1990.

SCOTT, Russel Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

_____. **Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste do Brasil**. REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS vol.15 nº 2. Maio/Agosto de 2007.

SEGALEN, M. “**Introduction**”. In **La famille en Europe: parenté et perpetuation familiar** Edicions: La Découverte, 1995.

STRATHERN, M. **Enterprising kinship?** Consumer choice and the new reproductive technologies. In **reproducing the future: anthropology, kinship and the new reproductive technologies**. New York: Routledge, 1992.

SUAREZ, M.T. **Cassacos e corumbas**. São Paulo Ática, 1977.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: companhia das Letras, 1998.

THONPSON, Paul. **A voz do passado e história oral**. RJ/ SP: Paz e Terra, 1989.

WALBY, S. **Cidadania e transformações de gênero**. In: São Paulo. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. Políticas públicas e igualdade de gênero / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2007, 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher).

WANDERLEY, M. B. **Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WEIL, S. E. B. (org.) **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WOORTMANN, E. **Da complementaridade à dependência**: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do nordeste. Brasília, 1991. (Série Antropologia).

WOORTMANN, K. **A família das mulheres**. Tempo Brasileiro. CNPQ- Rio de Janeiro, Brasília, 1987.

VEIGA, I. P. A. **Inovações e projeto politico--pedagógico**: uma relação regulatória ou emancipatória?. Cadernos Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003.
